



FACULDADE
SANTA TERESA



Projeto Pedagógico do Curso de
**Arquitetura e
Urbanismo**



*Arquitetura e
Urbanismo*



AVISO LEGAL

Este documento, assim como todas as suas referências externas, pode conter informações classificadas como confidenciais ou de acesso restrito e/ou privilegiado. Caso você não seja o destinatário ou pessoa/instituição com autorização para receber ou portar este documento, você não está autorizado a usar, copiar ou divulgar partes ou integralmente seu conteúdo. Fica proibido realizar qualquer ação com base nas informações neste contidas.





FACULDADE

SANTA TERESA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade Santa Teresa

Faculdade Santa Teresa.

F14 3 Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Bacharelado em
Arquitetura e Urbanismo (2019 - 2023) / Faculdade Santa
Teresa – Manaus: Faculdade Santa Teresa, 2023.

238 f.: il.; color.

Formato: PDF

Disponível em: <https://www.faculdadesantateresa.edu.br>

[Comissão de análise, revisão e discussão: Amanda Estald, Kelen Priscila Marcião, Lauro Rosas Neto, Jaqueline Souza e Suelânia Figueiredo].

1. Plano de Desenvolvimento Institucional (2018 - 2022). 2. Política de Desenvolvimento. 3. Planejamento Institucional. I. Título.

Bibliotecária: Maria Lígia Said Sena – CRB11/1098

ADMINISTRAÇÃO GERAL

PRESIDENTE DO GRUPO FAMETRO
Wellington Lins de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Wellington Lins de Albuquerque Júnior

DIRETOR FINANCEIRO
Leandro Seffair Lins de Albuquerque

DIRETORA GERAL
Amanda de Souza Estald

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Edson Stanislau Affonso Neto

COORDENAÇÃO DE ENSINO
Kelen Priscila Marcião

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

COORDENAÇÃO DO NÚCELO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL
Lauro Rosas Neto

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
Andreza de Melo Barbosa

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ALINHAMENTO ENTRE O TRIPÉ QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO SUPERIOR. FONTE: PRÓPRIA.	22
FIGURA 2 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS. FONTE: FST.....	24
FIGURA 3 - VALORES INSTITUCIONAIS. FONTE: FST.....	25
FIGURA 4 - DADOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: SEPLANCTI.....	27
FIGURA 5 - MAPA DO AMAZONAS. FONTE: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018.	28
FIGURA 6 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. FONTE: SEPLANCTI.	29
FIGURA 7 - INFRAESTRUTURA NO AMAZONAS: FONTE: SEPLANCTI.	30
FIGURA 8 - DADOS DA INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: SEPLANCTI.	31
FIGURA 9 - EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: SEPLANCTI.....	32
FIGURA 10 - ECONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: SEPLANCTI.	33
FIGURA 11 - ESCOLAS NO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: SEPLANCTI.....	35
FIGURA 12 - MAPA DE MANAUS. FONTE: GOOGLE MAPS.....	36
FIGURA 13 - IDHM 2021. FONTE: SEPLANCTI.	37
FIGURA 14 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CURSO DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA 2011-2021	39
FIGURA 15 - IDHM DA EDUCAÇÃO 2010. FONTE: SEPLANCTI.....	39
FIGURA 16 - INDICADORES DE MANAUS. FONTE: SEPLANCTI.	42
FIGURA 17 - ORGANOGRAMA DA FST. FONTE: FST.....	46
FIGURA 18 FLUXO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA. FONTE: FACULDADE SANTA TERESA - FST.	48
FIGURA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS SOLICITADAS. FONTE: FST.....	49
FIGURA 20 - INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO. FONTE: FST.....	50
FIGURA 21 - PANORAMA DE PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO HABILITADOS NO ESTADO DO AMAZONAS. FONTE: GISSERVER.CAUBR.GOV.BR.....	57
FIGURA 22 - PERFIL DEMOGRÁFICO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. FONTE: GISSERVER.CAUBR.GOV.BR.	58
FIGURA 23 - PERFIL DEMOGRÁFICO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO AMAZONAS. FONTE: GISSERVER.CAUBR.GOV.BR.	58
FIGURA 24 - AÇÕES DA ATHIS REALIZADAS PELO CAU-BR. FONTE: CAUBR.GOV.BR.	61
FIGURA 25 - A PROPOSTA DAS 5 AMAZÔNIAS. FONTE: CAUBR.GOV.BR.	66

FIGURA 26 - ALINHAMENTO ENTRE O TRIPÉ QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO SUPERIOR. FONTE: PRÓPRIA.	71
FIGURA 27 - VALORES EDUCACIONAIS QUE SEDIMENTAM TODA OFERTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA FACULDADE SANTA TERESA. FONTE: FST:2020.	72
FIGURA 28 - PRINCÍPIOS QUE SÃO BASE DE SUA POLÍTICA ACADÊMICA. FONTE: FST (2022).....	76
FIGURA 29 -ASPECTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS, COGNITIVOS E EPISTEMOLÓGICOS. FONTE: FST (2020).	84
FIGURA 30 - METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM. FONTE: FST, 2021.....	182
FIGURA 31 - AS TRÊS DIMENSÕES AVALIATIVAS. FONTE: FACULDADE SANTA TERESA, 2023.	196
FIGURA 29 - FERRAMENTAS SÍNCRONAS. FONTE: FST, 2021.	247
FIGURA 30 - PDEAA - FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS. FONTE: FST (2022)	247

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	21
QUADRO 2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL DA MANTIDA.....	21
QUADRO 3 - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FST AUTORIZADOS. FONTE: FST.....	45
QUADRO 4 - AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	93
QUADRO 5 - AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.....	95
QUADRO 6 - ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES DO CURSO.....	106
QUADRO 7 - PROJETOS TRANSVERSAIS DO CURSO - EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	108
QUADRO 8 - PROJETOS TRANSVERSAIS DO CURSO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	109
QUADRO 9 - ATIVIDADES DE I.C/I.T. DO CURSO PROJETOS ACADÊMICOS.....	112
QUADRO 10 - PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	113
QUADRO 11 - PROJETOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO.....	115
QUADRO 12 - PROJETO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DO CURSO.....	117
QUADRO 13 - PROJETOS ARTÍSTICO CULTURAL DO CURSO.....	118
QUADRO 14 - PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO.....	119
QUADRO 15 - PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	120
QUADRO 16 - PRÁTICAS EXITOSAS OU INOVADORAS DO CURSO.....	121
QUADRO 17 - MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA.....	268

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE QUADROS	8
SUMÁRIO	9
APRESENTAÇÃO.....	19
A CONTEXTUALIZAÇÃO DA FACULDADE.....	21
A.1 Nome e Base legal da Mantenedora	21
A.2 Nome da Base legal da Mantida.....	21
A.3 Perfil e Missão	22
A.4 Objetivos Institucionais	23
A.4.1 Objetivos para o Ensino	24
A.4.2 Objetivos para a Pesquisa.....	25
A.4.3 Objetivos para a Extensão e Responsabilidade Social	25
A.5 Valores Institucionais.....	25
A.6 Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região Norte	26
A.6.1 O Estado do Amazonas.....	26
A.6.1.1 Demografia.....	27
A.6.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano.....	28
A.6.1.3 Infraestrutura.....	29
A.6.1.4 Emprego e renda	31
A.6.1.5 Economia	33
A.6.1.6 Educação	35
A.6.2 Manaus.....	36
B SÍNTESE DA FACULDADE SANTA TERESA.....	43
B.1 Breve histórico da Mantenedora.....	43
B.2 Breve Histórico da Mantida.....	44
B.3 Organograma	46
C CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	47
C. 1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA.....	47
C.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC	47
C.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	48
C.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO).....	48

C.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)	48
C.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS.....	48
C.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	49
C.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO	50
C.9 PERFIL DO COORDENADOR	50
C.9.1 Formação, Titulação, Regime, Tempo de Experiencia dentro e fora do Magistério Superior:	50
C.10 Tempo Médio De Permanência Do NDE.....	50
C.11 Tempo Médio De Permanência Do Colegiado	51
C.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	51
C.13 CONVÊNIOS	51
C.14 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano	53
C.15 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO.....	54
C.15.1 Demandas de Natureza Econômica.....	54
C.15.2 Demandas de Natureza Social.....	59
C.15.3 Demandas Culturais.....	62
C.15.4 Demandas de Natureza Ambiental.....	64
C.15.5 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO	67
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	71
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	71
1.1.1 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	71
1.1.2 Política de Ensino	73
1.1.2.1 Atividades de Nivelamento	77
1.1.2.2 Projetos Transversais e Interdisciplinares	77
1.1.2.3 Ações inovadoras de ensino.....	79
1.1.2.4 Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC´S)	81
1.1.2.5 Internacionalização e mobilidade acadêmica	82
1.1.2.6 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e prática profissional	82

1.1.2.7 Seleção de conteúdo para os cursos de graduação e pós-graduação: competências e habilidades	83
1.1.3 Política de Pesquisa	86
1.1.4 Política de Extensão e Responsabilidade Social	87
1.1.5 Política Ambiental	92
1.1.7 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica	96
1.1.8 Políticas de Ações de estímulo a difusão e de Produções Científicas.....	96
1.1.9 Políticas de Ações de estímulo a Participação em eventos.....	97
1.1.10 Política de Acompanhamento a Egressos	98
1.1.11 PAPEEXI - Programa de Articulação, Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação	100
1.1.11.1 Metodologia do Programa - PAPEEXI.....	103
1.1.11.2 Atividades do PAPEEXI do Curso	104
1.1.11.3 Projetos Interdisciplinares do Curso	106
1.1.11.4 Projetos Transversais do curso	107
1.1.11.4.1 Educação Étnico-Racial	108
1.1.11.4.2 Educação Ambiental	109
1.1.11.4.3 Direitos Humanos.....	110
1.1.11.4 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica do curso	112
1.1.11.5 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso	113
1.1.11.6 Projetos de Atividades Complementares do Curso	115
1.1.11.7 Projeto de Atividades extracurriculares do Curso.....	116
1.1.11.8 Projetos Artístico- Cultural do Curso	118
1.1.11.9 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso.....	119
1.1.11.10 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso.....	121
1.2 OBJETIVO DO CURSO	122
1.2.1 Objetivo Geral do Curso	123
1.2.2 Objetivos Específicos do Curso	123
1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	125
1.3.1 Perfil do Egresso em consonância com as DCNs	125
1.3.2 Competências e Habilidades Gerais.....	126
1.3.3 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho	127
1.4 Estrutura Curricular	128
1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular	130

1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso	132
1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas	138
1.5 Conteúdo Curriculares	176
1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.	177
1.6 Metodologia.....	181
1.6.1 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias.....	181
1.6.2 Estratégias de ensino-aprendizagem diferenciadas dentro da área	187
1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares.....	189
1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação ÉtnicoRacial.....	190
1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos	192
1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão.....	194
1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem.....	196
1.7 Estágio curricular supervisionado	196
1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado	197
1.7.2 Convênios Para Estágio Supervisionado	198
1.7.3 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado	199
1.7.4 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado	201
1.7.5 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado.....	202
1.7.6 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho.....	202
1.7.7 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio	203
1.7.8 Interlocução Institucionalizada da IES com os ambientes com a produção de insumos para a atualização das práticas de estágio	203
1.8 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica.....	204
1.9 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	204
1.10 Atividades complementares	204
1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso.....	204
1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares.....	205
1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente.....	206
1.10.4 Regulamento das Atividades Complementares	209
1.11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	216

1.11.1 MODALIDADES/TEMÁTICA.....	217
1.11.1.1 Patrimônio cultural e arquitetônico	217
1.11.1.2 Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística	217
1.11.1.3 Intervenção arquitetônica em escala urbana	217
1.11.1.4 Objeto arquitetônico	218
1.12 Apoio ao Discente	218
1.12.1 Acolhimento ao Ingressante	219
1.12.2 Controle de Evasão	219
1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental	220
1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório	223
1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade - NAPSI.....	223
1.12.6 Nivelamento.....	223
1.12.7 Representatividade Discente	224
1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica	224
1.12.9 Ações Inovadoras	224
1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores	224
1.12.9.2 Workshop de Empregabilidade e Empreendedorismo.....	224
1.12.10 Monitoria	225
1.13 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso	226
1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso	228
1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso.....	228
1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso	232
1.13.4 Plano de Gestão Acadêmico Administrativo do Curso	233
1.13.4.1 Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:	234
1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA	237
1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES.....	237
1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.	237
1.16.1 TIC´s Planejadas para o processo de Ensino Aprendizagem.....	238
1.16.1.1 TICs FÍSICAS	238
1.16.1.2 TICs de operação	240
1.16.2 Viabilização da Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TIC´s .	240

1.16.3 Interação entre docentes, discentes e acessos a materiais e recursos didáticos por meio das TIC's a qualquer hora e lugar	241
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem baseadas no uso das TIC's....	241
1.17 PDEAA (Plataforma Digital de Ensino Aprendizagem e Avaliação),	242
1.17.1 Ferramentas Síncronas	246
1.17.2 Ferramentas Assíncronas.....	247
1.17.3 Integralização do Ambiente Virtual da Aprendizagem com o sistema acadêmico.	247
1.17.4 Ambiente Virtual da Aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem.....	248
1.17.5 Itens inovadores existentes na plataforma.....	249
1.17.6 Materiais recursos e tecnologias da PDEAA para coordenações e reflexão sobre os conteúdos entre tutores, discentes e docentes.....	250
1.17.6.1 Recursos habilitados	250
1.17.7 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicação PDEAA	256
1.18 MATERIAL DIDÁTICO	258
1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	258
1.20 Número de vagas e formas de acesso ao curso	267
1.20.1 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica .	267
1.20.2 Cenário loco-regional da oferta de infraestrutura a população local.	267
1.20.3 Formas de Acesso ao Curso.....	269
1.20.4.1 Do Processo Seletivo	269
1.20.4.2 Processo Seletivo Contínuo	269
1.20.4.3 Da Transferência Externa.....	270
1.20.4.4 Transferência ex officio.....	270
1.20.4.5 Do Portador de Diploma de Curso Superior	271
1.20.4.6 Da Reopção.....	272
1.20.4.7 Do Enem.....	272
1.20.5 Matrícula.....	272
1.21 Integração com as Redes Públicas de Ensino (Licenciaturas).....	274
1.22 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS	274
1.23 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde.....	274
1.24 Atividades práticas de ensino para licenciaturas.....	274
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE	276

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	276
2.1.1 Composição do NDE	277
2.1.2 Atribuições do NDE.....	277
2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE.....	277
2.2 Equipe multidisciplinar	280
2.3 Atuação do Coordenador	280
2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes e Discentes.....	281
2.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores	281
2.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento	281
2.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização.....	285
2.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente.....	285
2.4 Regime de trabalho do coordenador do curso	285
2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso.....	285
2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores.....	286
2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores	287
2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento	287
2.4.5 Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso.....	287
2.4.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização	290
2.4.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente.....	291
2.5 Corpo docente: Titulação	291
2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação	292
2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.	292
2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso.....	293
2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho	293
2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade	293
2.7 Experiência profissional do docente.....	293
2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionaisFORA do magistério superior.	293
2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho forado magistério superior.	293
2.8 Experiência no exercício da docência na educação básica	294

2.9 Experiência profissional do docente na docência superior.....	294
2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior	294
2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância.....	294
2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.....	294
2.12 Atuação do colegiado de curso ou equivalente.....	294
2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.....	295
2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.....	296
2.13 Titulação e formação do corpo de tutores do curso	297
2.14 Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância	297
2.15 Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância	297
2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.....	297
2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções	297
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	299
3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	299
3.2 Espaço de trabalho para o coordenador	299
3.3 Sala coletiva de professores	299
3.4 Salas de aula	299
3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática	300
3.5.1 Atendimento à Demanda	300
3.5.2 Utilização De Equipamentos.....	301
3.6 Biblioteca	302
3.7 Bibliografia básica por unidade curricular.....	302
3.8 Bibliografia complementar por unidade curricular	303
3.6 Laboratórios didáticos de formação básica.....	305
3.6.1 Laboratórios didáticos de formação básica do curso	305
3.7 Laboratórios didáticos de formação específica	306
3.7.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)	306
3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde.....	307
3.11 Laboratórios de habilidades	307
3.12 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde	307
3.13 Biotérios	307

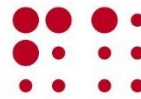
3.14 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático.....	307
3.15 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.....	307
3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	307
3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).....	307
3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso.....	307
ANEXOS	310
APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA	310
APÊNDICE II – REGULAMENTOS.....	315
APÊNDICE III - REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSALI DA DEFINIÇÃO ...	320
APÊNDICE III - REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS..	324
APÊNDICE IV - REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA.....	326
APÊNDICE V - REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO.....	330
APÊNDICE VI - REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA FST.....	335
APÊNDICE VII - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA	340
APÊNDICE VIII - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ...	348
APÊNDICE IX - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR.....	376
APÊNDICE X - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	377



ESPAÇO
ACESSÍVEL



BAIXA
VISÃO



INDICADORES
BRAILLE



PISO
TÁTIL



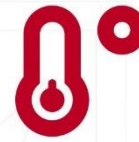
PLATAFORMA
ACESSÍVEL



TRADUTOR
DE LIBRAS



ESPAÇOS
HIGIENIZADOS



ESPAÇOS
CLIMATIZADOS



ENSINO
GAMIFICADO



TRANSPORTE
FACILITADO



REPOSITÓRIOS
DIGITAIS



SUPOORTE
MULTIVIAS



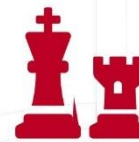
ESPAÇOS
CONFORTÁVEIS



TECNOLOGIA
DISPONÍVEL



ADAPTÁVEL
DIGITALMENTE



ESPAÇOS PARA
DESCONTRAÇÃO



AMBIENTE
SEGURO



REDE
WI-FI



ESPAÇO PARA
EVENTOS



CONSCIÊNCIA
SUSTENTÁVEL



LABORATÓRIOS
VIRTUAIS



ÁREA
PRIVILEGIADA



ESPAÇOS PARA
CONVIVÊNCIA



FLEXIBILIDADE
METODOLÓGICA



APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santa Teresa, no qual é apresentado o planejamento da Instituição para o curso que tem como objetivo principal, formar um profissional com expertise em liderança e empreendedorismo, apto a gerenciar organizações existentes e também identificar oportunidades para a criação de novos negócios, nos vários segmentos do campo de operação do administrador, com atuação pautada por princípios éticos, socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis.

Para a elaboração deste documento houve a colaboração e o envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos e tomou-se como base os parâmetros legais do Decreto nº. 9235 de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior.

Este Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo é fruto da análise dos resultados dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, das reuniões periódicas de colegiado, acadêmica, administrativa e do Conselho Superior (CONSUP). Diante desta situação, este documento arrazoa as metas definidas para o desenvolvimento institucional da Faculdade Santa Teresa, onde será acompanhada e avaliada pela comunidade interna, acadêmica, administrativa, e pela sociedade externa.

A Faculdade recebe o nome de Santa Teresa, mulher inovadora, que, mesmo religiosa, revolucionou e tornou-se empreendedora incansável na busca da realização da sua missão. Assim, como Santa Teresa, a Faculdade levará o conhecimento, a ousadia, a inovação e o empreendedorismo como marcas para o desenvolvimento e formação dos alunos. Para os nossos alunos e a sociedade Amazonense, diante de tantos desafios, reafirmamos o que nos legou Santa Teresa: “Ter coragem diante de qualquer coisa na vida, essa é a base de tudo”.

Por fim, diante de um cenário tão volúvel apresentado nos últimos anos, entendemos que o PPC deve ser periodicamente revisto e reformulado conforme o avanço das necessidades educacionais, levando sempre em consideração a tarefa de transformar os alunos em profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o necessário desenvolvimento da Amazônia.

Amanda de Souza Estald - Diretora Geral

«O Senhor não olha tanto a grandeza das nossas obras.
Olha mais o amor com que são feitas.»

Santa Teresa d'Avila



A CONTEXTUALIZAÇÃO DA FACULDADE

A.1 NOME E BASE LEGAL DA MANTENEDORA

Quadro 1 - Dados de identificação da base legal da Mantenedora.

Código	16099
CNPJ	06.201.403/0001-85
Razão social	Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas Ltda
Sigla	CEJUR
Endereço	Rua Acre, 200, Nossa Senhora das Graças, Manaus-AM, CEP 69.053-130
Natureza jurídica	Sociedade Empresarial Limitada
Ato de constituição	Contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob NIRE nº13200432924 na sessão de 26/03/2004
Representante legal	Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

A.2 NOME DA BASE LEGAL DA MANTIDA

Quadro 2 - Dados de identificação da base legal da Mantida.

Código	18684
Nome	Faculdade Santa Teresa
Razão social	Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas Ltda
Sigla	FST
Endereço eletrônico	www.faculdadesantateresa.edu.br
Diretora Geral	Amanda de Souza Estald
Portaria de credenciamento	1.317 de 17 de novembro de 2016
Processo de Recredenciamento	202007825
Data do Protocolo do Processo de Recredenciamento	26/05/2020

A.3 PERFIL E MISSÃO

A interação entre as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa dentro da organização acadêmica, permeia-se na configuração pedagógica que fundamenta o ensino superior sustentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, para consolidar essa tríade, a missão, os objetivos, as metas e os valores institucionais devem realizar sua função social e educativa, indo além das questões meramente técnicas para a realização do fazer profissional. O fundamental é o entendimento de que o processo de educar, se faz necessário dentro de uma formação humanística e ética com o intuito de uma responsabilidade social no que tange o desenvolvimento da Amazônia.

A Figura 1 abaixo traduz o alinhamento entre o tripé que sustenta a educação superior, a responsabilidade institucional, os objetivos institucionais, a missão, a visão e os valores.

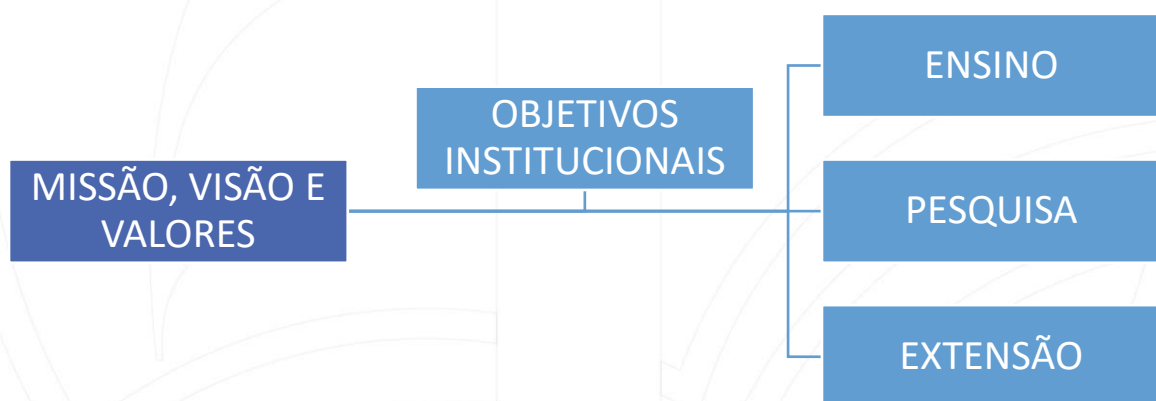


Figura 1 - Alinhamento entre o tripé que sustenta a educação superior. Fonte: Própria.

Conseqüentemente, a missão da Faculdade Santa Teresa se concretiza e se aprimora no decorrer em que as políticas acadêmicas, dialogam com os objetivos e valores institucionais, levando a efetivação do tripé pesquisa, ensino e extensão. Em acordo com que os indicadores de avaliação preconizam e a legislação do ensino superior determina e de comum acordo com a literatura especializada que se ocupa de refletir acerca dos princípios e finalidades desde nível de ensino.

É possível afirmar que o ensino superior, deve, numa perspectiva sistêmica, formar para uma dada profissionalização articulada ao mundo do trabalho e suas necessidades, deve ainda observar a formação humana e ética dos seus acadêmicos, e por fim, deve cumprir uma missão importantíssima, que se revela no retorno da comunidade com capital humano qualificado, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo da mesma.

Deste modo, a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, e se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), e devem possibilitar ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio de projetos de responsabilidade social.

Neste escopo, a Faculdade Santa Teresa atende a este chamado entendendo que a missão representa a direção para a atuação da instituição em contribuição com a sociedade da qual faz parte. Desta forma apresenta sua missão e objetivos institucionais, as quais, por sua vez se concretizam em metas a serem almejadas e alcançadas.

Assim a Faculdade Santa Teresa, expressa o compromisso com a educação superior de qualidade, pretendendo formar profissionais que conjugam competências para o mundo do trabalho com o compromisso com o desenvolvimento da sociedade, por meio de sua MISSÃO:

Promover a disseminação e a construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia.

A.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Para a realização de sua missão institucional a Faculdade Santa Teresa, pretende cumprir com os seguintes objetivos:

Objetivo institucionais Proporcionar sólida formação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;

Estimular a pesquisa e a extensão como processos de construção e atualização de conhecimentos, considerando a inserção do aluno na realidade social.

Favorecer condições para que o aluno atue como profissional, capaz de interpretar e interagir numa determinada realidade, de forma a produzir conhecimento, inovação e desenvolvimento para a sociedade a partir da sua formação profissional;

Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que dê condições aos egressos de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas;

Estimular o exercício da cidadania, da responsabilidade socioambiental e da ética na vida pessoal e profissional.

Promover um ambiente de respeito às diferenças culturais, favorecendo a inclusão por meio de ações afirmativas e socioeducacionais.

Figura 2 - Objetivos institucionais. Fonte: FST.

A.4.1 Objetivos para o Ensino

Promover e desenvolver o ensino considerando os aspectos humanísticos, éticos, ambientais, sociais e técnico- científicos como fundamentais a formação dos discentes, concretizando por meio da adoção de práticas educativas (ensino/pesquisa/extensão) orientadas para formação das competências necessária ao pleno exercício profissional do egresso.

Formar por meio dos processos de ensino/aprendizagem focado na autonomia do discente, uma atuação crítica e reflexiva que possibilite o exercício da liderança, um perfil empreendedor, com a capacidade de decisões assertivas, tendo como perspectiva o exercício da cidadania, da responsabilidade socioambiental e da ética na vida pessoal e profissional.

A.4.2 Objetivos para a Pesquisa

Oportunizar a pesquisa como ferramenta de construção e atualização de conhecimentos, considerando a mesma como fundamental na formação de novas inteligências, na construção de novas tecnologias e de novos processos produtivos, tendo em vista a contribuição da instituição com o desenvolvimento da ciência, e o incremento dos aspectos econômicos e sociais da nossa região (Congresso Científico / Criação dos Grupos de Pesquisa / Incentivo à Participação Docente e Discente para realização de Pesquisas / Incentivo à Publicação por meio das Revistas / Incentivo em Eventos Externos).

A.4.3 Objetivos para a Extensão e Responsabilidade Social

Desenvolver a extensão como um instrumento de manifestação do conhecimento dentro da realidade social, econômica e cultural da região amazônica, a fim de desenvolver profissionais com competências e habilidades de atuação em uma dada realidade, fomentando assim um intercâmbio de saberes entre a comunidade local e a comunidade acadêmica, por meio dos projetos e atividades do PAPEEXI. (Programa de Articulação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação).

A.5 VALORES INSTITUCIONAIS

Os valores institucionais podem ser vistos como um conjunto de crenças, ou princípios, que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da

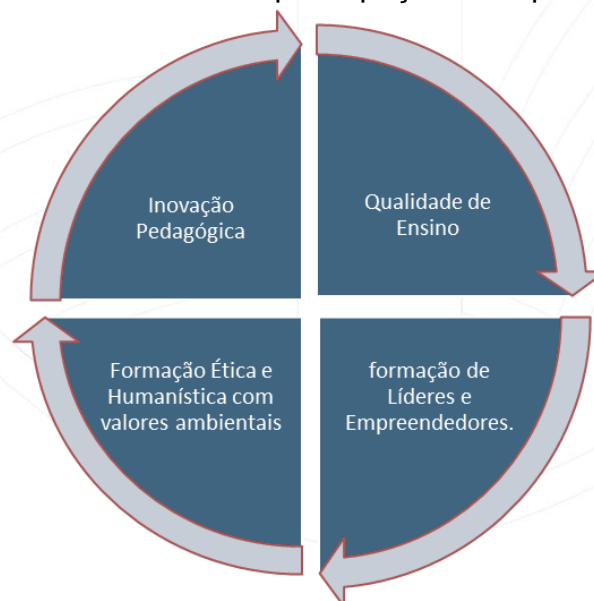


Figura 3 - Valores Institucionais. Fonte: FST.

missão, visão e dos próprios valores. Os valores dão o suporte, ao trabalho educativo da IES, sendo estes fundamentais para o alcance de sua missão. São eles:

Os valores institucionais da Faculdade Santa Teresa focam neste ciclo de inovação pedagógica, qualidade de ensino, formação de líderes e empreendedores e uma formação baseada em conceitos éticos, humanísticos visando valores ambientais. Tendo como finalidade o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão direcionados a cada área do conhecimento baseada nas diretrizes curriculares de cada curso visando as demandas da sociedade em que está inserida a IES.

A.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO NORTE

A.6.1 O Estado do Amazonas

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste), o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste. Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita a região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, elevando seu enorme potencial turístico. Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US\$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

A.6.1.1 Demografia

Se acordo com o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado do Amazonas nesse ano era de 3.941,175 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 2,53 habitantes por quilômetro quadrado. Um crescimento de 457.190 em relação ao último Censo, realizado em 2010. Os municípios de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru estão entre os mais populosos, com 2.063.547, 103.598 e 101.883 mil habitantes, respectivamente. Manaus concentra 56% da população do Estado. Segundo o Censo 2022, Manaus foi a capital que mais cresceu no período, com 14,51%, sendo que a média nacional é de 6%. A estimativa populacional para o Amazonas em 2028 é de 4.679,714 habitantes (IBGE; 2022).

Se for observado o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2010 a taxa de domicílios com energia elétrica no Amazonas era de 92,18%. O município com menor taxa é Santa Isabel do Rio Negro, com apenas 52,51% de domicílios que possuem energia elétrica.

Já a capital do Estado é o município que apresenta maior taxa, com 99,63% dos domicílios com energia elétrica. Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, verifica-se que a taxa da população em domicílios com água encanada no Estado do

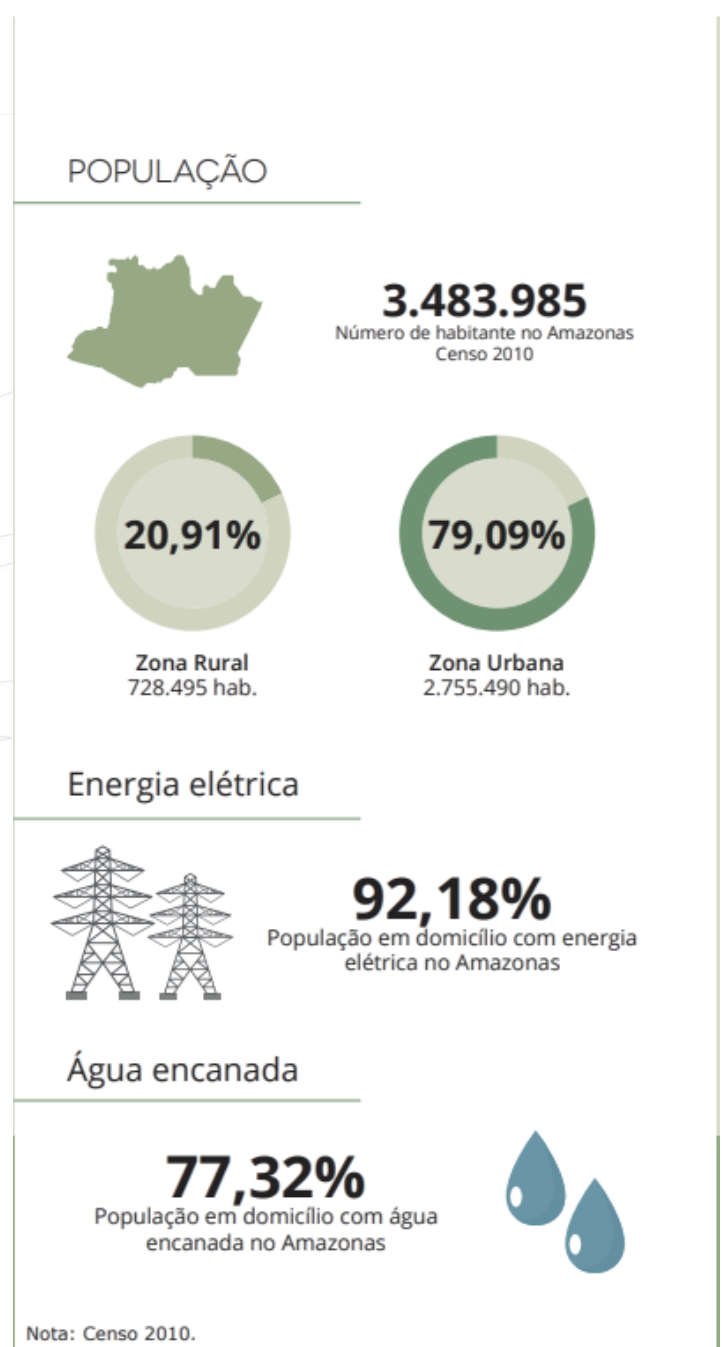


Figura 4 - Dados socioeconômicos do Estado do Amazonas. Fonte: SEPLANCTI.

Amazonas é de 77,32%. O município com menor taxa é Careiro da Várzea, com apenas 14,95%, e a capital do Estado lidera o ranking, com 89,65% dos domicílios com água encanada.

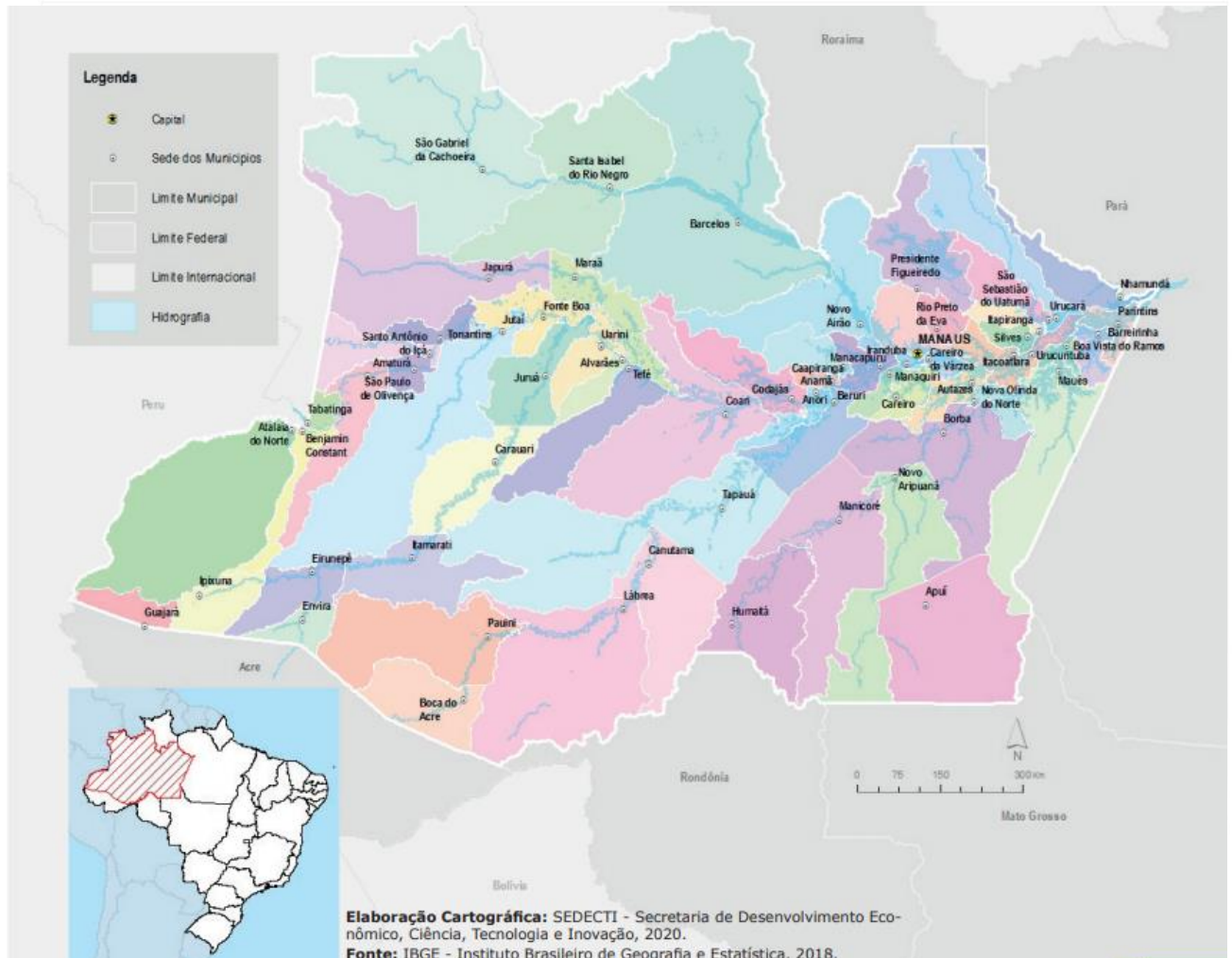


Figura 5 - Mapa do Amazonas. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

A.6.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano

Segundo o estudo realizado pela SEPLANCTI, O IDHM do Estado do Amazonas no ano de 2010 apresentou apenas um município entre os 62 com um IDHM considerado alto, que foi a cidade de Manaus, com índice de 0,737. Isso representa um avanço frente ao ano 2000, quando nenhum município foi considerado como tendo IDH alto. Nesse ano, 98,39% (61 localidades) dos municípios do Estado eram classificados como de desenvolvimento humano Baixo ou Muito Baixo, enquanto Manaus tinha um IDHM considerado médio, com 0,601. Em 2010, esse número diminuiu para 75,81% (47 localidades), enquanto a

participação dos locais considerados como de desenvolvimento humano Médio saltou de 1,61% (1 localidade) para 22,58% (14 localidades). Entre os considerados municípios do interior, Parintins foi o de maior IDHM, com índice de 0,658, enquanto Atalaia do Norte foi o menor com 0,450. O Atlas Brasil divulgou o IDH de 2017 para os Estados da Federação do Brasil, e o Amazonas apresentou crescimento geométrico de 1,25%, quando saltou de 0,672 em 2010 para 0,733 em 2017, sendo classificado com alto desenvolvimento.

Ainda segundo o Estudo realizado pela SEPLANCTI, no ano de 2010, nas três dimensões (Renda, Longevidade e Educação), Manaus apresentou os maiores índices do Estado. Na Educação, Parintins, com 0,605, apresentou o maior índice entre os municípios do interior, enquanto Atalaia do Norte, o menor com índice de 0,259 registrou os menores. Tefé liderou na dimensão Renda, com 0,637 e Santo Antônio do Içá, com 0,438 apresentou o resultado mais baixo nessa categoria. No aspecto Longevidade, se destaca Itacoatiara, com 0,811 como o maior, e Tapauá, com 0,694 como o menor.

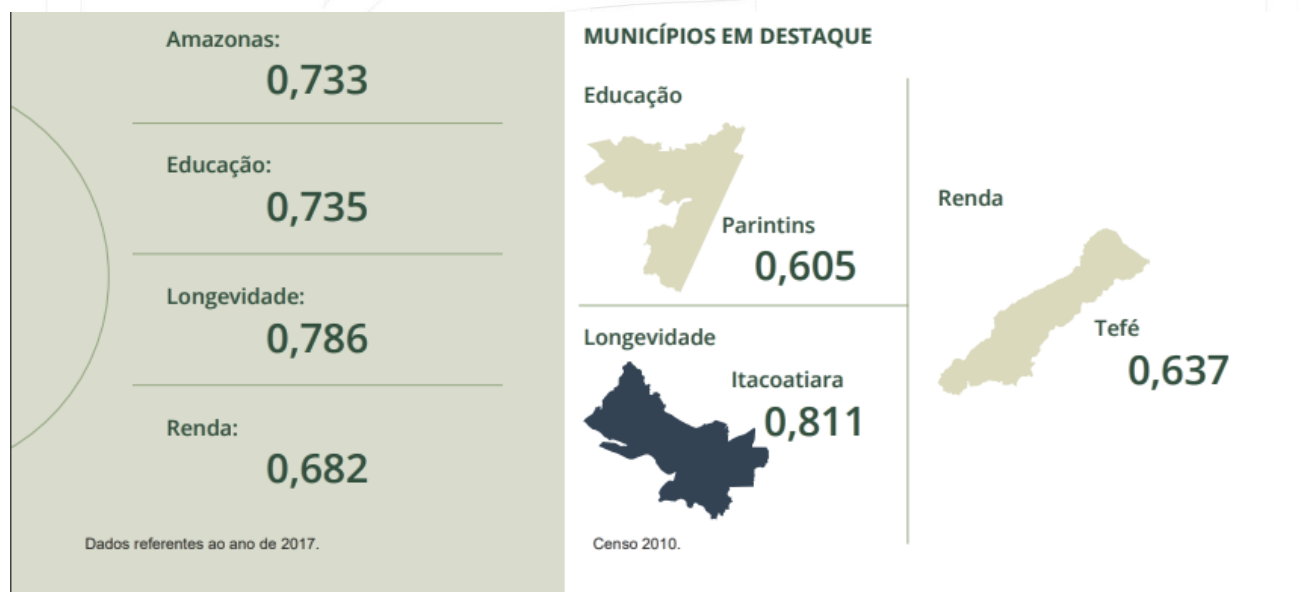


Figura 6 - Índice de Desenvolvimento Humano. Fonte: SEPLANCTI.

A.6.1.3 Infraestrutura

Entende-se que a Infraestrutura é uma área vital para o desenvolvimento socioeconômico de um país ou região, no qual ela é formada pelos serviços de **saneamento, transporte, energia e telecomunicação**, todos contribuindo para o progresso e evolução de uma determinada região. A infraestrutura apresentada em uma determinada sociedade

aplica um papel fundamental no que se diz respeito ao desenvolvimento e mudança social, porque quando muda a infraestrutura, inevitavelmente, muda a sociedade em seu conjunto, as relações de poder e as instituições, segundo preconiza a SEPLANCTI em seu estudo sobre o Estado do Amazonas.

Neste estudo destacou-se que a infraestrutura energética do Estado do Amazonas apresentou crescimento de 2,6% na geração bruta quando saltou de 10.669.638 (MWh) em 2017 para 10.944.674 (MWh) em 2018. A capital Manaus apresentou a maior geração com 8.915.026 (MWh) em 2018 e incremento de 2,2% em relação a 2017. Por outro lado, o município com a menor demanda foi Atalaia do Norte (557 MWh) que apresentou retração de 10,7% na geração bruta de energia elétrica. O consumo de energia elétrica do Amazonas em 2018 totalizou 3.735.317 MWh, cuja participação distribuiu-se no consumo residencial (53,7%), seguido do comercial (28,3%), industrial (16,0%) e rural (2,1%).

No transporte rodoviário, são apresentadas as rodovias federais, estaduais e municipais. No transporte fluvial, o número e localidades dos portos. E no transporte aéreo, o número e a localidade dos aeroportos.

Na infraestrutura de comunicação, o número de TV por assinatura em 2018 foi de 4,0% maior que o ano de 2017. A comunicação por cobertura de telefonia móvel é distribuída às localidades das principais operadoras. As empresas Vivo e Claro, cada uma detém a cobertura em 100% dos municípios do Estado do Amazonas, em seguida vem a Nextel (53,0%), Oi (50,0%) e Tim (40,0%), respectivamente.

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA



Geração bruta (MWh)
Comparação entre 2017 e 2018

Fonte: ELETROBRÁS, 2019.

COBERTURA DE TELEFONIA



Fonte: ANATEL, 2018.

Figura 7 - Infraestrutura no Amazonas: Fonte: SEPLANCTI.



Figura 8 - Dados da Infraestrutura de comunicações no Estado do Amazonas. Fonte: SEPLANCTI.

A.6.1.4 Emprego e renda

O Atlas do Desenvolvimento Humano coloca a Renda como medida de padrão de vida, pois é o componente que permite o acesso às necessidades básicas. Um dos indicadores utilizados para mensurar o acesso à renda é o Percentual de vulneráveis à pobreza, que trata da proporção dos indivíduos com renda igual ou inferior à R\$ 255,00 mensais, residentes em domicílios particulares, em valores do ano de 2010. No Estado do Amazonas, Manaus apresentou a menor quantidade de pessoas vulneráveis à pobreza, com 33,50%, resultado superior ao apresentado no ano 2000, que registrou 52,08%. Já Itamarati foi o município com maior percentual de pessoas vulneráveis, 88,60%, um aumento de 1,35% na comparação com o ano 2000, onde o registro foi de 77,50%.

Dentre os 62 municípios do Estado, Manaus liderou esse indicador, com renda de R\$ 790,27 em 2010 e um crescimento geométrico de 3,09% na comparação com 2000, cujo valor era de R\$ 531,53. Santo Antônio do Içá foi o município com menor desempenho desse indicador, com R\$ 122,21. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o rendimento domiciliar per capita das pessoas residente em Manaus foi de R\$ 1.068,00 em 2018, enquanto no Estado do Amazonas correspondeu a renda de R\$ 789,00. Já em 2022, dados do IBGE apontam que a renda média no Estado do Amazonas é de R\$ 965,00.

O Emprego Formal alcançou 596.692 postos de trabalho no ano de 2018, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Isso representou um crescimento de 2,12% na comparação com 2017. O setor com maior representação na composição do emprego no Estado do Amazonas em 2018 foi Administração Pública, com 204.489 empregos, equivalente a participação de 34,27% de todos os vínculos empregatícios formais, enquanto o setor da Extrativa Mineral com 1.884 empregos, foi o de menor participação, 0,32%. Manaus foi a cidade com maior quantidade de empregos formais, totalizando 488.463 empregos, enquanto Santa Isabel do Rio Negro foi a de menor registro com 278 empregos.

Renda per capita



A capital amazonense é a primeira no ranking, segundo o censo 2010.

2018
R\$ 1.068,00

2010
R\$ 790,27

2000
R\$ 531,53

Emprego formal



596.692
Postos de trabalhos
Amazonas, aumento de 2,12%
comparado entre 2017 e 2018



204.489
Administração pública
corresponde a 34,27% do total de
vínculos empregatícios

Figura 9 - Emprego e renda no Estado do Amazonas. Fonte: SEPLANCTI.

A.6.1.5 Economia

As informações sobre a Economia do Estado do Amazonas, como o Produto Interno Bruto, arrecadação de ICMS, balança comercial (Importação e Exportação) e agências bancárias devem ser analisadas sob a ótica de um Estado territorialmente continental com diversas barreiras naturais preservadas. A parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLANCTI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilita o cálculo do Produto Interno Bruto, cujo valor apurado em 2017 foi de R\$ 93,204 bilhões e um crescimento de 4,68% na comparação com o ano de 2016, onde se registrou R\$ 89,040 bilhões.

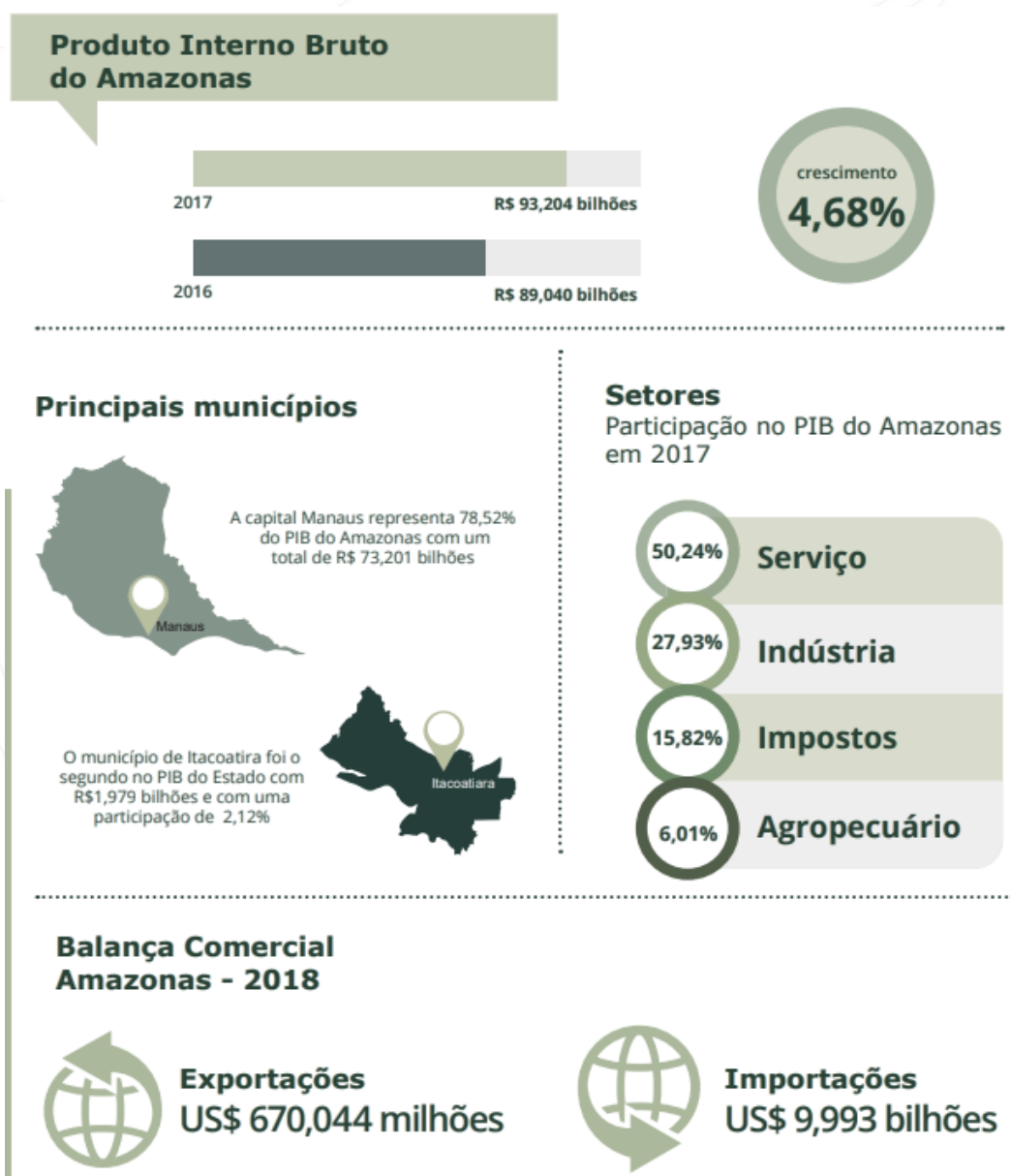


Figura 10 - Economia do Estado do Amazonas. Fonte: SEPLANCTI.

O PIB do Amazonas representa 1,44% do PIB do Brasil. Entre os municípios, Manaus representa 78,54% no PIB do Amazonas, com R\$ 73,201 bilhões em 2017. Itacoatiara foi o município com o segundo maior PIB do Estado em 2017, com R\$ 1,979 bilhões e uma participação de 2,12%, seguido por Manacapuru com R\$ 1,525 bilhões e participação de 1,64%. Entre os menores municípios estão Itamarati com R\$ 93,772 milhões, Amaturá com R\$ 80,789 milhões e Japurá com R\$ 61,964 milhões.

Observa-se que o setor com a maior participação no PIB amazonense é o de Serviço, com uma parcela de 50,24% de participação com R\$ 46,830 bilhões em 2017. A Indústria registrou R\$ 26,028 bilhões, uma participação de 27,93%, sendo o setor mais importante para a economia devido ao Polo Industrial de Manaus. O setor Agropecuário do Amazonas teve em 2017 participação de 6,01%, com um valor de R\$ 5,604 bilhões. O setor de Impostos apresentou valor de R\$ 14,743 bilhões com participação na economia do Amazonas de 15,82%, segundo a SEPLANCTI.

A Balança Comercial do Amazonas, registrou em suas Exportações um total de US\$ 670,044 milhões em 2018, onde os principais municípios exportadores foram Manaus, com US\$ 595,176 milhões, Presidente Figueiredo, com US\$ 55,044 milhões e Itacoatiara com valor exportado de US\$ 14,081 milhões. Nas Importações, o Estado registrou um crescimento de 14,63% na comparação entre os anos de 2018 e 2017, quando saiu de US\$ 8,718 bilhões em 2017 para US\$ 9,993 bilhões em 2018. Entre os municípios, Manaus e Itacoatiara foram os maiores importadores, com US\$ 9,920 bilhões e US\$ 60,254 milhões, respectivamente.

Das 207 agências bancárias no Amazonas, em 2017, o Banco Bradesco foi o que apresentou a maior participação com 36,71%, seguido do Banco do Brasil (20,77%), Caixa Econômica Federal (18,84%) e outros bancos (23,67%).

A.6.1.6 Educação

Neste tópico encontram-se indicadores referentes à Educação no Amazonas e seus respectivos municípios, onde no ano de 2018, o Estado apresentou 5.376 escolas, das quais 745 foram de administração estadual, 4.289 municipais, 310 particulares e 32 escolas federais. Dos tipos de escolas, apenas as particulares e federais tiveram crescimento, onde a rede particular passou de 303 escolas em 2017 para 310 em 2018, um crescimento de 2,31%.



A rede federal obteve 100% de crescimento entre os anos 2018 e 2017, registrando 32 escolas em 2018 contra 16 em 2017.

Figura 11 - Escolas no Estado do Amazonas. Fonte: SEPLANCTI.

As escolas estaduais mantiveram o mesmo quantitativo de 745 escolas em 2017 e 2018. Apenas as escolas municipais tiveram redução no seu número, passando de 4.363 escolas em 2017, para 4.289 municipais em 2018.

A quantidade de alunos matriculados em 2018 foi de 1.165.354, uma redução de 0,32%, quando se compara com o ano de 2017, que foi de 1.169.092 alunos matriculados. Os profissionais da rede de ensino básico do Amazonas contaram com um total de 86.256 funções docentes em 2018 contra 62.058 em 2017, um crescimento de 38,99% no comparativo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que é parâmetro para medir a qualidade do ensino das escolas do ensino básico, sendo sua avaliação bienal, teve o ano 2017 como último de referência. Dos 62 municípios do Amazonas e considerando o desempenho de todas as dependências administrativas do ramo Estadual e Municipal, Boca do Acre apresentou o melhor resultado com 6,1 pontos, seguido de Manaus com 5,9 pontos, para o ensino dos anos iniciais do ensino fundamental (4ª série do 5º ano). Por outro lado, os municípios que apresentaram o menor desempenho foram Fonte Boa e Pauini, ambos

com 3,1 pontos. Na avaliação dos anos finais do ensino fundamental (8ª série do 9º ano), três (03) municípios tiveram a maior nota, com 4,9 pontos Anamá, Itacoatiara e Nhamundá.

O município de Atalaia do Norte não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho cálculo em 2017.

No ensino superior no ano 2018, a Universidade Estadual do Amazonas - UEA registrou em média 23.564 alunos matriculados, 670 técnicos administrativos e 1.100 docentes. A UEA possui sede com infraestrutura própria em 20 municípios do Estado e utilizou em 32 municípios a infraestrutura cedida da Prefeitura ou escola do Governo.

A.6.2 Manaus

Sua capital, Manaus, concentra em torno de 56% da população do Estado, o que representa um total de 2.063.547 habitantes, distribuídos em uma área de 11.401 km² correspondente a cidade de Manaus. Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população (IBGE;2022)



Figura 12 - Mapa de Manaus. Fonte: Google Maps.

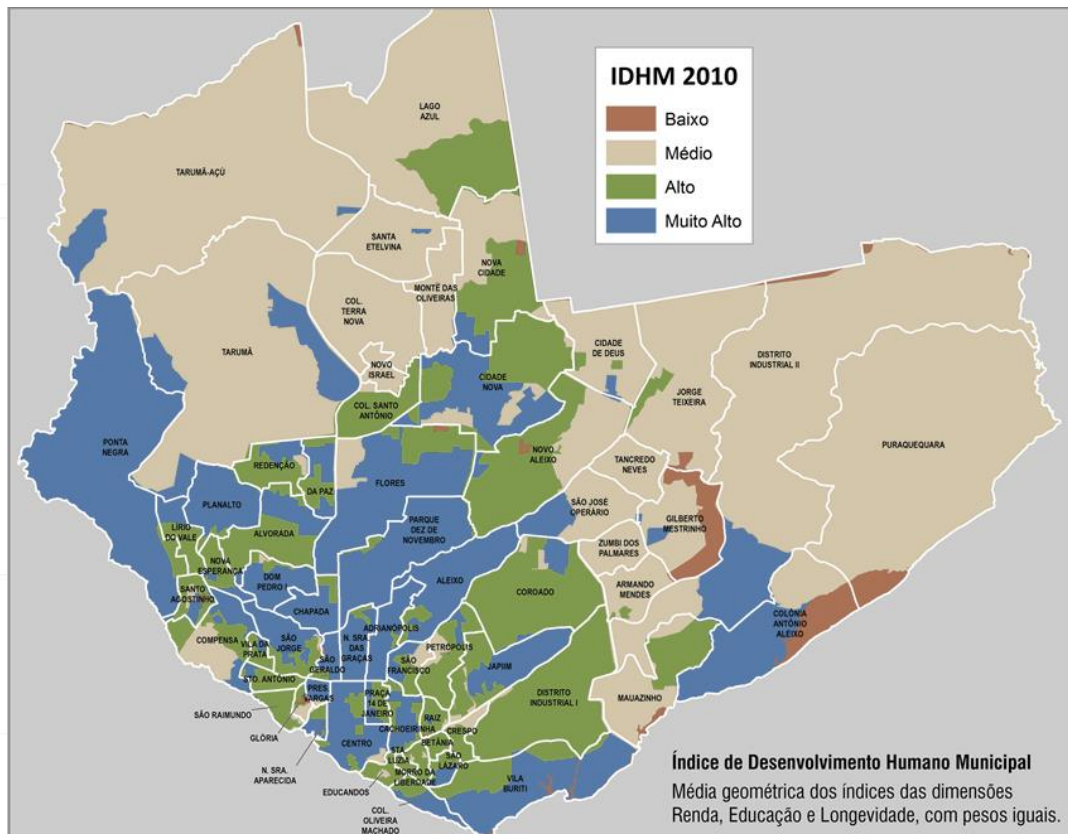


Figura 13 - IDHM 2021. Fonte: SEPLANCTI.

Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população. No ano 2014, a pesquisa de IDH, coloca Manaus entre as últimas colocadas das capitais brasileiras.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

A Cidade de Manaus é um importante centro econômico da Região Norte, figurando como uma das principais cidades do cenário econômico nacional, neste sentido a política de incentivos da Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial de Manaus, são importantes fontes propulsoras de desenvolvimento econômico para a região, sendo hoje 6º no PIB brasileiro

segundo dados do IBGE de 2020. Esses recursos são na maioria advindos da receita do PIM (Polo Industrial de Manaus), o qual compõe a Zona Franca de Manaus.

Outros dados do IBGE chamam nossa atenção a estatística educacional da região informa que em 2010, a matrícula do ensino médio no Estado do Amazonas foi de 86.432 esse quantitativo em 2012 saltou para 110.527 um crescimento médio de 6%, em janeiro de 2014 esse número aumentou para 181.519 e em 2021 já alcançou o número de 211.302 matrículas. Os dados referentes ao Ensino superior também demonstram um crescimento significativo nas últimas duas décadas, segundo os dados do INEP, referentes à série histórica do período de 1980 a 2012, o número de matrículas saltou de um pouco mais de um milhão para sete milhões, o que representa um expressivo aumento no acesso significando a democratização da oferta de vagas nesse nível de ensino.

Ainda segundo o INEP, tomados os dados nacionais de 2021, as IES privadas têm uma participação de 76,9% no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 23,1%. Quando se comparam os anos de 2011 e 2021, observa-se um aumento no número de matrículas de 39,1% na rede privada e de 17,2% na rede pública. Os cursos de bacharelado mantêm sua predominância na educação superior brasileira, com uma participação de quase 2/3 das matrículas. Os cursos de licenciatura representam 18,3% e os tecnológicos, 18,0% do total de matrículas de graduação. De 2011 a 2021, as matrículas nos cursos tecnológicos aumentaram 86,0%. No bacharelado, o crescimento das matrículas foi de 26,6% no mesmo período, enquanto os cursos de licenciatura aumentaram em 21,5%.

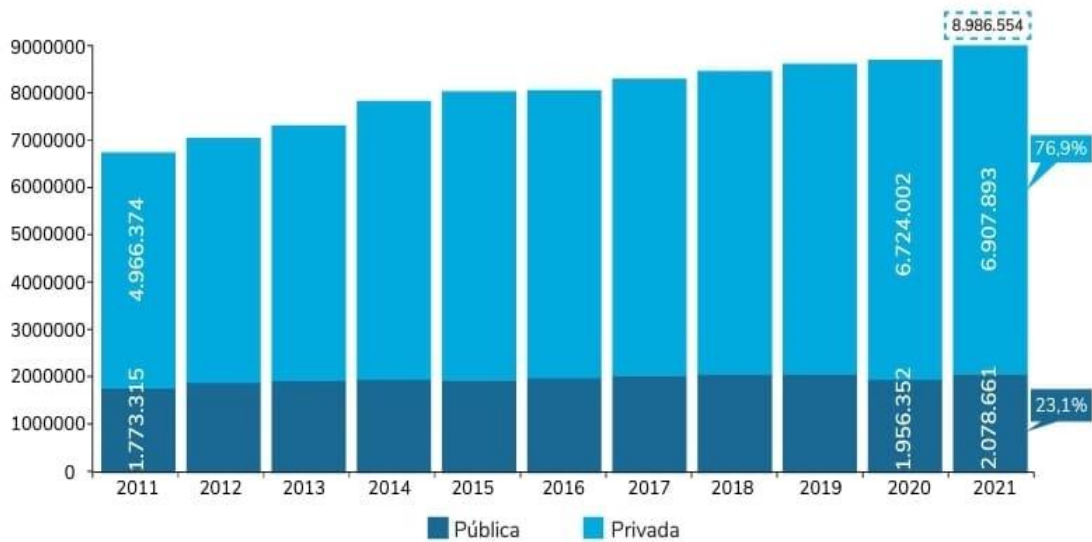


Figura 14 – Percentual de matrículas em curso de graduação, por categoria administrativa 2011-2021.

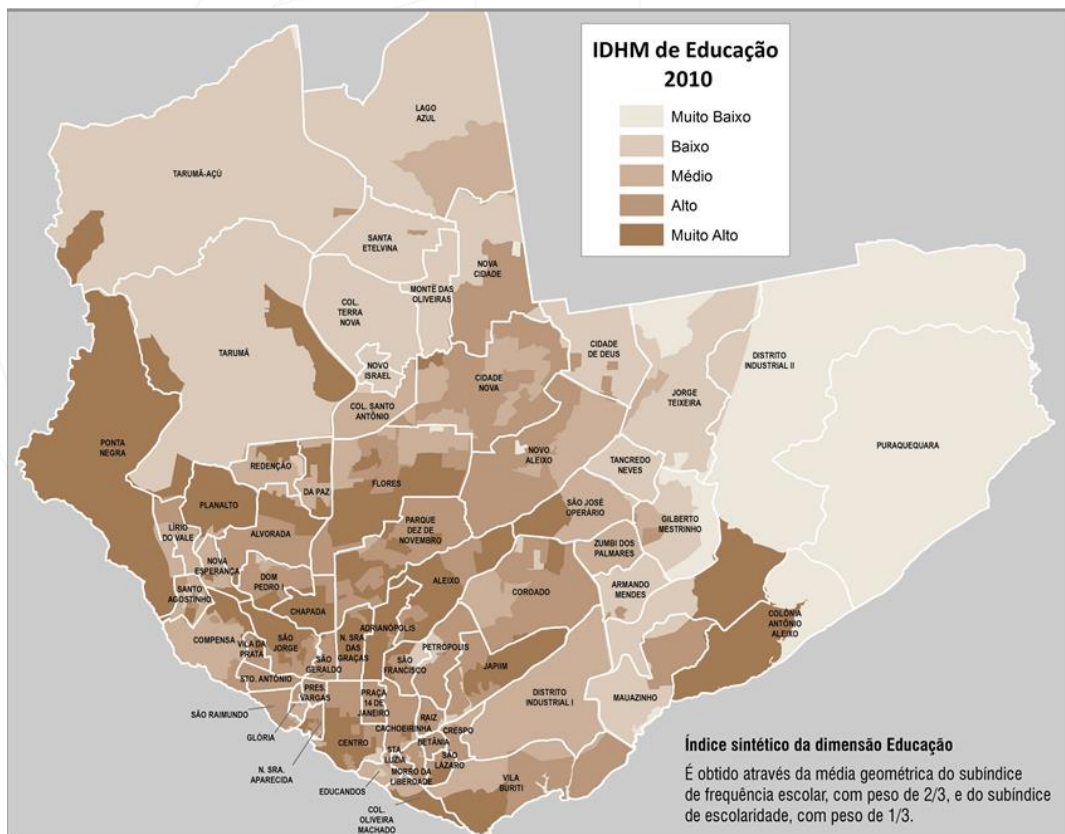


Figura 15 - IDHM da Educação 2010. Fonte: SEPLANCTI.

Entretanto todo esse processo de crescimento econômico não tem repercutido na melhoria da qualidade de vida da população. O IDH Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população, o qual considera o grau de escolaridade que é média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada, mais a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes e ainda o Nível de saúde, baseado na expectativa de vida da população, refletindo as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental, colocam o Brasil no 73º lugar no ranking mundial e o Amazonas da 13º. Este ano, 2014, o mesmo índice, colocou Manaus entre as últimas posições entre as capitais brasileiras, tornando visível, que ainda há muito em que se avançar em termos educacionais principalmente.

É de causar estranhamento que o 6º maior PIB do Brasil em 2020 mantenha-se em 13º no Índice que mede as condições de vida da população local. Essa riqueza acumulada, no entanto, não se fez perceber até então em benefícios substanciais a população local. Manaus é uma cidade que cresceu desordenadamente por conta de intensos fluxos migratórios de outros municípios do estado e até mesmo de outros estados da federação. Esse processo de ocupação trouxe sérios problemas ao tecido urbano ligados principalmente a falta de infraestrutura desses agrupamentos urbanos, problemas de abastecimento de água, de rede de esgoto e até mesmo de energia elétrica, sendo a periferia da cidade a região que mais sofre com falta de água, de transporte público e de equipamentos sociais como creches, escolas e espaços de lazer para atender a maioria da população local.

Estudos como os realizados pelo IPEA, afirmam que a desigualdade de renda vem caindo há anos no Brasil, porém, em uma década, três estados viram a concentração aumentar. Em Amazonas, Roraima e Distrito Federal, houve piora nesse indicador, segundo novos dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE. Quando se olha o rendimento de todas as fontes, o Índice de Gini - que mede distribuição de renda e, quanto mais perto de um, maior a desigualdade - subiu de 0,592 para 0,598 no Amazonas, de 0,569 para 0,579 em Roraima e de 0,630 para 0,634 no Distrito Federal, o mais alto entre todas as regiões e o único abaixo de 0,6. Dados do IPEA no estudo Situação Social nos Estados, publicado em

2012, informam que a taxa de analfabetismo de 7% da população do Amazonas, 25% de sua população continuava sem água encanada, 12% da população sem luz elétrica.



ZONA ADM	BAIRRO	POPULAÇÃO		Renda Mensal (R\$)	Número de Eleitores	PERÍMETRO (ha)
		IBGE/2010	ESTIMATIVA 2019	IBGE/2010	TRE/ 2018	PMM/2010
CENTRO-OESTE	ALVORADA	64.621	78.275	1.171	49.752	553,18
	DA PAZ	15.193	18.403	1.464	11.426	240,97
	DOM PEDRO	17.070	20.677	2.456	21.217	275,78
	PLANALTO	16.283	19.723	2.500	7.373	429,22
	REDENAÇÃO	35.166	42.596	1.090	29.735	300,16
CENTRO-SUL	ADRIANÓPOLIS	8.847	10.716	4.824	8.709	248,45
	ALEIXO	20.655	25.019	4.930	16.725	618,34
	CHAPADA	11.182	13.545	3.096	4.663	241,27
	FLORES	48.098	58.261	2.357	29.284	1311,57
	NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	15.116	18.310	3.707	11.368	211,72
	PARQUE 10 DE NOVEMBRO	41.256	49.973	3.112	33.024	821,12
	SÃO GERALDO	7.599	9.205	1.898	5.196	104,50
LESTE	ARMANDO MENDES	28.288	34.265	802	19.342	307,65
	COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	16.602	20.110	714	11.103	923,82
	COROADO	51.354	62.205	1.049	39.940	1031,62
	DISTRITO INDUSTRIAL II (a)	3.899	4.723	1.172	2.493	5137,69
	GILBERTO MESTRINHO	55.347	67.041	784	23.447	707,15
	JORGE TEIXEIRA	112.879	136.729	726	70.755	1557,15
	MAUAZINHO	23.560	28.538	734	14.388	748,83
	PURAUQUEQUARA	5.856	7.093	680	4.328	4055,69
	SÃO JOSÉ OPERÁRIO	66.169	80.150	920	60.345	543,10
	TANCREDO NEVES	48.833	59.151	700	34.567	304,64
	ZUMBI DOS PALMARES	35.159	42.588	725	26.443	251,05
NORTE	CIDADE DE DEUS	70.142	84.962	787	31.568	676,76
	CIDADE NOVA	121.135	146.730	1.174	107.368	1419,38
	COLÔNIA SANTO ANTÔNIO	17.638	21.365	925	7.922	342,08
	COLÔNIA TERRA NOVA	45.076	54.600	761	26.200	943,98
	LAGO AZUL	7.632	9.245	816	10.968	2961,87
	MONTE DAS OLIVEIRAS	40.162	48.648	743	21.935	401,92
	NOVA CIDADE	59.576	72.164	1.129	43.954	1044,48
	NOVO ALEIXO	96.611	117.024	973	67.850	1276,78
	NOVO ISRAEL	16.823	20.378	792	11.621	140,14
	SANTA ETELVINA	26.260	31.808	814	24.431	669,45
OESTE	COMPENSA	75.832	91.855	1.032	56.535	508,27
	GLÓRIA	8.981	10.879	900	6.050	49,47
	LÍRIO DO VALE	21.534	26.084	1.105	16.554	214,01
	NOVA ESPERANÇA	17.696	21.435	1.507	10.129	147,78
	PONTA NEGRA	5.007	6.065	9.102		2413,04
	SANTO AGOSTINHO	16.593	20.099	1.483	12.714	149,07
	SANTO ANTÔNIO	19.757	23.931	1.120	15.787	113,15
	SÃO JORGE	21.643	26.216	1.367	18.307	320,95
	SÃO RAIMUNDO	15.395	18.648	1.135	9.019	112,45
	TARUMÃ	28.057	33.985	914	28.643	3928,07
	TARUMÃ-ACÚ	12.053	14.600	967	1.981	4807,05
	VILA DA PRATA	11.041	13.374	1.049	7.388	66,13
	SUL	BETÂNIA	10.946	13.259	1.028	8.391
CACHOEIRINHA		16.948	20.529	1.414	13.852	197,71
CENTRO		33.183	40.194	1.927	25.738	426,94
COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO		8.506	10.303	939	5.141	140,01
CRESPO		15.451	18.716	908	9.340	110,11
DISTRITO INDUSTRIAL I		2.708	3.280	1.008		1168,59
EDUCANDOS		15.857	19.207	907	11.265	82,83
JAPIIM		53.370	64.647	1.418	38.579	547,63
MORRO DA LIBERDADE		11.909	14.425	931	10.498	71,37
NOSSA SRA. APARECIDA		6.996	8.474	1.764	4.711	66,85
PETRÓPOLIS		41.210	49.917	1.094	37.264	324,1
PRAÇA 14 DE JANEIRO		10.250	12.416	1.283	11.755	100,34
PRESIDENTE VARGAS		7.944	9.622	1.327	3.526	56,7
RAIZ		14.122	17.106	1.293	9.382	85,92
SANTA LUZIA		6.503	7.877	1.075	6.558	27,39
SÃO FRANCISCO		16.824	20.379	1.385	13.807	162,28
SÃO LÁZARO		11.934	14.456	1.299	9.230	81,73
VILA BURITI		1.827	2.213	2.430	591	1004,96
ÁREA DE EXPANSÃO URBANA (b)	2.717	-				
TOTAL URBANA	1.792.881	2.116.255	95.636	1.292.175	48338,92	
ZONA RURAL	9.133	14.009		9.302		
TOTAL MUNICÍPIO	1.802.014	2.130.264		1.301.477		

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010; DEGE/SEPLANCTI

DIVISÃO DE BAIRRO DA CIDADE DE MANAUS: (a) Até 2010 o bairro Distrito Industrial estava localizado parte na Zona Leste (1.034,72 ha) e parte da Zona Sul (258,67ha) de acordo com o Decreto Municipal 2924 de 07.08.1995. Com o advento da Lei Municipal 1.401 de 14.01.2010, o bairro foi dividido em dois: Distrito Industrial I e Distrito Industrial II; (b) Lei Municipal 279 de 05.04.1995 e anexos. Em vermelho, bairros criados pela Lei Municipal 1.401 de 14.01.2010; OBS: Somente com os Censos e Contagens pós 1995 é que foi possível extrair a população de Manaus por Bairros em função da Lei 279 de 05.04.1995 que criou Zonas e Bairros na cidade

Figura 16 - Indicadores de Manaus. Fonte: SEPLANCTI.

A Renda Domiciliar per capita apurada em 2010 foi de R\$ 432,22 contra R\$ 631.71 no Brasil e a Taxa de mortalidade no Amazonas também é maior que no resto do Brasil 21.50 para o Amazonas contra 20.74 a média Brasileira. Esse quadro por sua vez, insere o Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentados por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a Faculdade Santa Teresa pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado e principalmente da cidade de Manaus.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município de Manaus – desigualdade social, miséria, pobreza, deficiência na oferta de serviço tais como saúde, educação, dentre outros, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região onde se encontra Manaus como polo principal.

B SÍNTESE DA FACULDADE SANTA TERESA

B.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA

O Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas (CEJUR), mantenedor da Faculdade Santa Teresa (FST), nasceu em 2002 sob o signo da ousadia. A vontade de proporcionar aos estudantes e profissionais do Direito de nossa região condições adequadas para o aprimoramento de suas carreiras nos fez assumir um compromisso com um ensino sério e de qualidade. Foi esse compromisso que permitiu consolidar a parceria com o Prof. Luiz

Flávio Gomes (LFG) o qual buscava a democratização do ensino jurídico, dando oportunidades iguais a todos aqueles que residiam Brasil afora e que tinham o sonho de ter acesso a uma carreira jurídica sem a necessidade de mudar-se para outro Estado. Em 2005, a partir dessa parceria, as atividades foram sendo ampliadas e foi possível ofertar cursos de pós-graduação, em nível de Especialização, nas áreas jurídica e de gestão.

Desde então, em parceria com a Rede de Ensino LFG, o CEJUR ofereceu o melhor curso telepresencial do Amazonas e a melhor Pós-Graduação “lato sensu” na área jurídica. Com um corpo docente formado por mestres e doutores e juristas renomados, os nossos cursos conseguiram realizar a difícil missão de transmitir conhecimentos de forma clara e eficaz.

Ao longo da parceria, o sucesso do LFG-CEJUR, se refletiu nos resultados alcançados por nossos alunos e por todos aqueles que frequentaram nossos cursos jurídicos preparatórios, de extensão e pós-graduação. Com suas Unidades Educacionais, o CEJUR seguiu firme em sua busca pela excelência, fazendo da qualidade de ensino sua principal bandeira, pois, atualizar, aprimorar e preparar são palavras chaves para nós. Com compromisso e dedicação, temos a certeza de que sempre estivemos no caminho certo. Imbuídos deste mesmo compromisso, o CEJUR se preparou para alçar voos mais altos, e com a longa experiência adquirida no mercado educacional construiu as bases de um novo empreendimento educacional, a Faculdade Santa Teresa.

B.2 BREVE HISTÓRICO DA MANTIDA

A Faculdade Santa Teresa é uma Instituição de Ensino Superior, que nasceu a partir do espírito empreendedor de dois entusiastas da Educação. Seus mantenedores estão empreendendo dentro da área educacional há mais de 20 anos, prestam serviços educacionais à sociedade amazonense desde a Educação Básica, até a Pós-graduação. O CEJUR, mantenedora da Faculdade Santa Teresa é parte desse esforço, e desse espírito empreendedor, com suas atividades iniciadas em 2002, tem continuamente se destacado e expandido suas atividades em Manaus e em outros Estados da Federação, como São Paulo, por exemplo.

Nossa IES, é fruto dessa caminhada, nasce em 2013, com o apoio da enorme expertise acumulada pelos anos de atuação e as experiências exitosas consolidadas pelo Grupo. Seu ato autorizativo foi publicado em 2016, mas nossas atividades acadêmicas se iniciaram efetivamente em agosto de 2019, quando então conseguimos compor a partir das portarias de autorização, um Portfólio de Cursos de Graduação, que nos permitiu, ofertar maiores opções de cursos de graduação e pós-graduação para a sociedade local.

Atualmente a Faculdade Santa Teresa em atendimento ao seu PDI, se encontra em nova fase, se lançando ao desafio de planejar e pleitear junto aos órgãos reguladores, novos cursos em outras áreas de conhecimento, seguindo firme e perseguindo a nossa visão de futuro.

Credenciada pela Portaria CNE 1317 de 17.11.2016, e atualmente dispões dos seguintes cursos de graduação autorizados:

Quadro 3 - Cursos de graduação da FST autorizados. Fonte: FST.

Curso	Autorização
Curso de Graduação Tecnológica em Logística	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº. 785 de 8 de dezembro de 2016.
Curso de Graduação, Bacharelado em Ciências Contábeis	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 785 de 8 de dezembro de 2016.
Curso de Graduação, Bacharelado em Direito	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 441 de 21 de junho de 2018.
Curso de Graduação, Licenciatura em Pedagogia	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 499 de 13 de julho de 2018.
Curso de Graduação, Bacharelado em Administração	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 570 de 22 de agosto de 2018.
Curso de Graduação, Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 904 de 24 de dezembro de 2018.
Portaria de Curso de Graduação, Bacharelado em Psicologia	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 904 de 24 de dezembro de 2018.
Curso de Graduação, Bacharelado em Enfermagem	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 354 de 28 de outubro de 2020.
Curso de Graduação, Bacharelado em Farmácia	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 127 de 27 de abril de 2020.
Curso de Graduação, Bacharelado em Biomedicina	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 500 de 26 de maio de 2021.
Curso de Graduação, Tecnologia em Gastronomia	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 845 de 12 de agosto de 2021.
Curso de Graduação, Tecnologia em Design de Moda	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 1991 de 30 de dezembro de 2021.

Curso de Graduação, Bacharelado em Nutrição	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 452 de 5 de fevereiro de 2022.
Curso de Graduação, Bacharelado em Odontologia	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 595 de 14 de abril de 2022.
Curso de Graduação, Bacharelado em Pedagogia EAD	Autorizado pela Portaria CNE/MEC nº 842 de 15 de agosto de 2022.

Já em se tratando de Pós-Graduação, atualmente a IES oferta opções de cursos de Pós-Graduação "lato sensu", em nível de Especialização e MBA, e está com 1 turma de Pós-Graduação "stricto sensu", Mestrado Profissional em Engenharia de Produção, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas.

B.3 ORGANOGRAMA

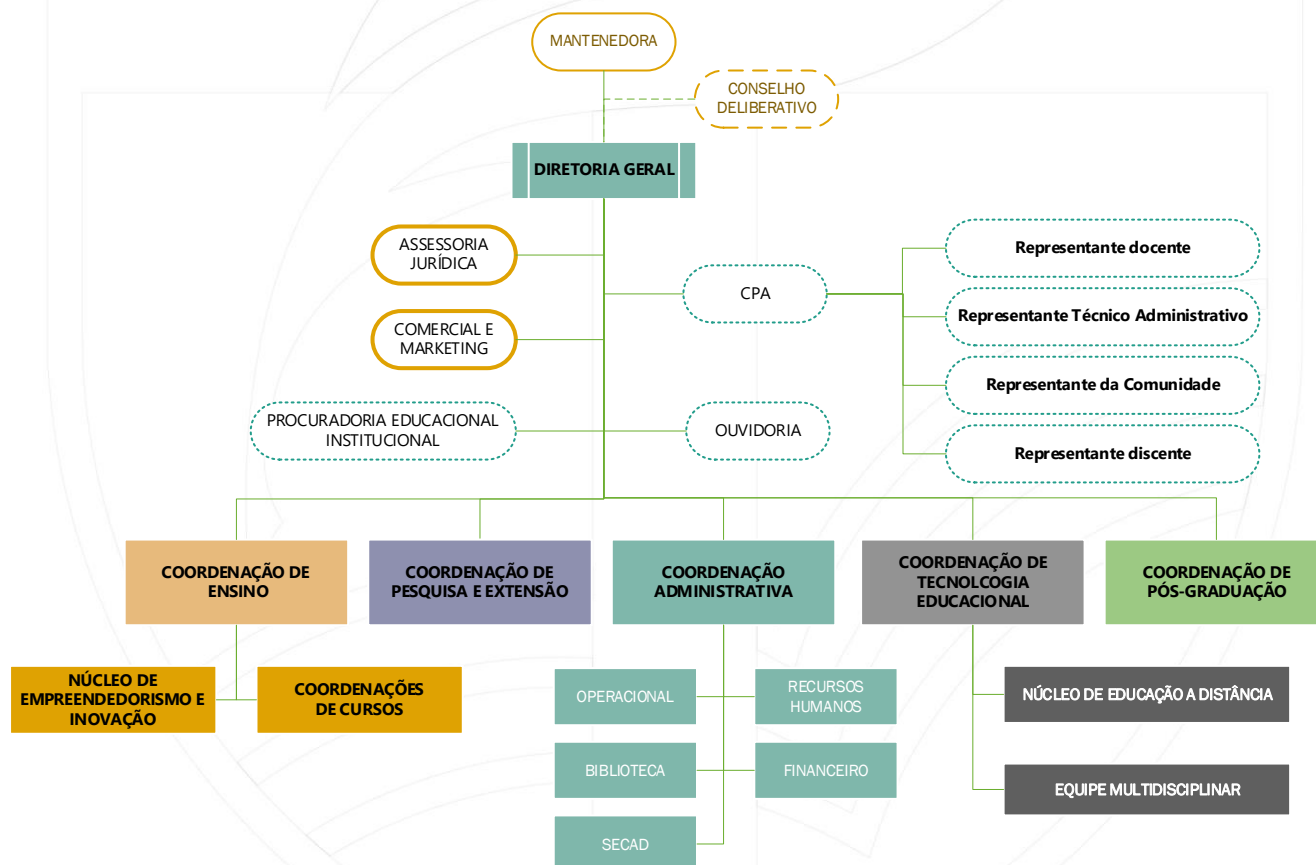


Figura 17 - Organograma da FST. Fonte: FST.

C CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

C. 1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA

- **Nome do Curso:** Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado).
- **Modalidade de Oferta:** Presencial.

C.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi construído e consolidado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010** com as alterações inscritas na **Resolução nº 1, de 26 de março de 2021**, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição de Ensino Superior (IES), bem como as necessidades locais e regionais para formação de Arquiteto e Urbanista.

A implantação ocorreu a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE, colegiado e por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

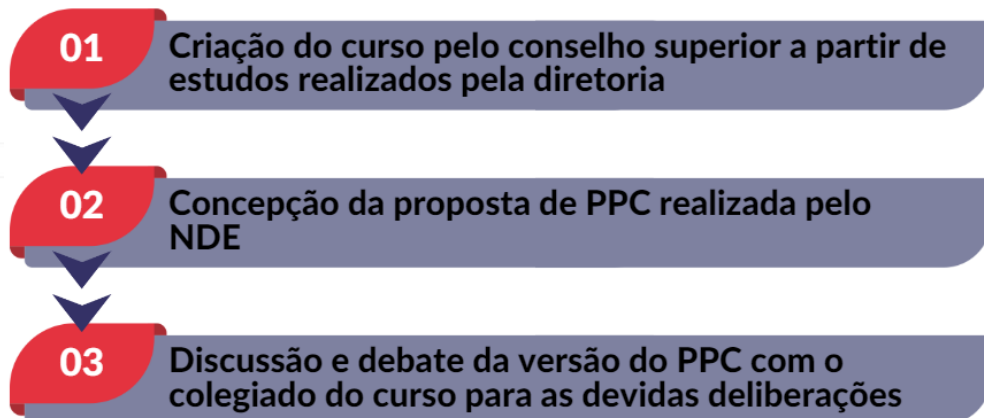


Figura 18 Fluxo do processo de criação dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa. Fonte: Faculdade Santa Teresa - FST.

C.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

- **Razão Social:** Faculdade Santa Teresa
- **Endereço:** Rua Acre, 200 – Conj. Manauense, Bairro Nossa Senhora das Graças. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.053-550.

C.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO)

- Processo em trâmite: Reconhecimento;
- Curso autorizado pela Portaria nº CNE/MEC nº 904 de 24 de dezembro de 2018. (e-mec.gov.br)

C.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)

- **Conceito do Curso:** 3;
- **CPC:** Não se Aplica;
- **Enade:** Não se Aplica.

C.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS

- **180 vagas anuais** na modalidade presencial, divididos da seguinte forma:
 - **Matutino:** 60 vagas;
 - **Vespertino:** 60 vagas; e

- **Noturno:** 60 vagas.

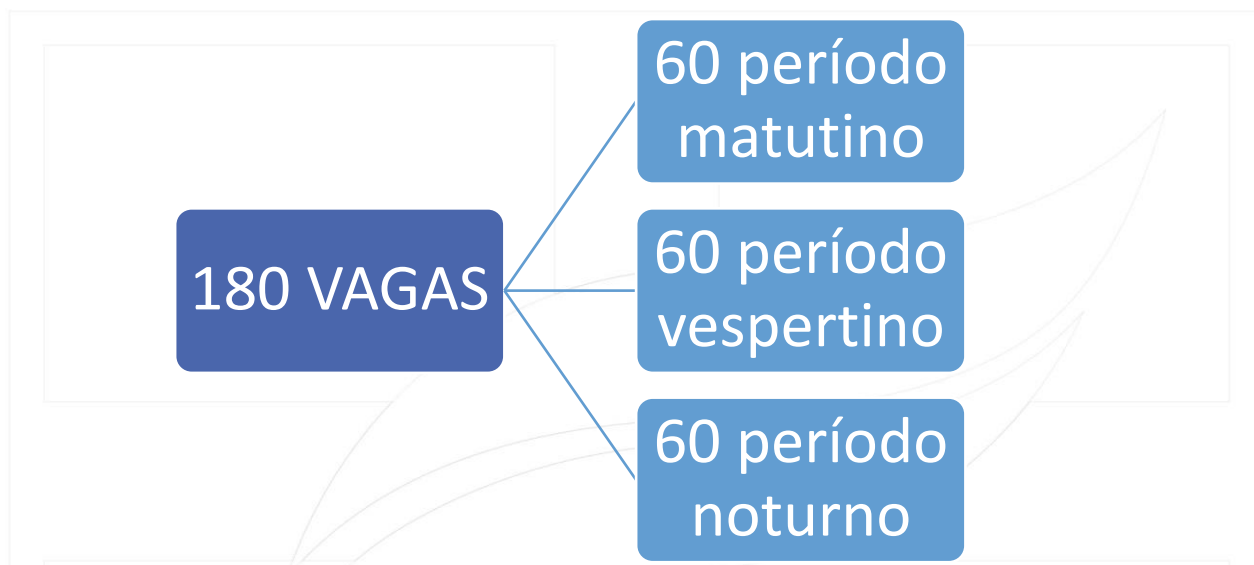


Figura 19 - Distribuição de vagas solicitadas. Fonte: FST.

C.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO

- **Carga Horária Total do Curso:** 3.800 horas
- **Tempo Mínimo para integralização:** 10 semestres.
- **Tempo Máximo para integralização:** 20 semestres.

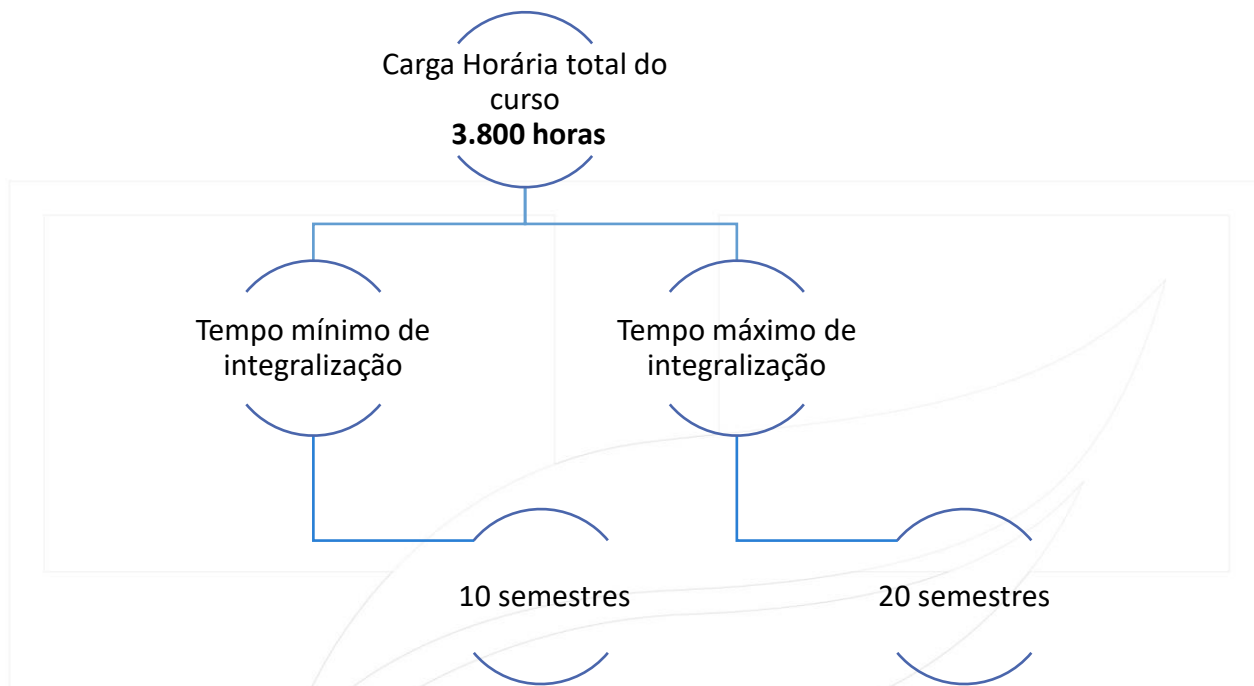


Figura 20 - Integralização do curso. Fonte: FST.

C.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

Não se aplica.

C.9 PERFIL DO COORDENADOR

C.9.1 Formação, Titulação, Regime, Tempo de Experiência dentro e fora do Magistério Superior:

- **Nome:** Andrezza de Melo Barbosa;
- **Formação:** Arquitetura e Urbanismo;
- **Titulação:** Mestrado em Engenharia Civil;
- **Experiência dentro do magistério superior:** 5 anos;
- **Experiência fora do magistério superior:** 11 anos;
- **Tempo de gestão de curso de graduação:** 1 ano.

C.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE

O tempo médio de permanência do NDE é de 03 (Três) anos, a partir da publicação do Ato de Autorização, de acordo com o regulamento institucional. O Núcleo Docente Estruturante da IES é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do PPC, e seus membros atuam em regime parcial ou integral, preferencialmente com titulação *Stricto Sensu*.

C.11 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO

A indicação dos representantes dos coligados de Curso é feita por meio de portaria. Compõe o colegiado todos os professores com disciplinas no Curso e formação aderente. A presidência do Colegiado é ocupada pelo coordenador de curso.

C.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

A matriz do curso possui as disciplinas de *English for the Job Market e de Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil* que serão ofertadas em língua inglesa, além disso a IES mantém convênio com Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado de diferentes idiomas.

C.13 CONVÊNIOS

A Faculdade Santa Teresa possui convênios com empresas de escritório de arquitetura e de construção civil, tais como:

- Modulo arquitetura e planejamento LTDA;
- MRV Construções LTDA;
- MRV Engenharia e participações S/A;
- Vertice engenharia e representações LTDA;
- Araújo Abreu Engenharia S/A;
- CADD Cibertec Engenharia e consultoria LTDA;
- EQS Engenharia S/A;
- NASSER Engenharia LTDA;
- Ponto de luz materiais de construção;
- Casa modelo comércio de construção e moveis LTDA;

- A W Serviços de Apoio Administrativo Ltda;
- Agência de Integração Empresa Escola Ltda - AGIEL;
- Axcell - Consultoria Empresarial LTDA;
- CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola;
- Condomínio Geral do Millennium Center;
- Condomínio Residencial Reserva do Parque;
- Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 18a Região AM/RR;
- ESPI – Pós-Graduação, E Pro Soluções e Estágios LTDA;
- Fundação Universidade do Amazonas - FUA - Minter - FST/UFAM;
- Instituto de Desenvolvimento Tecnológico - INDT;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Instituto Trimonte de Desenvolvimento - ITD;
- Lauschner Negócios Imobiliários;
- Trocados Serviços de Informação na Internet LTDA-ME
- A W Serviços de Apoio Administrativo Ltda;
- Acram Isper Advogados;
- Agência de Integração Empresa Escola Ltda – AGIEL;
- Associação Amazonense do Ministério Público – AAMP;
- Associação dos Magistrados do Amazonas – AMAZON;
- Área Missionária Sagrada Família;
- Axcell - Consultoria Empresarial LTDA;
- Barreto e Bessa Advogados Associados;
- Centro Metropolitano de Ensino Ltda – ME;
- Cepam Centro de Psicologia do Amazonas;
- Capacitação Inserção e Desenvolvimento – CIDE;
- CIEE - Centro de Integração Empresa – Escola;
- Companhia de Estágios – PPM HUMAN RESOURCES;
- Condomínio Geral do Millennium Center;
- Conselho Regional de Administração do Amazonas - CRA/AM;
- Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 18ª Região AM/RR;
- Daniel Felix da Silva - Sociedade Individual de Advocacia;

- Educa + Brasil;
- ESPI - Pós-graduação;
- E Pro Soluções e Estágios LTDA;
- FOB Advocacia;
- Fundação de Medicina Tropical;
- Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUNATI;
- Grande Loja Maçônica do Amazonas – GLOMAM;
- Grande Oriente do Brasil;
- Guerra & Frassei Advogados;
- G R C Furtado – ME;
- Inspetora Salesiana Miss. da Amazônia - Pró Menor Dom Bosco;
- Instituto Nacional Talentos de Inclusão;
- Profissional – INTAL;
- Instituto Brasileiro de Ciências Criminais;
- Instituto de Pericias da Amazonia Ltda - ;INPEAM
- Instituto Euvaldo Lodi – IEL;
- Instituto Trimonte de Desenvolvimento – ITD.

E também possui convênios e/ou temos de compromisso com as Secretarias Municipais:

- Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA;
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Secretaria do Estado de Saúde - SES;
- Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Todos esses convênios permitem o pleno funcionamento de campos para Estágios Supervisionados da Instituição.

C.14 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO,

PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO

ANO / SEM.	Ingressantes		Rematric	Total	Estrang.	Estágio	TCC ¹	Financiamento
	Primeiro Período	Demais Períodos						
2019.2	10	-		-	-	-	-	-
2020.1	-	7	10	17	-	-	-	-
2020.2	-	-	16	16	-	-	-	-
2021.1	-	-	17	17	-	-	-	-
2021.2	11	13	14	27	-	-	-	-
2022.1	11	-	24	35	-	-	-	-
2022.2	-	3	64	67	-	-	-	-
2023.1	12	8	57	77	-	-	17	-
2023.2	-	6	72	78	-	-	17	-

C.15 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO

O Curso se justifica em função das demandas loco regionais de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental, conforme será explanado nos itens a seguir.

C.15.1 Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R\$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R\$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R\$48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R\$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R\$ 73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado.

O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros. O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira e não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem/correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação.

O segmento de construção civil é conhecido por sua representatividade econômica na geração de empregos formais, especialmente no setor imobiliário que engloba diretamente o profissional de Arquitetura, mas também em esferas e níveis diferentes como no caso do desenvolvimento de infraestrutura das cidades, envolvendo os profissionais urbanistas. De acordo com a pesquisa Focus, a Câmara brasileira da indústria da construção (CBIC), indicou, somente em 2022, uma alta do setor em 3,5% acima do crescimento do país, estimado em 2,7%.

Quanto ao cenário manauara, ainda conforme as informações públicas municipais, de janeiro de 2021 a setembro de 2022, mais de 2,4 milhões de metros quadrados foram licenciados em alvarás, o que sinaliza os impactos do setor na economia local colaborando para a criação de novos empreendimentos, bem como com a cadeia de geração de emprego e renda em Manaus.

De acordo com Carlos Valente, diretor-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), de 2021 a 2023, a prefeitura licenciou quase 3 milhões de metros quadrados em novos alvarás de construção, expedindo 2.191 certidões para o mercado da construção civil, reforçando a importância de profissionais de arquitetura e urbanismo atuando na cadeia da construção civil, atuando de forma legal e enriquecedora para o estado.

Ainda no âmbito das políticas públicas que subsidiam o crescimento da construção civil, e por conseguinte, da atuação de arquitetos e urbanistas qualificados para o mercado,

Manaus possui desde 2022, o desenvolvimento do Programa de transformação de mercado de edifícios verdes, realizado por meio de uma parceria entre a prefeitura e o *Internacional Finance Corporation* (IFC), do grupo Banco Mundial.

O programa está implantado na América Latina e Caribe (LAC), visando a melhoria das políticas públicas e do ambiente favorável para a criação de novos marcos e regulações normativas para as construções sustentáveis, assim como incentivar os atores do mercado imobiliário a avaliar maneiras mais econômicas de incorporar recursos de construção verde e projetar construções sustentáveis.

E para o ano de 2023, a consultoria Prospecta Analítica estima que haja um crescimento de 4,5% da construção civil, motivados pela recuperação econômica do Brasil, a desaceleração dos custos dos materiais e o ânimo do mercado após a pandemia.

Dados oficiais do Conselho de arquitetura do Amazonas - CAU-AM, informam que o estado possui 2.389 profissionais ativos, sendo que 95% destes atuam na capital e somente 5% nos demais municípios, carentes portanto, de profissionais atuantes nessas localidades. Em números absolutos, dos 62 municípios do Amazonas, em somente 27 deles, há profissionais arquitetos e urbanistas habilitados, representando uma demanda e uma necessidade de novos profissionais não só na capital, mas em pelo menos outras 35 cidades da região, o que indica uma dimensão da demanda potencial para a profissão.

Arquitetos e Urbanistas - Dados Públicos
Coordenadoria de Geotecnologia - CSC/CAUBR

UF
AM

Regional
Sem dados

Intervalo de Data
01/01/2022 e após

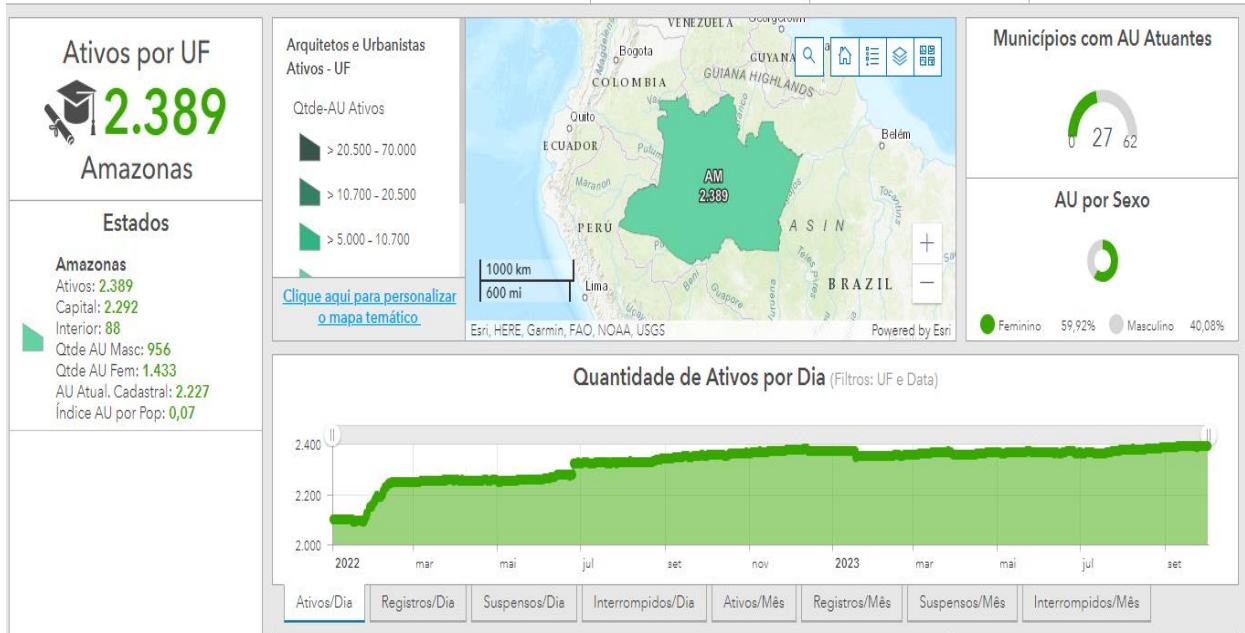


Figura 21 - Panorama de profissionais de arquitetura e urbanismo habilitados no estado do Amazonas. Fonte: gisserver.caubr.gov.br.

Quanto ao perfil demográfico dos arquitetos e urbanistas do Brasil, o Censo de 2020 realizado pelo CAU-BR evidencia que aproximadamente 60% se autointitulam como Mulheres cisgênero e este mesmo percentual predominante se repete no Amazonas, com um percentual de 48%, e em ambas as esferas, nacional e estadual, em média 70% dos profissionais possuem entre 18 e 40 anos, com predominância para a faixa etária de 31 a 40 anos.

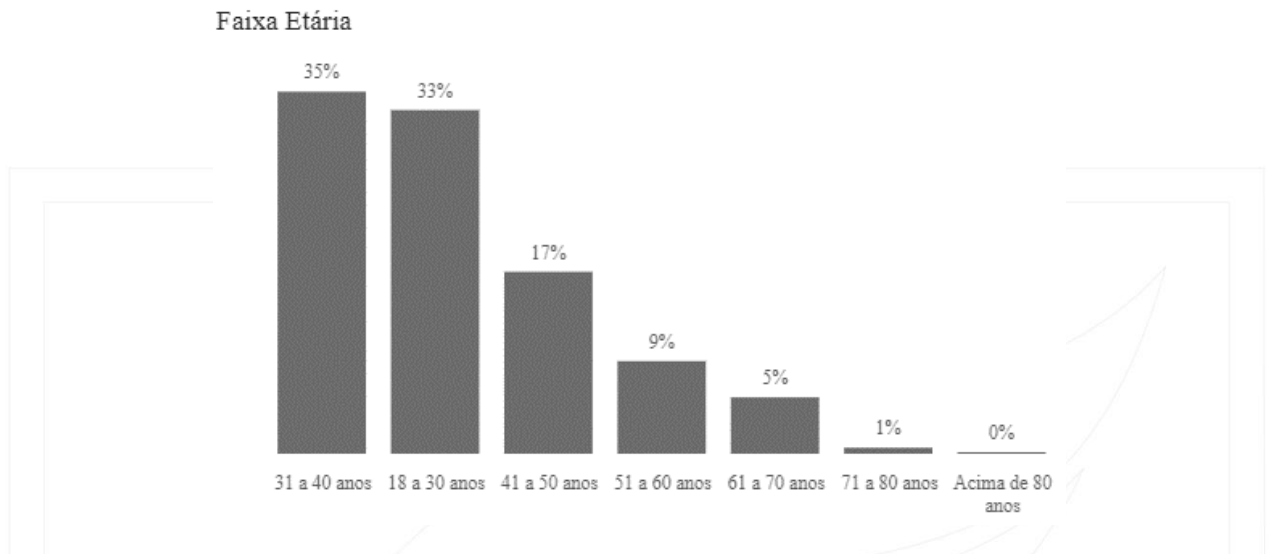


Figura 22 - Perfil demográfico dos profissionais de arquitetura e urbanismo no Brasil. Fonte: gisserver.caubr.gov.br.

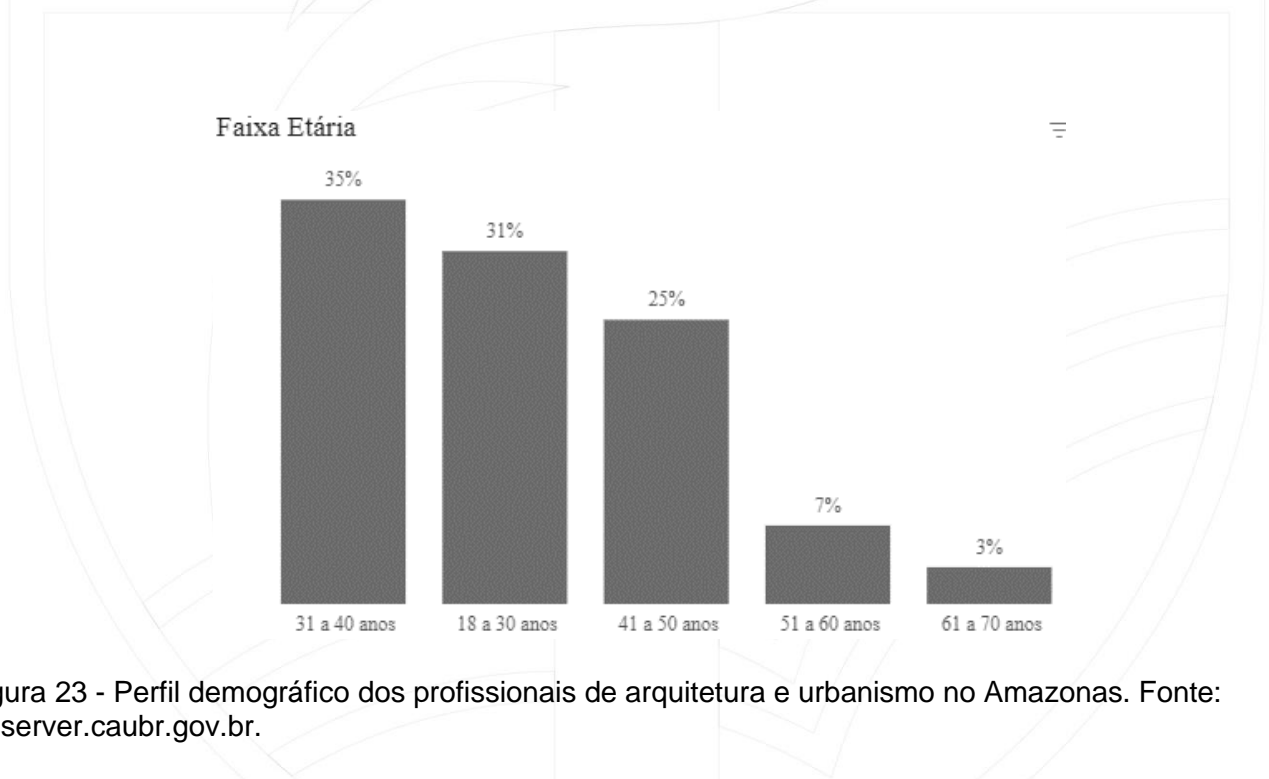


Figura 23 - Perfil demográfico dos profissionais de arquitetura e urbanismo no Amazonas. Fonte: gisserver.caubr.gov.br.

É importante ressaltar que, segundo o ex Assessor da Presidência do CAU-AM, Arq. Urb. José Augusto Bessa Júnior, o Amazonas possui pouco mais de 2.500 profissionais para atender uma população de aproximadamente 2.500.000 de habitantes somente na capital, onde 90% dos profissionais atuam na área de Arquitetura de Interiores e 10% atuam

desenvolvendo projetos ou atividades para classe média ou de interesse social. Logo a relação é de 1 arquiteto para cada 1.000 habitantes, se comparado a outros estados como São Paulo, que possui cerca de 94.000 profissionais para atender por volta de 12.300.000, ou seja, a relação é de 130 arquiteto para cada 1.000 habitantes.

A importância da formação em Arquitetura e Urbanismo salienta a necessidade de qualificação da força de trabalho local, pois, apesar da diversidade de possibilidades, há uma carência de profissionais atualizados, capacitados, e em consonância com uma formação ética e humanistas com valores ambientais, reforçando o valoroso papel da formação profissional desenvolvida pela faculdade Santa Teresa no curso de Arquitetura e urbanismo na modalidade 100% presencial.

C.15.2 Demandas de Natureza Social

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o estado do Amazonas tem uma população estimada de 3.941,175 habitantes, com um crescimento de 457.190 mil habitantes em relação ao último Censo, realizado em 2010. Dos seus 62 municípios, tem como capital a cidade de Manaus, a qual possui a maior densidade demográfica com estimativa populacional, segundo o mesmo órgão de 2.063.547 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 11.401 km² km².

Dentre as 11 maiores cidades brasileiras, Manaus foi a que teve o maior crescimento na última década, onde a população cresceu acima da faixa de 20% (IBGE 2010). Vale ressaltar que, sendo o maior estado brasileiro em tamanho e extensão, o Amazonas tem 98% de área de floresta preservada, muito disto se deve, ao grande potencial turístico além da política de incentivos do modelo de Zona Franca de Manaus, que completou em 2022, 55 anos.

Dados do PIB 2020 informam que o Amazonas é o estado que mais cresceu economicamente até junho de 2018 na região Norte. Em 2020, a capital Manaus foi a 6^o. colocada, entre as capitais brasileiras, o demonstra o potencial econômico da região. Os dados educacionais da região apontam que o estado possui taxa de escolaridade líquida (que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária) de 15,3%, abaixo da média nacional (18,1%).

Do total de alunos do ensino superior no estado, 48,8% têm até 24 anos. 70,3% das matrículas totais (presencial e EAD) do estado estão em instituições privadas. Em relação às modalidades, 77,7% das matrículas são em cursos presenciais. Em 2019, obteve-se um número de 49,9 mil concluintes no ensino médio e 166 mil matrículas no ensino superior: 129 mil em cursos presenciais e 37,1 mil na modalidade EAD. 70,3% das matrículas totais (presencial e EAD) do estado estão em instituições privadas.

A estatística educacional do IBGE demonstra também que segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018), aproximadamente metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem ainda o ensino fundamental completo, e entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% não tem ensino médio, o que dá uma dimensão da massa populacional com potencial demanda para o ensino superior.

Em Manaus, ainda no mesmo levantamento, do total de habitantes, apenas 7,5% tinham o ensino superior, e 5,7% frequentavam o ensino da graduação, fato que encontra um complicador nos indicadores que apontam para a distribuição do nº de Instituição de Ensino Superior (IES) por região geográfica. Segundo o último Censo da Educação Superior (2020), existem hoje no Brasil 2.457 instituições de ensino superior, destas apenas 165, estão no Norte do País. Em porcentagem significa dizer que do percentual de oferta de ensino superior ao norte do país, participa com índices em torno de 7%.

O estado do Amazonas configura nesta estatística com 20 instituições de ensino superior entre públicas e privadas, considerando Universidades, Centros universitários, Faculdades e Institutos Federais. A oferta de vagas e instituições de ensino superior colocadas em posição de análise frente ao número de matrículas do ensino médio em nossa região, apresenta um cenário de oportunidades para expansão, conclamando todos para o compromisso social de ampliar o acesso com qualidade e equidade ao ensino superior.

Observa-se ainda que se faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável. Podemos afirmar inclusive, com base no exposto, que o Norte do país carece de oferta de mais vagas como forma de equalizar a distribuição da educação de nível superior existente e diminuir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão social por meio da oferta do ensino superior.

Neste contexto, quanto ao ensino superior de Arquitetura e Urbanismo e sua prática durante e após a formação, é necessário observar estas duas esferas em âmbitos distintos. No âmbito do urbanismo, novas soluções de sustentabilidade para a mobilidade urbana e seus respectivos modais diversificados, com o fomento para a caminhabilidade, urbanismo tático, arborização urbana, acessibilidade, uso eficiente do solo e inovação por meio das conexões entre tecnologia e meio ambiente, são esperadas pela sociedade no contexto mundial de mudanças climáticas, principalmente no que tange às cidades inteligentes e que seguem os pressupostos sustentáveis.

E no âmbito da Arquitetura, em relação ao às demandas de natureza social especificamente, o maior exemplo de preparação acadêmica profissional está relacionado às necessidades de habitação de interesse social. O CAU-BR viabiliza e fomenta a chamada ATHIS - Assistência técnica para habitação de interesse social, fundamentada a partir da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.



Figura 24 - Ações da ATHIS realizadas pelo CAU-BR. Fonte: caubr.gov.br.

Por meio deste instrumento, as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas atendidas, bem como para a expansão do campo de atuação do arquiteto e urbanista no Brasil.

Assim, considerando-se o exposto, ainda há muito que ser feito para formar com qualidade e na quantidade necessária, arquitetos e urbanistas para a ocupação das vagas geradas nos diversos segmentos alinhados aos desafios sociais contemporâneos e do mundo do trabalho de forma a oferecer mão de obra com qualificação apropriada, que incluem também não só a necessária profissionalização, mas também a formação ética e humana, que conecte o futuro egresso do curso de Arquitetura e Urbanismo aos desafios éticos e socioambientais da região, cuja missão é da mais alta relevância para a qual a Faculdade Santa Tereza se apresenta.

C.15.3 Demandas Culturais

Manaus, é em muitos sentidos uma cidade peculiar, no que compete a sua composição social, desde o processo de formação da população amazônica, formação cultural, guarda as marcas da colonização europeia, da tomada dos territórios de populações tradicionais, dos processos migratórios gerados a partir dos ciclos econômicos, experimentados como saída de desenvolvimento da região.

Esta composição de fatores, sem dúvida, acresce de grande complexidade a composição cultural da região que convive desde o seu início, com o hibridismo cultural, fazendo emergir hábitos e formas de compreensão do mundo muito particulares aos que vivem aqui. No norte do país, as crenças e mitos indígenas, os hábitos alimentares, as formas de cura se misturam, aos hábitos de outras populações, advindas de grandes fluxos populacionais que aqui chegaram como os nordestinos, que foram atraídos pelo chamado do 2º. Ciclo da Borracha aquecido pela segunda guerra mundial.

Também se misturam aos hábitos da região sul e sudeste, atraídos pela Zona Franca de Manaus, de Chineses, Koreanos e Americanos e Europeus pelas intensas trocas tecnológicas, produzidas pela presença de multinacionais que hoje mantêm empresas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Em referência aos aspectos culturais da cidade de Manaus,

temos uma grande contribuição de nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha.

Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de suvenires, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros.

Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza dos nossos rios como o Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios socioculturais do estado do Amazonas também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecidos pela rivalidade de dois bois bumbás Garantido e Caprichoso, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu, entre outros.

O Estado conta com as seguintes diretorias ligadas a Secretaria de Cultura: Administrativa e Financeira; Eventos; Teatro Amazonas; Museus; Centros Culturais; Corpos Artísticos; Parques e Praças Culturais; Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro de Manaus; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro/Unidade Parintins; Patrimônio Histórico; Galeria do Largo; Departamento de Literatura; Bibliotecas.

E o resumo dos projetos/programas/serviços da SEC são: Programas: Liceu Manaus e Parintins - ações artísticas e culturais no ensino das artes: cursos regulares e livres nos segmentos da música popular e erudita, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, audiovisuais, cursos especiais e de aplicação pedagógica (orquestra e corais), Gestão de Educação a Distância: Plataforma Virtual de Arte e Cultura Amazônica, quanto a gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e logística das ações artístico-culturais, da Secretaria de Estado de Cultura.

Espaços públicos e Centros Culturais: Povos da Amazônia, Largo de São Sebastião, Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Professor Gilberto Mestrinho/Sambódromo, Amazonino Mendes (Parintins), Usina Chaminé, Indígena Ajuricaba, Popular Galeria do Largo de São Sebastião Museus: Seringal Vila Paraíso e Casa Eduardo Ribeiro Palacete Provincial. Parques: Senador Jefferson Peres e Rio Negro. Praças: Antônio Bittencourt, Heliodoro Balbi. Teatros: Amazonas, Instalação. Biblioteca Pública.

Corpos Artísticos: Bale Experimental do Corpo de Dança do Amazonas; Balé Folclórico do Amazonas; Coral do Amazonas; Corpo de Dança do Amazonas; Grupo Vocal dos Corpos Artísticos; Madrigal da Casa de Música Ivete Ibiapina; Orquestra Amazonas Band; Orquestra Amazonas Filarmônica; Orquestra de Câmara do Amazonas; Orquestra de Violões do Amazonas; Orquestra Experimental Amazonas Filarmônica. Principais eventos: Carnaval e Carnaboi, Festival de Ópera, Festivais Folclóricos, Multieventos, Ações de Arte e Cultura, Atividades de Cultura Popular.

Quanto às tendências para a cultura do Estado, uma visão sistêmica da cultura é necessária, buscando o diálogo e as parcerias entre as mais diversas secretarias de governo, como SEDUC, SEAS, SEJUSC, SEJEL, etc, com visão intersetorial das ações e desenvolvendo projetos em conjunto. Outro grande desafio de uma nova gestão cultural para o Estado, gira em torno da popularização e interiorização da cultura de uma forma geral.

A necessidade de ampliar os equipamentos e a utilização dos aparelhos culturais nos bairros de Manaus e nos municípios mais distantes da capital, valorizando e incentivando a produção e a divulgação da cultura popular, indígena e afro amazônica. Além de apoio e incentivo para organização de grupos de cultura popular nos bairros e municípios, e respeito ao protagonismo dos grupos e organizações já existentes nessas localidades.

A grande riqueza cultural existente na região vai de encontro à falta de preparação de gestão e planejamento das atividades envolvendo profissionais da cultura autônomos, de pequenas e medias empresas, assim é justificável a criação do curso que tem no profissional Administração o suporte necessário para auxiliar e orientar os processos de turismo, hotelaria, serviços e gestão de pessoas tão presentes em eventos e produtos culturais.

C.15.4 Demandas de Natureza Ambiental

A região Amazônica é considerada Patrimônio da Humanidade e abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta, e a arquitetura contemporânea apoia-se em fundamentos que incluem questões sobre ecoeficiência, sustentabilidade, utilização das condições climáticas naturais, e incorporação de novas formas de energia, dentre outros aspectos relevantes e fundamentais diante das condições atuais de uma cidade em desenvolvimento ou mesmo em qualquer outra do nosso país, sejam na diminuição da exploração dos recursos

naturais, da poluição e resíduos sólidos, como na utilização da eficiência energética e da qualidade ambiental.

Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, e enfrenta uma série de ameaças em tempos atuais. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010).

A essas ameaças soma-se as ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010).

Neste contexto dos riscos apresentados, a arquitetura sustentável busca como resultado final um edifício ecoeficiente e com o mínimo impacto ambiental e a Faculdade Santa Teresa entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. De fato, o discurso em torno de práticas ambientais, verdes, ecológicas ou sustentáveis definitivamente já entrou no universo da arquitetura e do urbanismo, especialmente para a demanda da Amazônia.

A formação de novos profissionais na área de Arquitetura e Urbanismo, justifica-se pela comprovada demanda regional de novas soluções inovadoras, sustentáveis, vernaculares, éticas e humanistas para o conceito atual de comunidades resilientes no contexto das mudanças climáticas.

Diretrizes globais já foram estabelecidas, a exemplo dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU, especialmente no item 11 referente à Cidades e comunidades sustentáveis, bem como ações internacionais de movimentos como a União Internacional dos Arquitetos (UIA) que discutiu em 2023 sobre o tema “Futuros sustentáveis: Não deixar ninguém para trás”, em Copenhague, na Dinamarca, durante o 28º Congresso Mundial de Arquitetos.

Em Manaus, o CAU-BR e os CAUs da Amazônia realizaram em 2023 o evento Amazônia 2040, apresentando a proposta de imersão nas diferentes Amazônia do Brasil, valorizando as inerências, pensando localmente na resolução das problemáticas enfrentadas por cada uma (Figura 9), e fomentando a discussão regional e local do tema, com a participação dos alunos de arquitetura e urbanismo, com abordagens sobre as diversas soluções pensadas por atores locais, que aportou ao debate as cicatrizes das periferias urbanas e a questão da melhoria das 25 milhões de moradias precárias do país e a defesa da implementação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).

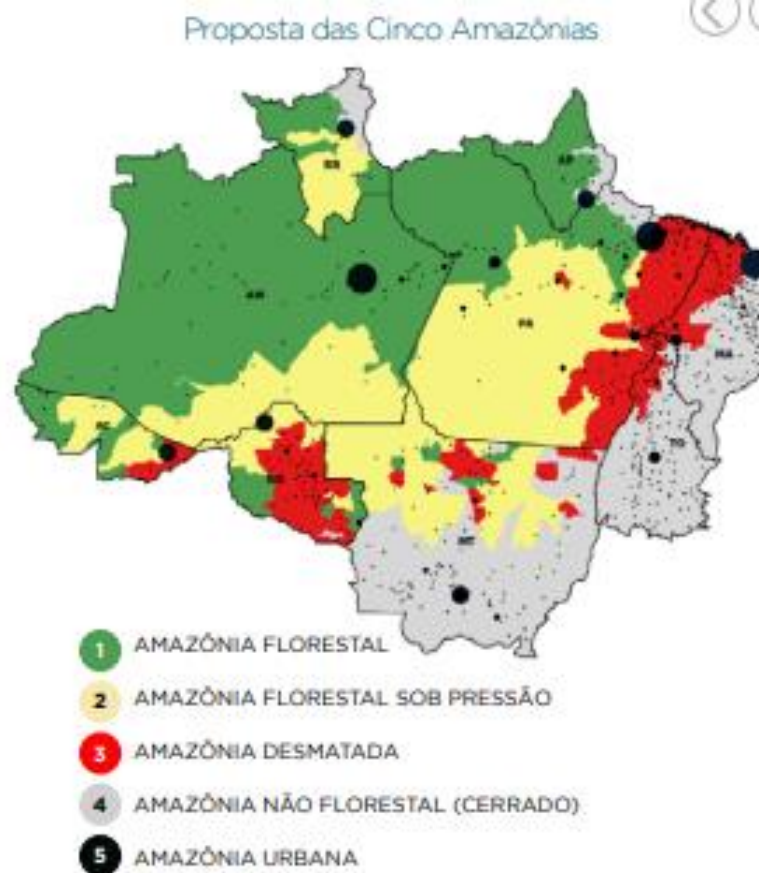


Figura 25 - A proposta das 5 Amazôniaas. Fonte: caubr.gov.br.

Portanto, a formação de novos profissionais na área de Arquitetura e Urbanismo, justifica-se pela comprovada demanda regional, exercendo sua autonomia e criatividade na elaboração de propostas específicas. Essas propostas deverão ser capazes de articular as demandas locais e regionais, e neste contexto e em consequência da demanda do mercado, da missão institucional e da necessidade de desenvolvimento da região, é oferecido o curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Santa Teresa, fazendo do ato educativo um trabalho qualificado para a formação de profissionais bem preparados para este novo mundo.

C.15.5 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO

Segundo o e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>), atualmente existem 07 (sete) Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Arquitetura e Urbanismo no estado do Amazonas, sendo uma (01) pública (UFAM) e seis (06) particulares, a saber:

-	IES	Tipo	Modalidade	Vagas/ano
1	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Pública	Presencial	50
2	Faculdade Santa Teresa (FST)	Particular	Presencial	180
3	Centro Universitário Ceuni - FAMETRO (Unidade I)	Particular	Presencial	250
4	Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM-ULBRA)	Particular	Presencial	50
5	Faculdade Martha Falcão Wyden - FMF	Particular	Presencial	120
6	Universidade Nilton Lins (Uniniltonlins)	Particular	Presencial	492
7	Centro Universitário do Norte (UNINORTE I)	Particular	Presencial	380

De acordo com a pesquisa do SEMESP (2020), a região registrou aproximadamente 716 mil matrículas no ensino superior, sendo 453 mil em cursos presenciais e 263 mil na modalidade EAD, representando 8,3% das matrículas do país, a região com menor número de estudantes do ensino superior do país.

Ainda seguindo o último Censo da Educação Superior (2020), existem hoje na região Norte, apenas 192 instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e 95, cursos EAD (eram 82 em 2018, crescimento de 15,9). Essas IES são divididas entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Em porcentagem, significa dizer que do percentual de oferta de ensino superior ao norte do país, participa com índices em torno de 8,3%. O Estado do Amazonas, configura nesta estatística com apenas 26 instituições de ensino superior entre públicas e privadas, considerando Universidades, Centros universitários, Faculdades e Institutos Federais. Nesta distribuição desigual de vagas, a Região Sudeste é responsável por 45% de matrículas no ensino superior no Brasil.

Embora existam estas 07 (sete) Instituições de Ensino Superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo, ainda é evidente a necessidade de profissionais qualificados não somente na capital, como nos diversos municípios do Amazonas, uma vez que a carência de mão de obra especializada na área de projetos e planejamento é evidente. Poucos são os municípios que possuem Arquitetos e Urbanistas como membros das equipes técnicas.

Acerca das relevâncias citadas acima justificamos que o curso de bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santa Teresa quer formar os melhores profissionais, com tomada de decisões seguras, críticas, que consigam interpretar e aplicar as melhores e atualizadas evidências científicas, no princípio da ética, que tenham subsídios para a formação criativa, empreendedora, que possam tomar destaques frente à gestão, sendo líderes, participando e contribuindo ativamente para a transformação social em benefício das pessoas, baseados nas melhores práticas da profissão e nas melhores tomadas de decisões.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, especificamente, é uma opção à Sociedade Amazonense, pois a oferta deste tipo de formação não se apresenta distribuída de forma uniforme pelas regiões do Brasil. O Estado do Amazonas possui área de 1.577.820,2 km² que congrega 62 municípios, tendo a cidade de Manaus como capital. O curso de Arquitetura e Urbanismo no Amazonas é ofertado apenas na capital, Manaus. Isso faz com que haja um grande êxodo dos municípios para a capital. A cidade de Manaus é o maior centro urbano do Estado do Amazonas, com população de 3.483.985 habitantes, segundo o Censo do IBGE-2010.

A proposta do Curso de Arquitetura e Urbanismo foi criada para atender às solicitações do mercado em decorrência da carência destes profissionais, principalmente no interior do Estado do Amazonas e dos interiores dos demais Estados da Região Norte, que se caracterizam por deficiência em mão de obra qualificada e experiente.

A implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Santa Teresa objetiva inserir no mercado novos bacharéis, contribuindo desta forma, para melhoria da qualidade de vida da população regional, garantindo assistência técnica individual e coletiva considerando a situação social, política, econômica e ambiental do Estado do Amazonas e de regiões circunvizinhas. Por tudo o que foi exposto cremos que os argumentos aqui apresentados, dão a base sólida na qual nós sedimentamos nossa justificativa para lograr êxito no ato de reconhecimento do curso.



FACULDADE
SANTA TERESA

Organização Didático-Pedagógica

DIMENSÃO

1

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

A interação entre as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa dentro da organização acadêmica, permeia-se na configuração pedagógica que fundamenta o ensino superior sustentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, para consolidar essa tríade, a missão, os objetivos, as metas e os valores institucionais devem realizar sua função social e educativa, indo além das questões meramente técnicas para a realização do fazer profissional. O fundamental é o entendimento de que o processo de educar, se faz necessário dentro de uma formação humanística, ética com o intuito de uma responsabilidade social no que tange o desenvolvimento da Amazônia.

O fluxograma abaixo traduz o alinhamento entre o tripé que sustenta a educação superior, a responsabilidade institucional, os objetivos institucionais, a missão, a visão e os valores.

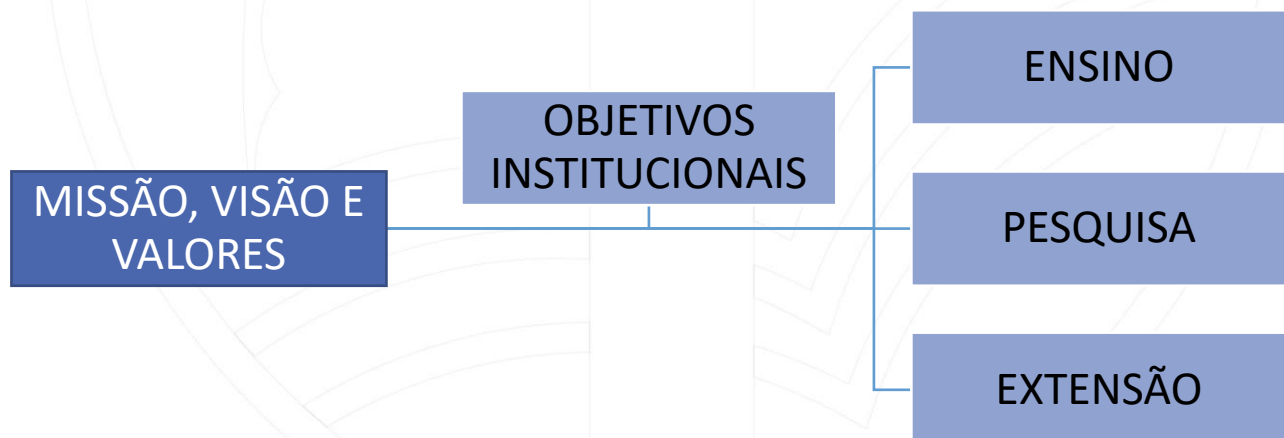


Figura 26 - Alinhamento entre o tripé que sustenta a educação superior. Fonte: Própria.

Conseqüentemente, a missão da Faculdade Santa Teresa se concretiza e se dialoga com os objetivos e valores institucionais, levando a efetivação do tripé pesquisa, ensino e extensão. As políticas institucionais previstas para Ensino, Pesquisa e extensão, seguem no curso superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, tendo o PDI como fonte de orientação, foi pensando a partir dos valores educacionais que sedimenta toda oferta de serviços educacionais da Faculdade Santa Teresa, são eles:



Figura 27 - Valores educacionais que sedimentam toda oferta de serviços educacionais da Faculdade Santa Teresa. Fonte: FST:2020.

Estes valores vão ao encontro do que preconizam os indicadores e a legislação do ensino superior, além de estarem alinhados com a literatura especializada que se ocupa de refletir acerca dos princípios e finalidades desde nível de ensino. Para tal, é possível afirmar que o ensino superior, deve, numa perspectiva sistêmica, formar para uma dada profissionalização articulada ao mundo do trabalho e suas necessidades, deve ainda observar a formação humana e ética dos seus acadêmicos, e por fim deve cumprir uma missão importantíssima que se revela no retorno da comunidade com capital humano qualificado, contribuindo não somente para o desenvolvimento individual do acadêmico como também para a sociedade.

Assim, a Faculdade Santa Teresa expressa o compromisso com a educação superior de qualidade, por meio de sua MISSÃO:

Promover a disseminação e a construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia.

1.1.2 Política de Ensino

O curso superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santa Teresa se propõe a realizar um trabalho pedagógico que incorpore em suas práticas educativas, métodos de ensino e técnicas no campo da didática, orientado para o desenvolvimento de competências, privilegiando o uso de metodologias ativas de ensino. Nossa proposta de validação da aprendizagem se encontra articulada à metodologia de ensino e se orienta para avaliação de competências desenvolvidas pelos alunos.

O currículo neste enfoque, se apresenta organizado em dois planos: o primeiro plano chamamos de plano horizontal, de onde propomos desenvolver os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade. Já o segundo plano, chamamos de vertical e representa o enfoque transversal, a partir principalmente da abordagem de temas relativos as relações étnico-raciais, direitos humanos, inclusão e questões ambientais.

Não nos passa despercebido que na direção do desenvolvimento das competências previstas tanto nos marcos legais (Catálogo Nacional do curso) quanto no que estão presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, os conteúdos curriculares que são tomados como objetos complexos e tridimensionais, onde conceitos, habilidades e atitudes se entrecruzam passando a ser objeto de trabalho sistemático em sala de aula.

Os aspectos de inovação pedagógica também estão presentes na organização do trabalho pedagógico, a partir da inserção de elementos tecnológicos de complementação e enriquecimento dos conteúdos e das aprendizagens, na realização de atividades

pedagógicas com o uso de sites interativos, vídeos, visitas técnicas e demais recursos didáticos disponíveis nos laboratórios, sempre na contextualização do mundo do trabalho.

Assim, os planos de aprendizagem são elaborados no sentido de garantir uma dada organização pedagógica, a partir de sequências didáticas planejada para assegurar o alcance dos objetivos propostos na unidade curricular e o desenvolvimento de competências previstas nos projetos pedagógicos do curso.

No âmbito do nosso curso de Arquitetura e Urbanismo, considerando a complexidade da formação, pretendemos ofertar ensino de qualidade, que coloque à disposição dos alunos, espaços de experiência teórico-práticas com os insumos necessários, recursos e apoio no sentido de desenvolver os conteúdos, tendo como horizonte a formação de competências que permitam acesso ao mundo do trabalho além de conhecimentos para empreender e inovar na área, realizando portanto, uma metodologia de ensino que produza aulas onde:

- A ação pedagógica seja centrada no aluno, sobre o qual manter-se-á o processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- A ação pedagógica seja integrada por objetivos de aprendizagem, a partir do projeto pedagógico, área de conhecimento e habilitação profissional;
- A ação pedagógica seja crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.;
- A ação pedagógica seja articulada entre ensino, pesquisa e extensão garantindo produção de conhecimento com contribuição social, colocando suas políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional;
- A ação pedagógica seja sensível e comprometida com os problemas da comunidade, assumindo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional.

A Faculdade Santa Teresa mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração e implantação de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais documentos legais pertinentes. Busca o direcionamento de sua política institucional

para o ensino, nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa, além de considerar a atualidade e a pertinência dos conteúdos mais atuais de cada área, considerando a modalidade presencial.

Mantém como fundamento o entendimento de que os projetos pedagógicos devem ser construídos de maneira a proporcionar a articulação e orientação das ações institucionais na direção da consecução do perfil do egresso desejável. Neste sentido, os Projetos Pedagógicos conferem sentido e direção às atividades acadêmicas internas ao curso, em sintonia com os princípios educacionais e os compromissos assumidos pela Política de Ensino, alcançando assim um nível satisfatório de coesão interinstitucional.

Reafirmando suas intenções e compromissos com a efetivação de um projeto educacional pautado na conquista de uma formação científica de qualidade e na formação humana, a Faculdade Santa Teresa apresenta suas políticas acadêmica que se estabelece em uma ambiência de participação, responsabilidade, inovação na busca da excelência no trabalho desenvolvido. Focada nessas premissas norteadoras, a Faculdade Santa Teresa define os seguintes princípios que servirão como base de sua política acadêmica:

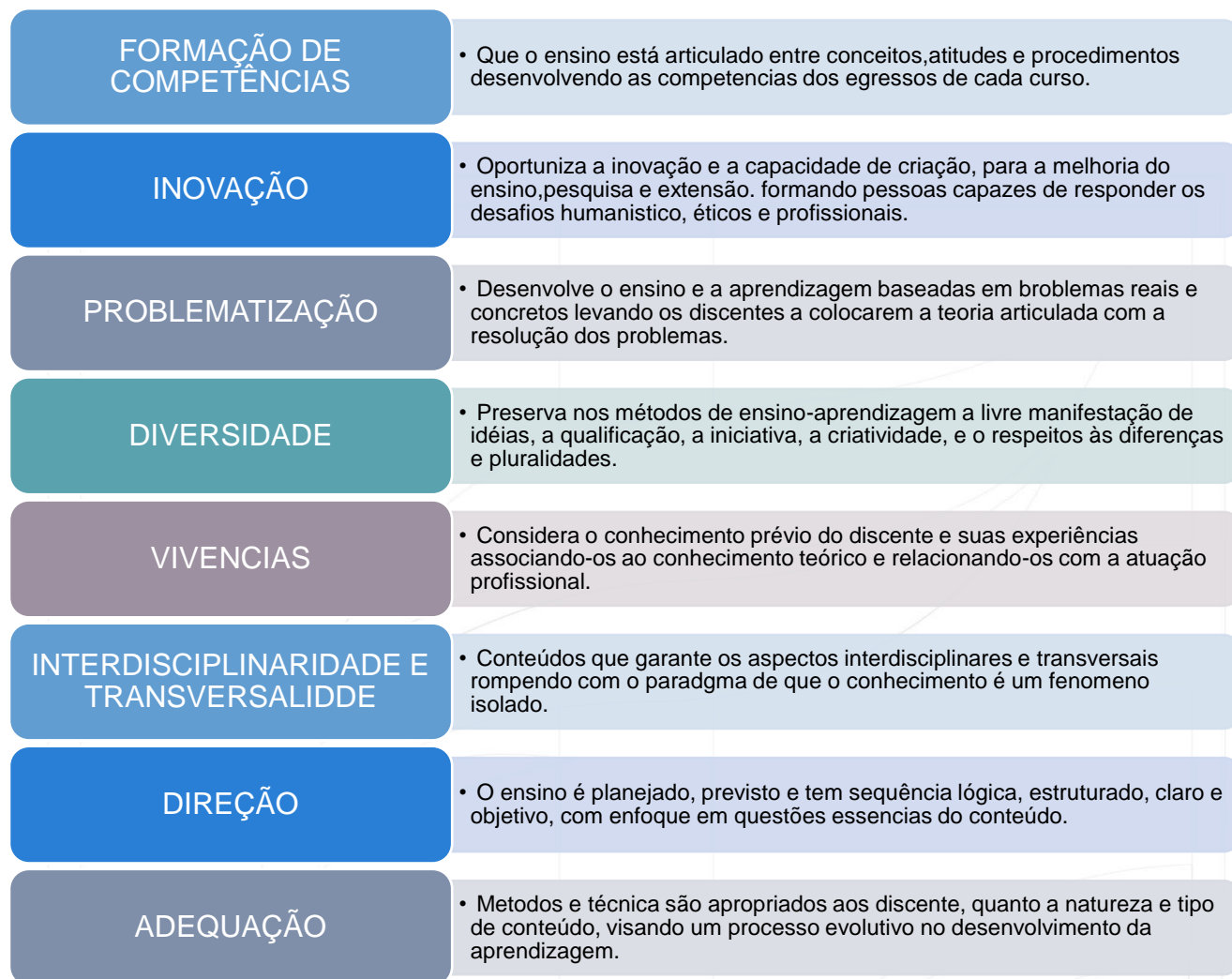


Figura 28 - princípios que são base de sua política acadêmica. Fonte: FST (2022)

A Política de Ensino da Faculdade Santa Teresa incentiva a produção do conhecimento em relação com contexto regional sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica, integrando o conhecimento a partir das inovações metodológicas, que promovam sempre as relações entre teoria-prática e ensino-serviço. Considera também os princípios da interdisciplinaridade e transversalidade do conhecimento com abordagens mais abertas dos conteúdos curriculares e percursos mais flexíveis de formação, entendendo, pois, que todo espaço pode ser educativo desde que receba a adequada mediação pedagógica, não se restringindo à sala de aula.

Dessa forma, as políticas de ensino assumem o compromisso de:

- Incentivar e implementar o trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar;
- Ampliar o universo de atividades da Faculdade Santa Teresa dentro de suas áreas de atuação, na modalidade presencial;
- Estimular o desenvolvimento de ações relativas à Educação Inclusiva.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais. Neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Baseado nesses princípios, o curso de Bacharelado em Arquitetura e urbanismo busca em seu Projeto Político do Curso, oportunizar os itens explanados a seguir.

1.1.2.1 Atividades de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar possíveis déficits de formação dos ingressantes, a Faculdade Santa Teresa oferece aos seus alunos cursos de nivelamento em língua Portuguesa. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa são ministrados módulos de gramática e redação. Esta formação visa suprir as dificuldades mais comuns encontradas, com a finalidade de fortalecer o domínio das competências básicas da língua portuguesa, principalmente para os alunos que se encontram afastados das atividades escolares e ou acadêmicas.

1.1.2.2 Projetos Transversais e Interdisciplinares

A Pedagogia de Projetos é um tipo de organização curricular que confere ao trabalho pedagógico, um caráter mais integrador e menos fragmentado, Hernández e Ventura, justificam assim a presença de projetos de trabalho nos diferentes níveis de ensino:

(...) a organização dos Projetos de Trabalho se baseia fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo mais interno do que externo, no qual as relações entre os conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série

de problemas que subjazem na aprendizagem. Esta seria a ideia fundamental dos projetos (2017, p. 61).

Dentro desta proposta, temos que considerar ainda o caráter interdisciplinar na abordagem do conhecimento, pois a complexidade do mundo do trabalho, o avanço das novas tecnologias, requerem de todos os futuros profissionais, a habilidade de pensar em termos de complexidade no sentido descrito por Edgar Morin, que não significa a dificuldade de um determinado conteúdo, mas sim a existência de uma teia de relações, que qualquer conhecimento ou qualquer ato humano enseja. Ou seja, operar os meios de vida e de produção na construção de um saber fazer na contemporaneidade, representa aprender a pensar fora de uma lógica linear e cronológica apenas. A transversalidade também segue este mesmo princípio, ou seja, estão ambas as abordagens, em busca da religação de saberes, os quais foram separados pela ciência moderna em busca de sua especialização cada vez mais expressiva.

Epistemologicamente, a disciplinaridade não deixou de existir, tampouco a especialidade do saber, o que propomos é uma abordagem do conhecimento onde os meios de ensino possam tornar videntes as múltiplas relações e conexões entre saberes que apenas aparentemente não se relacionam, e onde se possa diminuir as fronteiras que separam não só a teoria da prática, mas também separam conteúdo, disciplinas e áreas de saber.

Por esta visão, a Faculdade Santa Teresa, utiliza uma estratégia de integração onde cultura, ciência, tecnologia, gestão, relações étnicas, ambientais, econômicas, jurídicas, emocionais, dentre outras circulam em torno de um tema que será estudado em uma abordagem conceitual Inter e transversal, de onde os alunos são convidados a dialogar, trocar experiências, se integrar em outras áreas, tendo como pano de fundo a discussão de uma temática de interesse e relevância social, que potencialize a formação dos alunos e ajude a fomentar um olhar interessado, dialógico, aberto entre os acadêmicos e realidade contemporânea.

Estas atividades que também se apresentam abertas à comunidade externa acontecem em sábados letivos, previstos em calendário acadêmico e são denominadas de Sábado Integrador. O Programa Sábado Integrador, está nos apêndices desde PDI, este programa ele está inserido nos projetos do PAPEEXI, neste acontece a interligação entre ensino, pesquisa e extensão.

É claro que o estímulo à interdisciplinaridade e à transversalidade não estão limitados a momentos específicos previstos em calendário. A orientação para que o tratamento dos conteúdos curriculares estejam sempre que possível e necessário, conectados a outros saberes, é uma orientação metodológica que ganha corpo por meio da problematização e das metodologias ativas adotadas pela Faculdade Santa Teresa.

É importante que se destaque que na Faculdade Santa Teresa as sequências didáticas que conduzem a aula têm duração de 3 horas relógio de sessenta minutos. Nesta direção a grade de horário é composta por uma disciplina diária com três horas de duração e 5 disciplinas ao longo da semana em horário e dias públicos, conhecidos e divulgados aos alunos.

Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Assim, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Pedagógico possam se consolidar, indicando que o professor assuma o conhecimento e realize mediações didáticas, dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, incorporando técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, realizando o planejamento e desenvolvendo um plano de aprendizagem para as suas turmas. Indica-se também que a organização das sequências didáticas privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber ressignificado.

1.1.2.3 Ações inovadoras de ensino

Para Faculdade Santa Teresa, a aprendizagem está relacionada com a atividade problematizadora, tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Nosso modelo metodológico crer que a problematização é um importante gatilho na construção das competências previstas nos perfis de egressos que orientam o percurso de formação na graduação, pois acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender e resolver problemas, problemas estes que provavelmente ainda nem existem no momento da formação, mas que se farão reais quando os acadêmicos estiverem no mercado de trabalho.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a superação com modelos estritamente disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação, na seguinte lógica:

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical. A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece, privilegiando a adoção de metodologias ativas;
- Assumir o princípio educativo da pesquisa e conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de construção e multiplicação do saber.

1.1.2.4 Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S)

O mundo digital ressignificou o ensino e a aprendizagem, métodos de ensino que se focavam apenas em anotações em quadro e material impresso estão aos poucos dando espaço a novos métodos, onde as TICs passam a fazer parte do cotidiano da sala de aula, as instituições de ensino passam a incorporar em seus ambientes acadêmicos. Alunos e professores estão cada vez mais conectados e interessados por processos automatizados, por isso a Faculdade Santa Teresa busca incorporar em seu repertório ferramentas pedagógicas digitais que atendam às necessidades de discente e docente.

A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A Faculdade Santa Teresa entende por TIC's como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os de multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admite-se que as TIC's podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

1.1.2.5 Internacionalização e mobilidade acadêmica

A mobilidade acadêmica possibilita aos discentes um intercâmbio de saberes, troca de experiências entre diferentes culturas, enriquecendo o capital cultural do discente e possibilitando o enriquecimento de sua formação, uma vez que experiência não só culturas diferentes, mas ambientes acadêmicos também diferentes. Dessa forma a Faculdade Santa Teresa em manterá convênio com instituição de ensinos estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como oferta também disciplinas estrangeiras em suas grades curriculares. Também oferta a seus discente o centro de idiomas da própria instituição.

1.1.2.6 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e prática profissional

Os estágios supervisionados configuram na formação do discente a possibilidade de levar a prática os processos apreendidos em sala de aula, promovendo a relação entre teoria e prática, onde o discente poderá vivenciar a sua profissão, adquirindo experiência e desenvolvendo competências necessárias para sua atuação profissional.

Em concordância com as DCN do curso que é um componente curricular na formação do discente, deverão acontecer com o intuito de formar o discente para sua atuação no mercado de trabalho, na Faculdade Santa Teresa os mesmos devem ser supervisionados, acompanhados e avaliados por docentes do curso indicado pelas coordenações do curso, norteados pela PPC do curso, com regulamentos e manuais próprios.

Devendo ser desenvolvidos na própria ambientes onde se aja convênios celebrados, resguardando os direitos dos alunos, segurança e à sua integridade. Os estágios supervisionados devem estabelecer os seguintes objetivos:

- Integrar teoria e prática a partir da inserção em espaços reais de prática profissional;
- Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento da graduação;
- Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;

- Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades inerentes ao exercício profissional;
- Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do curso;
- Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais na área de conhecimento;
- Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da Faculdade Santa Teresa, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio.

1.1.2.7 Seleção de conteúdo para os cursos de graduação e pós-graduação: competências e habilidades

Na Faculdade Santa Teresa a seleção dos conteúdos perpassa pelas orientações das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) de cada curso, bem como também pelos catálogos, conselhos e/ou entidades profissionais e pesquisas das diversas áreas de conhecimento. No entanto a contextualização desses saberes se concretiza dentro da Instituição, permeado pelas identidades e valores que a compõem.

Como destaca Young (2011) o conhecimento que é inserido nos currículos precisa estar baseado nos conhecimentos construído pelas comunidades, porém nem sempre estes conhecimentos construídos nas comunidades estão intimamente ligados com a academia, para tanto se faz necessário uma “recontextualização”, onde essa ponte seja construída. Conhecimentos acadêmicos científicos relacionados com os conhecimentos da comunidade. Edgar Morin (2006), por sua vez, destacou o processo de aprender, desaprender e reaprender. O papel da educação nos novos tempos é o processo de desaprender conceitos fechados e obsoletos que estão dissociados da prática social e profissional. Desta forma, o processo de seleção de conteúdo deve está intimamente ligado aos processos científicos, culturais e sociais.

Para as seleções e atualizações dos conteúdos, os grupos de NDE (Núcleo Docente Estruturante) e os Colegiados, estarão em constante processo de estudo e pesquisa das diretrizes e aspectos culturais que influenciam a atuação desses profissionais em formação. Dessa forma, os conteúdos a serem ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso de graduação, respeitando os aspectos socioantropológicos, cognitivos e epistemológicos.

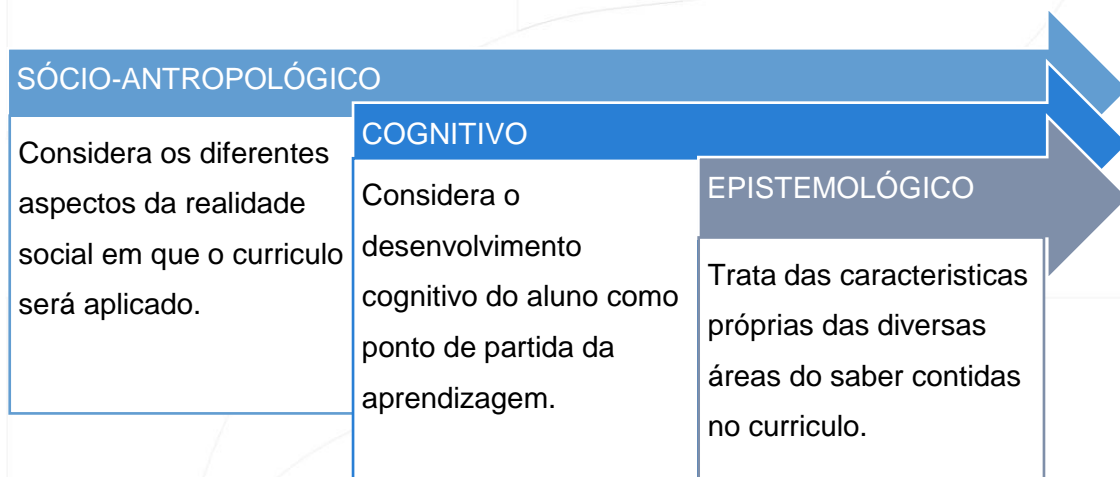


Figura 29 -Aspectos socioantropológicos, cognitivos e epistemológicos. Fonte: FST (2020).

Entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daquele conteúdo. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, dentre outras.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a

favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade vivida, tendo em vista a sua transformação.
- Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas: a revisão contínua dos currículos; a atualização permanente de programas e mentas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido periodicamente.

A Faculdade Santa Teresa observa as seguintes diretrizes na elaboração, atualização e revisão dos currículos:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Interrelação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal.

1.1.3 Política de Pesquisa

Tendo em vista as Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica, e considerando a missão institucional prevista no PDI, no âmbito do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, pretende-se utilizar a pesquisa como um princípio educativo, ou seja, aprender por meio da pesquisa, posicionando-a como parte inerente dos processos de educação e da formação humana.

Mais do que tal constatação, a pesquisa como princípio educativo compreende a investigação como prática de criação, de desejo de conhecer, realizar descoberta e, através de uma prática intencional, que ajuda ao aluno a ter uma visão além da aparência dos fenômenos e a superfície dos fatos, indo sempre em busca da essência das coisas, despertando o sentido de inquietação e de curiosidade necessário aos profissionais que atuarão em um mundo em constante e rápidas transformações.

Neste sentido os alunos podem participar de atividades de pesquisa a partir do 1º período integrando grupos de pesquisa ou projetos de iniciação científica, para tal, recebem orientação adequada e estímulos em forma de bolsas de iniciação científica, apoio a participação em eventos e a publicações científicas, atendendo a editais publicados pelo curso ou pela Faculdade Santa Teresa. As linhas de pesquisa em acordo com orientação do NDE e decisão do colegiado são as mesmas ou ainda correlatas as linhas de extensão, facilitando a promoção da articulação entre ensino/pesquisa e extensão.

Além disso os laboratórios do curso têm espaços para a realização de projetos de pesquisa, os quais são desenvolvidos, observando as normas de biossegurança e as normas dos Conselhos de Ética em Pesquisa, quando pertinente. Neste caso, há um pesquisador responsável do corpo docente do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, para o desenvolvimento de projetos em acordo com as linhas de pesquisa que serão desenvolvidas pelo curso. O Curso de Arquitetura e Urbanismo, estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição.
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor.
- Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação.
- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica.
- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

A Coordenação de Pesquisa e Extensão é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FST, tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.4 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A extensão no curso é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

Sendo assim a Extensão é tradicionalmente entendida como parte de um tripé, o qual deve fornecer as bases de sustentação da Educação Superior – a saber: ensino, pesquisa

e extensão. No curso de Arquitetura e Urbanismo, entende-se a Extensão Universitária como uma ação educativa que possui enorme potencial para interpretar, na IES, as demandas que a sociedade impõe, devendo a mesmo ser mecanismo de socialização do conhecimento, a partir da promoção do “diálogo” entre o saber científico e o saber popular na busca de uma sociedade que traga mais dignidade e solidariedade à vida das pessoas.

A partir de 2023 foi alterada o modelo vigente até então, considerando a extensão como elemento curricular obrigatório, assim para além das formas abaixo apontadas, a extensão passa a ter carga horária específica no interior das disciplinas, tendo suas atividades organizadas em torno de projetos.

Para a classificação das atividades de extensão e modos de operacionalização tomamos como base a divisão das áreas do conhecimento as áreas propostas pelo CNPQ, as quais forneceram o agrupamento para as atividades de extensão e a prestação de serviços à comunidade da Faculdade Santa Teresa. Assume-se como referência para o desenvolvimento das ações de Extensão as seguintes áreas temáticas:

- Comunicação;
- Cultura;
- Direitos Humanos e Justiça;
- Educação;
- Meio ambiente e sustentabilidade
- Saúde;
- Tecnologia; Produção e Inovação;
- Trabalho e Empreendedorismo;
- Gestão; Carreiras e Liderança;
- Macro e Microeconomia;
- Saúde mental e qualidade de vida.

As Linhas de Extensão possibilitam o desenvolvimento de ações de extensão nas diversas modalidades – programas, projetos, prestação de serviços, realização de cursos e eventos – voltadas para a discussão, planejamento, implementação e avaliação visando a formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área e a produção e divulgação de informações.

Sendo assim, o Curso Superior Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pode desenvolver as atividades de Extensão em comunidades e espaços públicos ou coletivos, nos seguintes formatos:

Programas: O programa é um conjunto de projetos que, mesmo criados a partir de diferentes iniciativas, se integram, superando a fragmentação, preferencialmente, integradas ao ensino e à pesquisa, oportunizando a interdisciplinaridade e ação conjunta entre os Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Santa Teresa.

Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para a conquista de um objetivo comum, sendo executado a médio e/ou longo prazo. Ao participar de um programa, alunos e professores ampliarão sua visão interdisciplinar e seu campo de atuação acadêmica e comunitária.

O Programa não se vincula a um departamento ou curso específico, mas, dependendo de sua natureza, pode perpassar por vários desses na Instituição e se fundamentam em leituras e discussões coletivas acerca da realidade social do entorno. O diálogo deverá ser o alicerce dos Programas. Os membros integrantes devem promover um diálogo cuidadoso e criterioso, refletindo sempre sobre as ações implantadas com o objetivo de aperfeiçoá-las e alcançar os resultados esperados.

De igual modo, o diálogo deve ser estendido à comunidade, ONG's, instituições públicas e empresas que, embora não sejam participantes do meio acadêmico, acabam interagindo com os professores e alunos, contribuindo, de modo eficaz, para a realização dos objetivos propostos pelo Programa. A articulação dos projetos em um Programa deverá otimizar a aplicação dos recursos financeiros investidos, visto que as atividades serão mais bem planejadas, evitando repetições de projetos com atuação a partir dos mesmos problemas.

Projetos: Projeto é entendido aqui como o conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma planejada, com objetivos e periodicidade definida, podendo ser vinculados ou não a programas. Os projetos envolvem docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações processuais contínuas. O projeto de extensão representa a garantia da realização ordenada de todas as atividades indispensáveis à consecução dos propósitos pretendidos.

Os projetos serão classificados em: vinculado a um programa (forma preferencial) e não vinculado a um programa (projeto isolado). São muitas as modalidades de extensão para as quais podem ser elaborados projetos: cursos, eventos, atividades complementares e outras. Os Projetos de Extensão podem ser constituídos por cursos, eventos, atividades complementares e outras, articulados entre si. Quando um curso, evento e prestação de serviço é realizado de forma isolada não se constituirá em Projeto.

Entende-se que todo projeto de extensão deve redundar, pelo menos, em um artigo a ser publicado. Os Projetos de Extensão podem ser encaminhados e/ou indicados em qualquer época do ano e terão duração mínima determinada pela coordenação do curso. Aqueles propostos por discentes terão caráter de Projeto permanente.

Os resultados dos Projetos de Extensão devem ser divulgados pelo coordenador do projeto em concordância com a coordenação do curso, através de apresentação em eventos e/ou publicações técnico-científicas sejam eles permanentes ou não. Podem ainda ser contemplados com auxílio deverão ser divulgados em eventos promovidos pela Instituição ou outro, mesmo que sejam os resultados parciais, articulados entre si. Quando um curso, evento e prestação de serviço for realizado de forma isolada não se constitui em Projeto. Entende-se que todo projeto de extensão deve redundar, pelo menos, em um artigo a ser publicado.

Cursos: Curso é entendido como o conjunto articulado de ações pedagógicas, planejadas e organizadas de forma sistemática, de caráter extracurricular, teórico e/ou prático, presencial e/ou à distância, incluindo carga horária e processo de avaliação formal.

Os cursos são classificados por:

I - Modalidade

a) Curso presencial: em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas com a presença simultânea de alunos e professor durante toda a carga horária.

II – Natureza

a) iniciação - objetiva principalmente oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento;

b) atualização - objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento;

c) treinamento e qualificação profissional – objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas;

d) aperfeiçoamento - é um sistema organizado de uma ou mais disciplinas, visa aprofundar conhecimentos em campo determinado, com carga horária mínima de 120h, e ministrado somente a alunos graduados;

Eventos: Os eventos se configuram como propostas com caráter educativo, esportivo, cultural, social, científico, artístico ou tecnológico, sem necessariamente possuir o caráter de continuidade. São desenvolvidos de forma planejada com objetivos e período de curto prazo. Incluem-se na categoria de eventos na Faculdade Santa Teresa: congressos, semanas, jornadas, palestra, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival, excursão e campanha. Os Congressos são eventos de âmbito regional, nacional ou internacional, com duração entre 3 e 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.

Os congressos abrangem um conjunto de atividades como: mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas / workshop, sessões de temas livres e outros. Incluem-se nesta classificação os eventos de grande porte, como feiras, concursos e etc. Os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registrados e certificados. As semanas são eventos de caráter local, com duração mínima de 3 dias, que reúne participantes de diferentes segmentos.

As jornadas ou similares são eventos de caráter científico e/ou profissional de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (1 a 3 dias), quanto em número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação os eventos de médio porte, como seminário, encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião (maior que 8h).

Palestras, conferências ou similares: são eventos científicos de âmbito menor do que a jornada, em termos de duração (menor que 8 horas). Incluem-se nessa classificação os eventos de pequeno porte, como palestra, debate, mesa-redonda, minicurso, reunião ou oficina, com carga horária menor que 8 horas. A conferência se caracteriza por ser um tipo

formal de apresentação feita por convidados especiais, geralmente uma figura de destaque na área. A palestra se caracteriza por ser um tipo formal de apresentação feita por convidados especiais, geralmente uma figura de destaque na área. Difere da conferência apenas por permitir o debate do palestrante com a plateia. A mesa redonda consiste na apresentação, por um número restrito de pesquisadores convidados (3 a 5), de um tema comum que, ao final, é debatido com a plateia.

Oficina: é um conjunto de atividades de caráter prático, que visa desenvolver determinadas habilidades e conhecimentos em uma área específica, incluindo: workshop, oficina e laboratório. Os ciclos de debates são encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui-se nessa categoria: Ciclo de..., Circuito..., entre outros.

1.1.5 Política Ambiental

A Educação Ambiental, é uma temática constantemente presente no mundo, e tem um foco diferenciado na região amazônica, o Amazonas tem uma das maiores diversidades ambiental, fauna e flora, as transformações geológicas e climáticas permitem a evolução das espécies vegetais e animais, por essas transformações há uma riquíssima biodiversidade na floresta Amazônica.

A Faculdade Santa Teresa corresponsável pelo compromisso de valorização do meio ambiente e em cumprimento da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de junho de 2002, a qual institui políticas nacionais de Educação Ambiental, oferece especialmente em seus aspectos extensionistas em suas matrizes curriculares, a constante discussão e ações sobre a temática.

A Política Ambiental da Faculdade Santa Teresa, em consonância também com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm pedagogia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Desta forma, em seu enfoque interdisciplinar, com ações voltadas para o tema, buscará a garantia de interdisciplinaridade e da transversalidade considerando que a educação ambiental se apresenta como objetivo transversal nos cursos da Faculdade Santa

Teresa e é encontrado no curso de Arquitetura e Urbanismo, nos conteúdos de disciplinas como: Conforto ambiental, Estudos ambientais e políticas públicas na Amazônia, Paisagismo, Infraestrutura urbana, dentre outros correlatos e interdisciplinares, a exemplo dos projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetiva incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da Faculdade Santa Teresa e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas.

Quadro 4 - Ações de valorização do meio ambiente.

META	AÇÕES
<p>Promover continuamente ações educativas no que se refere ao meio ambiente, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.</p>	<p>São realizadas ações que promovam a diversidade étnica e cultural da Amazônia, por meio de cursos, projetos de extensão e conteúdo de ensino que promovam conhecimento dos aspectos peculiares da cultura local.</p>
	<p>São trabalhadas de maneira transversal a partir da pedagogia de projetos nos cursos de graduação a temática ambiental e de relações étnico culturais em todos os cursos de graduação.</p>
	<p>São promovidos eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade e meio ambiente.</p>
	<p>São instituídas nas matrizes curriculares a disciplina Educação para os Direitos Humanos com foco na tolerância, no respeito as diferenças sociais, raciais e Étnicas.</p>
	<p>São ofertadas por meio da extensão formações em Direitos Humanos para o corpo técnico-administrativo e docente da IES.</p>
<p>São promovidos eventos, oficina, cursos e palestras que promovam a produção artística e cultural.</p>	

1.1.6 Política de Educação para Direitos Humanos e Acessibilidade

A Faculdade Santa Teresa tem a preocupação em garantir a acessibilidade atitudinal, física e pedagógica. Dessa forma seguindo as políticas da IES o curso entende os aspectos dessa acessibilidade é compreender também que envolvem a diversidade, a diversidade na educação é muito importante a ser considerada, para que o ambiente escolar seja inclusivo e respeite as individualidades, abrindo espaços aos diversos aspectos culturais existentes em nossa sociedade.

Assim visa valorizar aspectos como a diversidade, a igualdade étnico-racial e a inclusão todos esses fatores em busca de promover os direitos humanos. Desta forma em cumprimento da lei nº11.645 de 10/03/2008, à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 e à Lei 10. 639 de 09/01/2003, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, no âmbito do ensino de graduação, em disciplinas como Metodologia do Trabalho Científico, Sociologia e Antropologia, Ética e Cidadania e em disciplinas mais específicas do curso, Libras – Linguagem Brasileira de Sinais e Ética profissional e Direitos Humanos, essa temática é abordada a partir do exame de textos que possibilitam reflexão e debate sobre o assunto. Ainda, no âmbito da extensão, são realizados eventos voltados para a cidadania e debates específicos.

A preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da sua Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8 de 2012, é traduzido e incorporado a este curso, sendo garantidas nos objetivos do curso de modo transversal e em disciplinas que possibilitarem esse aprofundamento, igualmente, atividades extensionistas voltadas tanto para os alunos como para os processos de formação continuada dos docentes, que promovem reflexões a respeito dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

As ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas e implantadas. Nesta direção compreendendo os Direitos Humanos como uma categoria de direitos fundamentais onde o homem pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente, não pode deixar de exercê-lo.

Sendo assim, esses direitos não resultam de uma concessão da sociedade política, pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. Para tanto no que compete aos sistemas de ensino, estes passam a ter uma responsabilidade de formar para o pleno gozo destes, assumindo a formação para a cidadania como uma tarefa educativa de suma importância.

Admitindo a relação inexorável entre educação e cidadania, desde o ensino primário até o superior, procura desenvolver ações educativas para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. Assim a educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, e com o intuito de formar os egressos desenvolvendo competências e habilidades que promovam em sua atuação profissional atitudes de valorização dos direitos humanos como um todo.

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Focados no propósito institucional dos direitos humanos a uma preocupação em promover a acessibilidade aos discentes e/ou professores que tenham a necessidade de um acompanhamento especializado e específico, de acordo como orientado pelo Ministério da Educação, “dotar as IES de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas as condições plenas de participação e de aprendizagem” (MEC/INEP, 2013).

Quadro 5 - Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

META	AÇÕES
Desenvolve ações de promoção de direitos humanos, no sentido de assegurar a adoção por parte da IES, de ações afirmativas relativas aos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	Acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral, em programas internos da IES e programas oficiais de bolsas e financiamento estudantil, assim como aqueles realizados com recursos próprios da IES

Formação em Direitos Humanos para todo a IES, incluindo a disciplina Educação para os Direitos Humanos em todas as Matrizes Curriculares dos cursos.

Desenvolvimento dos Projetos Transversais, por meio da pedagogia de projetos, com a temática étnico-racial em todos os cursos.

São ofertadas por meio do NAPSI ações e campanhas educativas que promovam a acessibilidade e a inclusão social.

1.1.7 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A disseminação e construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia, a partir da implantação do Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica, os discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo tem a sua disposição:

- Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica por meio da oferta de bolsa desconto de 70%, para alunos da Faculdade Santa Teresa, no Centro de Idiomas do Grupo;
- Convênio com Universidades estrangeiras para intercâmbio acadêmico com Universidade Évora, University Of Bologna, Universidade Nihon Gakko e Univercidad de Oviedo;
- Diálogo entre instituições para o constante aprimoramento de nossas práticas pedagógicas, para a cooperação científica e desenvolvimento das capacidades e oportunidades acadêmicas e profissionais de nossos alunos.

1.1.8 Políticas de Ações de estímulo a difusão e de Produções Científicas

As ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas consideradas como tais as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais são executadas pela Faculdade Santa Teresa, considerando Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento, no qual prevê ações de apoio institucional, patrocínio e subvenções a

grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito nacional e internacional.

Este programa de estímulo a difusão do conhecimento contribui para a ampliação do conhecimento produzido no âmbito da ciência, da tecnologia, das artes pela comunidade acadêmica em geral, buscando por meio da implantação do Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento por meio da comunicação universitária, a produção e a circulação de obras de interesse científico, cultural e didático; publicar material de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural; Promovendo concursos, eventos, reuniões científicas e culturais no âmbito da Faculdade Santa Teresa; construiu espaço virtual e repositório para difusão de trabalhos de cunho técnico-científico produzidos no âmbito da IES e fora dela.

A Iniciação Científica e a promoção de sua publicação vêm compõe uma parte importante da construção da aprendizagem do discente. Como parte fundamental de toda a faculdade, que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvendo projetos de pesquisa para estudantes de graduação, é fundamental para consolidação de um modelo atrativo e funcional aplicados ao Curso de Arquitetura e Urbanismo.

1.1.9 Políticas de Ações de estímulo a Participação em eventos

A Faculdade Santa Teresa, prevê na vigência do PDI, Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Amazonas, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa é coordenado pela Direção Geral em conjunto com a Coordenação de Ensino e Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas, sendo concretizado sempre no segundo semestre de cada ano, denominado de Semana Científica.

O apoio é destinado a pesquisadores e professores dos diferentes cursos da Faculdade Santa Teresa, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados.

Candidatam-se por meio de no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

1.1.10 Política de Acompanhamento a Egressos

A Faculdade Santa Teresa tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimento próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Santa Teresa como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

- Quantificar os egressos dos cursos da Faculdade Santa Teresa que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram;
- Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira;
- Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração;
- Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos

inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Santa Teresa é relevante uma vez que atende as recomendações do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as faculdades privadas, em termos de percepção do nível de empregabilidade de seus alunos.

Para a Faculdade Santa Teresa, o acompanhamento de egressos, pode demonstrar o nível de adequação da formação de nossos alunos com as exigências do mundo do trabalho. Além disso, esses dados retornam como fator de análise e de possíveis alterações curriculares de maneira a tornar sempre melhor e mais apto o nosso egresso.

Já para os próprios acadêmicos, serão beneficiados pois por meio de informações coletadas a nossa instituição poderá oferecer outras modalidades de formação subsequente, mantendo um fluxo contínuo e progressivo de formação acadêmica, desta maneira a Faculdade Santa Teresa entende que sua responsabilidade social é formar inteligências e quadros de liderança que possam em seus diferentes campos de atuação contribuir com o desenvolvimento da região amazônica por meio da qualificação expressiva da egressos com altas taxas de empregabilidade.

A metodologia do Programa de Acompanhamento do Egresso, é baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa. Consiste na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber:

1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na Faculdade Santa Teresa. Far-se-á o levantamento das condições de empregabilidade atual com alunos que estejam até com 50% da carga horária do curso e por amostragem. Nesta etapa estão incluídos:

- Chamada por edital de alunos com interesse em participação voluntária no Programa de Acompanhamento de egressos dos respectivos cursos;
- Formação do banco de dados dos egressos;
- Envio dos questionários;
- Tabulação dos dados dos questionários devolvidos.

2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional dos alunos egressos quanto a carreira e à remuneração a fim de identificar possíveis melhorias na sua empregabilidade. Para esta etapa estão previstas as seguintes ações:

- Preenchimento voluntário do formulário do egresso;
- Solicitação de atualização periódicas dos dados do cadastro.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa serão, far-se-á a análise qualitativa dos dados de maneira a mensurar de que forma os cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre com os pré-egressos abordando temas relacionados com o mercado de trabalho. É intenção da Faculdade Santa Teresa de manter seu próprio banco de talentos no site institucional. Apesar de o curso de Arquitetura e Urbanismo ainda não possuir egressos, de maneira antecipada esperamos que o programa de acompanhamento dos egressos possa obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Santa Teresa de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

1.1.11 PAPEEXI - Programa de Articulação, Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade Brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirmar como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por que, apesar de ideal,

a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história.

Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço à Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a Faculdade Santa Teresa, dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade. Assim, o PAPEEXI busca promover a articulação entre o Ensino;

Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social).

1.1.11.1 Metodologia do Programa - PAPEEXI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEEXI devem ter como princípio os seguintes itens:

- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
 - Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à Faculdade Santa Teresa reelaborado e enriquecido;
 - Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.
 - Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.
- Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas e de Pesquisa. A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;
- Compromisso Social da Faculdade Santa Teresa na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população. A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto

às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

- Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da Faculdade Santa Teresa. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre a IES e a sociedade;
- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade socioambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEEXI, de caráter anual, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

1.1.11.2 Atividades do PAPEEXI do Curso

Tendo como princípio os objetivos do PAPEEXI da Faculdade Santa Teresa, o curso desenvolverá seus projetos utilizando metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

- Etapa 1 Ensino – estudo e diagnóstico da situação atual, a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- Etapa 2 Pesquisa – estudo e pesquisa com fundamentação teórica e análise da situação atual frente aos resultados pretendidos.
- Etapa 3 Extensão, inovação e Responsabilidade Social - intervenção social com apresentação de proposta e aplicação de ações de melhoria;

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações, a coordenação e os professores do curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo desenvolvem atividades que contemplam o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em educação étnico-raciais e de educação ambiental e direitos humanos envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. Estes projetos têm como objetivos gerais desenvolver por meio de ações diversas, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto proporciona, inclusive aos acadêmicos do curso superior de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, atividades interdisciplinares que promovem o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a

formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.11.3 Projetos Interdisciplinares do Curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adota a metodologia ativa, com base na pedagogia de projetos – pesquisa bibliográfica, interpretação de artigos científicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. O processo de ensino e aprendizagem se dá por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das ações específicas e inerentes ao projeto proposto. As atividades interdisciplinares executadas no curso ocorreram conforme tabela a seguir:

Quadro 6 - Atividades interdisciplinares do curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Ambiente Construído da cidade Manaus	Registro fotográfico e exposição fazendo uma leitura dos diversos ambientes construídos na cidade de Manaus.	Todos os períodos vigentes
2020.1	Patrimônios Históricos na cidade de Manaus	Desenvolvimento de um miniguia de patrimônios históricos da cidade de Manaus	Todos os períodos vigentes
2020.2	As cidades que queremos pós pandemia	Produção textual Debate tendo como produto a análise crítica do artigo de Raquel Rolnik: A cidade pós pandemia: entre futuro excludente e reinvenção do presente	Todos os períodos vigentes
2021.1	Moradia Digna para comunidades Ribeirinhas	Produção Textual E leitura analítica de enfoque interdisciplinar Bibliografia Nogueira, Laelia Regina Batista. ENTRE IDAS E VI(N)DAS DO RIO: O HABITAR POÉTICO DO	Todos os períodos vigentes

		RIBEIRINHO AMAZONAS	NO	
2021.2	Quadro da Arquitetura no Brasil	Produção Textual e Banners a partir do Texto de Antônio Augusto Arantes – Quadro da Arquitetura no Brasil		
2022.1	Planejamento Urbano	Pesquisa em Fonte Bibliográfica em Textos atuais sobre Planejamento Urbano. Estudo para confrontar com a questão da organização do tecido urbano na cidade de Manaus – Visita Técnica		
2022.2	Obras Irregulares: Problemas e soluções	Cada período, receberá um subtema integrando as disciplinas e por meio de oficinas e palestras os alunos irão apresentar formas de minimizar os problemas causados por obras irregulares	Todos os períodos vigentes	
2023.1	Habitação Social	Uso de ferramentas de análise como a Matriz de SWOT e análise de estudos bibliográficos para a discussão acerca da questão da habitação social no país.	Todos os períodos vigentes	
2023.2	As cidades Ribeirinhas Clima; Habitação e Urbanismo	Projeto para estudo da questão das cidades ribeirinhas a organização dos espaços e a questão climática na Amazonia.	Todos os períodos vigentes	

1.1.11.4 Projetos Transversais do curso

A Faculdade Santa Teresa quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental, Educação Étnico racial e Direitos Humanos como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adota as metodologias ativas, com base na pedagogia de projetos, requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial, Educação Ambiental e Direitos Humanos, e atividades integrando

todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores.

1.1.11.4.1 Educação Étnico-Racial

Quadro 7 - Projetos Transversais do curso - Educação Étnico-Racial

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	A invisibilidade étnico racial e indígena no Brasil: aspectos das políticas de educação ambiental e sociais de acordo com a Constituição de 1988.	Explicação oral dialogada sobre o tema; Exposição e Vernissage com a designer Rita Prossi; Apresentações Musicais de Artistas Locais valorizando a sonoridade indígena e ribeirinha - o som que vem da floresta.	Todos os períodos vigentes
2020.2	O Direito no combate a todas as Formas de assédio e Racismo Estrutural	Palestra virtual explorando a temática do assédio em discriminação em Foco.	Todos os períodos vigentes
2021.2	O Impacto da Pandemia nas Populações Tradicionais. Diálogos entre o Direito e a Saúde Pública	Apresentação de trabalhos e discussões acerca do tema com protagonismo dos estudantes na apresentação dos temas relativos à questão dos impactos da pandemia nas populações tradicionais. Em discussão também a questão da sustentabilidade.	Todos os períodos vigentes
2022.2	Quilombolas na Amazônia: resistência; território e sustentabilidade	Painel temático, com a participação do movimento negro	Todos os períodos vigentes
2023.2	A crise Humanitária Yanomami. Conhecer e compreender as suas razões históricas	Painel interdisciplinar e Multiprofissional acerca da questão Yanomami	Todos os períodos vigentes

1.1.11.4.2 Educação Ambiental

Quadro 8 - Projetos Transversais do curso - Educação Ambiental

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	A economia sustentável para a Proteção do Meio Ambiente como pressuposto dos Direitos Humanos;	Forum de discussão no qual foi abordado um Colóquio de economia, com explanação oral dialogada sobre o tema;	Todos os períodos vigentes
2020.2	Desafios da Conservação Ambiental em Tempos de Pandemia	Evento transmitido pela Plataforma Google Meet, devido as normatizações referentes as medidas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde e implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas, foi informado e disponibilizado link do debate ao vivo, aberto para a comunidade afim de debater o tema sob a nova ótica mundial, devido a situações de isolamento social	Todos os períodos vigentes
2020.2	Os ativos e passivos ambientais do Amazonas.	Por meio de link devido as normatizações referentes as medidas sanitárias estabelecidas fim de desenvolver questões relacionadas a biodiversidade existente no Estado do Amazonas e os crescentes movimentos de preservação da floresta e manutenção da nossa biodiversidade pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde e implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas, a	Todos os períodos vigentes
2021.2		Projeto desenvolvido para atualizar o debate	Todos os períodos vigentes

	Olhares: a questão indígena e povos originários na atualidade: estabelecendo relações interdisciplinares com a questão ambiental do Direito a terra.	para ampliar e atualizar o conhecimento dos alunos acerca da questão indígena, assim, em sala de aula partindo da discussão de um texto, fazer as análises sobre diversos aspectos, envolvendo as relações ambientais e as demarcações das terras indígenas espalhadas pelo Brasil, ressaltando as terras relacionadas à Serra Raposa do Sol em Roraima.	
2022.1	Amazonia Clima e Sustentabilidade. Crise global.	Painel temático sobre a questão climática na Amazônia pode incluir discussões sobre o desmatamento, as queimadas, as mudanças climáticas e suas consequências para a região, as políticas de conservação e sustentabilidade, e a importância da Amazônia para o equilíbrio climático global.	Todos os períodos vigentes
2023.1	Manaus em chamas. As queimadas Urbanas	Painel com autoridades ambientais para debater a questão climática global e seus impactos nas cidades	Todos os períodos vigentes

1.1.11.4.3 Direitos Humanos

Em que pese não haver um conceito legal do que seja direitos humanos, é possível afirmar que os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

Como se trata de normas que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, ou seja, direitos que visam resguardar a igualdade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana, educação entre outros, pode-se perceber, de maneira clara, que os direitos

humanos estão interrelacionados com diversos outros direitos, por tais razões, neste item, os temas abordados foram os discriminados a seguir.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	A Arte e a Estética como um Direito	Visita Técnica ao Teatro Amazonas e Oficinas de Arte para sensibilização estética dos alunos e inauguração da Galeria Universitária Santa Teresa.	Todos os períodos vigentes
2020.1	Direitos Individuais e Coletivos: Liberdades individuais em tempos de pandemia.	Palestra pelo Google Meet devido as normatizações referentes as medidas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde e implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas. O debate foi realizado por meio de link ao vivo com a presença dos palestrantes a dra. Carol Amaral, e Dr. Marco Aurélio Choy, membros da OAB/Amazonas	Todos os períodos vigentes
2020.2	A Dignidade da Pessoa Humana: Assédio Moral.	Palestra com debates fazendo inferências sobre Direitos Humanos, que devido as normatizações referentes as medidas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde e implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas, foi informado e disponibilizado link do debate. O debate foi realizado com o professor e Advogado o Dr. Adalberto Dantas que abordou o tema envolvendo as questões relacionadas ao combate e enfrentamento ao assédio em todas as suas vertentes,	Todos os períodos vigentes

		abordando as formas de enfrentamento.	
2021.2	Responsabilidade Civil e Crimes de Trânsito; a cidade e a mobilidade urbana	Painel Integrado com a presença de convidados externos - Palestrante Dr. Yuri Caminha Jorge (Magistrado Titular da Vara Especializada em Crimes de Trânsito) Lançamento da Campanha de Conscientização do maio Amarelo.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Direitos Humanos: Toda Pessoa tem o direito de ter acesso a escola - Direito à Educação.	Atividades via plataforma EVEN, atividade intercurso com a presença dos alunos de pedagogia.	Todos os períodos vigentes
2022.1	Pode a caboca Falar; ecofeminismo na Amazônia	Lançamento do Livro Ecofeminismo na Amazônia	Todos os períodos vigentes
2023.1	A Inclusão como um Direito: Autismo	Debate aberto acerca da questão da inclusão em sentido amplo, com um olhar mais dedicado aos avanços legais em relação aos portadores do espectro autista	Todos os períodos vigentes
2023.2	A crise Humanitária Yanomami. Conhecer e compreender as suas razões históricas	Painel interdisciplinar e Multiprofissional acerca da questão Yanomami	Todos os períodos vigentes

1.1.11.4 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica do curso

O aluno é incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que vai ampliando o seu conhecimento teórico. O professor é corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando à disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Quadro 9 - Atividades de I.C/I.T. do curso projetos acadêmicos.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Projeto na Trilha da Ciência	Encontros com pesquisadores das	Todos os períodos vigentes

		ciências humanas, para o desenvolvimento do espírito científico	
2020.1	Projeto na Trilha da Ciência Aprendendo a escrita científica: Papers	Oficina para escrever papers.	Todos os períodos vigentes
2020.2	Projeto na Trilha da Ciência	Seminário de Iniciação Científica e Extensão FST.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Projeto na Trilha da Ciência	Oficina para aprender a escrever artigos	Todos os períodos vigentes
2022.1	Projeto na Trilha da Ciência	Palestra online no tempo da pandemia, com pesquisadores de referência, relatando o processo de construção do conhecimento a partir de seus trabalhos de investigação.	Todos os períodos vigentes
2023.1	Projeto na Trilha da Ciência: Oficina de Escrita Científica para publicações em periódicos.	Oficina para o desenvolvimento de habilidades de organização de escrita científico tendo em vista o estímulo a produção e a publicação dos estudantes.	Todos os períodos vigentes
2023.2	Projeto trilha do Conhecimento	Extensão é Ciência	Todos os períodos vigentes

1.1.11.5 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

A inovação pedagógica constitui-se um valor institucional na Faculdade Santa Teresa. Este princípio norteia o processo ensino-aprendizagem desde o primeiro período com adoção de metodologias ativas e integradoras.

Quadro 10 - Projeto de Inovação Pedagógica do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de	Estímulo ao Debate e Concurso de Oratória; Sala de aula Invertida.	Todos os períodos vigentes

	aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura		
2020.1	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Uso da Dramatização; Estímulo ao Debate e; Sala de Aula Invertida; Estudos de Caso	Todos os períodos vigentes
2020.1	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura.	Uso da Dramatização; Estímulo ao Debate e; Sala de Aula Invertida; Estudos de Caso; Estudo Dirigido; introdução a ferramentas tecnológicas de estudo	Todos os períodos vigentes
2020.2	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Uso da Dramatização; Estímulo ao Debate e; Sala de Aula Invertida; Estudos de Caso; Estudo Dirigido; instrução por pares	Todos os períodos vigentes
2021.1	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Uso da Dramatização; Estímulo ao Debate e; Sala de Aula Invertida; Estudos de Caso; Estudo Dirigido; instrução por pares, ampliação do repertório de recursos da tecnologia educacional de apoio ao ensino.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Aula fora dos muros Visita Técnica	Todos os períodos vigentes
2022.2	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Participação em Oficinas e Workshops Digitais. TBI e PBL	Todos os períodos vigentes
2023.1	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias	Participação em Oficinas e Workshops Digitais. TBI e PBL Práticas Reais e Simuladas. Introdução a	Todos os períodos vigentes

	ativas no curso de arquitetura	Metodologia de aprender por projetos	
2023.2	Projeto de estímulo ao Uso de Metodologias Ativas. "Um novo jeito de aprender: metodologias ativas no curso de arquitetura	Participação em Oficinas e Workshops Digitais. TBI e PBL Práticas Reais e Simuladas. Introdução a Metodologia de aprender por projetos. Cont.	Todos os períodos vigentes

1.1.11.6 Projetos de Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares visam proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. É conteúdo obrigatório e complementar do perfil de egresso pretendido. As atividades complementares disponibilizadas aos discentes possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho. São atividades dinâmicas e voltadas à realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso.

Quadro 11 - Projetos de Atividades Complementares do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	AU / FST Convida: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas (CAU / AM)	Palestras com Conselheiros Estaduais abordando as atribuições profissionais	Todos os períodos vigentes
2020.1	AU / FST Convida: Instituto de Arquitetos do Brasil / Depto. AM	Palestra com Presidente do IAB/ AM abordando a importância da Entidade de Classe na formação profissional	Todos os períodos vigentes
2020.2	Bate Papo com Arquiteto: Convidada Arq. Simone Leal	Palestra: O Centro Antigo de Manaus	Todos os períodos vigentes
2021.2	Bate Papo com Arquiteto: Convidado Eng. Frederico Cesarino	Palestra: A Estabilidade das estruturas e resistência dos materiais na Arquitetura	Todos os períodos vigentes

2021.2	Jornada Arquitetônica	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante o dia inteiro.	Todos os períodos vigentes
2022.1	Bate Papo com Arquiteto: Convidado Arq. José Augusto Bessa Júnior	Palestra: O uso de Drones na Arquitetura	Todos os períodos vigentes
2022.2	Semana Acadêmica de Arquitetura	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante o dia inteiro, envolvendo as entidades de classe e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo	Todos os períodos vigentes
2023.1	Falando de Arquitetura: Convidado Eng. Francisco Araújo	Palestra Técnica: Abordando os desafios e inovações no mercado de Elevadores	Todos os períodos vigentes
2023.2	Falando de Arquitetura: Convidado Otoni Mesquita	Bate papo falando das primeiras edificações de Manaus e seus estilos.	Todos os períodos vigentes

1.1.11.7 Projeto de Atividades extracurriculares do Curso

As atividades extracurriculares são atividades de cunho formativo e ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição, campanhas de conscientização com temas atuais, cursos, workshops e oficinas de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, visitas técnicas que ultrapassem os aspectos curriculares do curso, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, concursos, campanhas solidárias, responsabilidade social e etc.

Quadro 12 - Projeto de Atividades extracurriculares do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Escola de Líderes e Empreendedores	Atividades que desenvolvem a liderança democrática e a inteligência emocional, para a liderança.	Todos os períodos vigentes
2020.1	Workshop de empregabilidade (Parcerias com organizações de promoção ao empreendedorismo).	Desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado.	Todos os períodos vigentes
2020.2	Escola de Líderes e Empreendedores	Atividades que desenvolvem a liderança democrática e a inteligência emocional, para a liderança.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Natal Solidário	Promover a solidariedade junto à comunidade acadêmica através da arrecadação de alimentos e brinquedos para distribuição em comunidades hipossuficientes.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Escola de Líderes e Empreendedores	Atividades que desenvolvem a liderança democrática e a inteligência emocional, para a liderança.	Todos os períodos vigentes
2022.1	Workshop de empregabilidade (Parcerias com organizações de promoção ao empreendedorismo).	Desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado.	Todos os períodos vigentes
2023.1	Workshop de empregabilidade (Parcerias com organizações de promoção ao empreendedorismo).	Desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado.	Todos os períodos vigentes

2023.2	Escola de Líderes e Empreendedores	Atividades que desenvolvem a liderança democrática e a inteligência emocional, para a liderança.	Todos os períodos vigentes
--------	------------------------------------	--	----------------------------

1.1.11.8 Projetos Artístico- Cultural do Curso

Os projetos artísticos-culturais do curso envolvem ações com foco em cultura, arte, história, literatura, empreendedorismo e música. São pensados para desenvolver múltiplos conhecimentos, habilidades e sensibilidade no formando.

Quadro 13 - Projetos Artístico Cultural do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Projeto: Manaus do passado, presente e futuro - Valorização do Patrimônio Cultural.	Palestra com Especialistas e Exposição Fotográfica George Huebner, Photographia Alemã.	Todos os períodos vigentes
2020.1	Live Fest Boi -Bumbá	Evento para celebrar a cultura local e auxiliar artistas locais em tempo de Pandemia	Todos os períodos vigentes
2020.2	Os Museus pelo Mundo.	Tour virtual com os professores pelos museus que possuem acervo virtual	Todos os períodos vigentes
2021.1	Os Museus pelo Mundo (Cont)	Tour virtual com os professores pelos museus que possuem acervo virtual	Todos os períodos vigentes
2021.2	Show de Talentos a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte	Performance artísticas dos alunos e show de talentos	Todos os períodos vigentes
2022.1	Projeto Sarau Cultural	Encontro com o autor. O dicionário de Amazonas - Autor Sérgio Freire	Todos os períodos vigentes
2022.2	Projeto Sarau Cultural	Encontro com o artista. As artes plásticas como expressão da subjetividade e alívio emocional - Artista Turenko Bessa	Todos os períodos vigentes

2023.2	Projeto Sarau Cultural	Manaus da Bella Époque - Professor Dr. Helso do Carmo	Todos os períodos vigentes
--------	------------------------	---	----------------------------

1.1.11.9 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmica com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos à comunidade.

Quadro 14 - Projetos de Extensão do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	"Pluralidade de Construções para a Comunidade"	Evento: Exposição de maquetes físicas com construções da antiguidade nas Primeiras Civilizações	1º Período
2020.1	Habitação e Saúde	Palestra: As vantagens da qualidade da habitação para a saúde da comunidade	Todos os períodos vigentes
2020.2	Arquitetura: Educação Urbana e Ambiental (Período de Pandemia com isolamento social)	Palestra: Reciclar para conscientizar	Todos os períodos vigentes
2021.1	Oferta de "Palestra de Formação ministrados pelos discentes, com uso da Plataforma Digital (Período de Pandemia com isolamento social)	Palestra: Moradia Digna para comunitários	Todos os períodos vigentes
2021.2	Projeto Igarapés: Um olhar na perspectiva da Arquitetura ao Meio Ambiente-Igarapé do Educandos.	Evento: Exposição digital de fotografias – Arquitetura e Meio Ambiente – Igarapé do Educandos	Todos os períodos vigentes
2022.1	Bons Hábitos na Construção	Oficina: Boas práticas na Construção	Todos os períodos vigentes
2022.2	Proposta de Reforma para a "Escola Municipal Jean Piaget"	Evento: Apresentação de propostas para reforma da Escola Municipal Jean Piaget	Todos os períodos vigentes
2023.1	"Arquitetura Sustentável: utilização de materiais recicláveis"	Oficina: O uso de materiais recicláveis na Construção Civil	Todos os períodos vigentes

2023.2	Habitação Social na Comunidade Presidente Vargas	Intervenção para melhoria de uma habitação da Comunidade Presidente Vargas	Todos os períodos vigentes
--------	--	--	----------------------------

Quadro 15 - Projetos de Responsabilidade Social.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.1			Todos os períodos vigentes
2019.2	Conscientização ambiental através da comunicação visual.	Oficinas de criatividade e conscientização ambiental aos carente do código de linguagem visual	Todos os períodos vigentes
2020.1	Atividades informativas de utilidade pública por meio de lives	Período Pandêmico	Todos os períodos vigentes
2020.2	Atividades informativas de utilidade pública por meio de lives	Período Pandêmico	Todos os períodos vigentes
2021.1	Atividades informativas de utilidade pública por meio de lives	Período Pandêmico	Todos os períodos vigentes
2021.2	Educação Urbana: em fragmentos urbanos-áreas informais consolidadas	Ação continuada na comunidade com palestras, oficinas voltadas para orientação da preservação e sustentabilidade do fragmento urbano em questão	Todos os períodos vigentes
2022.1	O Lixo Urbano – impactos ambientais e consequências econômicas do lixo	Ação de Conscientização na Comunidade Vila Amazonas	Todos os períodos vigentes
2022.2	O Lixo Urbano – impactos ambientais e consequências econômicas do lixo (Cont)	Ação de Conscientização na Comunidade Vila Amazonas	Todos os períodos vigentes
2023.1	Ação social FST no parque.	Os alunos apresentaram o curso de arquitetura e urbanismo, realizaram uma atividade prática de Mobilidade Urbana.	Todos os períodos vigentes
2023.2	Arborização Urbana	Os alunos apresentaram o curso de arquitetura e urbanismo, realizaram	Todos os períodos vigentes

		<p>uma atividade prática de Mobilidade Urbana. Os alunos apresentaram a importância da Arborização para as cidades e orientaram a comunidade como plantar mudas da forma correta</p>
--	--	--

1.1.11.10 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

O curso de Arquitetura e Urbanismo, considerando os valores institucionais e o perfil do egresso, e pensado para formar um profissional com conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), apto a atuar no mercado, com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia, possui os projetos a seguir como ações exitosas do curso.

O sábado integrador é uma proposta institucional, que objetiva o diálogo intercursos e destes com a comunidade externa, organizado sempre em torno de uma temática atual e palpitante, esses sábados são uma excelente oportunidade para que os estudantes atuem com protagonismo tanto na organização das atividades, na condução das mesmas e na participação de atividades de outros cursos, ampliando assim o diálogo com a ciência, a religação dos saberes e a ampliação de horizontes.

Quadro 16 - Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso.

ANO/SEMESTRE	ATIVIDADE	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019.2	Sábado Integrador: Zona Franca de Manaus: ameaças e oportunidades para o futuro	Debate sobre o tema Zona Franca de Manaus, em uma visão interdisciplinar com integração intercursos.	Todos os períodos vigentes
2020.1	Sábado Integrador: A cidade e o isolamento social	Webinar: O isolamento social e o direito de ir e vir. Como pensar as liberdades individuais em meio as medidas restritivas	Todos os períodos vigentes

2020.2	Sábado Integrador: a igualdade não tem cor	Atividade intercursos com mesa redonda, painéis e debates, apresentações de manifestações culturais e gastronômicas.	Todos os períodos vigentes
2021.1	Sábado Integrador: Cuide-se previna-se; vacine-se	Webinar: O SUS e o Direito a Saúde.	Todos os períodos vigentes
2021.2	Sábado Integrador: Tendências e desafios	Atividade intercursos com mesa redonda, painéis e debates.	Todos os períodos vigentes
2022.1	Sábado integrador: Mulher, mitos, direitos e desafios.	Talk's e minicursos acerca da temática da mulher e seu papel na sociedade. Minicurso A Mulher na Arquitetura-história das grandes arquitetas brasileiras	Todos os períodos vigentes
2023.1	Sábado Integrador: A Amazônia caminhos para a sustentabilidade	Atividade Intercurso –. Minicurso Arquitetura: o conceito ambiental na moradia das comunidades indígenas e ribeirinhas	Todos os períodos vigentes
2023.2	Sábado Integrador: Manaus em Chamas	Atividade intercursos para entender os diversos impactos e dimensões do desequilíbrio climático e da ação do homem no ambiente	Todos os períodos vigentes

1.2 OBJETIVO DO CURSO

A Faculdade Santa Teresa (FST) tem como objetivos a inovação para além das propostas convencionais de uma instituição de ensino superior. Este avanço pretendido, baseado em um ensino de alto padrão de qualidade, tem como diretriz um entendimento da realidade, o que pressupõe a consciência do valor tanto da coletividade quanto da singularidade dos indivíduos que a compõem e, por conseguinte, o desenvolvimento de um saber ativo, não apenas de conhecimento, mas de crítica e de construção da sociedade.

Assim, o conhecimento que a FST constrói se alicerça na compreensão do processo contraditório envolvido na produção da ciência, contribuindo para se chegar a uma consciência da totalidade e à elaboração de um instrumental adequado ao cenário e à conjuntura regional, nacional e internacional.

Essas características permitem que o seu projeto institucional incorpore a ousadia para produzir conhecimento novo. Desta maneira, os objetivos previstos para os cursos de graduação são ambiciosos e buscam demonstrar todas as complexas tarefas que temos pela frente como educadores. Neste sentido o curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, considerando os princípios que norteiam a base comum nacional, pretende:

1.2.1 Objetivo Geral do Curso

Considerando-se os valores da IES e em alinhamento às competências e habilidade previstas nas Diretrizes Curriculares, e a partir de toda metodologia desenvolvida durante a formação acadêmica, considerando a realidade organizacional e as tendências emergentes, o curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santa Teresa, de acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em ARQUITETURA, Resolução N° 2, de 17 de junho de 2010, tem como objetivo geral:

Formar arquitetos urbanistas, com perfil generalista, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, relacionado à concepção, à organização, construção do espaço interior e exterior e os elementos da cultura local, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, a conservação e a valorização do patrimônio construído, tendo em vista também o equilíbrio do ambiente natural; a utilização racional dos recursos disponíveis, em consonância com a disseminação e a construção do conhecimento, a partir da articulação ensino, da pesquisa e da extensão, formando egressos com princípios humanísticos; éticos e socialmente responsáveis.

1.2.2 Objetivos Específicos do Curso

Atendendo a Resolução CNE/CES 02/2010 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior), que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pretende-se:

- Formar um profissional generalista, com habilitação tanto nas áreas de recursos naturais quanto em gestão ambiental e que atenda às necessidades do mercado de trabalho regional e nacional;
- Considerar os princípios da ética e da moral que orientam o desempenho da profissão;
- Oferecer ao aluno condições de se tornar um bom profissional, um cidadão com pleno conhecimento das suas responsabilidades dentro da realidade atual de seu país, e das medidas a serem adotadas na promoção do bem-estar da sociedade.
- Desenvolver habilidades de inovação arquitetônica específicas para lidar com os desafios e oportunidades únicas da região amazônica, como aquelas relacionadas aos recursos naturais, sustentabilidade e preservação ambiental.
- Capacitar os estudantes a compreenderem e aplicarem estratégias de arquitetura e urbanismo que levem em consideração as particularidades da região, como a diversidade sociocultural, a bioclimatologia, os materiais, e inerências vernaculares das construções e dinâmicas regionais.
- Fomentar o espírito empreendedor e a inovação, incentivando os estudantes a identificarem oportunidades de projetos sustentáveis e a desenvolver soluções criativas para os desafios enfrentados na Amazônia.
- Desenvolver habilidades de liderança e trabalho em equipe, preparando os estudantes para gerenciar equipes multidisciplinares, tais como as tradicionais equipes que envolvem arquitetos, urbanistas, engenheiros civis, engenheiros eletricitas, e correlatos, com o objetivo de promover a excelências de projetos na região.
- Estimular a consciência ambiental e a responsabilidade social, capacitando os estudantes a integrarem práticas de projetos com sustentabilidade e responsabilidade social em suas atividades na Amazônia, promovendo modelos de referência para o mundo.
- Proporcionar oportunidades de estágio e projetos de pesquisa que permitam aos estudantes aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula na prática, contribuindo para o desenvolvimento da região amazônica.

- Estabelecer parcerias com empresas e organizações locais, visando proporcionar aos estudantes experiências práticas e networking, além de promover a troca de conhecimentos e a colaboração entre a academia e o mercado de trabalho, inclusive no âmbito de pesquisa científica na Amazônia.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do Egresso em consonância com as DCNs

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo tem como perfil do egresso, o arquiteto e urbanista com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, atendendo a Resolução CNE/CES 02/2010 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior) deverá ensejar condições para que o futuro egresso tenha como perfil:

- Sólida formação de profissional generalista;
- Aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;
- Conservação e valorização do patrimônio construído;
- Proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Objetiva, ainda, contribuir para a formação de um egresso, apto a atuar concomitantemente nas três áreas: Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. O conteúdo de cada disciplina do currículo pleno propiciará ao futuro Arquiteto e Urbanista condições para desenvolver de forma sólida e eficaz um trabalho generalista, sendo capaz de compreender e traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidades locais, levando em consideração os aspectos relativos ao regionalismo, relacionadas à concepção, organização e construção do espaço interno e externo, bem como a valorização e preservação da

arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva e ainda atuar com respeito a questões ecológicas, levando em consideração o equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos naturais disponíveis e a conservação e valorização do patrimônio construído.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

A formação do arquiteto e urbanista oferecida pelo Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da IES, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 02/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, terá por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
- A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
- As habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
- O conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;
- Os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
- O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

- Os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;
- A compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
- O entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;
- As práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
- As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
- O conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- A habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.

1.3.3 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

O planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observar os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

Uma Estrutura Curricular é antes de tudo um percurso por onde se organiza uma formação desejável, este caminho (significado da palavra currículo) deve observar os conteúdos previstos para a formação, os objetivos desta formação e os meios pelo qual se pretende mediar a própria formação.

Na Faculdade Santa Teresa, esta formação observa ainda as exigências legais da formação do Arquiteto e Urbanista e as demais prerrogativas legais, compreende ainda a flexibilidade, a acessibilidade metodológica e atitudinal, a interdisciplinaridade e a inovação, como parte integrante desta estrutura curricular.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético. Em aspectos gerais os indicadores apontados aqui podem ser assim descritos:

- **Flexibilidade:** Todas as matrizes dos cursos da IES possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado.
- **Interdisciplinaridade e transversalidade:** Os Estudos interdisciplinares estão previstos no currículo e farão parte do processo formativo e avaliativo. Seus temas são correlatos às temáticas previstas ao núcleo de Estudo. Todos os projetos transversais serão promovidos para a integração das disciplinas, discutindo as temáticas de Educação Étnico Racial, Direitos Humanos e Educação Ambiental em todo o curso.
- **Acessibilidade Metodológica:** A IES promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento de competências, objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que pretendem a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. A acessibilidade metodológica já descrita faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino.
- **Compatibilidade de Carga Horária:** A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso de tecnológicos ao Catálogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora-relógio, a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. A disciplina tem a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular do Curso superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo considera disciplinas de 66 horas. Na Matriz Curricular estão dispostas as cargas horárias destinadas as tipologias de atividades propostas.

- **Articulação entre os Componentes Curriculares:** os componentes curriculares previstos para o Curso superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, apresentam-se articulados com a prática os quais ensejam um conjunto de competências esperadas e conectadas ao perfil do egresso.
- **Integração, ensino, serviços e comunidade:** as atividades enquadradas em IESC caracterizam-se pelo processo de curricularização da extensão, integrando à matriz curricular de forma interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico promovendo nas práticas de ensino e aprendizagem a aplicabilidade dos conhecimentos acadêmicos na sociedade por meio de uma interação dialógica, compondo, no mínimo, 10% da carga horária curricular.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando se apresenta o conceito de inovação curricular no ambiente educacional superior, precisa-se entender que se trata de um desafio em promover uma experiência pedagógica na formação do discente, onde se rompe com a racionalidade puramente técnico-instrumental. Então, a inovação curricular busca o inovar nas formas de relação com os conhecimentos ou ainda formas de entender o conhecimento.

Santos (2008) aponta que a inovação curricular requer o reconhecimento das diferenças, desenvolver posturas pesquisadoras, fortalecer os saberes por intermédio da participação ativa do discente. Boaventura de Souza Santos (2007) descreve que a ecologia de saberes é a compreensão que um posicionamento do pensamento não desconsidera o conhecimento científico, mas um dos desafios é construir currículos que articulem conhecimentos, valores e atitudes numa perspectiva inovadora.

Desta forma, a Faculdade Santa Teresa possui entre os seus valores norteadores o empreendedorismo e a inovação. É nesta perspectiva, que dentro do processo de formação do discente, permeia a inovação curricular. Neste sentido, a inovação curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo se faz entrelaçada aos conteúdos curriculares que serão trabalhados ao longo da integralização dos discentes.

As aulas também serão direcionadas para formar este aluno pesquisador e ativo em sua formação. Desta forma, os laboratórios estarão à disposição não somente para as aulas

práticas, mas também, para o desenvolvimento de pesquisas visando a promoção da inovação, que é reforçada pelas ações do núcleo de empreendedorismo e inovação da Faculdade Santa Teresa.

Os elementos inovadores da estrutura curricular estão interligando o currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Desta forma, a perspectiva nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática, onde professores especialistas saiam de dentro das sala de aula virtual e/ou presencial, e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão e por meio da inserção de carga horária específica para o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares ao final de cada ciclo de disciplinas semestrais.

No que tange as inovações tecnológicas, há a Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio da Plataforma Acadêmica Digital (PDEAA). Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contextos externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de, possibilitar a ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras maneiras de ampliação das formas de construção do conhecimento.

Especificamente no que compete o Curso de Arquitetura Quanto à proposta de inovação na estrutura curricular do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade Santa Teresa, busca-se não apenas enriquecer a educação dos estudantes, mas prepará-los para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança. Portanto, integra-se aos conhecimentos tradicionais, a inovação por meio de:

1. Tecnologia: através da fundamentação proporcionada por disciplinas de Informática 2D e 3D, em consonância com as bases para o desenvolvimento da capacidade de uso das ferramentas BIM;

2. Sustentabilidade: através da contextualização regional e de inerências locais como estrutura norteadora de conteúdos aprendidos, por exemplo, em disciplinas como:

2.1 Conforto Ambiental: viabilizando a apropriação e valorização das características bioclimáticas da Amazônia e não somente de cunho global;

2.2 Polo Gerador: que se debruça sobre os impactos locais de diferentes projetos e suas tipologias, a partir da interface do objeto arquitetônico e seus diálogos com as complexidades do contexto urbano em que está inserido, refletindo-se especialmente no ponto focal desta dinâmica em diferentes níveis para a sociedade.

2.3 Empreendedorismo e inovação: agregando uma nova dimensão ao currículo, naturalmente de caráter interdisciplinas, agregando habilidades como comunicação, vendas e negócios, preparando os alunos para o enfrentamento dos desafios complexos e atuais do mercado de trabalho, e explorando oportunidades fora da prática tradicional, estimulando a independência e autonomia profissional, a diversificação de carreira, com o alcance muito maior de atuação, seja no mundo físico, virtual ou mesmo multiversos.

3. Responsabilidade social e aprendizagem ativa: através da formação de egressos mais completos e conscientes, capazes de projetar e construir espaços que melhorem a qualidade de vida das pessoas e do planeta. Portanto, a busca contínua por inovação na estrutura curricular é um investimento valioso no futuro da arquitetura e da sociedade como um todo.

1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso; Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso).

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

1º PERÍODO								
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR	
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL		
1	LIT	Leitura, Interpretação e Produção Textual	60	-	6	66	3	
2	SA	Sociologia e Antropologia	60	-	6	66	3	
3	MTC	Metodologia do Trabalho Científico	60	-	6	66	3	

4	EHA	Estética e História da Arte	45	-	21	66	3
5	FEO	Forma - Espaços e objetos	21	30	15	66	3
SUBTOTAL			246	30	54	330	15

2º PERÍODO

Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
6	SESTI	Sistemas Estruturais I – Mecânica	60	-	6	66	3
7	DTEC	Desenho Técnico	30	30	6	66	3
8	DOMEPA	Desenho de Observação: meios de expressão, perspectiva e apresentação	30	30	6	66	3
9	THAUPB	Teoria e História da Arq. e Urbanismo - Da Pré História ao Barroco	36	-	30	66	3
10	GA	Geometria Aplicada	30	30	6	66	3
SUBTOTAL			186	90	54	330	15

3º PERÍODO

Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
11	DU	Desenho Universal	30	30	6	66	3
12	SESTII	Sistemas Estruturais II - Estabilidade das Estruturas e Resistência dos Materiais	60	-	6	66	3
13	THAUNP M	Teoria e História da Arq. e Urbanismo – do neoclassicismo ao pós-modernismo: Repertório nacional e internacional	45	-	21	66	3
14	CAMB	Conforto Ambiental	60	-	6	66	3
15	PAIUNI	Projeto de Arquitetura I – unifamiliar	30	30	6	66	3
SUBTOTAL			225	60	45	330	15

4º PERÍODO								
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR	
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL		
16	THABAM	Teoria e História da Arquitetura Brasileira e da Amazônia	45	-	21	66	3	
17	TOAA	Topografia aplicada à Arquitetura	30	30	6	66	3	
18	SESTIII	Sistemas Estruturais III - Estruturas de Concreto e Fundações	60	-	6	66	3	
19	IAAU	Informática aplicada à arquitetura e urbanismo – 2 e 3D	30	30	6	66	3	
20	PAIIRE	Projeto de Arquitetura II - reciclagem de edificações	30	30	6	66	3	
SUBTOTAL			195	90	45	330	15	
5º PERÍODO								
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR	
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL		
21	EAPPAM	Estudos Ambientais e Políticas Públicas na Amazônia	60	-	6	66	3	
22	GEOP	Geoprocessamento	45	-	21	66	3	
23	PAISA	Paisagismo	30	30	6	66	3	
24	SESTIV	Sistemas Estruturais IV - Estruturas de Madeira e Estruturas Metálicas	60	-	6	66	3	
25	PAIIIHS	Projeto de arquitetura III – Habitação Social	30	30	6	66	3	
SUBTOTAL			225	60	45	330	15	
6º PERÍODO								
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR	
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL		

26	CRRPC	Conservação, restauro e reestruturação: patrimônio cultural	60	-	6	66	3
27	IF	Infraestrutura Urbana	45	-	21	66	3
28	IHS	Instalações hidrossanitárias	60	-	6	66	3
29	TCTSC	Tecnologia da Construção - Técnicas e Sistemas Construtivos	60	-	6	66	3
30	PAIV	Projeto de arquitetura IV – grandes vãos: comércio e/ou serviço	30	30	6	66	3
SUBTOTAL			255	30	45	330	15

7º PERÍODO

Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
31	LEP	Legislação e Ética Profissional	33	-	33	66	3
32	PUIEB	Projeto Urbano I – Escala de Bairros	30	30	6	66	3
33	PIRC	Projeto de interiores: residência e comércio	30	30	6	66	3
34	INSTE	Instalações elétricas	60	-	6	66	3
35	PAVTR	Projeto de arquitetura V – técnicas retrospectivas	30	30	6	66	3
SUBTOTAL			183	90	57	330	15

8º PERÍODO

Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
36	MUTP	Mobilidade Urbana e Transporte Público	24	24	18	66	
37	PUIIA	Projeto Urbano II - Ambiental	30	30	6	66	
38	GCOPO	Gestão e coordenação de obras e projetos – orçamento	60	-	6	66	

39	PAVIEV	Projeto de Arquitetura VI – Edificação Verticalizada	30	30	6	66	
40	ESUPI	Estágio supervisionado I	66	150	-	216	10
SUBTOTAL			210	234	36	480	22
9º PERÍODO							
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
41	PUR	Planejamento Urbano Regional	33	33	-	66	
42	FTCCEP	Fundamentos de TCC: Estudo Preliminar	66	-	-	66	
43	ESUPII	Estágio supervisionado II	66	150	-	216	0
44	PAVIIPG	Projeto de Arquitetura VII - Polo Gerador	33	33	-	66	
45	*	Optativa	66	-	-	66	
SUBTOTAL			264	216	-	480	22
10º PERÍODO							
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
46	EEI	Empreendedorismo e Inovação	66	-	-	66	3
47	DUA	Direito Urbano e Ambiental	66	-	-	66	3
48	AS	Arquitetura Sustentável	66	-	-	66	3
49	TCC	TCC – Trabalho de conclusão de curso	66	66	-	132	6
SUBTOTAL			264	66	-	330	15
OPTATIVAS							
Nº	SIGLA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				CR
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL	
1	EDH	Educação para os Direitos Humanos	66	-	-	66	

2	TIEC	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	66	-	-	66	
3	LBS	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	66	-	-	66	
4	II	Inglês Instrumental	66	-	-	66	
5	RERA	Relações Étnico-raciais e Afrodescendência	66	-	-	66	
6	TAPAU I	Tópicos de Atuação Profissional em Arquitetura e Urbanismo I	66	-	-	66	
7	TAPAU II	Tópicos de Atuação Profissional em Arquitetura e Urbanismo II	66	-	-	66	
8	THAAM	Teoria e História da Arquitetura da Amazônia	66	-	-	66	
9	EMJ	English for the Market Job	66	-	-	66	
RESUMO DO CURSO							CH
1. DISCIPLINAS PRESENCIAIS							3600 h
1.1 Disciplinas Obrigatórias							2970 h
1.2 Estágio Supervisionado Obrigatório							432 h
1.3 Trabalho de Conclusão de Curso							198 h
2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES							200 h
CARGA HORÁRIA TOTAL							3800 h
Projeto Extensionista - Integração Multidisciplinar							381 h*
<i>* Distribuídas nas Disciplinas Presenciais da matriz vigente</i>							

1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO	
DISCIPLINA	ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE - EHA
EMENTA	

	Aborda os ideais, as mudanças na representação, e no papel do artista, seus compromissos teóricos e sua formação profissional. Destaque para os períodos do Greco-Romano, Renascimento, Maneirismo, Barroco, Arte Moderna, Dadaísmo e cubismo e Arte Contemporânea. Enfatiza o debate constante, nas artes locais, entre o universal e o regional, o erudito e o popular e investiga o fenômeno da aproximação da arte às ciências sociais e à tecnologia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> GOMBRICH, E. H. História da Arte. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. (Minha biblioteca). https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521636670. SOUZA, Dulce A. História da arte. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788533500068). ROSENTHAL, Dália. Arte, educação e contemporaneidade. São Paulo: Bluncher, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521218890).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> BATTISTONI FILHO, Dúlio. Pequena história da arte. São Paulo: Papyrus, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204308). FIGUEIREDO, Camila A. P. A intermedialidade e os estudos interartes na arte contemporânea. Santa Maria: UFSM, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206684). BARRET, Terry. A crítica da arte. 3. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580553826). CACHOPO, J. P. Estética e política entre as artes. Portugal: Almedina, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9789724420868). GUNZI, Elisa K. A relação do desenho com o ensino da arte: considerações sobre a teoria e a prática. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/39228).
1º PERÍODO	
DISCIPLINA	FORMA: ESPAÇOS E OBJETOS - FEO
EMENTA	Introduzir os princípios ordenadores da Forma e do Espaço, estimulando a fundamentação científica da composição e construção da Forma Arquitetônica. Inserir o espaço construído e não-construído como parte da concepção formal. A linguagem arquitetônica, tipos e modelos: O espaço interno-forma e estrutura; Relações e Organizações do espaço, instrumento de composição; Relação Espaço Público versus Espaço Privado – Criatividade formal, com elementos arquitetônicos simples; levando em consideração a escala, textura, cor e materiais e representado através de maquetes.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> VARGAS, Heliana Comin. Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520453650). PANERAI, Phillippe; CASTEX, Jean. Formas urbanas. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600474). SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Cengage, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126989/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> MILLS, Criss B. Projetando com maquetes. Porto Alegre: Bookman, 2007. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577801589/). CAMPOS, Cláudia R. P. Semiótica. Porto Alegre: Grupo A, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020757/).

	<p>3. BROWN, G. Z. Sol, vento e luz: estratégias para o projeto de arquitetura. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577800902/).</p> <p>4. FARIAS, Priscila. Visualizando signos: modelos visuais para classificações sócio-semióticas de Charles S. Peirce. São Paulo: Bluncher, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580392746/).</p> <p>5. PIETROFORTE, Antonio Vicente. Semiótica visual: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1591)</p>
--	--

1º PERÍODO

DISCIPLINA	LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL - LIT
------------	--

EMENTA	<p>Leitura: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.</p>
--------	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. NEVES, Maria Helena de Moura. Laboratório de ensino de gramática. São Paulo: Contextos, 2023. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210581).</p> <p>2. SANTOS, Anne Caroline de Moraes. Leitura e produção de textos acadêmicos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211837).</p> <p>3. BRASILEIRO, Ada M. M. Leitura e produção de textual. Porto Alegre: Penso, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584290611).</p>
---------------------	---

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Bluncher, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521210467).</p> <p>2. MARTINO, Agnaldo. Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597301).</p> <p>3. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Como escrever textos: gêneros e sequências textuais. São Paulo: GEN, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011135).</p> <p>4. PINKER, Steven. Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/38928).</p> <p>5. _____ . Português Instrumental. 11. ed. São Paulo: GEN, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771295).</p>
---------------------------	---

1º PERÍODO

DISCIPLINA	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO - MTC
------------	---

EMENTA	<p>Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica (Bibliográfica e Eletrônica) e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho</p>
--------	--

	Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica (Relatório Técnico e Artigo). Orientações para Apresentação de Trabalhos e Comunicações Orais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653). 2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026559). 3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788524925207).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521630470). 1. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848909). 3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026610). 4. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020328). 5. SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114665).
1º PERÍODO	
DISCIPLINA	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - SA
EMENTA	Compreender as dimensões gerais do Homem e a Cultura, sem perder de vista as explicações sobre a origem humana, considerando a base biológica e cultural de nossa espécie e enfatiza a complexidade do conceito de cultura como o seu uso pelo senso comum em comparação com as relações étnicas raciais, inclusão social e fronteiras nacionais. No âmbito da discussão em torno da sociedade, a disciplina amplia o entendimento social para a compreensão do capitalismo global, da globalização e tecnologias da informação e comunicação, bem como as transformações no mundo do trabalho no mundo contemporâneo e as consequências econômicas, sociais (mercado, consumo, precarização, informalização, terceirização, sazonalização, flexibilização, etc.); e ambientais (sub-habitação, lixo, mobilidade, saúde pública).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia. Antropologia: uma introdução. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022681). 2. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2016. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467). 3. SCHAEFER, Richard T. Fundamentos de Sociologia. 6. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580555714).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Sociologia. 9. Ed. Porto Alegre: Penso, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559760237). 2. GIL, Antonio Carlos. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2011. (Minha

	<p>Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522489930).</p> <p>3. HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536320496).</p> <p>4. OLIVEIRA, Carolina B. Fundamentos de sociologia e antropologia. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522489930).</p> <p>5. _____; LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 8. ed. São Paulo: GEN, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597019971).</p>
--	---

2º PERÍODO

DISCIPLINA	DESENHO DE OBSERVAÇÃO: MEIOS DE EXPRESSÃO, PERSPECTIVA E APRESENTAÇÃO - DOMEPA
EMENTA	<p>Introduzir os alunos a Representação gráfica a mão livre, estimulando a prática do Desenho como a ferramenta de comunicação do Arquiteto. Desenvolver a habilidade da representação gráfica através de diversas técnicas do desenho. Detalhes arquitetônico; Perspectiva interna e externa, com um e dois pontos de fuga, Luz e Sombra; Perspectivas Axonométricas, Representação gráfica: desenvolvimento de propostas utilizando diferentes técnicas e materiais para a apresentação de projetos. Programação e linguagem visual e Planejamento Visual Urbano: Estratégias e técnicas visuais de diagramação.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. SOUZA, Jéssica. Desenho técnico arquitetônico. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024236).</p> <p>2. CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604373).</p> <p>3. SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521638469).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. ABRANTES, José. Desenho técnico básico: teoria e prática. Rio de Janeiro: LTC, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521635741).</p> <p>2. MORLING, Ken. Desenho técnico e geométrico. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555207828).</p> <p>3. LEGGIT, James. Desenho de arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2004. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577803880).</p> <p>4. SILVA, Antonio Carlos Rodrigues. Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo. São Paulo: Bluncher, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521216155).</p> <p>5. MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518350).</p>

2º PERÍODO

DISCIPLINA	DESENHO TÉCNICO - DTEC
EMENTA	<p>Representação gráfica do projeto arquitetônico. Simbologia. Normas (ABNT-NB-8) e especificações. Escala. Instrumentalização e materiais de desenho. Etapas do</p>

	desenho e a estrutura básica para a apresentação dos projetos (implantação, cobertura, planta-baixa, cortes, fachadas).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> MACHADO, Roberto. Desenho técnico civil: projeto de edifícios e outras construções. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595156364). CHING, Francis D. K. Desenho para arquitetos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540701915). SANZI, Gianpietro. Desenho de perspectiva. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536519692).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> DOYLE, Michael E. Desenho a cores. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577801640). SOUZA, Jéssica P. Desenho técnico arquitetônico. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024236). KUBBA, Sam A. A. Desenho técnico para construção. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582601570). YEE, Rendow. Desenho arquitetônico: um compêndio visual de tipos e métodos. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521632528). OLIVEIRA, Adriano de. Desenho computadorizado: técnicas para projetos arquitetônicos. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536519685).
2º PERÍODO	
DISCIPLINA	GEOMETRIA APLICADA - GA
EMENTA	Introduzir a Geometria Descritiva e o Desenho Geométrico aplicada à produção arquitetônica. Desenvolver a habilidade para representação de um objeto tridimensional, através do desenho bidimensional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> MONTENEGRO, Gildo. Geometria descritiva. V. 1. 2. Ed. São Paulo: Bluncher, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521209829). TENENBLAT, Keti. Introdução à geometria diferencial. 2. Ed. São Paulo: Bluncher, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521215622). MORLING, Ken. Desenho técnico e geométrico. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555207828).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> NACRATO, Adair Mendes. Aprendizagem em Geometria na educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582174586). BOURCHTEIN, Andrei. Geometria Analítica no Plano: abordagem simplificada a tópicos universitários. São Paulo: Bluncher, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521214090). GOÊS, Anderson Roges Teixeira. Introdução à expressão gráfica: tópicos de desenho geométrico e de geometria descritiva. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178124). ARAÚJO, Kátia Maria de Lima. A perspectiva linear e a eficácia da sua comunicação. São Paulo: Bluncher, 2016. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178124).

	https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162993). 5. SANTOS, Jana C. C. Representação bidimensional . Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027572).
2º PERÍODO	
DISCIPLINA	SISTEMAS ESTRUTURAIS I: MECÂNICA - SESTI
EMENTA	Vetores força. Geometria das massas. Equilíbrio de corpos rígidos. Equilíbrio em três dimensões. Forças em vigas. Treliças. Equilíbrio de estruturas. Esforços, tensões e deformações em corpos elásticos. Tração, compressão, cisalhamento. Flexão e torção. Flambagem. Dar subsídios para que o aluno seja capaz de determinar as deformações, os esforços solicitantes e as reações vinculares em vigas isostáticas; Determinar e analisar a deformação da linha elástica; Entender a teoria de colapsos dos materiais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. MERIAM, J. L. Mecânica para engenharia: estática . Rio de Janeiro: LTC, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638070/). 2. HALLIDAY, David. Fundamentos de física: mecânica I . Rio de Janeiro: LTC, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638551/). 3. BEER, Ferdinand P. Estática e mecânica dos materiais . Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551655/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca. Fundamentos de Resistência dos Materiais . Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632627/). 2. SOUZA, Samuel de. Mecânica do corpo rígido . Rio de Janeiro: LTC, 2011. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2088-4/). 3. ELGER, Donald F. Mecânica dos fluidos para engenharia . 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636168/). 4. NELSON, E. W. Engenharia mecânica: estática . Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600436/). 5. MELCONIAN, Sarkis. Mecânica técnica e resistência dos materiais . 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536528564/).
2º PERÍODO	
DISCIPLINA	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO: DA PRÉ HISTÓRIA AO BARROCO - THAUPB
EMENTA	Estudo e análise da produção arquitetônica e urbanística, na civilização ocidental segundo seus principais condicionantes socioeconômicos, culturais, construtivos e estilísticos, da Pré História até o Barroco, enfatizando produtos dessa relação: os edifícios, a cidade e a apropriação do meio ambiente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. CHING, Francis. Introdução à arquitetura . Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582601020/) 2. FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian. A história da arquitetura mundial . 3. Ed.

	<p>Porto Alegre: Bookman, 2011. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580550382).</p> <p>3. GERIBELLO, Denise F. Teoria e História da arquitetura e urbanismo III. Porto Alegre: Sagra, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027343/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian. A história da arquitetura mundial. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580550382).</p> <p>2. CHING, Francis.; JARZOMBEC, Mark. História global da arquitetura. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582605127).</p> <p>3. PEREIRA, José R. A. Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577806645).</p> <p>4. SCOPEL, Vanessa G. Teoria e História da arquitetura e Urbanismo I. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024250).</p> <p>5. _____. Teoria e História da arquitetura e Urbanismo II. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024205).</p>
3º PERÍODO	
DISCIPLINA	CONFORTO AMBIENTAL - CAMB
EMENTA	Estudar as questões gerais do conforto ambiental, referentes às exigências humanas quanto às condições termo-higrométricas, importantes na relação homem com o ambiente natural ou construído. Iluminação natural e artificial, aspectos climáticos (insolação/ventilação); Gráfico de insolação; Ergonomia, conceitos e aplicação; Normas e regulamentos pertinentes. Acústica, condições térmicas, luminotécnica, conceitos e aplicações. Normas e regulamentos pertinentes.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. MÄHLMANN, Fabiana G. Conforto ambiental. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027183).</p> <p>2. PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca Bragança. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos. São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518596).</p> <p>3. BROWN, G Z; DEKAY, Mark. Sol, vento e luz: estratégias para o projeto de arquitetura. 2 ed. Bookman, 2004. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577800902).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. SOUZA, Dulce América de. Ergonomia do ambiente construído. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595029675).</p> <p>2. COSTA, Ennio Cruz. Ventilação. São Paulo: Bluncher, 2005. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521216513).</p> <p>3. TREGENZA, Peter; LOE, David. Projeto de Iluminação. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582603352).</p> <p>4. FALZON, Pierre. Ergonomia. 2. Ed. São Paulo: Bluncher, 2015. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521213475).</p> <p>5. BISTAFA, Sylvio R. Acústica aplicada ao controle de ruídos. 3. Ed. São Paulo: Bluncher, 2018. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521212843).</p>

3º PERÍODO	
DISCIPLINA	DESENHO UNIVERSAL - DU
EMENTA	Compreender os conceitos e aplicações do Desenho Universal e da Acessibilidade que permita o desenvolvimento de projetos adequados à diversidade humana, em especial para pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida. Estimulando o exercício da cidadania, de forma que ocorra o planejamento e elaboração de projetos com uma abordagem fundamental na criação de ambientes, produtos e serviços acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, idades, ou características individuais de forma que atendam aos padrões de soluções técnicas existentes no Brasil e exterior, bem como os critérios técnicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que garanta a acessibilidade de todos os componentes do ambiente urbano e das edificações.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. BATISTA, Claudia Regina. Design para acessibilidade e inclusão. São Paulo: Bluncher, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393040/).</p> <p>2. CHING, Francis D. K. Desenho para arquitetos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540701915/).</p> <p>3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. TIETJAN, Carlos. Acessibilidade e ergonomia. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185715).</p> <p>2. YAMAZAKI, Gabrielle Prado Jorge. Projetos de iluminação, mobiliário e desenho universal. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881308/).</p> <p>3. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca B. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos. São Paulo: Erica, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518596).</p> <p>4. MPSP. DESENHO UNIVERSAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenhouniversal.pdf</p> <p>5. RODRIGUES, J. C. M., BERNARDI, N., A ABNT NBR 9050: A difusão da acessibilidade pela Norma ENEAC 2020.VIII Encontro Nacional sobre Ergonomia do Ambiente Construído / IX Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. Natal/RN. Maio de 2020. Disponível em: http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2020/27.pdf</p>
3º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA I: UNIFAMILIAR - PAIUNI
EMENTA	Projeto de edificação com característica unifamiliar e que utilize sistemas estruturais para mais de um pavimento e que contemple os aspectos relacionados com o conforto ambiental. Deve ser adequado às condições topográficas apresentadas. Desenvolver a prática do desenho e da representação gráfica, em nível de complexidade médio. Entendimento do projeto desde a implantação, programa de necessidades e organização espacial de uma unidade habitacional, sua relação com o entorno e a área urbana que a envolve. Partido geral, anteprojeto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. REMORINI, Silvana Laiz. Conforto ambiental: ventilação acústica . Porto Alegre: SAGAH, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556900308).

	<p>2. WEBER, Fernando P. Ergonomia e conforto ambiental. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025974).</p> <p>3. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca B. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518596).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. GALINATTI, Anna C. Manfroi. Projeto de arquitetura de interiores residenciais. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492588).</p> <p>2. CHING, Francis D. K. Arquitetura de interiores ilustrada. Porto Alegre: BOOKMAN, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582605165).</p> <p>3. ALMEIDA, Lucéli O. Tendências em materiais e revestimentos de interiores. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492496).</p> <p>4. VARGAS, Heliana Comin. Arquitetura e mercado imobiliário. São Paulo: Manole, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446393).</p> <p>5. JARDIM, Mariana Comerlato. Estética (arquitetura). Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024175).</p>
3º PERÍODO	
DISCIPLINA	SISTEMAS ESTRUTURAIS II: Estabilidade das Estruturas e Resistência dos Materiais - SESTII
EMENTA	Estruturas isostáticas: Reações de apoio e esforços internos, vigas isostáticas, pórticos isostáticos. Estruturas hiperestáticas: conceituação geral. Método das forças. Método dos deslocamentos. Método da rigidez direta. Estabelecer conceitos e formulações básicas para o conhecimento do comportamento mecânico de materiais, os quais estão associados à análise e ao projeto dos mais variados sistemas estruturais, para atender satisfatoriamente às solicitações de trabalho e às condições de uso a que são submetidos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. ONOUE, Barry. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2922-1/).</p> <p>2. MARTHA, Luiz Fernando. Análise de estruturas: conceitos e métodos básicos. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638216/).</p> <p>3. GARRISON, Phillip. Fundamentos de estruturas. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604816/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança. Resistência dos materiais. Rio de Janeiro: LTC, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637783/).</p> <p>2. _____. Fundamentos de Resistência dos Materiais. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632627/).</p> <p>3. EDMUNDO, Douglas A. Resistência dos materiais aplicada. Porto Alegre: Sagah, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726852/).</p> <p>4. BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Resistência dos materiais: para entender e gostar. São Paulo: Bluncher, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207504/).</p>

	5. KASSIMALI, Aslam. Análise estrutural . São Paulo: Cengage, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124985/).
3º PERÍODO	
DISCIPLINA	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO - DO NEOCLASSICISMO AO PÓS-MODERNISMO: REPERTÓRIO INTERNACIONAL - THAUNPM
EMENTA	Caracterização das configurações urbanas do mundo no período compreendido entre a metade do século XIX e a metade do século XX, através de suas relações entre sociedade e espaço. Avaliação dos impactos da Revolução Industrial na sociedade e na produção, arquitetônica e urbanística; Estudo e análise da produção, arquitetônica e urbanística do século XX, pioneiros e vanguardistas do movimento moderno; Primeira e segunda época do Movimento Moderno; Nova fase dos "mestres" do Movimento Moderno; Historicismo e Século XX. Pós-modernismo e Novo Urbanismo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. PEREIRA, José R. A. Introdução à história da arquitetura . Porto Alegre: BOOKMAN, 2010. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577806645/). 2. Souza, Douce A. História da arquitetura e urbanismo VI . Porto Alegre: SAGAR, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492342/). 3. SANTOS, Jana C. C. História da arquitetura e urbanismo V . Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788533500150/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno . Rio de Janeiro: LTC, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2739-5/). 2. RIO, Vicente Del. Desenho urbano contemporâneo no Brasil . Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2466-0/). 3. SCOPEL, Vanessa G. Teoria e história da arquitetura e urbanismo II . Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024205/). 4. PANERAI, Philippe. Formas Urbanas . Porto Alegre: BOOKMAN, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600474/). 5. SHULZ, Sonia Hilf. Estéticas Urbanas . Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521636205/).
4º PERÍODO	
DISCIPLINA	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA E URBANISMO: 2D E 3D - IAAU
EMENTA	Introduzir os alunos nos Recursos gráficos, metodológicos e operacionais da informática, como um instrumento à prática projetual do arquiteto. Técnicas de apresentação e de desenhos e Representação bidimensional. Técnicas de apresentação de projetos em 3D; técnicas de ilustração e apresentação de projetos através dos diversos recursos tecnológicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. GEORGINI, João Marcelo. Automação aplicada . São Paulo: Érica, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518121/). 2. CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura . Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604373/). 3. NETTO, Cláudia Campos. Estudo dirigido de autocad 2019 . São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536530840/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. JOSÉ, Marcel Fialho. Projetos gráficos: fundamentos 2D e 3D . São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536530840/).

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536519517).</p> <p>2. SANTOS, Jana Cândida Castro. Representação bidimensional. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027572).</p> <p>3. CARDOSO, Marcus C. Autodesk Civil 2020: aplicações BIM para projetos de infraestrutura. São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536532899).</p> <p>4. OLIVEIRA, Adriano. Desenho computadorizado: técnicas para projetos arquitetônicos. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536519685).</p> <p>5. LIRA, Valdemir Martins. Processos de fabricação por impressão 3D: tecnologia, equipamentos, estudos de caso e projeto de impressora 3D. São Paulo: Blucher, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555062960).</p>
--	--

4º PERÍODO

DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA II: RECICLAGEM DE EDIFICAÇÕES - PAIIRE
EMENTA	Capacitar para a elaboração de projeto de reciclagem, reforma renovação e/ou adaptação de edificações, de uso residencial e/ou comercial e/ou serviços, de pequeno ou médio porte, abordando os princípios ordenadores da forma e do espaço. Nível de anteprojeto conforme a NBR 6492.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. KEELER, Marian; VAIDYA, Prasad. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604717).</p> <p>2. CHING, Francis D. Edificações sustentáveis ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604298).</p> <p>3. YUDELSON, Jerry. Projeto integrado e construções sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600863).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. CORTESE, Tatiana T. Cidades inteligentes sustentáveis. São Paulo: Manole, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600863).</p> <p>2. ROAF, Sue. A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577804900).</p> <p>3. KIBERT, Charles J. Edificações sustentáveis: projeto, construção e operação. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582605264).</p> <p>4. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600801).</p> <p>5. PINHEIRO, Ana L. da Fonseca B. Tecnologias sustentáveis: impactos ambientais urbanos, medidas de prevenção e controle. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536532509).</p>

4º PERÍODO

DISCIPLINA	SISTEMAS ESTRUTURAIS III: ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E FUNDAÇÕES - SESTIII
EMENTA	Propriedades do concreto e do aço. Princípios da verificação da segurança. Vigas: - Dimensionamento no estado limite último de seções sujeitas a solicitações normais; Cisalhamento com flexão; Torção; Verificação dos estados limites de fissuração e deformação; Detalhamento. Lajes: Analisar a teoria e os processos de cálculo de lajes maciças à flexão e o detalhamento de cálculo da armadura

	<p>resultante. Vigas: Flexão simples e composta. Pilares: Flambagem. Fornecer conceitos de concreto armado e apresentar as noções básicas e introdutórias de fundamentação teórica e normativa necessária para aplicação e uso em estruturas de concreto armado usuais.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Concreto armado: eu te amo, para arquitetos. 3. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521210351/). 2. TEATINI, João Carlos. Estruturas de concreto armado. Brasília: Elsevier, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155213/). 3. NEVILLE, A. M. Tecnologia do concreto. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600726/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. GARRISON, Phillip. Fundamentos de estruturas. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604816/). 2. MARCHETTI, Oswaldemar. Pontes de concreto armado. São Paulo: Blucher, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521212799/). 3. CORREA, Marques P. Estruturas de concreto armado. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023024/). 4. TEATINI, João Carlos. Estruturas de concreto armado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155213/). 5. PILOTTO NETO, Egidio. Caderno de receitas: concreto armado. V. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521634676/).
4º PERÍODO	
DISCIPLINA	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA E DA AMAZÔNIA - THABAM
EMENTA	<p>Análise de formação da cidade a partir do período pré colonial. Evolução da produção e teoria da arquitetura e do urbanismo no Brasil ocorridas durante o período colonial, pondo-se em destaque os aspectos do programa, partido adotado, técnicas construtivas e tipologias dos edifícios: a arquitetura religiosa, civil e oficial. A formação da rede urbana e o espaço urbano. Análise da produção arquitetônica no Brasil Imperial e Republicano. Arquitetura na Amazônia do Brasil, enfatizando região de atuação, do século XVI ao XX. As origens e o desenvolvimento da arquitetura moderna. O neoclassicismo, o ecletismo, o neocolonial, a arquitetura moderna e contemporânea em suas manifestações mais significativas na região. Compreensão na formação e desenvolvimento de vocabulário formal da arquitetura moderna brasileira e da Amazônia, assim como localizar os principais paradigmas teóricos que justificam a atuação dos arquitetos brasileiros neste período e sua postura. Interpretação e análise da produção arquitetônica na Amazônia contemporânea, suas influências internas e externas e desdobramentos regionais.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. GESNER, Oliveira. Desafios da Infraestrutura no Brasil. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595450417/). 2. LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Porto Alegre: BOOKMN, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540701854/). 3. CONTANI, Eduardo Augusto do Rosário. Infraestrutura no Brasil. São Paulo: ATLAS, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010756/).



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. ARAGÃO, Solange de. Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX. 2. Ed. São Paulo: Bluncher, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580391787).</p> <p>2. SMYTHE, Monica Defreita. Diálogos sobre arquitetura e conceitos patrimoniais. Curitiba: Intersaberes, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205633).</p> <p>3. SANTOS, Jana C. C. História da arquitetura e urbanismo V: idade contemporânea. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788533500150).</p> <p>4. SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves. Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582178416).</p> <p>5. TELLES, Pedro Carlos da Silva. Notáveis empreendimentos da engenharia no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521633808).</p>
4º PERÍODO	
DISCIPLINA	TOPOGRAFIA APLICADA A ARQUITETURA - TOAA
EMENTA	Levantamentos planimétricos e altimétricos, desenhos de plantas, perfis de seções de área levantada, traçado de curvas de nível, Fechamento de poligonal, Azimutes e Distâncias; Movimento de terra, corte e aterro, transporte de materiais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. SILVA, Irineu da. Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595159211).</p> <p>2. _____. Exercícios de topografia. 3. Ed. São Paulo: Bluncher, 1975. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521217442).</p> <p>3. TULUR, Marcelo. Fundamentos de topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582601204).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. McCOMARC, Jack. Topografia. 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521630807).</p> <p>2. DAIBERT, João D. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518817).</p> <p>3. BOTELHO, Manoel Henrique Campos. ABC da Topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. São Paulo: Bluncher, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521211433).</p> <p>4. BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. Ed. São Paulo: Bluncher, 1975. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521217442).</p> <p>5. SAVIETTO, Rafael. Topografia aplicada. Porto Alegre: Sagah, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595020795).</p>
5º PERÍODO	
DISCIPLINA	ESTUDOS AMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA - EAPPAM
EMENTA	Introdução e conceitos básicos; Ambientes Natural, Econômico e Social; Paisagem Natural e Paisagem Construída na Amazônia; Meio ambiente no Gerenciamento Urbano; Conceito de impacto ambiental – IEA – RIMA; Planejamento Ambiental do território; Meio Ambiente e Desenvolvimento Integral; Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Adequar as cidades utilizando os conceitos e tecnologias existentes

	de mobilidade urbana com as legislações em vigor; caracterizar e realizar o diagnóstico de uma área na cidade considerando as particularidades regionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502636798). ROSA, André H. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540701977). RECH, Adir Ubaldo. Cidades sustentáveis e o comum. Caxias do Sul: Educus, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208229).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> SILVA, Maria Cristina da. Educação ambiental: a sustentabilidade em construção. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/207416). CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papyrus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204306). LIMA, Aline Lopes e. Educação ambiental: perspectivas para uma prática integradora. Curitiba: Intersaberes, 2021. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197436). BARSANO, Paulo Roberto. Legislação ambiental. São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536528311). LAZARETTI, Lauana Rossetto. Políticas públicas no Brasil: ferramentas essenciais ao desenvolvimento. Rio Grande do Sul: ediPUCRS, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201877).
5º PERÍODO	
DISCIPLINA	GEOPROCESSAMENTO - GEOP
EMENTA	Evolução da Ciência Geográfica. Sistemas Geodésicos de Referência e de Coordenadas. Introdução à Cartografia Temática. Introdução à Geodésia geométrica e Projeções Cartográficas. Modelagem Digital de Terrenos-MDT; Fundamentos da Fotogrametria Analítica e Digital; Fundamentos de Sensoriamento Remoto; Sistemas de Posicionamento por Satélites – GNSS (GPS, GLONASS, GALILEO). Aplicações em Arquitetura.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> IBRAHIN, Francini Imene Dias. Introdução ao geoprocessamento ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536521602) VILELA, Marcos Augusto. Geoprocessamento no setor elétrico: aplicações práticas. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202980). CUBAS, Momyra G. Geoprocessamento: fundamentos e técnicas. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186536v).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> LORENZZETTI, J. A. Princípios físicos de sensoriamento remoto. São Paulo: Bluncher, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521208365). FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina do Texto, 2008. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175005). MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41915). LIU, William Tse. Aplicações de sensoriamento remoto. 2. Ed. São Paulo: Oficina do Texto, 2015. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175013). BLASCHKE, Thomas. Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos

	sistemas sensores, métodos inovadores. São Paulo: Oficina do Texto, 2007. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175003).
5º PERÍODO	
DISCIPLINA	PAISAGISMO - PAISA
EMENTA	Conceitos e História do Paisagismo no mundo, ontem e hoje; Paisagismo no Brasil. Estilos de Jardins. O sítio e o contexto da paisagem, o clima, a terra, a água, as plantas, a topografia e suas características; Elementos de Composição Paisagística; A Vegetação como Elemento do Projeto: estrutura, cores, formas, função e espaço. Materiais utilizados no Paisagismo. Fundamentos do Projeto Paisagístico e da Paisagem. Espaço Privado/Público: fases preliminares, anteprojeto, a representação do projeto e Memoriais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. MAZZA, Maria Cláudia C. S. Paisagismo para ambientes residenciais, comerciais e culturais. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191631). 2. GALINATTI, Anna C. Projeto de paisagismo I. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788533500051). 3. FIGUEIREDO, Ana Carolina Carvalho. Projetos de paisagismo e jardinagem. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786589881117).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. PINHEIRO, Antonio Carlos. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projetos. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518596). 2. VIANA, Viviane J. Cultivo de plantas ornamentais. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536520605). 3. GALINATTI, Anna C. Teoria da arquitetura e paisagismo. Porto Alegre: Sagah, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901381/). 4. SILVA, Antonio Carlos Rodrigues. Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo. São Paulo: Blucher, 2009. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216155/). 5. MAZZA, Maria Cláudia Canales. Paisagismo para ambientes residenciais, comerciais e culturais. Curitiba: Contentus, 2020. (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191631).
5º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA III – HABITAÇÃO SOCIAL
EMENTA	Quadro histórico e atual da questão habitacional no Brasil; Direito a moradia e conceito de moradia adequada; O Estatuto da Cidade e a função social da propriedade; Projetos de habitação social regionais, nacionais e internacionais; A produção do espaço e as Áreas de assentamento humano precário na cidade de Manaus; Parâmetros urbanísticos em áreas de especial interesse social; Levantamento e diagnóstico de área de assentamento humano precário na cidade de Manaus; Elaboração de projeto arquitetônico de habitação social.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. MUKAI, Toshio. O Estatuto da Cidade. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553613120/). 2. LIMA, Andreia da Silva. Seminários de políticas urbanas, rurais e de habitação e movimentos sociais. Porto Alegre: Sagah, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901923/). 3. ALVIM, Angelica Tanus B. Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901923/).

	https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766677/ .
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. LIMA, Andreia S. Legislação Social. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029163/).</p> <p>2. BORDALO, Rodrigo. Direito urbanístico. Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644667/).</p> <p>3. ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Portugal: Almedina, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724425801/).</p> <p>4. SILVEROL, Aline Carneiro. Geografia urbana. Porto Alegre: Sagah, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900964/).</p> <p>5. RIO, Vicente Del. Desenho urbano contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2466-0/).</p>
5º PERÍODO	
DISCIPLINA	SISTEMAS ESTRUTURAIS IV: ESTRUTURAS DE MADEIRA E ESTRUTURAS METÁLICAS - SESTIV
EMENTA	Propriedades físicas e mecânicas de madeira e dos aços estruturais. Normas, classificação, propriedades e fatores de segurança. Ensaio de caracterização mecânica. Comportamento de ligações. Ligações soldadas. Ligações parafusadas. Ligações de peças estruturais. Comportamento de peças tracionadas e comprimidas. Comportamento de vigas contidas e sem contenção lateral. Comportamento de peças com esforços combinados de flexão e solicitações axiais de compressão e tração. Flambagem. Vigas compostas de aço, madeira. Trelças planas. Prover o conhecimento básico das propriedades mecânicas e dos tipos de aço estruturais empregados na construção civil desenvolvendo habilidade técnica para o dimensionamento e verificação de peças de aço e de suas ligações, e de estruturas mistas concreto-aço.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. PFEIL, Walter. Estruturas de madeira. 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2810-1/).</p> <p>2. JUNIOR, Carlito C. Dimensionamento de Elementos Estruturais de Madeira. São Paulo: Manole, 2003. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442968/).</p> <p>3. MOLITERNO, Antonio. Elementos para projetos em perfis leves de aço. São Paulo: Blucher, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209386/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. PFEIL, Walter. Estruturas de aço. 9. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637974/).</p> <p>2. PINHEIRO, Antonio Carlos B. F. Estruturas metálicas. São Paulo: Blucher, 2005. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521215325/).</p> <p>3. SANTOS, Givanildo Alves dos. Tecnologia dos materiais metálicos: propriedades, estruturas, e processos de obtenção. São Paulo: Erica, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532523/).</p> <p>4. SALGADO, Julio Cesar Pereira. Estruturas na construção civil. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518671/).</p> <p>5. CALIL JR., Carlito. Dimensionamento de Elementos Estruturais de Madeira. São Paulo: Manole, 2003. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442968/).</p>
6º PERÍODO	
DISCIPLINA	CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RESTRUTURAÇÃO: PATRIMONIO CULTURAL - CRRPC

EMENTA	<p>Conceituação do Patrimônio Cultural, natural, abiótico e biótico, tangível e intangível. Análise das diferentes linhas teóricas e alternativas conceituais e metodológicas da conservação e da restauração do patrimônio cultural edificado. Análise da Proteção do Patrimônio quanto ao meio legal, nos três níveis do poder público: Federal, estadual e Municipal. Análise quanto a edificação, o meio físico (relativo à preservação e restauro) e social (relativos à justificativa social da proteção). As diferentes linhas teóricas, alternativas conceituais e metodológicas de restauração. Reciclagem nos elementos construtivos. Educação patrimonial. Estudos de Casos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. GIAMBASTIANI, Gabriel L. Teoria do restauro e do patrimônio. Porto Alegre: Sagah, 2022. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902685/). 2. SOUZA, Ana Carolina.; BAUER, Caroline S.; FREITAS, Eduardo P.; et al. História e Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Sagah, 2021. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902319/). 3. VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. Patrimônio cultural versus patrimônio natural: a insustentável cadeia produtiva de berimbaus no Brasil. 1. ed. Jundiá, SP: Paco e Littera, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206932).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. FLACH, Michael Schneider. Dos delitos contra o patrimônio cultural e o ordenamento urbano na lei dos crimes ambientais. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203824). 2. NEPOMUCENO, Gianni Lopes. Patrimônio cultural e revolução tecnológica. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203820). 3. PIRES, Maria Coeli Simões. Da proteção ao patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202985). 4. VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. Patrimônio cultural versus patrimônio natural: a insustentável cadeia produtiva de berimbaus no Brasil. 1. ed. Jundiá, SP: Paco e Littera, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206932). 5. SANDY, Danielly Dias. Conservação e restauro. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186354).
6º PERÍODO	
DISCIPLINA	INFRAESTRUTURA URBANA - IF
EMENTA	<p>Aplicar os diversos sistemas que compõem a infraestrutura urbana, de forma integrada para proporcionar o desempenho satisfatório da “urbe”, com a utilização dos sistemas ativos, passivos, a hierarquia viária e organizacional dos assentamentos. Intervenção, em macro escala, em espaços já ocupados/urbanizados.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONTANI, Eduardo Augusto do R.; SAVOIA, José Roberto F. Infraestrutura no Brasil. São Paulo: Grupo GEN, 2017. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010756/). 2. PASTORE, Affonso. Infraestrutura - Eficiência e Ética. São Paulo: Grupo GEN, 2017. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152007/). 3. LUCCARELLI, Ana Carolina de M. Políticas públicas de mobilidade urbana, acessibilidade e sustentabilidade. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965862/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. LIMA, Andreia da S. Seminários de Políticas Urbanas, Rurais e de Habitação e Movimentos Sociais. Porto Alegre: Sagah, 2021. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901923/). 2. KANAANE, Roberto. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de

	<p>informação e pessoas. São Paulo: Grupo GEN, 2012. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475131/).</p> <p>3. VILLA, Simone Barbosa. Qualidade ambiental na habitação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162910).</p> <p>4. SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. Gestão de obras públicas. São Paulo: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184747).</p> <p>5. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca. Tecnologia de obras e infraestrutura. São Paulo: Erica, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518800).</p>
--	---

6º PERÍODO

DISCIPLINA	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS - IHS
EMENTA	Noções gerais de hidráulica, instalações prediais (aspectos gerais). Instalações prediais de água fria, instalações prediais de água quente, instalações prediais de esgoto sanitário, Estações de tratamento de efluentes, instalações prediais de águas pluviais, Instalações de sistema de prevenção e combate a incêndio, instalações prediais de gás(GLP). Elaboração de projeto técnico. Hidro sanitárias: água fria e quente (Painel solar e boiler), Combate à Incêndios, águas Pluviais, esgoto sanitário: sistemas construtivos, técnicos, materiais, mão-de-obra, equipamentos disponíveis no local, na região e no país; Sistemas de fossas que não poluem o meio ambiente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. AZEVEDO NETTO, J. M.; FERNANDEZ, M. F.; ARAÚJO, R; ITO, A. E. Manual de hidráulica. 9. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521208891/).</p> <p>2. COUTO, Luiz Mário. Hidráulica na prática. Rio de Janeiro: LTC, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595153202/).</p> <p>3. MACINTYRE, Archibald J. Manual de instalações hidráulicas. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637370/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. CARVALHO JUNIOR. Roberto de. Instalações elétricas e o projeto de arquitetura. 11. Ed. São Paulo. Blucher, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207115/).</p> <p>2. _____. Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitários. São Paulo: Bluncher, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207603/).</p> <p>3. MACINTYRE, Archibald Josefh. Instalações hidráulicas, prediais e industriais. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-1964-2/).</p> <p>4. BITTENCOURT, Cláudia. Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recurso hídricos. São Paulo: Erica, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521770/).</p> <p>5. RITCHER, Carlos. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Bluncher, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521217244/).</p>

6º PERÍODO

DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA IV – GRANDES VÃOS: COMÉRCIO EOU SERVIÇO - PAIV
EMENTA	Crítica e conceituação das obras existentes a nível de pesquisa em temas, comerciais, de serviços, de lazer, institucionais e Implantação de programação própria às atividades propostas com temas que possuam as seguintes características: Edificações de grande porte, com predominância horizontal e

	grandes áreas cobertas, livres de apoios (grandes vãos), em grandes centros urbanos, oportunizando a utilização da estrutura metálica; Partido geral e anteprojeto e executivo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. GIAMBASTINI, Gabriel Lima. Projetos de arquitetura de interiores de comerciais. Porto Alegre: Sagah, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492373/)</p> <p>2. VARGAS, Heliana Comin. Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Manole, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520453650/).</p> <p>3. CHING, Francis D. K. Arquitetura de interiores ilustrada. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605165/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. WEIJH, Letícia; MARQUETTO, Leandro. Projeto de arquitetura e urbanismo IV. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500501/).</p> <p>2. CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. 3.ed. Porto Alegre: Bookman. 2000. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604373/).</p> <p>3. MONTENEGRO, Gildo. A invenção do projeto. São Paulo: Bluncher, 1987. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216582/).</p> <p>4. SOARES NETO, Vicente. Cidades inteligentes: guia para construção de centros urbanos eficientes e sustentáveis. São Paulo: Erica, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530314/).</p> <p>5. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca B. Tecnologia de Obras e Infraestrutura. São Paulo: Erica, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518800/).</p>
6º PERÍODO	
DISCIPLINA	TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO: TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS - TCTSC
EMENTA	<p>Fonte de materiais de construção. Familiarização com as técnicas usuais da construção de edifícios no Brasil e seus recursos, normas, métodos, especificações dos materiais como: Aglomerantes, agregados para concreto, cerâmicos, madeiras, metais, aço para concreto, vidros, plásticos, tintas e aço para estrutura metálica estudo das interações entre o Espaço Natural, os materiais de construção e as técnicas construtivas de instalações, fundações, alvenarias, coberturas, revestimentos e impermeabilizações. Conceito de sistema construtivo, com alguns sistemas construtivos alternativos. Importância dos sistemas construtivos na arquitetura. Sistemas construtivos tradicionais. Inovações tecnológicas. Alvenaria portante e estrutural independente. Alvenaria armada. Solo-cimento, Argamassa armada. Pré-moldados em concreto armado. Concreto protendido. Pré-fabricação metálica. Implantação da infra e supra estrutura com especificações de pisos, vidros, esquadrias e pinturas. Capacitar o aluno em avaliar as características e propriedades de materiais e aplicar as técnicas de construção mais adequadas para construção com qualidade, desempenho e durabilidade. Familiarizar o aluno com termos técnicos e desenvolver postura crítica na análise de materiais e técnicas construtivas. Técnicas construtivas tradicionais e vernaculares.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. GOTO, Hudson. Materiais da construção. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027725/).</p> <p>2. AZEREDO, Hélio Alves. O edifício até a sua cobertura. São Paulo: Bluncher, 1997. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521214236/).</p> <p>3. BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Concreto armado: eu te amo, para arquitetos. 3. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521210351/).</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. BAUER, L. A. Falcão. Materiais de construção . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521636632).
	2. CHING, Francis D.K. Técnicas de construção ilustrada . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582604236).
	3. PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca B. Tecnologia de obras e infraestrutura . São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536518800).
	4. SILVER, Pete. Sistemas estruturais . São Paulo: Bluncher, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521208006).
	5. SALGADO, Júlio César Pereira. Técnicas e práticas construtivas . 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536528502).
6º PERÍODO	
DISCIPLINA	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INSTE
EMENTA	Generalidades sobre sistemas elétricos. Instalações elétricas e correlatos conceitos básicos, normas, materiais e equipamentos. Instalações elétricas e eletromecânicas: Instalações de ar condicionado (split e unidade), Elevadores, esteiras rolantes (vertical e horizontal), Instalações de telefone e lógica (rede de computadores), Instalações de Antena de TV e cabo: sistemas construtivos, técnicos, Elaboração de projeto técnico materiais, mão-de-obra, equipamentos disponíveis no local, na região e no país.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. CREDER, Hélio. Instalações elétricas . 17. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521637936).
	2. CARVALHO JR., Roberto de. Instalações elétricas e o projeto da arquitetura . São Paulo: Bluncher, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209997/).
	3. NISKIER, Julio. Instalações elétricas . 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637400/).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	1. MAMEDE FILHO, João. Instalações elétricas industriais . Rio de Janeiro: LTC, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638643/).
	2. GEBRAN, Amaury P. Instalações elétricas prediais . Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604205/).
	3. NERY, Norberto. Instalações elétricas: princípios e aplicações . São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530086/).
	4. FERREIRA, Fábio Isaac. Instalações elétricas . São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532011/).
	5. CRUZ, Eduardo César Alves. Instalações elétricas: fundamentos, práticas e projetos em instalações residenciais e comerciais . 3. Ed. São Paulo: Érica, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536530079).
7º PERÍODO	
DISCIPLINA	LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL - LEP
EMENTA	Conceito de ética, seus objetivos e sua ligação com a cidadania. A ética e responsabilidade social do profissional. Legislação vigente, Código de ética, atribuições profissionais do arquiteto e urbanista. As instituições, órgãos oficiais

	regulares e fiscalizadores e entidades de classe da profissão; Contrato de Prestação de Serviço.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. MARQUES, Carolina C. R. Legislação urbanística aplicada. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024489/).</p> <p>2. SANTOS, Ana P. M. Legislação e ética profissional. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029019/).</p> <p>3. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599602/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. NERY, Deborah C. Contratos de prestação de serviços por adesão: uma análise do art. 424 do código civil. São Paulo: Almedina, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556273334/).</p> <p>2. SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021653/).</p> <p>3. BARSANO, Paulo R. Ética profissional. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536514147/).</p> <p>4. FLORIT, Luciano Félix. Ética socioambiental. São Paulo: Manole, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761290/).</p> <p>5. GHILLYER, Andrew W. Ética nos negócios. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580554342/).</p>
7º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA V: TÉCNICAS RETROSPECTIVAS - PAVTR
EMENTA	Contextualização e programação de temas relacionando fragmentos urbanos integrados ao conjunto arquitetônico de interesse histórico; o Patrimônio Cultural edificado, em paralelo às questões relacionadas à reutilização ou requalificação de espaços existentes, com a utilização de técnicas retrospectivas. Desenvolver projeto de despoluição visual das fachadas através projeto de comunicação visual conforme parâmetros legais estabelecidos para a orientação dos usuários. Processo de composição arquitetônica, vias públicas e mobiliário urbano, existente versus nova; Partido geral e anteprojeto e executivo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. CARVALHO, Agatha M. Técnicas retrospectivas I. Porto Alegre: Sagah, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492267/).</p> <p>2. GALINATTI, Anna C. M. Projeto de arquitetura e urbanismo V. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500358/).</p> <p>3. SANDY, Danielly Dias. Conservação e restauro. Curitiba: Contentus, 2020. (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186354/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. GONÇALVES, Pedro Henrique. Patrimônio 4.0. São Paulo: Bluncher, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555065510/).</p> <p>2. SANDY, Danielly Dias. Iniciação à técnica de conservação e restauro: fundamentos teóricos. Curitiba: InterSaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178187/).</p> <p>3. GIAMBASTIANI, Gabriel L. Teoria do restauro e do patrimônio. Porto Alegre: Sagah, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902685/).</p> <p>4. BALBO, José Tadeu. Pavimentação asfáltica: materiais, projeto e restauração. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175002/).</p> <p>5. YEE, Rendow. Desenho arquitetônico: um compêndio visual de tipos e métodos. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599602/).</p>

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632528/ .	
7º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO DE INTERIORES: RESIDÊNCIA E COMÉRCIO - PIRC
EMENTA	Introduzir o processo de projeto de arquitetura de interiores, abordando desde seus aspectos conceituais, estéticos, funcionais, seu detalhamento e representação gráfica. Apresentar os parâmetros de ergonomia e detalhamentos construtivos, instalações, revestimentos e mobiliário. Experimentar técnicas de estudo de cor e conhecer elementos do design contemporâneo. Interligar teoria, tecnologia e projeto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. BARBOSA, Marília P. A. Projeto de interiores residenciais. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026902/).</p> <p>2. RODRIGUES, Natália T. F. Projeto de interiores comerciais. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027121/).</p> <p>3. CHING, Francis D. K. Arquitetura de interiores ilustrada. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605165/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. NETTO, Claudia Campos. Desenho arquitetônico e design de interiores. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519678/).</p> <p>2. MACIESKI, Kelly Trindade. Desenho técnico para interiores. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188232).</p> <p>3. GIAMBASTINI, Gabriel Lima. Projeto de arquitetura de interiores comerciais. Porto Alegre: Sagah, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492373/).</p> <p>4. SILVA, Adriana S. Perspectiva de interiores. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027206/).</p> <p>5. REMORINI, Silvana L. Projetos de interiores especiais. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029095/).</p>
7º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO URBANO I: ESCALA DE BAIROS - PUIEB
EMENTA	O Espaço do desenho Urbano. Conceitos e noções de planejamento urbano. Instrumentos de Intervenção com usuários e de Implementação de Planos Urbanísticos. Morfologia urbana. Modelos de Assentamentos Urbanos. Diagnóstico e proposta.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. RIO, Vicente Del. Desenho urbano contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2466-0/).</p> <p>2. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600801/).</p> <p>3. PETERSEN, Rodrigo C. Planejamento urbano e regional: elementos urbanos. Porto Alegre: Sagah, 2020. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492328/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. PAIVA, Ricardo Alexandre. Megaeventos e intervenções urbanas. São Paulo: Manole, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462355/).</p> <p>2. LIMA, Fernando Tadeu de Araújo. Métricas urbanas: abordagens paramétricas para planejamento de bairros e cidades mais sustentáveis. São Paulo: ProBooks, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462355/).</p>

	<p>https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191070).</p> <p>3. ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Sustentabilidade em projetos para urbanização em assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2022. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766677/).</p> <p>4. SOARES NETO, Vicente. Centro inteligentes: guia para construção de centros urbanos eficientes e sustentáveis. São Paulo, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530314/).</p> <p>5. VOLPATTO, Carlla Portal. Planejamento de transportes urbanos. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500440/).</p>
--	--

8º PERÍODO

DISCIPLINA	ESTAGIO SUPERVIONADO I - ESUPI
EMENTA	Prática de gerenciamento e/ou de gabinete, sob supervisão de professor orientador conforme as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista vigente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. AZEREDO, Hélio Alves. O edifício até sua cobertura: prática de construção civil. Editora Edgard Blücher Ltda, São Paulo, 1997. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214236/).</p> <p>2. BORGES, Alfredo de Campos. Prática das pequenas construções. 9. Ed. São Paulo: Blücher, 1996. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216780/).</p> <p>3. YAZIGI, W. A técnica de edificar. 14. ed. São Paulo: Pini, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555061956/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. BUXTON, Pamela. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604311/).</p> <p>2. BORGES, Alberto de Campos. Práticas de pequenas construções. V. 1. São Paulo: Bluncher, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216780/).</p> <p>3. MUDRIK, Chaim. Caderno de encargos. 2. Ed. São Paulo: Bluncher, 2006. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521215684/).</p> <p>4. Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm</p> <p>5. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. Ed. São Paulo: Cengage, 2012. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114047/).</p>

8º PERÍODO

DISCIPLINA	GESTAO E COORDENAÇÃO DE OBRAS E PROJETOS: ORÇAMENTO - GCOPO
EMENTA	Apresentação e descrição de edifícios construídos e colocados em uso, tendo em vista o desempenho técnico-constructivo destes, face ao atendimento das exigências dos usuários ao longo da vida útil dos objetos arquitetônicos em questão. A avaliação de desempenho é considerada como um dos instrumentos de realimentação do projeto e de controle de qualidade do processo de produção, uso e manutenção do edifício. Custos e prazos de execução dos serviços construtivos de construção; Orçamentos e elaboração de composições de custo (Utilização da TCPO); Gerenciamento de projetos e obras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1. BRAGANÇA, Antônio Carlos da Fonseca. Planejamento e custos de obra . São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114047/).

	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536509396/).</p> <p>2. PRETTO, Márcia Elisa Jacondino. Ferramentas para o planejamento e controle de obras. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965404/).</p> <p>3. MONTALVÃO, Elisamara Godoy. Gestão de obras públicas. Curitiba: Intersaberes, 2013. (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6389).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. CARVALHO, Michele. Conhecendo o orçamento de obras. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150768/).</p> <p>2. PADOVEZE, Clóvis Luis. Custo e preços de serviços: logística, hospitais, transporte, hotelaria, mão de obra, serviços em geral. São Paulo: Atlas, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477760/).</p> <p>3. BERTO, Dálvio José. Gestão de custos. São Paulo: Saraiva, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212336/).</p> <p>4. CORREIO, Leandro Cupertino. Empreendedorismo e gestão de projetos: planejamento, orçamento e acompanhamento de obra. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881667/).</p> <p>5. BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Gestão de Qualidade, Produção e Operações. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021523/).</p>
8º PERÍODO	
DISCIPLINA	MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO - MUTP
EMENTA	Adequar as cidades utilizando os conceitos e tecnologias existentes de mobilidade urbana com as legislações em vigor (NBR 9050 e Lei de Mobilidade Urbana); caracterizar e realizar o diagnóstico de uma área na cidade e propor uma intervenção modelo. Compreender e adequar o meio urbano à utilização de transportes públicos coletivos para minimizar os efeitos dos engarrafamentos nos centros urbanos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. LUCCARELLI, Ana Carolina de Moraes. Políticas públicas de mobilidade urbana, acessibilidade e sustentabilidade. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965862/).</p> <p>2. VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. Políticas de transportes no Brasil: a construção de mobilidade excludente. São Paulo: Manole, 2014. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446638/).</p> <p>3. MASSUCHETO, Jaqueline. Tecnologias aplicadas à mobilidade urbana. Curitiba: Intersaberes, 2022. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/200882).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. TURBAY, André Luiz Braga. Cidades contemporâneas e mobilidade: conceitos e ferramentas para o planejamento. Curitiba: Intersaberes, 2021. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198358).</p> <p>2. AGIBERT, Claudionor. Projetos e fontes de financiamento: mobilidade urbana. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186201).</p> <p>3. SIMONELLI, Luiza. Trânsito eficiente e mobilidade segura: estado coletivo e cidade plural. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185025).</p> <p>4. PALVESKI, Luziane Machado. Gestão de sistemas de transporte público na atualidade. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186543).</p> <p>5. MAZZAROTTO, Angelo Augusto Valles de Sá. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149606).</p>

8º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA VI: EDIFICAÇÃO VERTICALIZADA - PAVIEV
EMENTA	Exploração dos valores simbólicos e culturais dos espaços públicos e privados com a proposição de espaços abertos e fechados para atividades sociais; Interação edifício, cidade e sociedade; projeto com características de edifícios verticais. Legislação urbana e código de obras; Lançamento dos elementos da estrutura. Instalações hidrossanitárias e elétricas. Impacto urbano da edificação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. AZEREDO, Hélio Alves. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Blucher, 1987. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214212/).</p> <p>2. _____. O edifício até sua cobertura. 2. Ed. São Paulo: Blucher, 1997. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214236/).</p> <p>3. SALGADO, Júlio Cesar Pereira. Técnicas e práticas construtivas para edificação. São Paulo: Erica, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536528502/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. NORMAS TÉCNICAS PARA INSTALAÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO. Lei no 011 de 03/07/1990. (Pesquisa online: https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/1990/2/11/lei-ordinaria-n-11-1990-dispoe-sobre-normas-tecnicas-para-instalacoes-contraincendio-e-panico-e-da-outras-providencias).</p> <p>2. STEIN, Ronei T. Projeto de instalações hidrossanitárias. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500617/).</p> <p>3. COELHO, Darlene Figueiredo Borges. Edifícios Inteligentes: uma visão das tecnologias aplicadas. São Paulo: Blucher, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392210/).</p> <p>4. ROAF, Sue; CRICHTON, David. A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577804900/).</p> <p>5. ONOUE, Barry. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção para edificações. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2922-1/).</p>
8º PERÍODO	
DISCIPLINA	PROJETO URBANO II: AMBIENTAL - PUIIA
EMENTA	Compreensão do processo urbano, manipulando as variáveis existentes na estrutura urbana. Análise e representação da paisagem urbana e natural que envolve um conjunto de edifícios e sua paisagem natural como elementos do relevo, hidrografia, posição geográfica, qualidade do solo, orientação solar, direção dos ventos, microclimas, vistas privilegiadas e significativas, áreas de interesse de preservação, áreas degradadas, cobertura vegetal e fauna, circulação de pedestres e de veículos, sistema viário, infraestrutura voltada ao saneamento básico. Definição crítica de um partido de intervenção para corrigir ou minimizar os impactos ou otimizar a contextualidade analisada. Considerar, ainda, os padrões da legislação urbana, bem como o processo de desenvolvimento do entorno, a fim de integrar as características do espaço. Desenvolver o projeto da intervenção ao nível de anteprojeto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. MIGUEZ, Marcelo. Drenagem urbana: do projeto tradicional à sustentabilidade. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155695/).</p> <p>2. STEIN, Ronei T. Recuperação das áreas degradadas. Porto Alegre: Sagah, 2017. (Minha Biblioteca: _____)</p>



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021372/).</p> <p>3. PELEGRINO, Paulo. Estratégias para uma infraestrutura verde. São Paulo: Manole, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462287/).</p>
	<p>1. GALVÃO JR. Regulação do saneamento básico. São Paulo: Manole, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520445051/).</p> <p>2. GIAMBASTIANI, Gabriel L. Planejamento urbano e regional: dimensionamento. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500549/).</p> <p>3. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600801/).</p> <p>4. KEELER, Marian. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604717/).</p> <p>5. CALIJURI, Maria do Carmo. Engenharia ambiental: conceitos, tecnologias e gestão. Rio de Janeiro: LTC, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157446/).</p>

9º PERÍODO

DISCIPLINA	ESTAGIO SUPERVISIONADO II - ESUPII
EMENTA	Prática de gerenciamento e/ou de acompanhamento de obras, sob supervisão de professor orientador conforme as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista vigente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. AZEREDO, Hélio Alves. O edifício até sua cobertura. 2.ed. São Paulo: Blucher, 1997. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521214236/pageid/0).</p> <p>2. BORGES, Alfredo de Campos. Prática das pequenas construções. 2vs. São Paulo: Blucher, s.d. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521216780/pageid/0).</p> <p>3. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Qualidade na construção civil. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Infraestrutura) (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536518787/pageid/0).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício e seu acabamento. São paulo: Blucher, 2018 (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169221).</p> <p>2. BUXTON, Pamela. Manual de arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582604311/pageid/0).</p> <p>3. MAZUTTI, Ruth Heinz. Gestão de obras. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028241/pageid/0).</p> <p>4. QUALHARINI, Eduardo linhares. Reabilitação predial. 2vs. Rio de Janeiro: LTC, 2020 (Col. Construção Civil na Prática) (Acervo digital Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152434/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover!]/4/4/2[cover01]/2%4051:56).</p> <p>5. SALGADO, Júlio César Pereira. Técnicas e práticas construtivas para edificação. 4.ed. São Paulo: Érica, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536528502/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml!]/4/2[cover-image]/2%4043:2).</p>

9º PERÍODO

DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE TCC: ESTUDO PRELIMINAR
------------	--

EMENTA	A temática deverá ser de livre escolha do aluno, dentro das atribuições do arquiteto e urbanista em vigor, e sob supervisão de um professor orientador, arquiteto e urbanista, pertencente à instituição. A escolha do tema será conforme o interesse pessoal do acadêmico, de teor arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico, sendo, ainda, submetido à aprovação por parte do professor orientador, onde deverá ser considerado a exequibilidade do projeto. O trabalho a ser desenvolvido deverá seguir as regras da metodologia científica, deve resultar em uma produção de interesse acadêmico, social, cultural e científico, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso de arquitetura e urbanismo. A produção deverá atingir nível de estudo preliminar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none">1. BUXTON, Pamela. Manual de arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582604311/pageid/0).2. MANO, Cássia Moraes et.al. Projeto de arquitetura e urbanismo I. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028067/pageid/0).3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/epubcfi/6/2/%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0!/4/2/2%4051:2).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none">1. CASA NOVA, Sílvia Pereira de Castro; NOGUEIRA, Daniel Ramos; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José. TCC - Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2020 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440708/pageid/0).2. CHING, Francis D. Técnicas de construção ilustradas. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582604236/pageid/0).3. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Planejamento e custos de obras. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Infraestrutura) (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536509396/epubcfi/6/2/%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml!/4/2[cover-image]/2%4043:2).4. TURBAY, André Luiz Braga; CASSILHA, Simone do Amaral. Cidades contemporâneas e mobilidade: conceitos e ferramentas para o planejamento. Curitiba: Intersaberes, 2021 (Série Gestão Pública) (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198358).5. UNWIN, Simon. Exercícios de arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto. Porto Alegre: Bookman, 2013 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582600450/pageid/0).

9º PERÍODO

DISCIPLINA	PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - PUR
EMENTA	Desenvolvimento espacial urbano regional. Políticas públicas/urbanas, conforme os instrumentos normativos vigentes. Ênfase no planejamento urbano e controle do uso do Solo Urbano. Realização de uma análise crítica, após levantamento operacional e diagnóstico, de um fragmento urbano, com base na conceituação estudada a nível regional. Desenvolver um

	projeto da paisagem, em local previamente selecionado, onde deverá se relacionar com o entorno, integrando as características do processo de urbanização.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. MAZZAROTTO, Ângelo Augusto Valles de Sá. Planejamento urbano. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183535). 2. SCOPEL, Vanessa Guerini. Planejamento urbano. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023253/pageid/0). 3. TURBAY, André Luiz Braga; CASSILHA, Simone do Amaral. Cidades contemporâneas e mobilidade: conceitos e ferramentas para o planejamento. Curitiba: Intersaberes, 2021 (Série Gestão Pública) (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198358).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDRADE, Claudemir José; GRIJÓ, Gabriel Eyvin Barbosa (Orgs.) Legislação Urbanística Municipal: Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus e suas Leis Complementares (Consolidado 2014 - 2016 - 2019). Manaus: Prefeitura Municipal de Manaus/Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2021 Disponível em: https://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/implurb/PLANO%20DIRETOR%20-20LIVRO%20DIGITAL/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20URBAN%C3%8dSTICA%20MUNICIPAL%20-%20PLANO%20DIRETOR%20E%20AMBIENTAL%20DE%20MANAUS%20E%20SUAS%20LEIS%20COMPLEMENTARES%20DIGITAL.pdf 2. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582600801/pageid/0). 3. DUARTE, Fábio. Planejamento urbano. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Série Gestão Pública). (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6037). 4. PELLEGRINO, Paulo; MOURA, Newton Becker (Orgs.). Estratégias para uma infraestrutura verde. São Paulo: Manole, 2017 (Série Intervenções Urbanas) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462287/pageid/0). 5. PETERSEN, Rodrigo Córdova et.al. Planejamento urbano e regional: elementos urbanos. Porto Alegre: SAGAH, 2019 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492328/pageid/0).

9º PERÍODO

DISCIPLINA	PROJETO DE ARQUITETURA VII - POLO GERADOR
EMENTA	Estudo de demanda de polo gerador de tráfego, no qual o aluno projetará um equipamento urbano de alta complexidade, aplicando critérios de espacialidade em função da edificação. Os critérios de circulação de pessoas, mercadorias e veículos, deverão atender os parâmetros para acessibilidade urbana e do usuário,

	<p>integrando os mais diversos setores promovendo o bem-estar e segurança dos usuários, por meio da adequação ambiental. Desenvolver o senso crítico e implementar o conteúdo em suas ações projetuais de forma natural, através de um diagnóstico urbano produzido e da elaboração do projeto final do polo de gerador de tráfego. Elaborar um projeto de arquitetura de grande impacto urbano, buscando os métodos de projeção mais adequados que se enquadrem nas condicionantes urbanísticas do local, de forma a reduzir os impactos urbanísticos criados.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. CAMPEOL, Renata Onzi. Polos geradores e mitigação de impactos no tráfego. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786589965381/pageid/4).</p> <p>2. BUHER, Bruna Marcell Claudino. Cidade e engenharia de tráfego. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183537).</p> <p>3. MAZZAROTTO, Angelo Augusto Valles de Sá. Planejamento urbano. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183535).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Editora Grupo A, 2013. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600801/).</p> <p>2. VARGAS, Heliana Comin. Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados. São Paulo: Editora Manole, 2015. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442852/).</p> <p>3. BUHER, Bruna Marcell Claudino. Engenharia de tráfego. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188057).</p> <p>4. DENATRAN. Manual de procedimentos para o tratamento de polos geradores de tráfego. Brasília, DENATRAN/FGV, 2001. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/PolosGeradores.pdf.</p> <p>5. XAVIER, Carlos Magno da Silva NEUFERT, Peter. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. 17 ed.. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131204/pageid/0).</p>

10º PERÍODO

DISCIPLINA	ARQUITETURA SUSTENTÁVEL
EMENTA	<p>Estudo do conceito de desenvolvimento sustentável, princípios, tendências e aplicação da sustentabilidade na Arquitetura e Urbanismo. Perspectivas para o futuro: arquitetura que se utiliza de recursos naturais, regionais e tecnologias avançadas no que diz respeito aos aspectos bioclimáticos em sua concepção, buscando, após a sua implantação, a sustentabilidade da comunidade e conservação da biodiversidade. Introdução ao estudo do projeto, técnicas, tecnologias, materiais e equipamentos apropriados para a arquitetura sustentável e eficiência energética na edificação.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. KIBERT, Charles J. Edificações sustentáveis: projeto, construção e operação. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2020 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605264/).</p> <p>2. SOUZA, João Vitor Rodrigues de. Projetos e produção sustentável. São Paulo: Platos Soluções Educacionais, 2021 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553560000/).</p> <p>3. GRABASCK, Jaqueline R.; CARVALHO, Agatha M. Arquitetura sustentável. Porto Alegre: SAGAH, 2019 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500105/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. KEELER, Maria; BURKE, Bill. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604717/).</p> <p>2. AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Blucher, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214212/).</p> <p>3. SOHN, Hassan. Aspectos jurídicos da arquitetura sustentável. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185832).</p> <p>4. PHILIPPI JR., Arlindo; BRUNA, Gilda Collet. Gestão urbana e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2019 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462935/).</p> <p>5. SILVA, Maria Cristina da; FLORENTINO, Ligiane Aparecida; PAPPARIDIS, Otávio Soares. Educação ambiental: a sustentabilidade em construção. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/207416).</p>

10º PERÍODO	
DISCIPLINA	DIREITO URBANO E AMBIENTAL - DUA
EMENTA	Direito à Cidade. Função Social da Propriedade Urbana. Instrumentos de intervenção urbana. Plano Diretor. Instrumentos de Regularização Fundiária. Parcelamento do solo Urbano. Ênfase no Estatuto da Cidade e Legislação correlata. Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773787/).</p> <p>2. TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2022 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622982/).</p> <p>3. RECH, Adir Ubaldio; VANIM, Fábio Scopel; SANTOS, Sandrine Araújo (orgs.). Cidades sustentáveis e o comum. Caxias do Sul: EDUCS, 2022 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208229).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. GIAMBASTASTIANI, Gabriel Lima et al. Planejamento urbano e regional: dimensionamento. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500549/).</p> <p>2. FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600801/).</p> <p>3. CONDESSO, Fernando dos Reis. Direito do urbanismo e do ambiente. Coimbra: Almedina, 2020 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600801/).</p>

DISCIPLINA	10º PERÍODO
EMENTA	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724084701/).</p> <p>4. SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Princípios do direito ambiental. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218607/).</p> <p>5. PHILIPPI JR., Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. Direito ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2016. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520439241/).</p>

DISCIPLINA	10º PERÍODO
EMENTA	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO - EEI
EMENTA	<p>Conceitos e definições de empreendedor: "entrepreneur" versus "intrapreneur". Inovação, criatividade e espírito empreendedor. Fatores que devem ser analisados na montagem e ou expansão de um negócio. Fatores que o empreendedor deve definir ou delimitar antes de se lançar no mercado. O papel do empreendedor na criação e desenvolvimento de pequenas organizações. Plano de Negócios. Empreendedorismo e Inovação no mercado Laboratorial.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774531/).</p> <p>2. SILVA, Andreza Regina Lopes da (org.). Empreendedorismo: uma discussão de práticas brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2019 Série Estudos Reunidos (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206620).</p> <p>3. SANTOS, Isabel Cristina dos. Gestão da inovação e do conhecimento: uma perspectiva conceitual dos caminhos para o progresso. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212191).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553338/).</p> <p>2. GALLI, Adriana V.; GIACOMELLI, Giancarlo. Empreendedorismo. 3.ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022492/).</p> <p>3. SILVA, Marcos Ruiz da. Empreendedorismo. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183997).</p> <p>4. ORTIZ, Felipe Chibás. Criatividade, inovação e empreendedorismo: startups e empresas digitais na economia criativa. São Paulo: Phorte, 2021 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205323).</p> <p>5. BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/).</p>

DISCIPLINA	10º PERÍODO
DISCIPLINA	TCC – TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
EMENTA	<p>Esta etapa o tema deverá ser de livre escolha do aluno, dentro das atribuições do arquiteto e urbanista em vigor, e sob supervisão de um professor orientador, arquiteto e urbanista, pertencente à instituição. A escolha do tema será conforme o interesse pessoal do acadêmico, de teor arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico, sendo, ainda, submetido à da aprovação por parte do professor orientador, onde deverá ser de temática exequível. O trabalho a ser desenvolvido deverá seguir as regras da metodologia científica, deve resultar em uma produção de interesse acadêmico, social, cultural e científico, possibilitando a aplicação dos</p>

	conhecimentos adquiridos no curso de arquitetura e urbanismo. A produção deverá atingir nível de estudo preliminar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653).</p> <p>2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos). 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026559).</p> <p>3. MARTINS, Vanderlei. Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37837).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. KOLLER, Sílvia H. (orgs.). [et al.]. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848909/).</p> <p>2. FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/).</p> <p>3. ESTRELA, Carlos (org.). Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/).</p> <p>4. MASCARENHAS, Sidnei A. (org.). Metodologia científica. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2018. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3063).</p> <p>5. COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149412).</p>

OPTATIVAS

DISCIPLINA	EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS - EDH
EMENTA	A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. BERTHODI, Juliana. Ética, direitos humanos e direitos da cidadania. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185299).</p> <p>2. MELLO, Cleyson de Moraes. Direitos humanos: da construção histórica aos dias atuais. 2.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208176).</p> <p>3. MELO, Milena Barbosa de. Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais. Curitiba: Intersaberes, 2021. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197423).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. ALMEIDA, Guilherme Assis de. Direitos humanos e não violência. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597000467/pageid/0).</p> <p>2. BELLO, Enzo (org.). Ensaio crítico sobre direitos humanos e constitucionalismo. Caxias do Sul: Educus, 2012. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5862).</p> <p>3. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149412).</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502213005/pageid/0/. 4. PIMENTEL, Solange Maria. Movimentos sociais e direitos humanos: Debates contemporâneos. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187739/).</p> <p>5. ROVAI, Mara Gouveia de Oliveira (Org.) Direitos humanos em múltiplas perspectivas. São Paulo: Paco Editorial, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206982/).</p>
---------------------	--

OPTATIVAS

DISCIPLINA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) - TIEC
EMENTA	Ciência, Tecnologia e Sociedade; Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento; A função dos recursos tecnológicos e a sua apropriação no tempo e espaço. Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; Aplicações das TIC: Educação, Medicina, Nutrição, Governos e outros; Aspectos sociais, éticos, legais e profissionais; Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); programas educativos, programas utilizados na Nutrição. Evolução Social e Tecnológica; Tecnologia da Informação (TI) Verde e Sustentabilidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Tecnologia da informação e comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson, 2007. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/13/).</p> <p>2. TURBAN, Efraim. Tecnologia da informação para gestão: em busca do melhor desempenho estratégico operacional. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600160/).</p> <p>3. GONÇALVES, Glauber Rogério Barbieri. Sistemas de informação. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022270/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. JOÃO, Belmiro N. Tecnologia da informação gerencial. São Paulo: Pearson, 2015. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151076/).</p> <p>2. BALTZAN, Paige; PHILLIPS, Any. Sistemas de informação. Porto Alegre: AMGH, 2012. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550764/).</p> <p>3. COSTA, Camila Gino Almeida. Gestão de mídias sociais. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128240/).</p> <p>4. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2018. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168127/).</p> <p>5. POLO, Rodrigo Cantú. Validação e teste de software. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188186/).</p>

OPTATIVAS

DISCIPLINA	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS - LBS
EMENTA	Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua cultura, sua identidade, sua comunidade, suas conquistas legais e a legitimação da LIBRAS como língua oficial dos surdos no país. Ensino da LIBRAS no contexto de uma Educação Inclusiva. Noção básica de aspectos linguísticos da LIBRAS, quanto à estruturação e gramática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Orgs). Libras: aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745).</p> <p>2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês et.al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658).</p> <p>3. PLINSKI, Rejane Regina Koltz; MORAIS, Carlos Eduardo Lima de; ALENCASTRO, Mariana Isidoro de. Libras. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024595/pageid/0).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. BAGGIO, Mari Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. Libras. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456).</p> <p>2. SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. São Paulo: Autores Associados BVU, 2015 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185650).</p> <p>3. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem. 5.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2019 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177963).</p> <p>4. SARNIK, Mariana Vitória Todeschini. Libras. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507).</p> <p>5. SILVA, Rafael Dias (Org.) Língua Brasileira de Sinais: libras. São Paulo: Pearson, 2016 (Biblioteca Universitária Pearson) (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534).</p>
OPTATIVAS	
DISCIPLINA	INGLÊS INSTRUMENTAL - II
EMENTA	Desenvolvimento sistemático da competência comunicativa em língua estrangeira: compreensão e produção orais e escritas em nível elementar. estudo básico do sistema fonológico da língua inglesa, das estruturas gramaticais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. ABRANTES, Elisa Lima; PARAGUASSU, Liana Braga; PAIL, Daisy Batista. Práticas discursivas de língua inglesa: gêneros do cotidiano. Porto Alegre: SAGAH, 2020 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900773/pageid/0).</p> <p>2. MESQUITA, Maria Lucia Estivallet de. Didática de métodos de ensino de língua inglesa. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188373).</p> <p>3. JULICE, Daijo. Morfologia da língua inglesa. Porto Alegre: SAGAH, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021112/).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. FINBOW, Thomas Daniel (org.). Gramática histórica da língua inglesa. São Paulo: Pearson, 2017 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151085).</p> <p>2. LOPES, Maria Cecília (coord.). Dicionário da língua inglesa: inglês-português, português-inglês. São Paulo: Rideel, 2015 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182066).</p> <p>3. FERRO, Jeferson. Around the world: introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, Curitiba: Intersaberes, 2012 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6079).</p> <p>4. LAPKOSKI, Graziella Araujo de Oliveira. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6436).</p> <p>5. WALESKO, Angelo Maria Hoffman. Compreensão oral em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/9945).</p>

OPTATIVAS	
DISCIPLINA	RELAÇÕES ÉTNICO: RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA - RERA
EMENTA	História dos africanos e afrodescendentes no Brasil. História das populações indígenas brasileiras. Valores civilizatórios presentes na cultura brasileira. Ancestralidade e ensinamentos das religiosidades tradicionais nas diversas dimensões do conhecimento no Brasil. Contexto das Ações Afirmativas hoje. Atualização do legado das populações no Brasil. Desconstrução de preconceitos e desdobramentos teórico-práticos para a atuação do profissional na sua área de inserção no mercado de trabalho.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. AFONSO, Yuri Berri. História e cultura indígenas. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186822). 2. BARROSO, Priscila Farfan; BONETE, William Junior. Estudos culturais e antropológicos. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027862/pageid/0). 3. SARDE NETO, Emílio. História e culturas afro-brasileiras. Curitiba: Contentus, 2020. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187744).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467). 2. NEVES, Erivaldo Fagundes. Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2019 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201987). 3. OLIVEIRA, G. T. S. de. Gênero, raça e etnia: identidade e conceitos. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186041). 4. MICHALISZYN, Mario Sergio. Relações étnico-raciais: para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/14889). 5. CHICARINO, Tathiana (org.). Educação das relações étnico-raciais. São Paulo: Pearson, 2016. (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35794).
OPTATIVAS	
DISCIPLINA	TÓPICOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO I
EMENTA	Temas relevantes na Arquitetura e no Urbanismo, seguindo cronograma de prioridades definido pela Coordenação do Curso, professores Arquitetos da disciplina e de acordo com a Instituição; predefinição dos temas a serem posteriormente trabalhados no desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. Nessa etapa o aluno deverá rever as disciplinas de desenhos e meios de representação e expressão; teoria e história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo; técnicas retrospectivas, tecnologia da construção; conforto ambiental e topografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício e seu acabamento. São paulo: Blucher, 2018 (Minha Biblioteca: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169221).</p> <p>2. CHING, Francis D. K. et.al. História global da arquitetura. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605127/pageid/0).</p> <p>3. MAZZAROTTO, Ângelo Augusto Valles de Sá. Planejamento urbano. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183535).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. BOTELHO, Manoel Henrique Campos; FRANCISCHI JR., Jarbas Prado de; PAULA, Lyrio Silva de. ABC da topografia. São Paulo: Blucher, 2018 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521211433/pageid/0).</p> <p>2. GALINATTI, Anna Carolina Manfro; GRABASK, Jaqueline Ramos; SCOPEL, Vanessa Guerini. Projeto de paisagismo I. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500051/pageid/0).</p> <p>3. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Qualidade na construção civil. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Infraestrutura) (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536518787/pageid/0).</p> <p>4. SARAPKA, Elaine Maria et.al. Desenho arquitetônico básico: da prática manual à digital. São Paulo: Blucher, 2022 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065251/pageid/0).</p> <p>5. UNWIN, Simon. Exercícios de arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto. Porto Alegre: Bookman, 2013 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582600450/pageid/0).</p>
OPTATIVAS	
DISCIPLINA	ENGLISH FOR THE JOB MARKET
EMENTA	Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BADGER, Ian. Flash on english for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016.</p> <p>COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best parctice intermediate (Business english in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007.</p> <p>GEFFNER, Andrea B. Business english: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barrons Education, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>Cambridge business english dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.</p> <p>DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge english for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011.</p> <p>ELLISON, Patricia T. Business english for the 21ST Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.</p> <p>LIVING LANGUAGE. Business english. New York: Living Language/Random House, 2009.</p>

	ROSENBERG, Marjorie. Communicative business english activities. Newbury: Express Publishing, 2018.
OPTATIVAS	
DISCIPLINA	TÓPICOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO II
EMENTA	Temas relevantes na Arquitetura e no Urbanismo, seguindo cronograma de prioridades definido pela Coordenação do Curso, professores Arquitetos da disciplina e de acordo com a Instituição; predefinição dos temas a serem posteriormente trabalhados no desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. Nessa etapa o aluno deverá rever as disciplinas de projeto de arquitetura e urbanismo, paisagismo, sistemas estruturais, legislação, ética e cidadania e planejamento urbano regional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>1. GALINATTI, Anna Carolina Manfroi et. al. Teoria da arquitetura e da cidade. Porto Alegre: SAGAH, 2020 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900940/pageid/0).</p> <p>2. HÜTNER JÚNIOR, Ormy. Projeto, implantação e manutenção de obras paisagísticas. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185239).</p> <p>3. MAZZA, Maria Claudia Canales Santana. Paisagismo para ambientes residenciais, comerciais e culturais. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191631).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>1. PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. Conforto ambiental: iluminação, cores, ergonomia, paisagismo e critérios para projeto. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Infraestrutura) (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536518596/pageid/0).</p> <p>2. SMYTHE, Mónica Defreitas; SANDY, Danielly Dias. Diálogos sobre arquitetura e conceitos patrimoniais. Curitiba: Intersaberes, 2022 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205633).</p> <p>3. BUXTON, Pamela. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2017 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604311/).</p> <p>4. HARDT, Letícia Peret Antunes. Composição paisagística: elementos naturais e construídos. Curitiba: Contentus, 2020 (Pearson: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186148).</p> <p>5. VANIN, Fábio Scopel. Direito, urbanismo e política pública. São Paulo: Almedina, 2022 (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276366/pageid/0).</p>
OPTATIVAS	
DISCIPLINA	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DA AMAZÔNIA - THAAM
EMENTA	Arquitetura na Amazônia do Brasil, enfatizando região de atuação, do século XVI ao XX. As origens e o desenvolvimento da arquitetura moderna. O neoclassicismo, o eclétismo, o neocolonial, a arquitetura moderna e contemporânea em suas manifestações mais significativas na região.

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>1. PEREIRA, José R. A. Introdução à história da arquitetura. Porto Alegre: BOOKMAN, 2010. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577806645).</p> <p>2. ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Portugal: Almedina, 2016. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9789724425801).</p> <p>3. SCOPEL, vanessa. Teoria e história da arquitetura e urbanismo II. Porto Alegre: Sagah, 2018. (Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024205).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>1. SINGER, Paul. Urbanização e desenvolvimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788551300343).</p> <p>2. GALINATTI, Anna C. Teoria da Arquitetura e da Cidade. Porto Alegre: Sagah, 2021. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556900940).</p> <p>3. SANTOS, Jana C. C. História da arquitetura e urbanismo V: contemporaneidades. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788533500150).</p> <p>4. TELLES, Pedro Carlos da Silva. Notáveis empreendimentos da engenharia no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521633808).</p> <p>5. MOHAMAD, Gihad. Construção em alvenaria estrutural. São Paulo: Bluncher, 2020. (Minha biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521214601).</p>

1.5 CONTEÚDO CURRICULARES

Os conteúdos curriculares dos cursos de graduação da IES obedecem no que compete aos conteúdos curriculares aquilo que determinam suas respectivas diretrizes curriculares. Estes por sua vez apresentam estreita relação entre o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Seguindo o que preconiza a Resolução Nº 2, de 17 de junho de 2010, do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais em seu Art. 6º, os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua conexão entre as partes:

- I. Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;
- II. Núcleo de Conhecimentos Profissionais;
- III. Trabalho de Curso.

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso).

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade, a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Núcleo de
Conhecimento de
Fundamentação

Núcleo de
Conhecimento
Profissionais

Trabalho
de Conclusão
de Curso

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO
Estética e História da Arte	Desenho de Observação: meios de expressão, perspectiva e apresentação	Conforto Ambiental	Informática aplicada à arquitetura e urbanismo – 2 e 3D	Estudos Ambientais e Políticas Públicas na Amazônia
Forma - Espaços e objetos	Desenho Técnico	Desenho Universal	Projeto de Arquitetura II - reciclagem de edificações	Geoprocessamento
Leitura, Interpretação e Produção Textual	Geometria Aplicada	Projeto de Arquitetura I – unifamiliar	Teoria e História da Arquitetura Brasileira e da Amazônia	Paisagismo
Metodologia do Trabalho Científico	Sistemas Estruturais I - Mecânica	Sistemas Estruturais II - Estabilidade das Estruturas e Resistência dos Materiais	Topografia aplicada à Arquitetura	Projeto de arquitetura III – Habitação Social
Sociologia e Antropologia	Teoria e História da Arq. e Urb. -da Pré História ao Barroco	Teoria e História da Arq. e Urbanismo – do neoclassicismo ao pós-modernismo: Repertório nacional e internacional	Sistemas Estruturais III - Estruturas de Concreto e Fundações	Sistemas Estruturais IV - Estruturas de Madeira e Estruturas Metálicas

6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
Conservação, restauro e reestruturação: patrimônio cultural	Instalações Elétricas	Estágio supervisionado I	Estágio supervisionado II	Arquitetura Sustentável
Infraestrutura Urbana	Legislação e Ética Profissional	Gestão e coordenação de obras e projetos – orçamento	Fundamentos de TCC: Estudo Preliminar	Direito Urbano e Ambiental
Instalações hidrossanitárias	Projeto de arquitetura V – técnicas retrospectivas	Mobilidade Urbana e Transporte Público	Planejamento Urbano Regional	Empreendedorismo e Inovação
Projeto de arquitetura IV – grandes vãos: comércio e/ou serviço	Projeto de interiores: residência e comércio	Projeto de Arquitetura VI – Edificação verticalizada	Projeto de Arquitetura VII - Polo Gerador	TCC – Trabalho de conclusão de curso
Tecnologia da Construção - Técnicas e Sistemas Construtivos	Projeto Urbano I – Escala de Bairros	Projeto Urbano II - Ambiental	Optativa	

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnicoracial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos para a integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

Perfil do egresso (Núcleos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação	Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho de Observação: meios de expressão, perspectiva e apresentação; Desenho Técnico; Desenho Universal; Geometria Aplicada	Oferecer conteúdo composto por campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado
Núcleo de Conhecimentos Profissionais	Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia	Permitem ao acadêmico entrar em contato com conteúdo composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do Egresso
Trabalho de Conclusão de Curso	Fundamentos de Trabalho de Conclusão de Curso: Estudo Preliminar e Trabalho de Conclusão de Curso	Constitui-se na etapa final da graduação sendo supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, a serem desenvolvidos pelo acadêmico ao longo da realização do último ano do curso
Estágio	Estágio Curricular Obrigatório	

1.6 METODOLOGIA

1.6.1 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para a Faculdade Santa Teresa a aprendizagem está relacionada com a atividade problematizadora, tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender e resolver problemas, problemas estes que provavelmente ainda nem existem no momento da formação, mas que se farão reais quando os acadêmicos estiverem no mercado de trabalho.

Nosso modelo metodológico crer que a problematização é um importante gatilho na construção das competências previstas nos perfis de egressos que orientam o percurso de formação na graduação. Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a superação com modelos estritamente disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando-se que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical. A metodologia de ensino-aprendizagem assim delineada deve buscar:

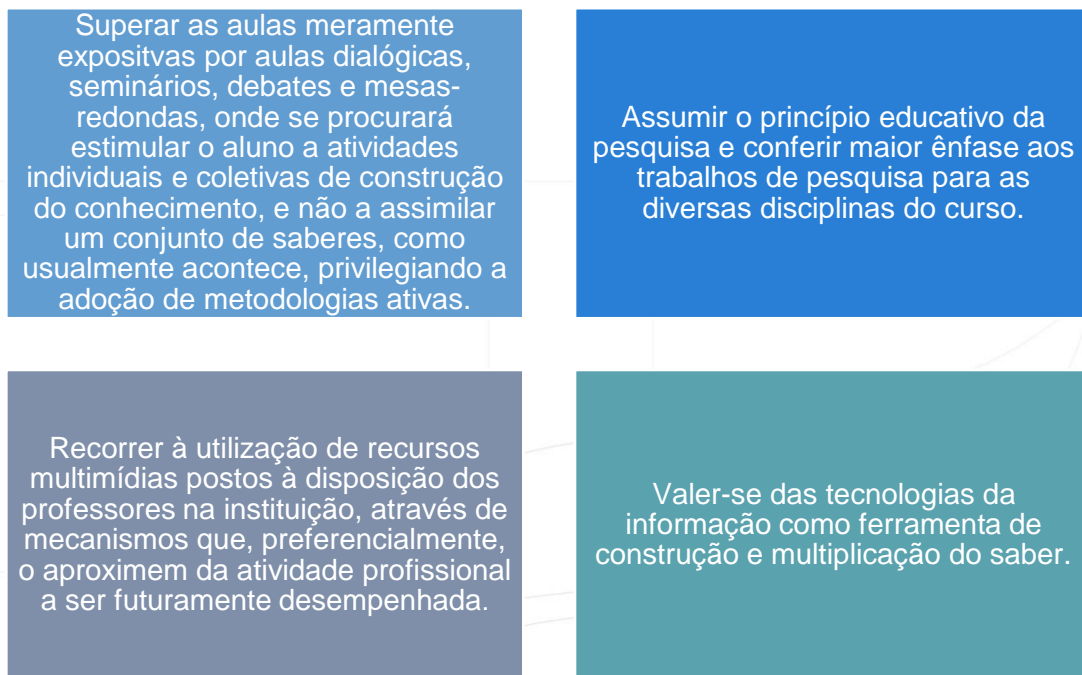


Figura 30 - metodologia de ensino-aprendizagem. Fonte: FST, 2021.

Neste contexto, as práticas pedagógicas que são empregadas pela Faculdade Santa Teresa são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos e aprendizagem orientada para a comunidade.

Há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais, educação ambiental e direitos humanos. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar, que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contempladas, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Outro aspecto relevante no campo metodológico que vale a pena destacar é o da acessibilidade pedagógica. O aumento crescente no número de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado tem demandado das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas da Faculdade Santa Teresa, mas que sejam ofertados todo um conjunto de ações

que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado, fazendo com que as ações desenvolvidas pela Faculdade Santa Teresa se tornem cada vez mais variadas e, por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrantes de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAL DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a Faculdade Santa Teresa concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde não há Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações nem no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde convergem todos os esforços a fim de garantir acesso ao currículo com: adequação

nos materiais didáticos e pedagógicos, adequação nos mobiliários e equipamentos, adequação de objetivos, adequação de conteúdo, adequação de métodos e didática, adequação nas avaliações, adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez, encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a Faculdade Santa Teresa, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a serem consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID;
- ou DSMV-TR;
- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento

de estudos e rotina realizados. Orientação aos coordenadores de cursos e professores. Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas. Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

- Promoção de cursos e palestras de capacitação. Trabalho colaborativo com outros profissionais. Os estudantes e servidores surdos acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

Neste sentido, a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso. Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no decorrer das disciplinas, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber, e que por fim, demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como estratégias de ensino-aprendizagem, o uso de:

- **Aulas Expositivas Dialogadas:** a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- **Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais:** semelhante ao processo da aula expositiva está diferenciada-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens

ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, redes sociais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- **Estudos dirigidos:** os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento. □
- **Exercícios de Fixação de Conteúdos:** realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- **Atividades de Extensão:** ações que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversal, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.
- **Atividade de Pesquisa:** atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.
- **Círculo de debates ou discussões:** atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- **Elaboração de papers/artigos científicos:** resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

1.6.2 Estratégias de ensino-aprendizagem diferenciadas dentro da área

- **Estudos de Caso:** realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- **Elaboração de Planos de Ação ou de Intervenção:** elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos às disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- **Visitas Técnicas:** visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.
- **Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos:** atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

- **Workshops ou Oficinas Pedagógicas:** a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas é o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum. São atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.
- **Exposições:** é uma modalidade de evento institucional que possui como principal característica a exposição para um público variado que pode nos visitar e ter contato com diferentes ações. As exposições buscam ter a participação de discentes, docentes, técnicos administrativos e parceiros. A intenção é estimular o desenvolvimento regional, através do fortalecimento do empreendedorismo local, assumindo assim, a responsabilidade social como um fundamento necessário ao desenvolvimento da Amazônia por meio da atuação de profissionais formados de maneira inovadora e com as competências necessárias para o mundo do trabalho. Nesta modalidade de ensino-aprendizagem, são realizadas chamadas aos alunos e público interno para atuarem como expositores.
- **Storytelling:** compreendido como o ato de “contar histórias”, um recurso que historicamente já se provou efetivo em trazer à tona as memórias, experiências vividas e até mesmo inspirar, através de narrativas, sentimentos como desejo, admiração e identificação. Esta técnica de ensino é usada, de forma mais direta, nos Talks Empreendedorismo e Inovação da Faculdade Santa Teresa e Workshops de Empregabilidade, bem como em muitos momentos em sala de aula.
- **Entrevista com Especialistas:** a possibilidade de aprender com especialistas atuantes do mercado de trabalho é uma das estratégias de ensino diferenciada no curso de Arquitetura e Urbanismo. Durante a abordagem, os discentes têm a oportunidade de compreender a história, tipos de negócios; qualificação, planejamento; inovação; desafios do ser arquiteto e urbanista, bem como aprender com especialistas sobre algum tema específico.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na Faculdade Santa Teresa, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os

remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada devem necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com EMENTA da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a FST entende ser a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- Educação Ambiental;
- Relações Étnico-Raciais.

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- a) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- b) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para

assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em

face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

O Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Assim as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEEXI.

A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, estruturam a sua concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

- A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

- Programas;
- Projetos;
- Cursos e oficinas;
- Eventos;
- Prestação de serviços.

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC's) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação, e as atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Devem também, ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados, estando sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão podem ainda ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes. Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento

das atividades de Extensão. A partir de 2023, a IES passará adotar o processo de Curricularização da Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem

As avaliações são consideradas nesse documento a partir de três dimensões: diagnósticas; formativas e somativas. Essas dimensões se apresentam articuladas em torno de obter, ao fim e ao cabo, um perfil do desempenho acadêmico, que não se restringe unicamente a obtenção de notas. O que se espera é que por meio das mesmas, possamos encontrar uma maneira de monitorar e impulsionar o desempenho dos nossos acadêmicos, com vista ao alcance pleno do perfil do egresso. Neste sentido no Projeto Pedagógico assim estão metodologicamente assim designadas:

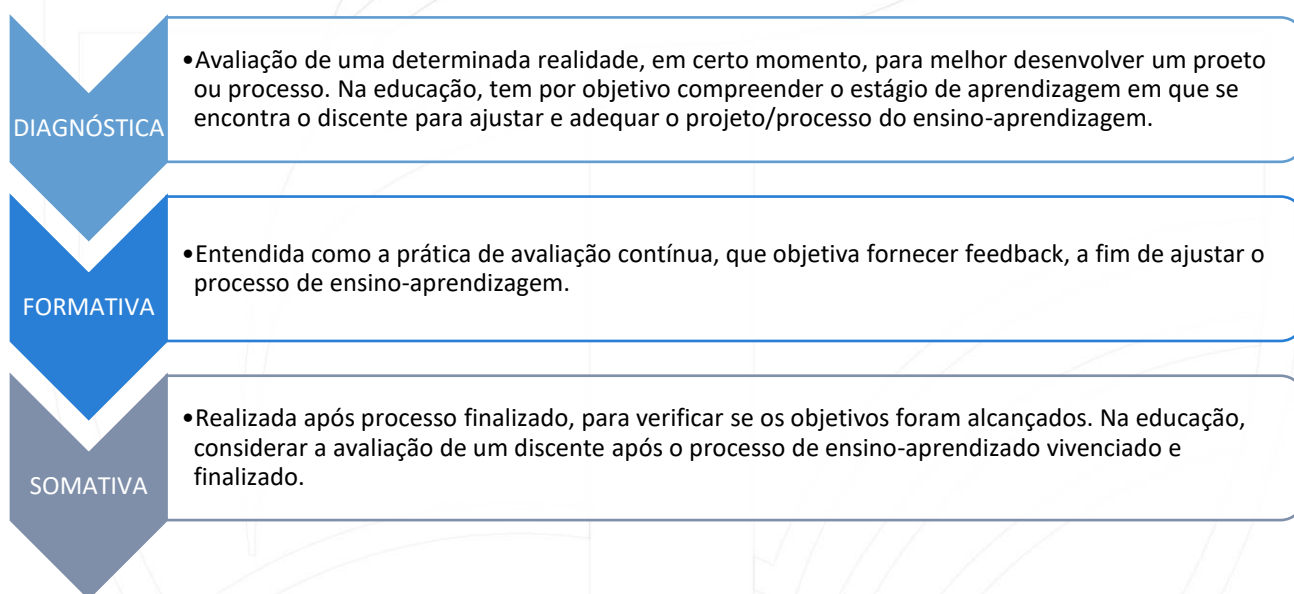


Figura 31 - As três dimensões avaliativas. Fonte: Faculdade Santa Teresa, 2023.

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Introdução

A Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Superior define que a finalidade do ensino de terceiro grau é profissionalizante. Dessa forma, esse curso visa antes de tudo, preparar os alunos para atuação no mercado de trabalho. Por outro lado, as características da profissão de Arquiteto, de predominância prática, em um mercado de trabalho que evolui em

velocidade crescente, tornam o estágio supervisionado de especial relevância para este profissional.

O Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Arquitetura da Faculdade Santa Teresa na formação profissional e pessoal dos acadêmicos é de suma importância para o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e habilidades, para a interação com a equipe multiprofissional da construção civil, clientes e, principalmente, para a possibilidade de analisar crítica e reflexivamente as interfaces do conhecimento teórico e prático.

Justificativa

Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos Arquitetos junto aos escritórios, entidades públicas ou como auxiliar na supervisão de obras onde se desenvolve o referido estágio, de mínimo 110 horas por período, realizado nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Arquitetura.

1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura – Resolução CNE/CES Nº 02 de 17 de junho de 2010, a formação do Arquiteto deve assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais. O perfil do egresso requer uma sólida formação de profissional generalista; aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo; conservação e valorização do patrimônio construído e a proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Arquitetura deve ser ofertado em escritórios de Arquitetura, Estabelecimentos com departamento de projeto ou Engenharia, setor público ou privado, no 8º e 9º período letivo do curso e corresponderá à carga horária total de 432 horas. Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso. Os estágios são sempre ofertados no contra turno no qual o aluno está matriculado.

A divisão dos Estágios Curriculares na Matriz do Curso, segue a DCN que determina que o estágio seja obrigatório, cabendo a Instituição de Ensino de Educação Superior em colegiado aprovar o regulamento, para diferentes modalidades de operação.

1.7.2 Convênios Para Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com estabelecimentos públicos ou privados, conforme lista a seguir:

- Modulo arquitetura e planejamento LTDA;
- MRV Construções LTDA;
- MRV Engenharia e participações S/A;
- Vertice engenharia e representações LTDA;
- Araújo Abreu Engenharia S/A;
- CADD Cibertec Engenharia e consultoria LTDA;
- EQS Engenharia S/A;
- NASSER Engenharia LTDA;
- Ponto de luz materiais de construção;
- Casa modelo comércio de construção e moveis LTDA;
- A W Serviços de Apoio Administrativo Ltda
- Agência de Integração Empresa Escola Ltda - AGIEL;
- Axcell - Consultoria Empresarial LTDA;
- CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola;
- Condomínio Geral do Millennium Center;
- Condomínio Residencial Reserva do Parque;
- Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 18a Região AM/RR;

- ESPI - Pós Graduação, E Pro Soluções e Estágios LTDA;
- Fundação Universidade do Amazonas - FUA - Minter - FST/UFAM;
- Instituto de Desenvolvimento Tecnológico - INDT;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Instituto Trimonte de Desenvolvimento - ITD;
- Lauschner Negócios Imobiliários;
- Trocados Serviços de Informação na Internet LTDA-ME.

E também possui convênios e/ou temos de compromisso com as Secretarias Municipais:

- Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA;
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Secretaria do Estado de Saúde - SES;
- Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Todos esses convênios permitem o pleno funcionamento de campos para Estágios Supervisionados da ES

1.7.3 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Na Faculdade, a formação do Bacharel em Arquitetura incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado em convênio com estabelecimentos da rede pública ou privada, e sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As

atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharel em Arquitetura será realizado a partir do oitavo período até o nono período, de forma a fazer com que o aluno estagiário compreenda a prática profissional do Arquiteto, e realize a devida articulação entre ~~te~~ e prática tendo na vivência do estágio local privilegiado para a compreensão da dinâmica das relações entre ensino e aprendizagem. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 432h, observada a partir do Termo de Compromisso, representado pelo documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

O planejamento, supervisão e a avaliação das atividades de Estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a corresponsabilidade da IES, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. Na Faculdade, o Estágio Curricular Supervisionado para os Arquitetos objetiva:

- Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;
- Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;
- Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;
- Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;
- Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;
- Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;

- Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da IES, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

São escolhidas, preferencialmente, para campos de estágio, instituições que compõem a rede pública e privada no campo da Construção Civil, que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário. À medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a Faculdade Santa Teresa assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico-prática. Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados, obedecendo ainda, as normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

Vale ressaltar que, de acordo com a diretriz curricular nacional, o estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de Ensino Superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação.

1.7.4 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Nessas disciplinas, o aluno observa e atua como profissional, sob supervisão do Arquiteto preceptor, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a IES assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico-prática.

1.7.5 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.6 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Através das práticas do estágio o acadêmico tem a oportunidade de consolidar seu conhecimento teórico construindo crescimento profissional e pessoal. Sendo ferramenta fundamental para formação de um profissional crítico e reflexivo afim de garantir a construção de linhas de cuidado integral, a partir das necessidades dos usuários, em prol da transformação social, considerando contexto histórico e social.

As práticas de estágio contemplam um rol de disciplinas gerais nas áreas humanas e exatas, assim como aquelas específicas das áreas da Arquitetura. As competências gerenciais presentes nas DCN são: liderança, tomada de decisão, comunicação e administração e gerenciamento dos serviços de arquitetura. A partir disso, as estratégias serão elaboradas através da educação problematizadora, onde o aluno deverá buscar soluções adequadas e resolução dos problemas.

Para isso, o processo formativo deve ocorrer de forma articulada com o mundo do trabalho, visando a transformação e melhora das práticas assistenciais. Onde o docente supervisor de estágio será o mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O docente será responsável pelo ato pedagógico, o qual buscará desenvolver a capacitação dos acadêmicos com competência, comprometendo-se, desta forma, com o próprio aprendizado, de forma a incentivar o aluno a dedicar-se ao processo de aprender. Nessa perspectiva, a introdução de estratégias pedagógicas inovadoras, que rompam com o paradigma tradicional. Destacando-se a gerência, por meio da realização de práticas de Arquitetura junto a indivíduos, famílias, grupos e comunidade, vivenciando, dessa maneira, situações concretas do mundo do trabalho, interligadas às demandas da população e aos desafios e possibilidades dos serviços de arquitetura, planejar os recursos, orientar e acompanhar atividades que promovam situações que possibilitem uma aprendizagem significativa e crítica-reflexiva. O Regulamento do Estágio Supervisionado está no anexo deste documento.

1.7.7 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

A Gestão de Insumos é deveras importante para que o discente possa ir a campo para cumprimento do estágio, e assim ter o resguardo de sua integridade física. Dentre os insumos de contenção individual, inerentes às atividades às práticas de estágio, pode-se citar os elementos abaixo:

- **Capacete com aba frontal (tipo II):** Tem foco na região da face, protegendo a visão do usuário com eficiência. É utilizado por diversos setores industriais, inclusive por distribuidoras de energia elétrica;
- **Protetores auditivos:** Como as obras envolvem trabalhos com equipamentos que emitem ruídos elevados acima de 85 dB, a NR 15 determina o uso obrigatório de protetores auriculares para preservar o sistema auditivo dos funcionários, assim como estagiários.
- **Calçados:** Recomendado para proteção dos calçados/pés, o uso de botas, são utilizados para dar maior aderência e conforto aos pés, além de protegê-los contra diversos riscos e situações durante as atividades laborais

1.7.8 Interlocação Institucionalizada da IES com os ambientes com a produção de insumos para a atualização das práticas de estágio

À medida que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a FST assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Estão previstos mecanismos de trocas entre a Instituição e os campos de estágio com vista a compartilhamento e avaliação das atividades realizadas, visando a colaboração mútua entre a instituição concedente e a IES.

O fluxo previsto para que esta interlocação entre a IES e a instituição concedente, para fins de gerar insumos de melhoria e colaboração entre o espaço acadêmico e o espaço profissional, está previsto no esquema abaixo:

- **Etapa 1:** Primeiro contato com as instituições concedente es de campo de estágio com vista a prospecção de interesse e de condições para o estabelecimento do convênio.
- **Etapa 2:** Caso positivo, a minuta do termo de convênio deverá ser analisada pela instituição com vista a celebração do mesmo.
- **Etapa 3:** Orientados pelos termos do convênio, o supervisor do Estágio inicia a gestão dos aspectos acadêmicos e administrativos para o início das ações em campo.
- **Etapa 4:** Acolhida dos acadêmicos para repasse das normas e procedimentos relativos ao estágio e processos de integração ao campo.
- **Etapa 5:** Ao final de cada semestre, que corresponde ao ciclo de estágio previsto, a instituição enviará uma ficha de avaliação qualitativa para registro e acompanhamento do impacto da presença da IES no campo e promoverá uma reunião entre gestores, cuja pauta será objeto de discussão no colegiado de curso e NDE.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica.

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Não se aplica.

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar **110**

horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornando cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos	Certificado de participação	2h	30h	30h

relacionados ao Curso				
Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso contrato	20h	100h	60h
Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado participação	30h	30h	30h
Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elabora e aprovada	4h	12h	12h
Cursos ou atividades extensão.	Certificado participação	2h	20h	40h
Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado participação	2h	20h	40h
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado participação	20H	100H	60H
Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados à 40h.	Certificado participação	2	20	40

1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo atual nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e

inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação, está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno.

Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, às quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

Trata-se, assim, de um esforço para oferecer as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares.

Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

- I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito dese curso;
- II. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;
- III. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- V. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- VI. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

- A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

Dentre as formas inovadoras de aproveitamento das atividades complementares está a duplicação do aproveitamento a depender do caráter da atividade realizada (vide Capítulo VII do Regulamento de atividades complementares).

1.10.4 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-MEC não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produzir e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FST.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I - DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II - DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

- orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV - DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado; II.
- o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

- participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- participação em atividades beneficentes;
- atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;
- participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos; participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- participação como expositor em exposições técnico-científicas; participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter

- acadêmico; publicações em revistas técnicas; publicações em anais de eventos técnico- científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- estágio não obrigatório na área do curso; trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso; trabalho como empreendedor na área do curso; estágio acadêmico; participação em visitas técnicas organizadas pela IES; participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica; participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

- no grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 15. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

- atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

1.11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito das disciplinas obrigatórias Fundamentos de TCC: Estudo preliminar (TCC1) e Trabalho de Conclusão de Curso: TCC (TCC2).

Tais disciplinas transcorrem em um ano letivo, sendo um semestre por disciplina, e podem ser cursadas após a integralização da grade curricular até o oitavo semestre (podendo haver pendência de créditos, conforme a ementa das disciplinas). Para permitir que os alunos da FST possam otimizar o início do seu TCC com seu ritmo de integralização da grade curricular, ambas as disciplinas são oferecidas nos dois semestres letivos.

A temática do TCC é de livre escolha do aluno (de acordo com as atribuições profissionais Lei nº 12.378) tendo que ser temáticas exequíveis e individual onde o desenvolvimento do trabalho deve ser assessorado e orientado por um (a) professor (a) do corpo docente da FST.

Os conhecimentos a serem aferidos e adquiridos pelo formando ao longo do curso são: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia; Legislação, Ética e Cidadania; Estágio Supervisionado e Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e Paisagismo. Por sua vez, as atribuições profissionais são conforme a lei 11.328 e a resolução 21 CAU.

1.11.1 MODALIDADES/TEMÁTICA

O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, conjunto de atividades do TCC 1 e TCC 2 deverá ser relacionado a atribuições relacionado à Arquitetura e Urbanismo, podendo seguir as linhas temática descritas a seguir:

1.11.1.1 Patrimônio cultural e arquitetônico

Compreende intervenções arquitetônicas que envolvem edifícios e/ ou espaços urbanos de valor arquitetônico e cultural significativos, bem como pesquisas históricas sobre bens tombados e/ou projetos sobre tais conjuntos. Ex.: “Restauração e reabilitação de um prédio histórico”, “Casa do Estudante”, “Reorganização de ambulantes e revitalização da Praça da Matriz”.

1.11.1.2 Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística

Intervenções que têm a cidade como tema essencial e abordam o papel social da arquitetura. Intervenções em escala macro e projetos de reestruturação de grandes glebas. Ex.: “Do sonho de Eduardo Ribeiro à morte da cidadania”, “Coari: a cidade e a água”, “Intervenção urbana no Porto do São Raimundo”.

1.11.1.3 Intervenção arquitetônica em escala urbana

Projetos pontuais de interferência significativa sobre o espaço da cidade. Projetos de edifícios e/ ou espaços públicos que reestruturam um conjunto arquitetônico. Ex.: “Farol de Cultura”, “Pólo de Cultura e Lazer”, “Rodoviária”, “ Shopping Center “.

1.11.1.4 Objeto arquitetônico

Projetos arquitetônicos relacionados ao lote e entorno imediato, que determinam um aprofundamento de detalhes construtivos e o trabalho em escalas menores de abordagem. Discussões sobre a industrialização na construção e a linguagem contemporânea da arquitetura de Manaus são linhas de abordagem deste grupo. Ex.: “Cemitério Vertical”, “Planetário”, “Liceu de Artes”, “Crematório”, “Shopping Comunitário”, “Aeródromo”, “Creche p/ deficientes físicos”.

Após aprovação, os temas sugeridos pelos alunos para desenvolvimento durante o processo de TCC serão agrupados conforme caráter e linha temática, o acompanhamento do Trabalho de Conclusão do Curso de cada aluno será realizado em uma atividade semanal.

1.12 APOIO AO DISCENTE

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. Todos os serviços ofertados pelo Programa de Apoio ao Discente, serão disponibilizados aos alunos da modalidade presencial e na Plataforma Digital Educacional de suporte a modalidade presencial.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo): PAD – Programa de Apoio ao Discente,

- Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição. Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
- Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresas e Contratos.
- Financiamento Estudantil:
 - Programas Governo Federal: FIES E PROUNI; Programa Municipal: Bolsa Universidade
 - Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPSI - Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandado das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por

meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos; Adequação nos mobiliários e equipamentos; Adequação de objetivos;

- Adequação de conteúdos; Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações; Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;

- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, Mapeamento das necessidades dos estudantes:

- preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores; Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas; Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupase ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores. Sala de Multimeios.
- Realização de campanhas de Sensibilização para a sensibilização e estímulo de práticas inclusivas.

1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade - NAPSI

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPSI tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto

da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são ofertadas na Plataforma Digital da IES (PDEAA).

1.12.7 Representatividade Discente

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos como membros do colegiado de seus respectivos cursos.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

- Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente;
- Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Workshop de Empregabilidade e Empreendedorismo

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o espírito de mudança. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

O Programa visa à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma

nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

1.12.10 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

Obedecendo ao que se encontra estabelecido como Diretrizes para os cursos de saúde a partir das recomendações do Conselho Nacional de Saúde, a instituição possui canais direto de comunicação diversos, que proporcionam uma constante participação de diferentes segmentos da sociedade civil e comunidade acadêmica com o Curso. Esta comunicação se dá principalmente por meio dos nossos canais institucionais que são abertos e estão à disposição de todos na plataforma digital, nesse sentido haverá disposição dos parceiros institucionais em um ambiente de troca de experiências por meio de uso de plataformas de comunicação já integradas ao curso.

Ademais os estudantes, por meio de suas representatividades participarão das reuniões do NDE contribuindo para a melhoria do curso a partir da apresentação de suas necessidades acadêmicas, trazendo o ponto de vista estudantil, a fim de integrar melhorias no Projeto Pedagógico do Curso. Já os professores participam, por meio do NDE e do Colegiado de Curso, também na perspectiva de trazer para o Projeto Político Pedagógico processos de aprimoramento, que reverberem em maior qualidade acadêmica das ações do curso.

A Sociedade Civil e as Entidades de Classe também são chamadas a contribuir participando de reuniões com a coordenação do curso a partir das atividades do projeto de integração educação e serviço tendo em vista melhorias que impliquem em uma maior adesão da vida acadêmica ao mundo do trabalho. Da mesma forma os movimentos sociais podem participar de reuniões promovidas, com o intuito de divulgar e apresentar a sociedade as estratégias de formação promovidas no interior do curso do mesmo modo os conselhos municipais e estaduais de saúde serão convidados a participar de eventos com a perspectiva intersetorial para que todos os seguimentos envolvidos na oferta e promoção de saúde a comunidade estejam cientes das intensas pedagógicas, formativas do curso.

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois

a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

- Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;
- Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso
- Que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a prática acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de autoavaliação é assumido dentro de duas dimensões:

- A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;
- A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- 1) Missão Institucional
- 2) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- 3) Responsabilidade Social
- 4) A Comunicação com a Sociedade
- 5) Política de Pessoal
- 6) Gestão Institucional
- 7) Infraestrutura
- 8) Planejamento e Avaliação

- 9) Atendimento ao Estudante
- 10) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

- Eixo 1 - Políticas de Gestão:
 - Políticas de Pessoal;
 - Organização e Gestão da Instituição;
 - Sustentabilidade Financeira.
- Eixo 2. Infraestrutura Física:
 - Melhorias das Instalações Físicas;
 - Equipamentos; Máquinas;
 - Plano de Manutenção.
- Eixo 3. Políticas Acadêmicas
 - Ações de Estímulo ao Ensino;
 - Ações de Estímulo a Extensão;
 - Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
 - Ações de Apoio ao Discente;
 - Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussão dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos

cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional: As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o Colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a autoavaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física à dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs dos cursos de maneira sistemática. É também

realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso recebe o resultado da autoavaliação do curso realizada pela CPA e elaborará um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- Introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- Metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.
- Desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- Análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano de Gestão Acadêmico Administrativo do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.4.1 Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- **Atividades Extracurriculares:** atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui

podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

- **Atividades Interdisciplinares e Transversais:** projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas.

São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico.

Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros.

A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- **Acompanhamento de Egressos:** realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.
- **Monitoramento da Evasão:** propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- **Auto avaliação interna do curso:** organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- **Atividades Complementares:** As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- **Atividades de Extensão:** atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- **Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente:** Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- **Monitoria:** Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- **Avaliação do Rendimento:** Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

Não se aplica.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

Não se aplica.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.

Conforme preconizam os indicadores de avaliação e qualidade a IES investe na aquisição e ampliação do acesso aos recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, com a finalidade de viabilizar as ações acadêmico- administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, possibilitando a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com a inserção de soluções tecnológicas inovadoras.

A oferta do curso superior Bacharelado em Administração é essencialmente presencial e não há previsão de disciplinas na modalidade EAD, no entanto, a Faculdade Santa Teresa preconiza o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como ferramenta de apoio não substitutivo no processo de ensino-aprendizagem-avaliação. Desta feita, é disponibilizado ao corpo docente e discente diversas ferramentas que contribuem com a conectividade e disponibilização de material didático e ferramentas de suporte tecnológico.

A Faculdade disponibiliza a todos o seu corpo acadêmico e administrativo acesso à PDEAA (Plataforma Digital de Ensino Aprendizagem e Avaliação), onde podem ser encontradas salas digitais de apoio aos componentes curriculares do curso e outras diversas de apoio acadêmico-administrativas.

A finalidade disposta pela PDEAA ao curso descrito é figurar como complemento digital à oferta presencial, não se posicionando como substitutivo ou obrigatório seu uso ao discente. Mas entendemos que a conectividade e apoio de ferramentas digitais potencializam a abrangência de estratégias de ensino mais eficientes e colaborativas.

Ao trazer o conceito digital para o certame da estratégia de ensino, a Faculdade Santa Teresa, se posiciona como instituição inovadora e que garante a construção de ligações atitudinais com o mundo do trabalho e legado afeto-motivacional tão importantes na formação de pessoas mais atuantes e preparadas para o convívio social.

No ponto de vista procedimental, o uso de tecnologias torna o processo de construção do conhecimento algo onipresente ao aluno, pois este poderá ter acesso a diversos conteúdos e ferramentas em momentos distintos daqueles que encontra na Faculdade. E no contexto local, ainda pode-se definir que o acesso a redes externas, como a Internet, é de fundamental importância. Quanto ao acesso a redes e sistemas computacionais, a Faculdade Santa Teresa tem cuidado especial em garantir acesso à Internet em todos os espaços físicos na instituição além de disponibilizar acesso a equipamentos computacionais quando se tornam solicitados pelos alunos e professores.

1.16.1 TIC´s Planejadas para o processo de Ensino Aprendizagem

Com a quase infinita gama de recursos tecnológicos disponíveis para aplicação na educação, os recursos de TICs planejadas serão divididas em dois grupos para melhor gestão e entendimento:

1.16.1.1 TICs FÍSICAS

- **GRAVADORES:** A gravação de áudio é realizada com o uso de unidades computacionais (notebooks) utilizando softwares específicos

para esta finalidade (exemplo: Audacity). A captação é feita por microfones já presentes nestas unidades citadas. Caso seja necessário, a sede disponibiliza microfones com ou sem fio, de acordo com a disponibilidade e/ou solicitação prévia no setor de recursos acadêmicos.

A gravação de vídeo é realizada por dispositivos WEBCAM integrados aos dispositivos computacionais (notebooks) assim como equipamento profissional de gravação de vídeo disponível no polo de apoio presencial.

- **SÍTIO/PORTAL COM RECURSOS DE GERAÇÃO E HOSPEDAGEM DE PÁGINAS DE CURSOS WEB:** Os acadêmicos dos cursos oferecidos IES tem acesso ao PDEAA (Plataforma Digital de Ensino Aprendizagem e Avaliação), Sistema Acadêmico Online e site institucional cuja hospedagem encontra-se em Nuvem. Utiliza-se como fornecedor do serviço de hospedagem em nuvem com gerenciamento remoto a própria instituição e o PDEAA possui servidor próprio localizado na sede.
- **MICROCOMPUTADORES:** A Sede possui diversos dispositivos computacionais (notebooks ou desktops) exclusivos para uso do polo. Cada dispositivo possui configuração adequada para sua atividade fim além de possuir leitores padrão para as mídias usadas nos materiais didáticos. Integrados a estes encontram-se microfones e webcams. Além destes dispositivos de uso convencional ainda deverá existir dispositivos dedicados aos processos de edição e produção de mídias digitais e desenvolvimento WEB.
- **MICROCOMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET:** Todos os computadores da sede estão conectados à Internet. A conexão será para uso exclusivo dos alunos, professores, tutores e colaboradores da sede. O acesso é gerido pelos profissionais de TI e rede para que este seja utilizado de forma eficiente e colaborativa.
- **EQUIPAMENTOS PARA TELECONFERÊNCIA:** Há na Sede dispositivos computacionais específicos para uso em vídeo conferência que podem ser utilizados para teleconferência.

- **EQUIPAMENTOS PARA VIDEOCONFERÊNCIA:** Há na Sede dispositivos computacionais (notebooks) específicos para uso em vídeo conferência. Nestes dispositivos serão instalados softwares para a realização transmissão de fluxo de áudio e vídeo.
- **IMPRESSORAS:** No Sede há diversas impressoras com scanner integrado para uso.

1.16.1.2 TICs de operação

As TICs de operação são aquelas usadas como ferramentas digitais de apoio principalmente na plataforma digital ou integrada a ela. São elas:

- **FERRAMENTAS DE TRANSMISSÃO ONLINE:** Integrada à plataforma digital, utiliza a plataforma JITSI ou similar com a possibilidade de realização de videoconferências com a possibilidade de gravação e transmissão dos eventos;
- **FERRAMENTAS GOOGLE:** A plataforma digital da IES é completamente compatível com as ferramentas do Google, tendo inclusive algumas já integradas, tais como: Agenda, Drive e Meet.
- **FERRAMENTAS SCORM:** Existe a possibilidade de inserção de conteúdo externo a plataforma digital no padrão SCORM. Isso possibilita integração com editora de produtoras de conteúdo acadêmico diretamente na plataforma digital.

1.16.2 Viabilização da Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TIC's

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

A garantia de acessibilidade a ferramentas e material acadêmico é garantido através da própria plataforma digital. Todo o material digital é compartilhado de forma completa e ininterrupta. Nas salas de aula digitais existe o espaço pedagógico que disponibiliza uma gama completa de ferramentas para que o docente ou o tutor tenha sempre a cesso a qualquer documento que lhe seja necessário. Este espaço ainda

permite que reuniões pedagógicas sejam realizadas em tempo real, assim como avisos possam ser proferidos aos docentes e tutores da sala.

A viabilização comunicacional é uma constante na plataforma digital que conta com diversos canais de comunicação em tempo integral. Essa comunicação pode ser feita de forma síncrona com o uso de chats ou videoconferências, ou de modo assíncrono com o uso do sistema de mensageria interno ou fóruns e avisos.

1.16.3 Interação entre docentes, discentes e acessos a materiais e recursos didáticos por meio das TIC's a qualquer hora e lugar

É apresentado um planejamento, em conformidade com o PPC, que garante a possibilidade de interação professores e designers instrucionais na concepção dos artefatos pedagógicos que irão compor a unidade curricular ou das salas digitais. Este processo é iniciado com reuniões entre estes atores para a concepção das necessidades curriculares para estruturação das unidades ou temas a serem disponibilizados. Após os artefatos pedagógicos estarem em uso, reuniões serão realizadas para as discussões de sua efetividade, com participação de todos os atores necessários para a melhoria dos mesmos.

Uma vez em uso, o material didático em formato de artefatos pedagógicos fica à disposição dos docentes e tutores de forma ininterrupta na plataforma digital.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem baseadas no uso das TIC's

A principal ferramenta para a definição da experiência diferenciada na Aprendizagem é o PDEAA. Nesta plataforma digital buscou-se a construção de um espaço de troca de experiências acadêmicas significativas, afastando a tendência de cursos meramente repositórios. A interação é fator primordial na educação mediada por tecnologia. Seu sucesso é fundamentalmente relacionado à possibilidade do discente em colaborar e interagir com todos os atores do processo de ensino e aprendizagem. Com base nesta premissa as principais experiências diferenciadas que propomos aos nossos possíveis alunos serão:

- **Plataforma ALL-IN-ONE:** plataforma com todos os recursos necessários integrados a ela, sem a necessidade de sair para realizar qualquer atividade acadêmica;

- **INTEROPERABILIDADE:** Plataforma compatível com qualquer dispositivo com acesso e softwares de navegação WEB, tais como: SmartPhone, SmartTv, Smart GAMES, Tablets e etc.
- **Sem necessidade de instalação:** O usuário não precisa instalar qualquer aplicação para ter acesso à plataforma e seus recursos pedagógicos;
- **EAD ANYWARE:** como o uso de equipamentos móveis o aluno e docentes poderão utilizar em qualquer lugar ou momento a plataforma e todos os seus recursos.
- **Possibilidade OFFLINE:** Os conteúdos podem ser baixados da plataforma, o que proporciona ao usuário a possibilidade de uso em modo offline.
- **Sistema ALL PEOPLE INSIDE:** A plataforma permite que qualquer atividade por ser realizada tanto em formato presencial ou remoto com todos os participantes da sala ou grupos com poucos cliques, fornecendo uma experiência única de participação e colaboratividade.

Todas as TICs apresentadas, sob o aspecto digital, estão integradas à plataforma digital ou poderão ser acionadas por ela de forma remota.

1.17 PDEAA (PLATAFORMA DIGITAL DE ENSINO APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO),

Segundo o documento publicado pelo Ministério da Educação Referenciais de Qualidade para Cursos à Distância, considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que, nesta, o aluno constrói conhecimento – ou seja, aprende - e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou tutores), atuando ora a distância, ora em presença física ou virtual, e com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos, bem como de materiais didáticos intencionalmente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação. Neste contexto a principal ferramenta online é o Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA) que denominados na faculdade de PDEAA (Plataforma Digital de Ensino Aprendizagem e Avaliação).

Com o avanço e disseminação das TICs e o progressivo barateamento dos equipamentos, as instituições podem elaborar seus cursos a distância baseadas não só em material impresso, mas, na medida do possível, também em material sonoro, visual, audiovisual, incluindo recursos eletrônicos e telemáticos, segundo o mesmo documento de referência. Disposto como elemento que pode tronar o acesso a estas mídias e outras ferramentas diversas, o PDEAA desempenha o papel fundamental de interface primária na relação entre o estudante e o tutor ou professor. Seria o cenário onde as atividades têm seu potencial pedagógico maximizado.

A Faculdade Santa Teresa optou por escolher uma plataforma de código aberto para garantir a possibilidade de personalização e expansão das ferramentas a serem disponibilizadas para os usuários. O PDEAA da FACULDADE SANTA TERESA é construído com base na ferramenta MOODLE desenvolvida por Martin Dougiamas enquanto era webmaster na Curtin University of Technology na Austrália. Diversas alterações estruturais e procedimentais foram integradas e alteradas ao MOODLE, mas foi mantida a filosofia baseada no Construtivismo, Construcionismo, Construtivismo Social e Comportamento Conectado e Separado.

O PDEAA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line OU HÍBRIDAS assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados, suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);
- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;

- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo facilmente integração com sistemas existentes;
- Método padrão de e-mail: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso;
- Os endereços de e-mail são verificados por confirmação;

- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos;
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos;
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos;
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial);
- Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um, etc;
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados;
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.)

E durante o processo de administração do curso a equipe responsável pelo PDEAA pode:

- Um professor pleno tem total controle sobre todos os parâmetros de um curso, incluindo restringir outros professores;
- Composição flexível das atividades do curso – Fóruns, Jornais, Questionários, Recursos, Pesquisas de opinião, Pesquisas, Tarefas, Chats, etc.
- Mudanças recentes no curso desde o último acesso podem ser mostrados na página principal do curso – ajuda a dar um sentido de comunidade;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens no fórum, etc.) pode ser editada usando um editor HTML WYSIWG embutido;

- Todas as notas para os Fóruns, Jornais, Questionários e Tarefas podem ser vistas em uma página (e baixadas como um arquivo de planilha eletrônica);
- Total acompanhamento e rastreamento dos usuários – relatórios de atividade para cada aluno estão disponíveis com gráficos e detalhes sobre cada módulo (último acesso, número de vezes que leu) bem como uma história detalhada do envolvimento de cada aluno incluindo postagens, etc. em uma página;
- Integração de correio – cópias de postagens no fórum, feedback do professor, etc. podem ser postados em HTML ou texto simples;
- Escalas personalizadas – os professores podem definir suas próprias escalas a serem usadas para dar nota aos fóruns e tarefas;
- Os cursos podem ser agrupados como um único arquivo zip usando a função Backup. Este arquivo pode ser restaurado em qualquer servidor Moodle;
- Todas estas funcionalidades são desenhadas e especificadas para garantir a experiência única do estudante de estar num ambiente pensado e projetado pedagogicamente para lhe acompanhar no processo de aprendizagem.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

1.17.1 Ferramentas Síncronas

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. Na PDEAA da Faculdade Santa Teresa as ferramentas síncronas disponibilizadas são:



Figura 32 - Ferramentas síncronas. Fonte: FST, 2021.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono na PDEAA e postadas no repositório da disciplina da disciplina.

1.17.2 Ferramentas Assíncronas

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. Na PDEAA da Faculdade Santa Teresa, as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:



Figura 33 - PDEAA - ferramentas assíncronas. Fonte: FST (2022)

1.17.3 Integralização do Ambiente Virtual da Aprendizagem com o sistema acadêmico.

A Faculdade Santa Tersa utiliza o sistema acadêmico TOTUV RM que está integrado em suas dimensões com a Plataforma digital ou PDEAA.

Na primeira dimensão o sistema carrega todos os alunos e colaboradores na plataforma sempre que estes estejam matriculados e sinalizados como acessíveis. Nesta dimensão ocorre a inscrição dos alunos de forma automática nas salas de apoio acadêmico assim como em suas respectivas salas de aulas digitais de acordo com o curso e período.

A segunda dimensão consiste no retorno dos dados de rendimento e notas para o sistema acadêmico.

1.17.4 Ambiente Virtual da Aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem

A Faculdade Santa Teresa entende que a plataforma digital ou PDEAA é uma ferramenta fundamental para que ocorra o processo de ensino Aprendizagem na modalidade EAD. Não apenas por ser o canal ou meio principal para a comunicação entre o docente e o discente, mas por ser o elemento integrador do processo. E aliado ao uso de Tecnologias de Informação e comunicação, as plataformas digitais assumem um papel de destaque em todo o itinerário formativo do discente.

No entanto, não demos defender que o uso exclusivo e único de uma plataforma digital será o suficiente para a formação completa do discente independente da área do curso. Deve existir um ecossistema tecnológico e pedagógico de apoio e suporte às plataformas digitais com o intuito de garantir que a trilha de aprendizado do discente seja adequada e cumpra com o pré-requisitos necessário para uma formação de qualidade e que atenda a toda legislação de permeia seu curso e profissão.

A plataforma digital pode ser compreendida como a pavimentação da estrada de estudo e dedicação que o discente deverá seguir. Sabemos que com um bom pavimento o traslado de conhecimento será bem mais tranquilo e sereno, trazendo uma experiência única de aprendizagem e construção de conhecimentos. Mas devemos entender que esta estrada sempre deve ser bem sinalizada e possuir a fiscalização, e guias de trajeto, os professores.

E finalmente para que uma plataforma seja completa deve estar articulada com as políticas e programas institucionais para que tudo se encaixe resultando em cumprimento de metas e objetivos acadêmicos e de ótima formação para o mundo do trabalho.

1.17.5 Itens inovadores existentes na plataforma

- A plataforma digital prevê diversos elementos inovadores entre eles pode-se destacar:
- **Adaptabilidade:** A plataforma é responsiva e adaptável a quaisquer meios digitais de reprodução de sites, ou seja, é adaptada para rodar em celulares, tablets, desktops e até videogames com acesso à internet. Além de ser customizada para operar em **SmartTVs**.
- **Integração com repositórios:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa é totalmente integrada com todas as ferramentas do Google para aumentar a abrangência de recursos e aplicações aos docentes e discentes.
- **Gravação automática de aulas síncronas:** Com sistema integrado de gravação de aulas síncronas, a plataforma disponibiliza aos discentes a gravação das aulas de forma simples e sem a necessidade de ações de compartilhamento de links externos pelos tutores ou professores.
- **Integração com laboratórios virtuais:** Diversos laboratórios virtuais são integrados à plataforma sem a necessidade de o discente ter que se deslocar a outros ambientes.
- **Ambiente sala de aula digital:** Modelagem de tela para que o discente possa, na mesma tela, assistir sua aula digital e acompanhar com o material didático melhorando a experiência de aprendizagem.
- **Mais de 450 plugins:** A plataforma digital da Faculdade Santa Teresa conta com mais de 450 plugins customizados e criados pela instituição para ampliar a qualidade e experiência acadêmica dos discentes.
- **Acompanhamento de progressão:** Células de inteligência artificial foram desenvolvidas para acompanhar a progressão de usuários da plataforma com o intuito de auxiliar na gestão de permanência e evasão.
- **Plataformas de BI:** Uso de *Business Intelligence* para gerar indicadores de uso e rendimentos de discentes durante as disciplinas. Ferramenta que permite aos docentes e coordenadores de curso um aprofundamento muito maior na gestão das atividades e rendimento dos alunos.

1.17.6 Materiais recursos e tecnologias da PDEAA para coordenações e reflexão sobre os conteúdos entre tutores, discentes e docentes.

A PDEAA da IES é composta por diversos artefatos pedagógicos que serão divididos em RECURSOS e ATIVIDADES, são eles:

1.17.6.1 Recursos habilitados

Recursos são ferramentas para auxiliar na disposição dos conteúdos e elementos pedagógicos na sala de aula virtual.

- **Livro:** O módulo livro permite que professores criem um recurso com diversas páginas em formato de livro, com capítulos e subcapítulos. Livros podem conter arquivos de mídia bem como textos e são úteis para exibir grande quantidade de informação que pode ficar organizada em seções. Um livro pode ser usado
 - Para exibir material de leitura para um módulo de estudo individual;
 - Como um manual departamental *Como um portfólio para apresentação do trabalho do estudante.
- **Página de web:** O módulo de página permite que um professor crie um recurso de página da web utilizando o editor de texto. Uma página pode exibir texto, imagens, som, vídeo, links da web e código incorporado, como mapas do Google. As vantagens de utilizar o módulo de página em vez do módulo de arquivo incluem o fato da página ser mais acessível (por exemplo, para usuários de dispositivos móveis) e mais fácil de atualizar. Para grandes conteúdos, é recomenda-se a utilizar o módulo livro em vez de uma página. Uma página pode ser utilizada para:
 - Apresentar os termos e condições de um curso ou um resumo do programa do curso;
 - Para incorporar vários vídeos ou arquivos de som juntamente com algum texto explicativo.
- **Diretório de arquivos:** O módulo pasta permite ao professor exibir um número de arquivos relacionados dentro de uma pasta única, reduzindo a rolagem na página do curso. A pasta zipada pode ser carregada e descompactada para exibição, ou uma pasta vazia criada e arquivos enviados para ela. A pasta pode ser usada:
 - Para uma série de arquivos em um tópico, por exemplo, um conjunto de documentos de exame passados em formato pdf;

- Para prover um espaço compartilhado de upload para professores na página do curso (mantendo a pasta oculta para que só os professores possam vê-la).
- **Arquivo:** O módulo de arquivo permite que um professor forneça um arquivo como um recurso do curso. Sempre que possível, o arquivo será exibido na interface do curso, caso contrário, os estudantes serão levados a fazer o download. O arquivo pode incluir arquivos auxiliares, por exemplo uma página HTML pode ter imagens incorporadas. Note-se que os estudantes precisam ter o software adequado em seus computadores para abrir o arquivo. Um arquivo pode ser usado:
 - Para compartilhar apresentações em aula;
 - Para incluir um mini website como um recurso do curso;
 - Para fornecer arquivos de rascunho de programas de software para que os estudantes podem editá-los e enviá-los para a avaliação;
 - viabiliza anexar documentações em diversos formatos para acesso a pesquisas a serem realizadas pelos alunos.
- **URL:** O módulo de URL permite que um professor para fornecer um link de web como um recurso do curso. Qualquer coisa que esteja livremente disponível on-line, como documentos ou imagens, pode ser vinculada; URL não tem que ser a home page de um site. URL de uma página web em particular pode ser copiado e colado ou um professor pode usar o seletor de arquivo e escolher um link de um repositório, como Flickr, YouTube ou Wikipédia (dependendo de qual repositórios estão habilitados para o site). Há uma série de opções de exibição para URL, como incorporado ou aberto em uma nova janela e opções avançadas para transmitir informações, como o nome de um estudante para URL, se necessário. Observe que URLs também podem ser adicionados a qualquer outro tipo de recurso ou atividade através do editor de texto.
- **Pesquisa de Opinião:** ferramenta que possibilita obter a integração do aluno com o modelo praticado no curso, sendo uma ferramenta poderosa de qualidade.
- **Atividades habilitadas:** Como o próprio nome sugere, as atividades são recursos relacionados a ações do estudante e professor na plataforma com a geração ou não de notas como resultados.
- **Chat:** O módulo de atividade chat permite que os participantes possam conversar em tempo real. A conversa pode ser uma atividade de uma só vez ou pode ser

repetida na mesma hora todos os dias ou todas as semanas. Sessões de chat são salvas e podem ser disponibilizadas para que todos possam visualizar ou restritas a usuários com a capacidade de visualizar os logs de sessão do chat. Chats são especialmente úteis quando um grupo de bate-papo não é capaz de se encontrar cara-a-cara, como:

- Reuniões regulares dos estudantes participantes de cursos online para que possam compartilhar experiências com outros no mesmo curso, mas em um local diferente;
- Um estudante temporariamente impossibilitado de comparecer pessoalmente conversar com seu professor para acompanhar o trabalho;
- Estudantes na experiência de trabalho se reúnem para discutir suas experiências entre si e com seu professor;
- Crianças mais jovens que usam chat em casa à noite como uma introdução controlada (monitorada) para o mundo das redes sociais;
- A sessão de perguntas e respostas com um orador convidado em um local diferente;
- Sessões para ajudar os estudantes a se prepararem para testes em que o professor ou outros estudantes, colocariam exemplos de perguntas;
- **Fórum:** O módulo de atividade fórum permite que participantes tenham discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo. Existem vários tipos de fóruns que você pode escolher, como o fórum padrão onde qualquer um pode iniciar uma discussão a qualquer momento; um fórum onde cada estudante pode postar apenas uma discussão; ou um fórum de perguntas e respostas onde os estudantes devem primeiro fazer um post para então serem autorizados a ver os outros posts de outros estudantes. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos posts dos fóruns. As imagens anexadas são exibidas no post do fórum. Participantes podem assinar um fórum para receber notificações de novos posts do fórum. Um professor pode definir o modo de assinatura como opcional, forçado ou automático, ou proibir as assinaturas completamente. Se necessário, é possível estabelecer um número máximo de postagens num determinado período de tempo; isto pode prevenir que alguns indivíduos dominem as discussões. Posts dos fóruns podem ser avaliados pelo professor ou pelos estudantes (avaliação por pares). As avaliações podem ser

agregadas para formar uma única nota final a ser gravada no livro de notas. Fórum tem muitas utilidades, como:

- Um espaço social para os estudantes se conhecerem;
 - Anúncios sobre o curso (usando um fórum de notícias com assinatura forçada);
 - Para discutir conteúdo do curso ou os materiais para leitura;
 - Para continuar online uma discussão iniciada em sala de aula;
 - Para discussões entre os professores (utilize um fórum oculto);
 - Uma central de ajuda onde tutores e estudantes podem conseguir ajuda;
 - Uma área de suporte um-para-um para comunicações particulares entre professor e estudante (usando um fórum com grupos separados e um estudante por grupo)
 - Para atividades de extensão, por exemplo "brainstorms" para estudantes sugerirem e avaliarem ideias.
- **Ferramenta externa:** O módulo de atividade ferramenta externa permite aos estudantes interagir com os recursos de aprendizagem e atividades em outros sites. Por exemplo, uma ferramenta externa pode fornecer acesso a um tipo de atividade nova ou materiais de aprendizagem de uma editora. Para criar uma atividade ferramenta externa, é necessário que o provedor da ferramenta tenha suporte a LTI (Learning Tools Interoperability). Um professor pode criar uma atividade ferramenta externa ou fazer uso de uma ferramenta configurada pelo administrador do site. Atividades de ferramentas externas diferem de recursos URL em alguns aspectos:
 - As ferramentas externas utilizam informações de contexto, ou seja, têm acesso a informações sobre o usuário que iniciou a ferramenta, como: o curso, instituição e nome;
 - Ferramentas externas suportam a leitura, atualização e exclusão de notas associado com a instância da atividade;
 - Configurações de ferramentas externas criam uma relação de confiança entre seu site e o provedor de ferramentas, permitindo uma comunicação segura entre eles.
 - **Jitsi:** Utilize o módulo para videoconferência. Estas videoconferências utilizam seu nome de usuário no Moodle, o qual será visualizado em seu nome de usuário e avatar. Jitsi-meet é uma solução de videoconferência de código aberto. Ela lhe

permite construir, criar, implementar ou utilizar soluções de videoconferência com segurança.

- **Lição:** Uma lição publica o conteúdo em um modo interessante e flexível. Ela consiste em um certo número de páginas. Cada página, normalmente, termina com uma questão e uma série de possíveis respostas. Dependendo da resposta escolhida pelo estudante, ou ele passa para a próxima página ou é levado de volta para uma página anterior. A navegação através da lição pode ser direta ou complexa, dependendo em grande parte da estrutura do material que está sendo apresentado.
- **Pesquisa:** O módulo de atividade de feedback permite ao professor criar uma pesquisa personalizada para obter feedback dos participantes usando uma variedade de tipos de questões, incluindo múltipla escolha, sim/não ou entrada de texto. Respostas de feedback podem ser anônimas, se desejado, e os resultados podem ser mostrados para todos os participantes ou restrita a apenas aos professores. Todas as atividades de feedback na página inicial do site também podem ser preenchidas por usuários não registrados. Atividades de feedback podem ser usadas:
 - Para avaliações do curso, contribuindo para melhorar o conteúdo para os participantes posteriores;
 - Para permitir que os participantes se inscrevam nos módulos do curso, eventos etc;
 - Para pesquisas com visitantes sobre escolhas de cursos, políticas escolares, etc;
 - Para pesquisas anti-bullying em que os estudantes podem relatar incidentes anonimamente
- **Pesquisa de avaliação:** O módulo de atividade Pesquisa de Avaliação fornece uma série de instrumentos de pesquisa validados que têm sido úteis para avaliar e estimular a aprendizagem em ambientes online. Um professor pode utilizá-lo para recolher dados dos seus estudantes que irão ajudá-lo a aprender sobre a sua turma e refletir sobre o seu próprio ensino. Note que estas ferramentas de pesquisa são pré-preenchida com perguntas. Os professores que desejam criar o seu próprio inquérito devem usar o módulo atividade Pesquisa.
- **Questionário:** A atividade Questionário permite criar e configurar questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso,

correspondência, resposta curta entre outras). O professor pode permitir que o questionário tenha múltiplas tentativas, com questões embaralhadas ou selecionadas aleatoriamente de uma categoria do banco de questões. Cada tentativa é corrigida automaticamente, com exceção das questões dissertativas, e a nota é registrada no livro de notas do curso. O professor pode escolher quando e se sugestões, comentários e respostas corretas são mostradas aos estudantes. Os questionários podem ser utilizados:

- Como provas de um curso;
 - Como pequenos testes para tarefas de leitura ou no final de um tópico;
 - Como prova de revisão usando questões de provas anteriores;
 - Enviar comentários imediatos sobre o desempenho;
 - Para autoavaliação.
- **Tarefa:** O módulo de atividade permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Alternativamente, ou adicionalmente, a atribuição pode exigir dos estudantes a digitação do conteúdo diretamente no editor de texto. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo. Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado. Atribuições podem ser classificadas de acordo com uma escala numérica ou customizada ou um método de classificação avançada, como uma rubrica. Notas finais são registradas no livro de notas.

Esta plataforma é dimensionada para atender alunos e professores com cursos ofertados na modalidade EAD (100% ou semipresencial). Propõe-se a desenvolver design instrucional voltado às trilhas de aprendizagem e presença de tutoria no ambiente.

1.17.7 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicação PDEAA

A IES, conforme seu PDI, prioriza a acessibilidade em todas as dimensões possíveis em suas políticas e projetos. Na plataforma digital não seria diferente. A plataforma digital é analisada quanto à acessibilidade nos seguintes eixos:

- **Acessibilidade atitudinal:** Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Na IES as ações buscam a tratativa de todos os atores do processo de ensino e aprendizagem como iguais quanto ao esforço na busca dos resultados acadêmicos, para tanto métodos serão desenvolvidos sempre que necessário para se transpor qualquer barreira que impeça essa evolução. Com o apoio da coordenação de ensino e setores complementares, todas as políticas e processos são pensados no atendimento daquele que pouco precisa até aquele que possui maiores preocupações atitudinais.
- **Acessibilidade metodológica:** Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Neste eixo, os professores são instruídos a garantir, na produção de conteúdo, assim como na sua mediação, a preocupação no uso de métodos que elimine qualquer barreira para os discentes. Metodologias abrangentes e ativas devem ser pensadas e aplicadas com o rigor de efetividade em sua acessibilidade. Em outras palavras, a montagem dos artefatos pedagógicos e seus conteúdos devem prover sempre a experiência de facilidade e gradação efetiva da aprendizagem.
- **Acessibilidade programática:** Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros. Conforme pode ser analisado no PDI, todas as políticas e programas da IES são pautadas na preocupação com a acessibilidade.
- **Acessibilidade instrumental:** Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva). A principal preocupação na

plataforma digital é que esta seja acessível ao máximo grau possível para o acesso de qualquer discente, seja ele deficiente ou não. Para isso usa-se o que há de mais moderno em programação de plataformas de ensino para operacionalizar a acessibilidade. Pode-se destacar:

- O uso de estudo de cores para tornar a plataforma o mais contrastante o possível;
 - Uso de fontes de fácil leitura;
 - Dispositivos integrados para aumentar a legibilidade de deficientes visuais;
 - Os vídeos gravados possuem a possibilidade de ativar legendas para alunos com deficiência auditiva;
 - A plataforma tem leitor em LIBRAS;
 - A estrutura codificada da plataforma permite a leitura por aplicativos ou softwares de leitura digital.
- **Acessibilidade nas comunicações e digital:** É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Conforme descrito na Acessibilidade instrumental, tanto a plataforma digital a IES quanto os processos preveem a possibilidade de recursos complementares para a comunicação acessível. A IES possui impressora BRAILLE e computadores com softwares de leitura de aplicações.

A partir do formulário Colles disponível em cada sala virtual e Formulário de Feedback Digital a ser preenchido por cada aluno ao final de cada semestre, será desenvolvido um relatório semestral da plataforma digital. Com base neste documento será desenvolvido um plano de ação onde as alterações e ajustes deverão constar com os devidos prazos e responsáveis.

Os procedimentos de melhorias contínuas deverão estar divididos em os tipos de tratativas:

- **Melhorias de baixo impacto:** São aquelas que podem ser realizadas sem muito esforço de pessoal ou financeiro. Geralmente são pequenos ajustes na plataforma ou adaptações para determinados artefatos pedagógicos. São realizados em tempo reduzido;

- **Melhorias de alto impacto:** Diferente da anterior, são mudanças significativas na plataforma ou em algum processo acadêmico que envolve a PDEAA. Normalmente são feitos ao final de cada semestre se não forem indicativos de indisponibilidade imediata aos discentes. São mudanças que devem ser estudadas pelo corpo técnico e pedagógico da IES. Exemplo deste tipo de intervenção ou melhoria são as atualizações de segurança da plataforma.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO

Não se aplica

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o

professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma.

Esta nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências, conforme afirma o indicador referente aos processos de avaliação da aprendizagem presentes no Instrumento de Avaliação MEC/INEP, ou seja, conceberum processo avaliativo onde os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, possibilitando o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicam informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo planejadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes. Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque incluem para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's, as atividades de simulações, os protocolos de observação, a autoavaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A autoavaliação é considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação. Assim, a avaliação dos componentes curriculares, é realizada em três momentos articulados:

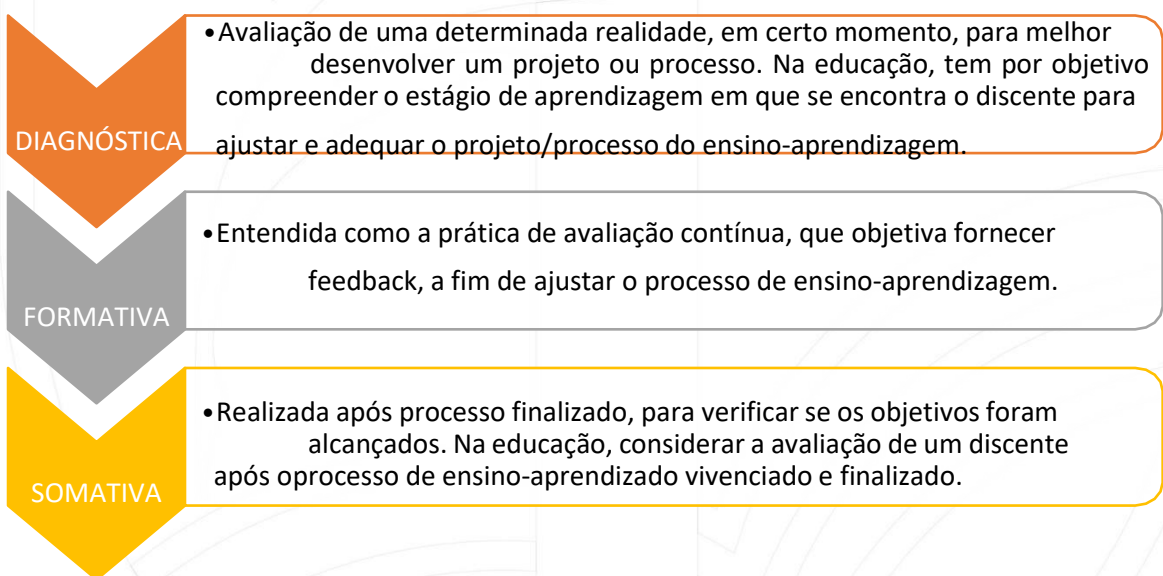


Figura 31 - Os três momentos articulados de avaliação. Fonte: FST (2021)

a) Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente, para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

b) Avaliação formativa

A avaliação formativa se desenvolve durante o processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos são os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

c) Avaliação somativa

Avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se realiza ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo: apuração de frequência às atividades escolares; avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar é aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A Faculdade Santa Teresa, como já explicitado anteriormente nas metodologias de avaliação, trabalha com o Conceito de Avaliação Orientada para o desenvolvimento de competências, neste escopo, o conceito de rendimento acadêmico compreende o resultado do processo avaliativo, relativo à média das notas obtidas nas **Avaliações de Desempenho Parcial (ADP's)**, que são realizadas no total de três (ADP1; ADP2), ao longo do semestre e da **Avaliação de Desempenho Global (ADG)**, esta última realizada ao final do semestre letivo.

Para que a Avaliação do Ensino Aprendizagem favoreça a autonomia do Discente, A Faculdade Santa Teresa, trabalha com o Conceito de Avaliação Orientada para o desenvolvimento de competências, neste escopo, o conceito de rendimento acadêmico compreende o resultado do processo avaliativo, relativo à média das notas obtidas nas Avaliações de Desempenho Parcial (ADPs), que são realizadas no total de três (ADP1; ADP2;), ao longo do semestre e da Avaliação de Desempenho Global (ADG), esta última realizada ao final do semestre letivo.

Chamamos de SIADE (Sistema de Avaliação por Desempenho), a sistemática de avaliação da aprendizagem na Faculdade Santa Teresa. Um sistema de avaliação considera que as avaliações não são momentos estanque do processo ensino-aprendizagem, mas sim um processodinâmico, em articulação com as metodologias de ensino, típicos da construção do conhecimento.

Como já afirmamos anteriormente, nossa proposta reside na intenção de tornar a aprendizagem visível aos alunos e professores, transformando a avaliação em momento de autoavaliação também, destacando assim a dimensão pedagógica do ato de avaliar, tornando o erro o ponto de partida para novas aprendizagens, como nos indica a tradição teórica acerca da avaliação.

Assim, considerando as orientações do SIADE (Sistema de Avaliação de Desempenho), tendo no horizonte as recomendações dos documentos oficiais e as discussões mais atuais acerca da avaliação da aprendizagem, ressaltando fundamentalmente o aspecto formativo da avaliação, a Faculdade Santa Teresa orienta que a avaliação da aprendizagem ocorre ao longo do processo de ensino-aprendizagem ofertando ao professor mecanismos de identificação das dificuldades e dos avanços de suas turmas.

Vale ressaltar que as ADG's Avaliações de Desempenho Global, são avaliações de caráter interdisciplinar, onde devem ser avaliadas as competências previstas no Plano de Aprendizagem, para tanto os professores formulam as questões por meio de um formulário próprio, estes formulários preenchidos por sua vez são avaliados pelo NDE, e depois as Avaliações são geradas com a ajuda de um software livre para este fim.

Todas as avaliações de desempenho estão previstas em calendário e está assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, regulamentado em norma específica. Tem direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares faz a matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial.

Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula no semestre subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial. Para orientação dos procedimentos de avaliação da aprendizagem a Faculdade Santa Teresa disponibiliza seu Manual de Avaliação da Aprendizagem aos

docentes e pessoal técnico- pedagógico. Para a orientação dos alunos existe um Regulamento da Avaliação da Aprendizagem o já mencionado Manual de Avaliação da aprendizagem a disposição da comunidade acadêmica interna. De maneira didática o desenvolvimento do SIADE dar-se-á assim:

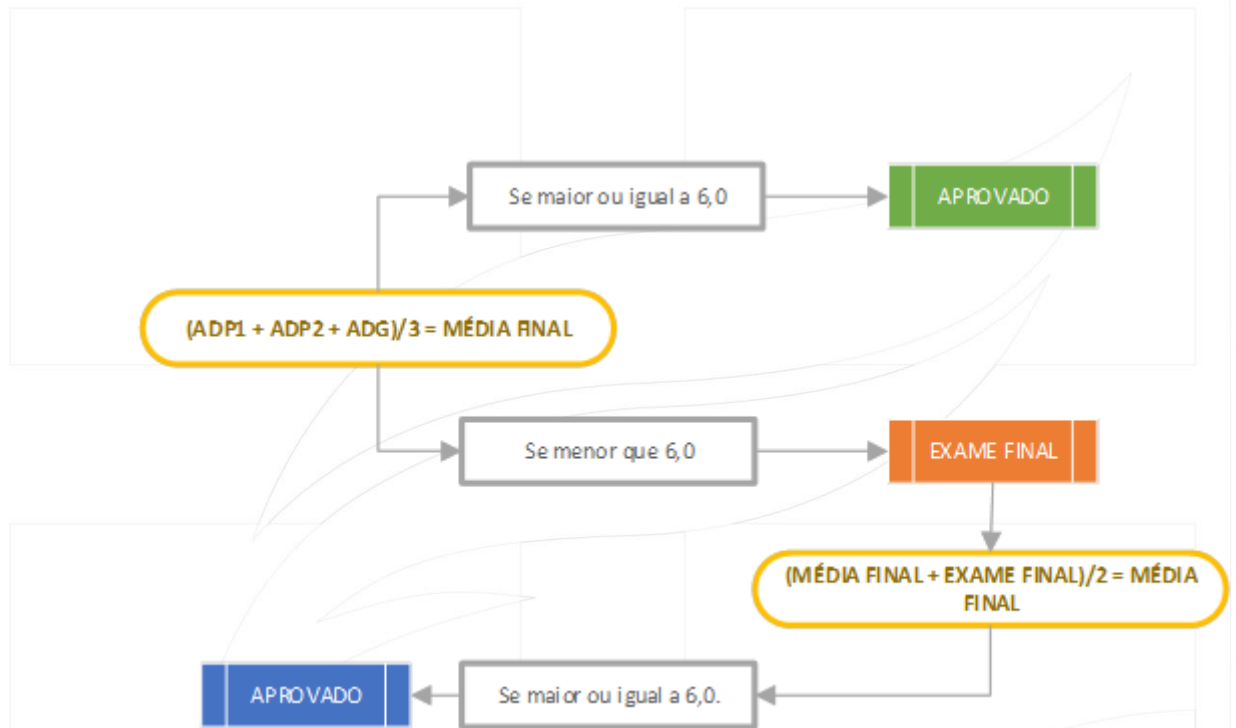


figura 32 - SIADE. Fonte: FST, 2023.

As Avaliações Parciais de Desempenho estão assim desenhadas:



Figura 33 - Avaliações parcial de desempenho. Fonte: FST, 2021.

Ao final de cada ciclo avaliativo a assessoria de ensino produzirá o relatório de rendimento acadêmico. Este relatório tem por finalidade observar de maneira quantitativa a curva de aprendizagem dos acadêmicos, evidenciada, pelos resultados (notas) alcançados em cada componente curricular, este relatório é então encaminhado ao Núcleo Docente Estruturante o qual, realiza a análise qualitativa dos resultados alcançados, pois além das notas, segue também o Relatório de Percepção do Alunos acerca da Avaliação.

Este segundo relatório, de percepção acerca da avaliação, é produzido a partir de um questionário preenchido online de maneira voluntária pelo aluno, onde o mesmo expressa a sua percepção acerca da avaliação realizada, no tocante aos conteúdos avaliados, a qualidade das questões e a própria autoavaliação do aluno em relação ao seu desempenho.

Assim os Indicadores extraídos da Avaliação da Aprendizagem, serve de substrato para a melhoria contínua da aprendizagem dos alunos e aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação utilizados pela instituição, por meio do debate dos mesmos nas instâncias colegiadas do Curso - NDE e Colegiado de Curso.

Estes mesmos indicadores, são utilizados para conferir aos alunos com as melhores posições em termos de Coeficiente Acadêmico o Certificado de Mérito Acadêmico em Cerimônia de Abertura do semestre letivo subsequente. Para a atribuição do mérito acadêmico, são considerados outros atributos que compõe o perfil acadêmico desejado pela instituição.

Disponibilização dos resultados das avaliações de Ensino e Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno de GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA de revisão do resultado da avaliação, que é regulamentado em norma específica. A possibilidade a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares faz a matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, é vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

Planejamento das ações de melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico é monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da Faculdade é a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento do SIADE, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual oferta a possibilidade de acompanhamento e gestão do processo de avaliação institucional.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador elabora um trabalho com NAPSI, (Núcleo de Atendimento psicopedagógico e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Total de Vagas 180

Matutino	Vespertino	Noturno
60 vagas	60 vagas	60 vagas.

1.20.1 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas obtidos pela IES, se apresenta consubstanciado sobre o aspecto relevante, a saber:

1.20.2 Cenário loco-regional da oferta de infraestrutura a população local.

Com a crise econômica crescente na Venezuela, aumenta o número de imigrantes para a cidade de Manaus. Nos anos de 2015 a 2019 o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. Com o inchaço populacional surge o agravamento das condições de moradia, saneamento, transporte, etc., além das demandas por espaço apropriado nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer, a sociedade reconhece a importância e necessidade da atuação do arquiteto e urbanista, mas nem sempre pode alcançá-lo, a sociedade brasileira de um modo geral demanda cada vez mais a participação do arquiteto e urbanista na resolução de seus problemas de espaço habitável, por outro a própria sociedade e os profissionais não encontraram ainda dispositivos que propiciem os benefícios da atuação do arquiteto a totalidade da população. Mesmo que, desde 2008, exista uma lei que assegure “às famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” (Lei 11.888/2008).

O perfil a que se pretende trabalhar busca por formar o profissional pronto a contribuirna solução dos problemas espaciais das aglomerações urbanas nas diferentes escalas e características. Um arquiteto que sem deixar de atender o cliente privado possa atender as demandas de toda a sociedade.

Quadro 17 - Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação[60]	Área territorial (km²)[61]	População (2019)[62]	PIB (2016)[13]	IDH-M (2010)[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R\$ 287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R\$ 241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea Iranduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R\$ 295,1 milhões	0,568 baixo
	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R\$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R\$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R\$ 100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R\$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R\$ 249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R\$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R\$ 120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R\$ 546,2 milhões	0,647 médio
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R\$ 445,1 milhões	0,611 médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R\$ 97,9 milhões	0,632 médio

Total	127.287,789	2.676.936	R\$ 76,6 bilhões	0,720 alto
-------	-------------	-----------	------------------	------------

Fonte: IBGE

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela Faculdade Santa Teresa se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- Processo Seletivo;
- Transferência;
- Transferência ex officio;
- Portador de Diploma de Curso Superior;
- Reopção;
- ENEM.

1.20.4.1 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrado no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade da Direção Acadêmica.

1.20.4.2 Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pela Pró-reitoria Acadêmica.

1.20.4.3 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso a fim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

- Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- Regime ou critério de aprovação.

1.20.4.4 Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente

implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

- a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);
- b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)
- c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
- d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
- e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
- f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
- g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da Faculdade Santa Teresa já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.4.5 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso

ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- Regime ou critério de aprovação.

1.20.4.6 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da da Faculdade Santa Teresa, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

- Existência de vaga no curso pretendido;
- Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.4.7 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (Quatrocentos e cinquenta pontos).

1.20.5 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso dada Faculdade Santa Teresa.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior; IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens; VI - Uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)

Não se aplica.

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS

Não se aplica.

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

Não se aplica.

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Não se aplica.





FACULDADE
SANTA TERESA

Corpo Docente e Tutorial

DIMENSÃO

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação. O

NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Pró-Reitoria Acadêmica da IES designou os professores relacionados em anexo, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

São membros do Núcleo Docente Estruturante:

- Profa. Mestre Anibal Augusto Turenko Beça
- Profa. Mestre Chistiana Prado Mello de Mendes
- Prof. Esp. José Augusto Bessa Júnior
- Profa. Mestre Andrezza de melo Barbosa
- Prof. Dr. Américo Minori

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação stricto sensu e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso. As informações coletadas e organizadas pelo NDE serão encaminhadas, no caso dos cursos à

distância para a Equipe Multidisciplinar. A Avaliação Qualitativa do PPC, terá um ciclo de trienal, ou no momento da alteração de legislação que afete a oferta do curso. no momento da avaliação trienal, onde serão observados os indicadores do Projeto de Curso com a observação dos itens apontados abaixo na tabela que segue este texto.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO PERÍODICA DO PPC DO CURSO	SIM	NÃO	NECESSITA DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ALTERAÇÃO
O PPC expressa com clareza a articulação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), alinhadas com a Missão, a Visão, Os princípios e valores Educacionais da Instituição?			
O Perfil do Egresso se encontra atual e dialoga com as demandas atuais do mundo do trabalho?			
As competências previstas no perfil do egresso estão alinhadas com as DCN's e se mostram atualizadas com previsão de desenvolvimento de novas competências que se expressem em termos de inovação para o mundo do trabalho.			
Os Objetivos do Curso atendem as DCN's e se mostram exequíveis e compatíveis com a capacidade técnico- científica da Instituição?			
As Metodologias de ensino previstas, estão alinhadas aos princípios da política de ensino e guardam a proposta de oferta de atividades problematizadoras e mobilizadoras de conhecimentos?			
O processo de avaliação descrito no PPC recomenda a adoção das dimensões diagnósticas; formativas e somativas da avaliação, com orientações claras e exemplos exequíveis aos docentes?			
As tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como suporte metodológico ao ensino?			
Os Programas e Regulamentos Institucionais são respeitados e os regulamentos internos, específicos de curso guardam relação com os mesmos?			
A estrutura Curricular que demonstra o itinerário de formação do aluno necessita de alteração em face à novas demandas e processos?			
A participação Discente e Docente está prevista no PPC?			
Os requisitos legais previstos na legislação vigente estão contemplados e seus processos de execução estão claros e oferecem direcionamento para a adoção das mesmas pelo professor?			

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Não se aplica.

2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O perfil de atuação do coordenador que a IES tem é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

O Coordenador deve atuar de forma a:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica; Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes socioafetivo e cognitivo.

2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes e Discentes

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

2.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

- Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.
- Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FST, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa

da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

- Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades

interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.
- Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas;
- Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

2.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 31h de Coordenação;
- 06h de Núcleo Docente Estruturante;
- 03h de sala de aula.

2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:
Reconhecer as necessidades da área em que atua;

- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes socioafetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso

as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

2.4.5 Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período

o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da Faculdade Santa Teresa, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- **Atividades Extracurriculares:** atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- **Atividades Interdisciplinares e Transversais:** projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de

questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetivos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- **Acompanhamento de Egressos:** realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.
- **Monitoramento da Evasão:** propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- **Autoavaliação interna do curso:** organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente

do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

- **Atividades Complementares:** As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- **Atividades de Extensão:** atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- **Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente:** Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- **Monitoria:** Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- **Avaliação do Rendimento:** Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.4.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizada uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador.

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

2.4.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade Santa Teresa encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

A Faculdade Santa Teresa tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

- Doutores;
- Mestres;
- Especialistas.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo.

2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação, o nosso quadro de docentes analisa as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional. O relatório está inserido no anexo desde documento.

2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no repositório institucional.

2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

Os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo a este a tabela com a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho forado magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada,

problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O referido relatório estará disponível em pasta anexa.

2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica.

2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem. A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior compõe o repositório documental do curso.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Não se aplica

2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Não se aplica

2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.Compete ao Colegiado de Curso:
- Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- Acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA; Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso.

2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentose Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;Corpo docente do curso;

- Um representante do corpo discente.

- Compete ao Colegiado de Curso:

- aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Pró-reitoria acadêmica, a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão

e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

Não se aplica

2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Não se aplica.

2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS – QUANDO FOR O CASO – E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

Não se aplica.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando a oferta do Curso e o corpo docente para o perfeito cumprimento do perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo no repositório documental do curso apresentando suas respectivas produções.



FACULDADE
SANTA TERESA

Infraestrutura

DIMENSÃO

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a recursos tecnológicos com impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado e atendimento em grupos de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor que garantem privacidade.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta viabilizando o trabalho docente. Dispõe de recursos de tecnologia da informação e comunicação como impressora e internet e apoio técnico-administrativo próprio. O espaço está equipado com armários para guarda de material e equipamentos e permite o descanso, lazer e integração.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, cadeiras

adaptadas, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição. O espaço permite situações de ensino-aprendizagem com recursos que garantem práticas diferenciadas.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Departamento de Tecnologia da Informação - DTI é o responsável pela gestão dos equipamentos que estão alocados na sede e polos de Educação a Distância da IES.

O cenário de gestão envolve os elementos de softwares, hardware, infraestrutura de redes no âmbito preventivo, corretivo e evolutivo. Toda a gestão é realizada com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e demais documentos referentes aos cursos que utilizam os ambientes. Este visa organizar e normatizar a execução da manutenção dos equipamentos através de um cronograma de atividades definido no início de cada período, assim como a expansão e uso.

3.5.1 Atendimento à Demanda

A IES disponibiliza a seus alunos salas de apoio presencial, laboratório de informática para atendimento ao discente em quantidade proporcional a demanda de uso. Nestes equipamentos estão disponíveis softwares adequados ao uso acadêmicos, além de possuir Internet de qualidade.

Os laboratórios de informática da IES possuem, além da disponibilidade de equipamentos e softwares, conforto, estabilidade de acesso à Internet, rede sem fio e perfeita adequação do espaço físico para que sejam desenvolvidas atividades acadêmicas, tais como:

- Estudos dirigidos;
- Pesquisas acadêmicas;
- Desenvolvimento de práticas;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Em relação ao espaço físicos, existe o cuidado constante com a garantia de boa climatização, ventilação, iluminação e acústica adequadas. A limpeza é uma ação contínua nestes espaços e ocorre ao término de cada atividade realizada.

Outro espaço que pode ser utilizado para as atividades de pesquisas digitais é a biblioteca que possui computadores disponíveis e acesso à Internet estável para estas atividades aos discentes e docentes.

Em atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; as instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

A IES dispõe de dois links de acesso dedicado à Internet via Fibra ótica (TIM – 100MB e EMBRATEL – 100MB), além de três links redundantes ADSL da NET de 100MB.

Estes serviços são avaliados semestralmente visando adaptações de cenários e demanda de uso para processos administrativos e acesso aos discentes via redes wireless (SEM FIO).

3.5.2 Utilização De Equipamentos

Para a gestão de utilização dos equipamentos inseridos inicialmente foi estabelecido que existam dois cenários a serem analisados: o uso discente (empréstimo ou ocupação) ou uso por colaboradores.

O uso de ambientes com equipamentos deve ser previamente agendado no setor de apoio pedagógico. No caso de espaços físicos como laboratórios ou salas especializadas, deve ser realizado por um professor. O agendamento deverá ser realizado com antecedência definida pelo Apoio Pedagógico para planejamento e controle de acesso. O empréstimo de equipamentos, quando possível, deve ser realizado da mesma forma que a requisição de espaços de infraestrutura e haverá assinatura de termo de responsabilidade disponível. Em situações de equipamentos cujo deslocamento não seja possível o seu uso deverá estar condicionado ao acompanhamento dos técnicos responsáveis da IES.

Com o uso frequente os equipamentos devem passar por processos de manutenção nos diversos âmbitos previstos pelos fabricantes e corpo técnico da IES.

Além dos laboratórios físicos, dispõe de laboratório móvel que permite o deslocamento dos equipamentos pela IES.

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	Quant.	Local
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	SEDE
Carrinho de transporte	1	SEDE
Notebook DELL/POSITIVO	48	SEDE
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	SEDE

Os laboratórios de informática possuem normas de segurança específica e plano de avaliação periódica dos espaços e plano de gerenciamento.

3.6 BIBLIOTECA

O acervo físico da Biblioteca da Faculdade Santa Teresa se encontra tombado e informatizado, assim como o acervo digital, ambos com acesso para consulta por parte dos alunos na Plataforma Digital de Ensino Aprendizagem e Avaliação.. Os títulos estão atualizados com edições dos últimos três anos sempre que possível mantendo assim o acervo atualizado. Os títulos foram indicados pelos membros do NDE e corroborados pelos membros do Colegiado de Curso, conforme demonstrado em atas e no relatório de indicação bibliográfica elaborado pelo NDE disponível para consulta.

3.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

A IES possui acervo virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso. A bibliografia básica do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES. O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

3.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A IES possui acervo virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia complementar do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponível, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

Periódicos de Arquitetura (assinaturas correntes)

- Revista Arquitetura e Urbanismo
- Revista Arquitetura e Aço
- Revista Projeto
- Revista Visual e Design
- Revista Edificar – construção, arquitetura e negócios.
- Revista Monolito
- L+D – Luz + Design + Arquitetura
- Architectural Review
- Architectural Record
- Revue Urbanisme

Periódicos online acesso livre do Curso de Arquitetura

- Arq.urb - Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo da USJT) <http://www.usjt.br/arq.urb/>
- Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Damas) <https://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/index>
- Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquitetura%20e%20urbanismo>

- Cadernos Metr pole (EDUC - Editora da PUC/SP)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2236-9996&lng=pt&nrm=isso
- Cadernos do PROARQ (Revista de Arquitetura e Urbanismo do Programa de P sGradua o em arquitetura da FAU - UFRJ)
<http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/home>
- Comunica o Gráfica (Revista da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunica o da UNESP de Bauru) <http://www.educacaografica.inf.br/>
- Fórum Patrimônio - ambiente construído e patrimônio sustentável
http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio
- Gestão e Tecnologia de Projetos (USP)
<http://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos>
- Oculum Ensaios - Revista de Arquitetura e Urbanismo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum>
- Universitas - Arquitetura e Comunica o Social (UNICEUB - Centro Universitário de Brasília)
- <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/arqcom/issue/current>
- Urbana - Revista do centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC - UNUCAMP)
- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana>
- De Arquitectura (Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile) <https://revistas.uchile.cl/index.php/RA>
- Revista Antithesi (Giornale di Critica dell'Architettura) <http://www.antithesi.info>
- Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Associa o Nacional de P sGradua o e Pesquisa em Planejamento Urbano e regional)
<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur>
- Revista de Urbanismo (Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile) <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RU>
- Revista INVI (Instituto de La Vivienda da Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Universidad de Chile) <https://revistas.uchile.cl/index.php/INVI>

- Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (USP)
<http://www.revistas.usp.br/risco>
- RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/index>
- URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2175-3369&lng=pt&nrm=isso
- Sacred Architecture Journal (Revista de Arquitetura Sacra)
<http://www.sacredarchitecture.org/>

3.6 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios. Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

3.6.1 Laboratórios didáticos de formação básica do curso

- **Laboratório de Informática:** Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo – 2 e 3D e Geoprocessamento.

- **Sala de Prancheta:** Este laboratório destina-se a possibilitar a prática de leitura, interpretação e execução de desenhos técnicos, desenvolvendo a competência para visualizar a estrutura física organizacional relacionadas às disciplinas: Desenho I – Meios de Expressão, Perspectiva e Representação, Projetos de Arquitetura I ao VI, Paisagismo e Projetos de Urbanismo.
- **Laboratório - Maquetaria:** Espaço equipado de maneira a permitir o trabalho de alunos na experimentação através de maquetes e modelos, auxiliando todas as disciplinas no desenvolvimento dos trabalhos de curso. Número de equipamentos em função do número de usuários e também experimentos na área de conforto.

3.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.7.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso a equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos. Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

No curso de Bacharelado em Arquitetura, os laboratórios específicos serão;

- Laboratórios de Práticas em Arquitetura I
- Laboratórios de Práticas em Arquitetura II

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

Não se aplica

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

Não se aplica

3.12 LABORATÓRIO DE HABILIDADES DA ATIVIDADE MÉDICA OU DE SAÚDE

Não se aplica

3.13 BIOTÉRIOS

Não se aplica

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Não se aplica

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

Não se aplica

3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Não se aplica

3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Não se aplica

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

Não se aplica



FACULDADE
SANTA TERESA

ANEXOS



.....



Acesso
online

ANEXOS

APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

Instalações Administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

Salas de Aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição um auditório de 400 lugares e dois mini auditórios com capacidade para 150 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

Sala de Professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos

tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

Espaços Para Atendimento dos Alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

Espaço de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de

autoavaliação. A sala da CPA contém estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torná-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas ergonômicas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

Estrutura dos Polos EAD

NÃO SE APLICA.

Infraestrutura Tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas

de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

Infraestrutura de Execução e Suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

ANEXOS

A IES, conta com as seguintes dependências administrativas: Sede

APÊNDICE II – REGULAMENTOS

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINARI DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a Faculdade Santa Teresa entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. Na Faculdade Santa Teresa, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos,

a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

IIDO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas mentas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art. 7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, forma e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º. No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

- Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- Sugerir a qualquer momento, ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;

- Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 17º. Cabe aos alunos:

- Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 18º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.



APÊNDICE III - REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL I DA DEFINIÇÃO

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade a Faculdade Santa Teresa entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na Faculdade Santa Teresa, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela Faculdade Santa Teresa.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;

Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos. Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, forma e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronogramado projeto;
- Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;

No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização. VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

APÊNDICE III - REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, Na Faculdade Santa Teresa será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas: I - dignidade humana;

- igualdade de direitos;
- reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado;
- democracia na educação;
- transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

IV Das Formas de Operacionalização

Art 4º. Na Faculdade Santa Teresa, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativa a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A Faculdade Santa Teresa fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem-sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art 6º. A Faculdade Santa Teresa estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.



APÊNDICE IV - REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO

AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que compoñham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP 138

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.



APÊNDICE V - REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- atendimento ao corpo discente;
- apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- pesquisa de demanda da Faculdade; IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- atendimento a alunos e funcionários com problemas psico-afetivos;
- encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;

- atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art 12. Para a Modalidade de Educação à Distância, os atendimentos serão agendados via email e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

- Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.
- Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
- Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em

situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

- Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
- Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 19. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 20. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 23. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 24. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).Art. 27. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 28 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que compoñham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 29. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.



APÊNDICE VI - REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA FST

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA FST

Art. 1º Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da Faculdade Santa Teresa, destinados a permitir que alunos dos cursos FACULDADE, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na IES.

CAPÍTULO I DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FST

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da Faculdade Santa Teresa, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a Faculdade Santa Teresa.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da Faculdade Santa Teresa.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a Faculdade Santa Teresa e a instituição receptora.

§ 4º no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a Faculdade Santa Teresa, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da Faculdade Santa Teresa, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno da Faculdade Santa Teresa interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

- executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;
 - arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;
 - preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;
- IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser

substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno da Faculdade Santa Teresa para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

- I – estar regularmente matriculado Na Faculdade Santa Teresa; II – ter concluído o segundo semestre ;
- apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);
- apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

– comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

– observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 A Faculdade Santa Teresa, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 A Faculdade Santa Teresa fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros na Faculdade Santa Teresa

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a Faculdade Santa Teresa realizar componentes curriculares na Faculdade Santa Teresa, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na Faculdade Santa Teresa.

Art. 17 Para cada aluno aceito Na Faculdade Santa Teresa, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na Faculdade Santa Teresa.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior Art.20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.



APÊNDICE VII - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE SANTA TERESA

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino aprendizagem, privilegiando:

- atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria Faculdade Santa Teresa ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da Faculdade Santa Teresa, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Faculdade Santa Teresa que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
 - inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
 - solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
 - providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
 - entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando incluídas:

- I. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- II. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- III. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- IV. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- V. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando incluídas:

- I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- III. participação em atividades beneficentes;
- IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- V. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar; vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando incluídas:

- I. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- II. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- III. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

- IV. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- V. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- VI. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- VII. publicações em revistas técnicas;
- VIII. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- IX. estágio obrigatório na área do curso;
- X. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- XI. trabalho como empreendedor na área do curso;
- XII. estágio acadêmico;
- XIII. participação em visitas técnicas organizadas pela Faculdade Santa Teresa;
- XIV. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- XV. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- XVI. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas poraquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. II.No grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dositens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definiçãodos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiveremmatriculados.

- Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.



- Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.
- Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS , associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.
- Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.
- Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.
- Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.
- Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.
- Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.



APÊNDICE VIII - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. É finalidade do presente Regulamento normatizar as atividades de elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso -TCC como parte dos requisitos para obtenção do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Santa Teresa, aprovado pela Comissão de TCC de Arquitetura e Urbanismo da IES.

Artigo 2º. A Comissão de TCC de Arquitetura e Urbanismo será composta pelos discentes com formação em arquitetura e urbanismo pertencentes ao colegiado do curso, com atuação do professor responsável pela disciplina como presidente e sob orientação da Coordenação do Curso.

Artigo 3º. O TCC é uma atividade de caráter didático-pedagógico obrigatório e realizado ao longo do último ano de estudos, como parte integrante das atividades curriculares do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santa Teresa, de acordo com o Art 09. Das Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução N.02 de 17 de junho de 2021:

I. Para conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, o aluno deverá elaborar um trabalho como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, sob orientação docente.

II. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito das disciplinas obrigatórias Fundamentos de Trabalho de Graduação – estudo preliminar (TCC1) e Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo (TCC2).

Artigo 4º. O Trabalho de Conclusão de Curso será proposto e desenvolvido de modo a referendar, aprofundar, enriquecer, recriar ou avançar a cultura acadêmica que está representada no currículo de formação do profissional de Arquitetura e Urbanismo, se constituindo como uma produção dentro das habilidades e competências de arquitetura e urbanismo e ser exequível.

Artigo 5º. O TCC é uma produção científica e será produzido, escrito e apresentado individualmente:

I. O TCC será ofertado no 9º e 10º período, e terá carga horária total de 198 horas para o desenvolvimento dessa atividade;

II. O TCC ofertado no 9º período terá a denominação de Fundamentos de Trabalho de Graduação – estudo preliminar (TCC1), com o objetivo da elaboração do projeto de pesquisa e do estudo preliminar;

III. O TCC ofertado no 10º período terá a denominação de Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo (TCC2), com o objetivo da elaboração do anteprojeto e projeto executivo;

III. Para elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso, o aluno deve estar regularmente matriculado nas disciplinas de TCC;

IV. O aluno que no penúltimo período do curso (9º período) apresentar pendências em disciplinas de períodos anteriores que ultrapassem a carga horária máxima permitida de 264 horas, poderá se matricular apenas nas disciplinas pendentes, sendo vetada sua matrícula na disciplina de TCC1.

V. O aluno NÃO poderá se matricular na disciplina de TCC2 se estiver com pendências na disciplina de TCC1.

Artigo 6º. O tema do Trabalho de Conclusão de Curso é livre a escolha do aluno, e deverá ser relacionado a atribuições relacionadas à Arquitetura e Urbanismo, podendo seguir as linhas temáticas a seguir:

I. Patrimônio cultural e arquitetônico, o qual compreende intervenções arquitetônicas que envolvem edifícios e/ ou espaços urbanos de valor arquitetônico e cultural significativos, bem como pesquisas históricas sobre bens tombados e/ou projetos sobre tais conjuntos.

II. Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística, o qual trata-se de Intervenções que têm a cidade como tema essencial e abordam o papel social da arquitetura. Intervenções em escala macro e projetos de reestruturação de grandes glebas.

III. Intervenção arquitetônica em escala urbana, compreendido como projetos pontuais de interferência significativa sobre o espaço da cidade; projetos de edifícios e/ ou espaços públicos que reestruturam um conjunto arquitetônico.

IV. Objeto arquitetônico, trata de Projetos arquitetônicos relacionados ao lote e entorno imediato, que determinam um aprofundamento de detalhes construtivos e o trabalho em escalas menores de abordagem. Discussões sobre a industrialização na construção e a linguagem contemporânea da arquitetura de Manaus são linhas de abordagem deste grupo.

Parágrafo único. Os temas sugeridos pelos alunos deverão ser aprovados e agrupados conforme caráter e linha temática.

Artigo 7º. A escolha do terreno deve respeitar os parâmetros urbanísticos (Plano Diretor da cidade Manaus – PDM, dentre outros conforme a temática escolhida pelo acadêmico).

I. Caso o aluno escolha um terreno fora da zona metropolitana de Manaus respeitar os parâmetros urbanísticos desta região ou órgão federal (Instrumentos normativos vigentes, quando o Município não for provido de Plano Diretor, conforme a Lei “Estatuto da Cidade, 12. 257-01).

II. Fica proibido a escolha do mesmo terreno pelos alunos da mesma disciplina-Fundamentos de Trabalho de Graduação – estudo preliminar (TCC1) – estudo preliminar do semestre corrente.

III. Caso ocorra a escolha do mesmo terreno, haverá um critério de prioridade de escolha do mesmo. Esse critério será feito pelo coeficiente de aproveitamento ou média global.

Capítulo II – DAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

Artigo 8º. Os discentes envolvidos em Projeto de Iniciação Científica ficarão isentos da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, desde que cadastrados na Coordenação de Pesquisa e Extensão da IES e com publicação de um artigo científico em revistas indexadas ao final da pesquisa.

Parágrafo Primeiro. Os discentes que publicarem seus Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, conforme requisitos previstos no *caput*, ficarão isentos da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, desde que o resultado com status de aprovado seja divulgado até a data de defesa das apresentações em bancas de seus cursos.

Parágrafo Segundo. A isenção da defesa será dada para o autor de Artigo publicado em revistas com Qualis e que o mesmo tenha recebido acompanhamento mínimo de um ano de um professor da Instituição cadastrado na Coordenação de Pesquisa e Extensão da IES. Realizando publicação em revista de arquitetura e urbanismo, Qualis A1 e A2 o aluno receberá 10 como nota de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sendo esta nota inferior para diferentes Qualis e tipos de revistas (MULTIDISCIPLINARES).

Parágrafo Terceiro. O aluno devidamente acompanhado que desenvolver um projeto de pesquisa e publicar seus resultados em uma revista indexada, estando esse cursando a partir do 9º Período e seja o autor principal deste artigo de pesquisa, poderá ficar isento da defesa do TCC. Para isso, deverá apresentar comprovante do aceite da revista indexada e o próprio artigo publicado na revista indexada.

Parágrafo Quarto. A publicação em revista indexada não exime o Aluno de cumprir a frequência nas disciplinas de TCC1 e TCC2, dessa forma o autor do artigo deverá participar assiduamente das aulas, obedecer aos critérios exigidos dentro das disciplinas para composição de nota, cumprindo frequência mínima de orientações exigidas nas disciplinas de TCC (mínimo de 75% de frequência nos assessoramentos participativos) e realizar as entregas parciais cumprindo os calendários das disciplinas de TCC1 e TCC2.

Parágrafo Quinto. O aluno em processo de publicação em revista indexada deverá atingir 50% da nota instituída pela coordenação do curso para Apresentação Digital, e desta forma, isenção da defesa do TCC, após a publicação do artigo dentro do prazo determinado.

Capítulo III - DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 9º. As atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso serão desenvolvidas com a finalidade de contribuir para diferenciar a formação teórico-prática dos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, para que sejam:

- I. Capazes de integrar, os desempenhos especializados que são próprios de diferentes áreas e níveis de atuação do profissional da Arquitetura e Urbanismo;
- II. Voltados ao desenvolvimento científico e/ou técnico da profissão;
- III. Conhecedores das demandas sociais da população.

Artigo 10º. São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Resolução N.02 de 17 de junho de 2021;
- II. Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver um trabalho de natureza acadêmico-profissional, que possa auxiliar nos conhecimentos aprendidos seja sob a forma da sistematização desses conhecimentos, seja sob a de problematização e encaminhamento de soluções para temas e questões relevantes à profissão.
- III. Aprimorar o processo de formação dos alunos contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e para a formação permanente.

Capítulo IV - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 11º. O Trabalho deverá ser proposto, desenvolvido e entregue sob a forma de Monografia com base em pesquisa original ou de base bibliográfica, apresentação de projeto e apresentado em formato de slides para defesa oral.

Parágrafo primeiro. Será desenvolvido o Trabalho de Conclusão de Curso que irá compor as notas ADP1 e ADP2, conforme cronograma e modelo fornecido estabelecidos pela Comissão do TCC para cada disciplina de TCC, sendo dispensada a Avaliação Global de Desempenho (ADG) como composição desta disciplina, em virtude de sua natureza interdisciplinar.

Artigo 12º. O TCC será realizado em duas etapas, sendo realizadas ao longo do último ano de estudos, iniciando no 9º período na disciplina Fundamentos do Trabalho de Graduação: estudo preliminar– TCC 1 e finalizando na segunda etapa no 10 período na disciplina Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo– TCC 2.

I. A nota ADP1 (peso 1) receberá até 10,0 pontos, sendo 2,0 pontos atribuídos para o Projeto de Pesquisa; 5,0 pontos a serem atribuídos na apresentação do desenvolvimento da pesquisa, avaliado em pré-banca e análise dos elementos pré-textuais e textuais do volume teórico, e 3,0 pontos a serem atribuídos de acordo com a assessoramento participativo, registrados em ficha de assessoramento e atender todos os requisitos exigidos.

II. A nota ADP1 (peso 1) receberá até 10,0 pontos, sendo 8,0 pontos atribuídos para o volume teórico final e desenhos técnicos do estudo preliminar, avaliado em banca, composta por dois professores arquitetos internos e um arquiteto externo; e 2,0 pontos a serem atribuídos de acordo com a assessoramento participativo, registrados em ficha de assessoramento e atender todos os requisitos exigidos.

III. Tanto para a ADP1 quanto para a ADP2 não haverá 2ª chamada para a entrega da parte escrita, nem para as defesas orais, assim como não haverá revisão de nota ou reavaliação das defesas orais.

IV. O TCC finalizado deverá ser entregue, com as correções sugeridas pelo professor orientador e coorientador (se houver), para encaminhamento à banca examinadora dos trabalhos, conforme cronograma estabelecido pelo professor da disciplina.

V. No caso de aprovação (com qualquer média final igual ou superior a 5,0), não serão permitidos pedidos de revisão de nota ou quaisquer outras solicitações semelhantes.

VI. A nota da ADP1 do TCC será composta pelas etapas de trabalho entregues conforme cronograma, frequência no assessoramento e na pré-banca será formada pela média aritmética entre as notas do orientador e avaliador convidado.

VII. A nota da ADP2 do TCC será composta pela frequência no assessoramento e na banca pública final a média aritmética entre as notas dos 3 avaliadores.

VIII. A defesa oral em banca pública para o TCC1 terá tolerância de no máximo 20min e o TCC 2 de no máximo 30min, sem contar com o tempo de abertura de banca, arguição pelos membros, preenchimento de documentação e apresentação de resultado.

Artigo 13º. A estrutura do volume teórico do TCC escrito deve estar em consonância com as normas da ABNT e o projeto deverá cumprir com as normativas brasileiras específicas e diretrizes legais que forem cabíveis para cada linha de pesquisa.

I. O projeto de pesquisa deverá ser escrito em consonância com as normas da ABNT e modelo fornecido pela IES (Apêndice A), apresentando: dados de identificação do projeto; Introdução (Contextualização, tema, delimitação do tema e formulação do problema); Justificativa; Objetivos gerais e específicos; Metodologia; Embasamento teórico; referencial bibliográfico.

II. O Volume teórico (monografia) deverá ser escrito em consonância com as normas da ABNT e modelo fornecido pela IES (Apêndice B), apresentando elementos pré-textuais, tais como apresentação (Capa, folha de rosto); Resumo – Título; Sumário, listas de ilustrações, gráficos, siglas e tabela; Título e/ou tema; Formulação do problema; em seguida os elementos textuais divididos em capítulos, tais como conceito e referencial teórico; Estudo de caso (Internacional, nacional e regional); Síntese dos estudos de caso; Área de intervenção e justificativa da escolha; Histórico do bairro; Análise do entorno; Mapas temáticos (Uso do solo, tipologia, gabarito, sistema viário, topografia); Levantamento planialtimétrico; Vegetação existente; Legislação arquitetônica, urbanística e afins; Plano de necessidade; Programa de necessidade (pré-dimensionamento); Fluxograma; Conclusão; e por fim os elementos Pós-textuais, tais como Referência Bibliográfica.

II. O Estudo preliminar será apresentado no capítulo 6 do volume teórico e poderá conter mais informações em seus anexos. Neste deverão ser entregues os projetos de acordo com a temática e orientações do professor responsável pela disciplina.

II. O Anteprojeto e Projeto Executivo será apresentado no capítulo 7 do volume teórico e poderá conter mais informações em seus anexos. Neste deverão ser entregues os projetos de acordo com a temática e orientações do professor responsável pela disciplina.

Capítulo V - DO PROFESSOR ORIENTADOR DE TCC

Artigo 14º. O aluno matriculado nas disciplinas de TCC1 e TCC2 deverá ser orientado pelo professor da disciplina designado no período. O professor orientador da disciplina deverá assinar o termo de ciência e responsabilidade do professor orientador (Anexo I).

Artigo 15º. Poderão ser professores orientadores de Trabalhos de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo os professores da IES com no mínimo título de especialista da área de formação acadêmica.

Parágrafo primeiro. A figura do co-orientador poderá ser aceita, podendo ele pertencer a outros Cursos e Instituições de Ensino, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e a juízo do professor do TCC e do Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Neste caso deverá ser apresentada o termo de ciência e responsabilidade do co-orientação, devidamente preenchida e assinada (ANEXO II) e entregue ao professor responsável pela disciplina.

Parágrafo segundo. Em casos excepcionais de pesquisas científicas desenvolvidas sob co-orientação de profissionais não integrantes do corpo docente da IES, o referido profissional deverá assinar o termo de ciência de ausência de vínculo institucional (orientação voluntária sem vínculo institucional com a IES) (ANEXO VI).

Capítulo VI - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16º. Compete ao professor da disciplina:

I. Tomar as decisões administrativas necessárias ao desenvolvimento do processo do TCC;

II. Apresentar aos alunos o plano com o cronograma das atividades propostas para a disciplina de TCC;

III. Sugerir medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;

IV. Convocar e dirigir orientações gerais ou particulares com os orientandos, com vistas à melhoria do desenvolvimento do TCC;

V. Programar dia, hora e local da apresentação do TCC, perante banca examinadora, que será composta por 03 (três) membros sendo um (01) arquiteto e urbanista externo da instituição.

VI. Orientar os alunos desde na escolha do tema, o desenvolvimento e elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) até a sua versão final;

VII. Participar de reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, para análise do processo do TCC;

Parágrafo único - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo ou em períodos subsequentes.

Artigo 17º. Compete ao Acadêmico:

I. Apresentar a documentação solicitada pelo professor da disciplina, de acordo com formatação exigida;

II. Frequentar as orientações pelo professor da disciplina TCC e reuniões quando convocadas pela Coordenação do Curso;

III. Manter contatos semanais com o seu professor-orientador para o desenvolvimento do trabalho, para construção do trabalho acadêmico em desenvolvimento;

IV. Cumprir o horário de atendimento e apresentar o trabalho desenvolvido no prazo estabelecido com o professor da disciplina de TCC;

V. Elaborar as diversas etapas do TCC, sob a orientação do professor-orientador, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e a outras, aprovadas pelos órgãos colegiados;

VI. Cumprir o horário de atendimento estabelecido com o professor de TCC e co-orientador (quando houver);

VII. Apresentar o trabalho desenvolvido no prazo estabelecido;

IV. Realizar a impressão da Versão Final do TCC e suas cópias.

V. Assinar ficha de frequência para devida avaliação do assessoramento participativo, como registro oficial, atestando inclusive os dias de ausência.

Artigo 18°. Compete ao Co-orientador:

- I. Colaborar com o professor da disciplina na elaboração e no desenvolvimento do plano de atividades;
- II. Auxiliar na orientação do discente, conforme especificado no plano de trabalho;
- III. Orientar o aluno quanto à adequação do trabalho às normas deste regimento;
- IV. Proceder a verificação de plágio durante o processo de orientação, utilizando os recursos disponíveis nas tecnologias de informação para validação da autoria do texto.

Capítulo VII - DA FREQUENCIA

Artigo 19°. Todos os alunos matriculados nas disciplinas de Fundamentos do Trabalho de Graduação: estudo preliminar – TCC 1 e Trabalho de Curso: anteprojeto e projeto executivo – TCC 2, serão avaliados segundo sua frequência durante o assessoramento individual e coletivo.

- I. Será obrigatória a presença em no mínimo 75% dos assessoramentos previstos no plano de aprendizagem de acordo com calendário acadêmico e horário de aula do semestre.
- II. Caso o aluno ultrapasse os 25% de ausência do assessoramento, será automaticamente reprovado por não atingir a frequência mínima estipulado conforme o regimento interno da IES.

Artigo 20°. O assessoramento individual e coletivo será realizado como processo contínuo de desenvolvimento e avaliação dos trabalhos de TCC1 e TCC2, por parte de seu orientador.

I. compreende assessoramentos individuais sobre as pesquisas, levantamento de dados, soluções de projeto adotadas, registros gráficos e formas de apresentação dos produtos, discussões temáticas e conceituais acerca dos temas desenvolvidos e produção individual dos projetos em andamento pelos alunos conforme normas e legislação vigente;

II. o assessoramento individual ocorrerá no horário das aulas de acordo com calendário acadêmico e plano de aprendizagem;

III. Os assessoramentos coletivos (palestras ou aulas) será computado com assessoramento individual e presença obrigatória do aluno;

IV. Não será permitido assessoramento fora do dia e horário estipulado no calendário acadêmico e plano de aprendizagem;

V. Não será permitido assessoramento com aparelhos eletrônico, tais como *notebook*, *tablets*, celular, smartphones ou similares;

VI. O orientando só poderá fazer gravação de áudio ou vídeo dos assessoramentos com consentimento do orientador previamente autorizado;

VII. Os assessoramentos serão por etapa e produção e terá uma pontuação para cada dia do mesmo;

Artigo 21°. Todo assessoramento deverá ser registrado na ficha controle padrão e aprovada pela Comissão de TCC do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

I. Na ficha deverá constar o número de assessoramento, conteúdo, data e assinatura do orientador e do orientando, dando veracidade ao conteúdo nele descrito;

II. É obrigatório o registro de qualquer atividade na ficha de assessoramento, mesmo que o aluno não compareça e/ou não apresente conteúdo.

Capítulo VIII - DA AVALIAÇÃO DISCENTE

Artigo 22°. O aluno será aprovado na disciplina TCC, por média, quando obtiver média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total da disciplina;

Artigo 23°. O aluno deverá entregar ao professor da disciplina a versão final impressa do volume teórico e projeto, para a análise e atribuição de nota pela banca examinadora, dentro do cronograma estabelecido pelo professor orientador ou pela Comissão do TCC.

Artigo 24°. O aluno quando reprovado na disciplina TCC1, não poderá cursar a disciplina TCC2 nos períodos posteriores, e deverá cursar novamente a disciplina de TCC1 de acordo com a disponibilidade da disciplina, com nova temática.

Artigo 25°. O aluno quando reprovado na disciplina TCC2, não poderá colar grau e deverá cursar novamente a disciplina TCC2 nos períodos posteriores, de acordo com a disponibilidade da disciplina.

Parágrafo Primeiro. O aluno que não entregar a versão final do TCC (impresso e digital) e/ou não realizar a defesa oral do trabalho de conclusão de curso, de acordo com o cronograma previsto, estará automaticamente REPROVADO na disciplina de TCC. Para estar apto a defesa do TCC, o aluno obrigatoriamente deverá entregar antecipadamente a versão final em formato digital. A não apresentação da parte escrita do trabalho torna inválida a defesa. O aluno que não entregar a versão final do TCC devidamente corrigido de acordo com as recomendações dos avaliadores, não terá suas notas publicadas no sistema de notas e frequências da instituição.

Parágrafo Segundo. Casos que não estiverem contemplados neste regulamento serão tratados junto a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, ou em instâncias acadêmicas superiores.

Parágrafo Terceiro. A média do TCC será a somatória das notas ADP1 (peso 1) e ADP2 (peso 1). O aluno para estar aprovado deverá ter média igual ou superior à 5,0.

Parágrafo Quarto. O acadêmico será avaliado conforme os critérios estabelecidos nos relatórios de desempenho nas etapas da ADP1, com suas particularidades para o TCC1 e TCC2, conforme temática (anexos V e VI).

Parágrafo Quinto. Ao final da avaliação do discente pela banca pública, para a nota da ADP2, será preenchida uma ata de defesa de TCC1 e TCC2, conforme anexo VII e anexo VIII.

Artigo 26°. Será realizado um sorteio com dia e horas para apresentação oral, o aluno terá que respeitar o calendário com ordem de apresentação previamente divulgado nos instrumentos oficiais de comunicação com tolerância de 30(trinta) minutos, caso não ocorra, será penalizado com depreciação de 1.0 (Um ponto) pelo descumprimento do mesmo.

Capítulo IX – DAS PENALIDADES DE ATRASO EM ENTREGAS DAS ETAPAS

Artigo 27°. Os trabalhos apresentados fora do prazo estabelecido pelo calendário do TCC1 e TCC 2 serão penalizados em 1.0 (Um ponto) por dia de atraso, esta regra vale para todas as atividades descritas no regulamento, conforme a composição da ADP1 e ADP2 que a atividade está contemplada.

Artigo 28°. A tolerância máxima de atraso é de 03 dias corridos, incluindo sábado e domingo, para todas as etapas (desconto de 3.0 pontos), para pré-banca será penalizado - 3,0 (menos três) direto.

Artigo 29°. Para a banca pública com arquiteto e urbanista, externo a IES não será permitida segunda chamada.

Artigo 30°. As defesas orais não permitirão atraso, excetuando-se os casos atestados e justificados junto à instituição, no prazo máximo de 72 Horas, conforme manual do aluno, e analisado pela Coordenação do Curso.

Capítulo X – DO PLÁGIO

Artigo 31°. É vedado ao aluno a inclusão de citações ou trechos de obras sem a respectiva indicação do autor, conforme a lei 9.610/98. Os trabalhos literários ou não, de quaisquer naturezas inclusive os TCCs, desenvolvidos e identificados como produto de plágio total ou plágio parcial receberão nota 0,0 (zero) pelos avaliadores e serão automaticamente reprovados, sem recurso de reavaliação.

Artigo 32°. Os casos de suspeita de plágio serão encaminhados ao Conselho Superior para julgar e encaminhar os trabalhos suspeitos de tal prática à Procuradoria Jurídica, para as medidas cabíveis.

Artigo 33°. Será considerado plágio a redação de frases, parágrafos, citações que abrangam linhas contínuas ou interrompidas, bem como a inclusão de gráficos, tabelas e outras ilustrações, sem a devida indicação de autoria ou com autoria sem mérito (apropriação indevida) nos TCCs e outros produtos literários.

Parágrafo primeiro. Será considerado plágio quanto aos projetos em caso de apresentação parciais ou em sua totalidade com autoria sem mérito (apropriação indevida) nos TCCs.

Artigo 34°. É pré-requisito para apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso e sua versão final escrita à entrega do TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA FACULDADE SANTA TERESA (ANEXO IX).

Capítulo XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35°. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pela Direção Acadêmica e, em grau de recurso, à Direção Geral e em instância final, ao Conselho Superior da IES.

Artigo 36°. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Comissão do TCC de Arquitetura e Urbanismo da IES, revogando-se as disposições em contrário.

FICHA DE ACESSORAMENTO – TCC1

Nome do Discente:

Orientador:

RA:

Local de intervenção:

Etapa de referência:

Linhas de Pesquisa:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Patrimônio cultural e arquitetônico | <input type="checkbox"/> Objeto arquitetônico |
| <input type="checkbox"/> Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística | <input type="checkbox"/> Intervenção arquitetônica em escala urbana |

Tema em desenvolvimento:

Data:	Assuntos Discutidos/Tarefas:	Assinatura do discente:

--	--	--

Parecer do orientador:

--

Data de entrega:

--

Assinatura do Orientador
Acadêmico

--



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO DISCENTE – TCC1

Nome do Discente:

Orientador:

RA:

Local de intervenção:

Linhas de Pesquisa:

- Patrimônio cultural e arquitetônico Objeto arquitetônico
- Arquitetura social, intervenção em escala urbana e paisagística Intervenção arquitetônica em escala urbana

Tema em desenvolvimento:

O desempenho do discente deverá ser avaliado de acordo com regulamento:

Desempenho: Data:

Etapa e Nota:

ETAPA 01
Projeto de Pesquisa
(2,0 pontos – ADP1)

Nota: _____



Desempenho: Data:	Etapa e Nota:
	<p data-bbox="1139 282 1289 315">ETAPA 02</p> <p data-bbox="1018 338 1406 405">Entrega do volume teórico até o Cap. 4</p>

Desempenho: Data:	Etapa e Nota:
<p data-bbox="188 1182 517 1216">Prof. Arq. Orientador:</p>	<p data-bbox="1042 1182 1267 1216">Nota parcial 01:</p> <p data-bbox="1082 1238 1227 1272">Pré-banca</p> <p data-bbox="1090 1346 1219 1379">N1: _____</p>
<p data-bbox="188 1630 660 1664">Prof. Arq. Convidado (interno):</p>	<p data-bbox="1042 1630 1267 1664">Nota parcial 02:</p> <p data-bbox="1082 1686 1227 1720">Pré-banca</p> <p data-bbox="1090 1794 1219 1827">N2: _____</p>

Assinatura do Prof. Arq. Convidado		
ETAPA 03 (5,0 pontos – ADP1): Média das notas da Pré-Banca (N1+N2) / 2		Nota: _____
Desempenho: Data:	Etapa e Nota:	
Parecer final para participação da defesa do TCC em banca pública:	ETAPA 04 Volume Teórico Finalizado + Desenhos Técnicos	

O orientando participará da defesa em banca somente mediante parecer escrito do orientador, encaminhado ao responsável pela disciplina de Fundamentos de TCC: Estudo preliminar: ALUNO APTO OU NÃO APTO A PARTICIPAR DE BANCA DE DEFESA. Este documento deverá estar em anexo como forma de justificativa.

A composição da nota da **ADP1** é composta por 2,0 pontos do projeto de pesquisa, 5,0 pontos da pré-banca e 3,0 pontos de acordo com a ficha de assessoramento.

A composição da nota da **ADP2** é composta por 2,0 pontos da ficha de assessoramento e 8,0 pontos de acordo com a ficha de avaliação final da banca pública, que realiza preenchimento de documentação específica.

Data

Assinatura do Orientador Acadêmico

MATERIAL DE APOIO PARA ORIENTAÇÃO DO VOLUME TEÓRICO

Elementos pré-textuais | Colocar todos os elementos pré-textuais conforme as normas da ABNT pertinentes.

Sobre o resumo: Não deve passar de uma página, e ter de 150 a 500 palavras, deve conter, nesta ordem, em texto devidamente encadeado, com as seguintes informações:

- O objetivo geral do trabalho (rever a sessão escrita);
- Os objetivos específicos (rever a sessão escrita);
- Os métodos utilizados para atingir cada objetivo (rever a sessão escrita);
- O escopo do trabalho pretendido para TCC1;
- A expectativa de repercussão (ver problematização e justificativa).

Introdução | Não possui numeração, você deve colocar as informações que apresentam seu projeto e defendem a sua ideia, em texto fluido, sem criar seções primárias ou secundárias.

Dica: Tamanho confortável médio de um parágrafo com pensamento bem estruturado: 5 a 7 linhas.

Conteúdo	Tamanho
Caracterize o que é a sua proposta de projeto (nome do projeto, finalidade, público alvo, localização dentro da cidade)	1-2 parágrafos
Apresente dados gerais da cidade aonde será implantado o projeto	1 parágrafo
Apresente dados sobre a área que você escolheu, pertinentes ao seu tema	1-2 parágrafos
Justifique, com base nos dados acima, a relevância ou os impactos positivos do seu projeto para esta área e/ou entorno	1-2 parágrafos
Descreva brevemente seus princípios teóricos adotados como foco no projeto (conceitos)	1 parágrafo
Apresente os capítulos, descrevendo brevemente o conteúdo de cada um deles	1 parágrafo

1. Apresentação do trabalho | Neste capítulo, você deve definir claramente o que é o seu projeto e suas intenções, bem como descrever como é sua estratégia de execução da mesma.

Lembre-se: Inicie cada capítulo e seção descrevendo o seu conteúdo (1 parágrafo) – Ex.: “Neste capítulo, apresentamos o trabalho explicando mais detalhadamente o problema da pesquisa e sua justificativa, seguido dos objetivos (...)”. Deve ser mais detalhado.

Ao terminar o conteúdo do capítulo, finalize apresentando o conteúdo do próximo (1 parágrafo) – Ex.: “No capítulo seguinte, daremos prosseguimento a apresentação do referencial teórico adotado na pesquisa (...)”. Deve ser mais sucinto (já que depois haverá mais explicações na apresentação do capítulo).

Seção		Conteúdo	Tamanho
1.1	Problematização e justificativa	Apresente novamente o tema do projeto.	1 parágrafo
		Problema: Descreva o contexto ruim relacionado a ele que será revertido ou melhorado.	2 parágrafos
		Problema: Descreva o que o seu projeto fará para imprimir essa repercussão positiva no contexto.	1-2 parágrafos
		Justificativa: Diga qual é o grau de impacto (positivo) do projeto para o público beneficiado, e descreva esse impacto.	1-2 parágrafos
		Justificativa: Diga quais podem ser outros benefícios do projeto, além dos diretos, já relatados (social, cultural, acadêmico, econômico, ambiental, etc)	2 parágrafos
1.2	Objetivo Geral e Específicos (1.2.1.)	Geral: Descreva a entrega final pretendida, de forma objetiva. Sem demais informações sobre problemática ou justificativa.	1 parágrafo
		Específicos: Sequência de objetivos mais comuns: <ul style="list-style-type: none"> • Relacionados aos conteúdos de levantamento teórico descritos nos capítulos: <i>Reconhecer, identificar, descrever</i> • Relacionados aos conteúdos de levantamento prático descritos nos capítulos: <i>Compreender, discutir, interpretar</i> • Relacionados aos conteúdos de análise/programação/definição de parâmetros de projeto: <i>Especificar, esquematizar, compor, reunir, sintetizar</i> • Relacionados aos conteúdos de desenvolvimento de partido, descritos nos capítulos: <i>Desenvolver, estruturar, projetar</i> 	3-5 objetivos, 1 parágrafo cada
1.3	Escopo do projeto	Descrever as entregas pretendidas em TCC1 e ao final de TCC2	2 parágrafos (1 para cada)
1.4	Metodologia de trabalho e Cronograma (1.4.1.)	Descrever a instrumentação de pesquisa científica, para cada objetivo específico desenvolvido (lembrando que cada objetivo específico narrado deve resultar em um capítulo)	1-2 parágrafos (para cada objetivo específico)
		Cronograma: Estilo Gráfico de Gantt. Coloque as atividades descritas no texto de metodologia estipulando um planejamento	Máx. 1 página

	já executado e a executar, dividindo o tempo de execução por meses.	
--	---	--

Exemplo de estruturação do cronograma (desconsiderar atividades, somente estrutura):

Atividade	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.
Escolha do tema	X					
Orientador	X			X		
Coleta de dados		X	X			
Análise e Pesquisa		X	X	X		
Elaboração do projeto				X		
Redação		X	X	X	X	
Revisão das normas de escrita				X	X	X

Fonte: Site Projeto Acadêmico, 2018. Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/cronograma-tcc/> Acesso em: 13/05/2019

2. Referencial Teórico para o tema do projeto | Neste capítulo, você deve citar autores que falam de conceitos relacionados a Arquitetura e ao Urbanismo, que servirão de base para as suas ideias de projeto. O capítulo pode ter o nome genérico acima ou algo mais específico, que seja direto e elucidativo do seu conteúdo.

Formas de compor um referencial teórico (escolha pelo menos um):

Análise diacrônica de conceitos relacionados ao tema: Construir cada sessão como uma linha do tempo, aprofundando o tema do projeto a ser apresentado. Por exemplo: Se o tema é mobilidade urbana, pode-se estruturar cada sessão por marcos cronológicos, narrando a evolução do planejamento de mobilidade urbana desde os primórdios do urbanismo até como se pensa os temas na atualidade.

Análise sincrônica de conceitos relacionados ao tema: Compilar diversos conceitos ou diretrizes projetuais utilizados contemporaneamente para desenvolver projetos do seu tema. Por exemplo: Para um tema de arquitetura escolar, seria necessário pesquisa sobre as correntes teóricas da educação que em alguma medida repercutem no espaço educacional, podendo cada sessão explorar uma delas (Montessori, Paulo Freire, Dewey, etc). Outro exemplo: Para um tema de arquitetura de museus, seria necessário pesquisa sobre os tipos de planejamento museológicos mais contemporâneos, podendo cada sessão explorar uma delas (Interativo, Virtual, Exploratório, etc).

Para cada conceito, você deve criar uma seção, contendo em sequência as seguintes informações:

Conteúdo	Tamanho
Descreva a definição do conceito referenciando por 1-2 autores da área	2-3 parágrafos
Esclareça detalhes importantes do conceito que o valorizam para uso no seu projeto	1-2 parágrafos

Cite 2-3 exemplos de aplicação do conceito em projetos, e sua repercussão positiva para os usuários do projeto.	1-2 parágrafos (para cada exemplo)
Conclua resumindo uma reflexão sobre o conceito que traga repercussões para o projeto	1 parágrafo
Introduza as informações da seção seguinte	1 parágrafo

Sobre o uso de imagens, gráficos e tabelas: Qualquer dos elementos citados – imagens, gráficos e tabelas – deve ser apresentado no parágrafo anterior a apresentação, ou citado no parágrafo posterior. É preciso que o elemento colocado complemente o texto do parágrafo, ou seja o próprio conteúdo do mesmo. Jamais ele deve ser colocado sem qualquer vínculo com o corpo textual do trabalho!

3. Apresentação do âmbito do projeto | Neste capítulo, você deve apresentar mais detalhes sobre o contexto de implementação o projeto, fazendo o leitor entender melhor o local, as instituições e o público beneficiado, sendo estes descritos caso a caso.

Podem ser seções deste capítulo:

- *Dados gerais do local:* Apresentar dados gerais da cidade ou do(s) bairro(s) que sofrerão impacto do projeto. Por exemplo, um projeto com enfoque urbano pedirá uma contextualização detalhada da cidade e das regiões impactadas. Coloque a análise do entorno aqui, ela não pode passar de 3 laudas (seguir roteiro de análise de entorno).
- *Perfil do cliente institucional:* Definir o perfil do cliente potencial demandante do projeto. Por exemplo, um projeto de museu do Polo Industrial de Manaus (PIM) pode pedir uma definição mais detalhada do que seria o PIM; um projeto de requalificação do IBAMA pode pedir uma caracterização mais detalhada desta autarquia.
- *Perfil dos usuários:* Apresentar uma caracterização do público alvo deste projeto. Definir os tipos de usuário do projeto apresentando características que precisam ser esclarecidas para o melhor desenvolvimento do projeto. Por exemplo, em um projeto de mobilidade urbana, é preciso entender qual é o perfil do usuário quanto a sua frequência de uso de cada modal, faixa etária, finalidade do deslocamento. Por exemplo, em um projeto de um prédio institucional, é preciso entender qual é o perfil do usuário que trabalha no local quanto as suas atividades realizadas, e dos visitantes do local, quanto ao tempo de permanência e quais ambientes ele acessa.

Para cada seção, você deve estruturar as seguintes informações:

Conteúdo	Tamanho
Enumere quais serão os dados a serem detalhados na seção	1 parágrafo
Para cada dado, esclareça detalhes importantes do mesmo que o valorizam para uso no seu projeto	2-3 parágrafos
Conclua resumindo uma reflexão sobre o conceito que traga repercussões para o projeto	1 parágrafo
Introduza as informações da seção seguinte	1 parágrafo

4. Estudos de Caso | Este capítulo visa demonstrar que você pesquisou boas práticas de outros arquitetos e urbanistas e selecionou coisas interessantes para aplicar no seu projeto. Você precisa ter de 3 a 5 estudos de caso.

Neste capítulo você precisa descrever, para cada caso de projeto selecionado, as seguintes informações:

Para cada seção, você deve estruturar as seguintes informações:

Conteúdo	Tamanho
Descreva todos os dados de identificação do parágrafo em formato de texto corrido. Não utilize tópicos, considerar roteiro de estudo de caso fornecido	1 parágrafo
Escolha uma foto de fachada e uma foto de vista interna do edifício, representativa para tecer comentários. Descreva, a partir das fotos, virtudes a serem consideradas no projeto e/ou críticas que você vai evitar na elaboração do seu projeto	2 imagens 1-2 parágrafos
Coloque implantação e/ou planta baixa representativa para tecer comentários. Descreva, a partir dos desenhos, virtudes a serem consideradas no projeto e/ou críticas que você vai evitar na elaboração do seu projeto	2 imagens 1-2 parágrafos
Tecer comentários gerais sobre o estudo de caso, respondendo as questões de análise, de coisas não comentadas nos tópicos anteriores - considerar roteiro de estudo de caso fornecido	1-2 parágrafos
Introduza as informações da seção seguinte	1 parágrafo

5. Programação arquitetônica | Neste capítulo você irá expor suas análises mais objetivas e convergentes para o processo de projeto, descrevendo os componentes analíticos deste processo.

Sobre premissas de projeto: *Premissas de projeto são diretrizes determinadas por você, como consequência das suas pesquisas feitas para o projeto, que devem convenientemente convergir para um resultado de qualidade, e com requintes de inovação. Por exemplo, você pode determinar como premissa de um projeto de escola as margens do rio, que parte da implantação será flutuante, porque o objeto deve atuar sinergicamente com a geografia típica da Amazonia. Por exemplo, você pode determinar que seu plano de mobilidade precisa contemplar o modal fluvial, porque tal modal é típico do município e atualmente é desconsiderado no planejamento urbano da cidade em questão. Estabelecer de 3 a 5 premissas para o projeto é um bom desafio para manter a conexão da pesquisa com a fase do projeto.*

Seção	Conteúdo	Tamanho
5.1	Briefing do projeto	Apresente novamente o tema do projeto.
	5.1.1. Apresentação da área	Lote: Descreva os dados do terreno ou área de intervenção (área, perímetro, endereço, características geográficas atuais, vizinhança, trajetória solar, ventos dominantes)
		1 parágrafo 2-3 imagens 2-3 parágrafos

	51.2. Premissas fundamentais da proposta	Premissas: Descreva cada premissa a ser considerada no projeto a ser adotadas, justificando o porquê da premissa em informações já citadas em capítulos anteriores.	1 parágrafo (por premissa)
5.2	Legislações e normas aplicáveis:	Específicas: Liste todas as normas específicas pertinentes ao seu tema de projeto.	1 parágrafo
	Legislações e normas específicas (5.1.1.)	Específicas: Apresente o quadro de leis compiladas. Faça comentários específicos sobre informações de algumas delas com impacto direto no projeto.	2-3 parágrafos 1 quadro
	Outras legislações e normas importantes (5.1.2.)	Outras: Liste todas as normas específicas pertinentes ao seu tema de projeto.	1 parágrafo
		Outras: Apresente o quadro de leis compiladas. Faça comentários específicos sobre informações de algumas delas com impacto direto no projeto.	2-3 parágrafos 1 quadro
5.3	Programa de necessidades detalhado: Cada setor deve compor uma seção (5.3.1., 5.3.2., etc)	Apresente os setores aonde cada ambiente irá se enquadrar. Diga as características que distinguem cada setor entre si.	1-2 parágrafos
		Em cada seção de setor: Apresentar a seção listando os seus ambientes.	1 parágrafo
		Descrever as informações de cada ambiente, contido nas seções de setores. Descrever a função do ambiente, as atividades realizadas no espaço, tipos de usuário que o frequentam, equipamentos e mobílias mínimas para a realização das atividades, de preferência com medidas de referência.	1 parágrafo (por ambiente)
		Seção de fechamento: Apresente a tabela consolidada do programa, contendo setores, ambientes, atividades, usuários e área mínima para cada ambiente. Faça a somatória de área por setores e total do programa.	1 quadro
5.4	Diagrama de fluxos	Apresente o diagrama de fluxos, descrevendo as legendas de setores e circulações adotadas.	1 parágrafo
		Coloque a imagem do diagrama.	1 imagem
		Comente especificidades pretendidas com relação a setores e fluxos, pensadas para beneficiar os usuários do projeto.	1-2 parágrafos

Exemplos de quadros de leis compiladas no projeto:

Tabela de Leis

Lei e/ou artigo	Tipo (federal, estadual, municipal)	Teor da lei	Aplicável a (onde aplicarei no projeto)

Tabela de normas

Norma	Teor da norma	Aplicável a (onde aplicarei no projeto)

O programa arquitetônico deve conter as seguintes informações:

- No âmbito urbanístico separar as zonas urbanizáveis e dar nomes a elas (por exemplo, zona verde, zona de intermodalidade, baldeação, etc), definindo que tipo de objetos arquitetônicos que podem ser parte desta área.
- Para cada tipo de objeto arquitetônico, dividir seus setores (por exemplo, área social, área privativa, área administrativa, área restrita, irrestrita etc), definindo que tipo de ambientes devem ser parte de cada setor, e quais tipos de público circulam nesta área.

6. Estudo preliminar | Neste capítulo, você deve iniciar o processo projetual e demonstrar que desenvolveu o processo de maneira focada, considerando as várias possibilidades de atendimento a demanda pretendida de projeto.

Para apresentação da implantação:

Sketches de estudo da implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de massa • Croquis iterativos (alternativas) de implantação (pelo menos três versões diferentes de implantação) • Para cada versão de implantação, anotações de análise com benefícios e fragilidades da alternativa • Breve texto justificando qual delas será a definitiva
Implantação humanizada	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação humanizada (colorida) da implantação do projeto • Objetos edificados vistos com cobertura • Legenda numerada identificando cada objeto edificado e áreas descobertas (conforme finalidade) • Tabela de suporte a legenda numerada • Indicação do Norte e dos Ventos dominantes

Implantação projeto urbano (se aplicável)	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser colorido esquematizado • Indicação do Norte e dos Ventos dominantes • Legenda para indicação de uso de solo planejado • Legenda para indicação de hierarquia viária e fluxos • Legenda para indicação de gabarito planejado e existente
---	--

Para apresentação do objeto edificado:

<p>Sketches de estudo das volumetrias do objeto edificado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de volume, com desenhos ou com maquetes • Croquis iterativos de layout (pelo menos três versões diferentes de composição entre pavimentos) • Para cada versão de composição, anotações de análise com benefícios e fragilidades da alterativa • Breve texto justificando qual delas será a definitiva
<p>Planta baixa Layout e circulações (para cada pavimento, de cada objeto edificado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disposição das mobílias, conforme suas medidas reais • Cotas de circulação (medidas de passagem) • Identificação de cada mobília aparente (associar a código e criar tabela) • Tabela de mobiliário (código criado, descrição, medidas gerais (largura, altura e profundidade), quantidade) • Indicação do Norte e dos Ventos dominantes
<p>Planta baixa Cotagem, esquadrias e dados gerais (para cada pavimento, de cada objeto edificado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preto e branco • Não contém layout • Cotagens de todas as medidas visíveis • Identificação de esquadrias, tabela de esquadrias • Identificação dos ambientes: nome, área, perímetro e desníveis • Indicação do Norte e dos Ventos dominantes
<p>Corte (mínimo de 2 cortes, para cada objeto edificado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plantas reduzidas na lateral da prancha indicando a posição do corte (pavimentos) • Disposição dos equipamentos fixos visíveis e esquadrias visíveis; • Revestimentos de parede visíveis (áreas molhadas) • Cotagens verticais pertinentes • Identificar níveis e nome dos ambientes
<p>Fachadas/Elevações (4 elevações, para cada objeto edificado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação reduzida na lateral da prancha indicando a posição da fachada a ser representada • Indicação e representação gráfica dos revestimentos de parede visíveis • Indicação e representação gráfica das esquadrias visíveis • Humanização básica do entorno (figura humana, mobiliário urbano, vegetação, céu) conforme projeto de implantação

Requisitos Mínimos

Todas as pranchas técnicas devem atender a esses requisitos mínimos de qualidade de representação gráfica

REPRESENTAÇÕES EM PLANTA BAIXA/VISTA SUPERIOR

- Conteúdo das pranchas seguindo as normas técnicas de representação de projetos em arquitetura ([NBR 6492/1994](#))
- Margem e legenda (carimbo) nas especificações corretas, conforme as normas técnicas ([NBR 10068/1987](#));
- Explicações, instruções e referências pertinentes, localizadas corretamente na prancha, conforme normas técnicas ([NBR 10582/1988](#));
- Linhas aplicadas no desenho técnico conforme as normas técnicas ([NBR 8403/1984](#));
- Cotagem aplicada corretamente, conforme as normas técnicas ([NBR 10126/1987](#));
- Indicação e execução na escala correta, permitindo a conferência das medidas com escalímetro;
- Representação gráfica dos elementos inseridos seguindo as convenções técnicas;
- Hachuras adequadas a representação para qual ela se destina, permitindo visualização correta em preto e branco. (quando aplicável o seu uso)
- Representação correta de desenho em vista superior, chapada, sem representação de profundidade ou perspectiva;
- Todos os itens representados no projeto estão em tamanho compatível na escala e proporção a sua verdadeira grandeza.

REPRESENTAÇÕES EM VISTA/CORTE

- Conteúdo das pranchas seguindo as normas técnicas de representação de projetos em arquitetura ([NBR 6492/1994](#))
- Margem e legenda (carimbo), explicações, instruções e referências pertinentes, linhas aplicadas e cotagem conforme referências já citadas;
- Indicação e execução na escala correta e hachuras adequadas conforme referências já citadas;
- Representação correta de desenho em vista lateral, chapada, sem representação de profundidade ou perspectiva;
- Todos os itens representados no projeto estão em tamanho compatível na escala e proporção a sua verdadeira grandeza.

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____ docente da Faculdade Santa Teresa, portador do CPF: _____ me comprometo como professor orientador voluntário do aluno _____ na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo projeto (título do artigo do TCC) é: _____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Arquitetura da Faculdade Santa Teresa, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM ____ de _____ de _____

Professor Orientador Voluntário

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado Presencial, consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Arquitetura e Urbanismo, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006, e com a Lei do Estágio de Estudantes Nº. 11.788, de 25/9/2008.

Parágrafo primeiro: O estágio, de que trata o caput deste artigo, é de caráter obrigatório.

Parágrafo segundo: O estágio I e II, de que trata o caput deste artigo, tem carga horária total de 432 horas.

Art. 2º. O estágio é desenvolvido tendo como referência às ementas contidas no respectivo plano de ensino, visando conferir competências e habilidades:

I – Aplicação dos conhecimentos apreendidos na formação acadêmica;

Art. 3º. O estágio tem como finalidades principais:

I - Aprendizado de competências próprias da atividade profissional;

II - Contextualização curricular; e

III - Desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CAPÍTULO II – DA CARACTERIZAÇÃO, OBJETIVOS E SUPERVISÃO

Art. 4º. O estágio constitui-se em atividade curricular de ordem prática que permite aprofundar as relações do processo de formação com o processo de trabalho em Arquitetura e Urbanismo, respondendo às necessidades da população.

Art. 5º. O estágio tem como requisitos:

I - Matrícula e frequência regular do estudante;

II - Celebração de termo de compromisso entre estudante, parte concedente do estágio e a IES;

III - Compatibilidade entre atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;
e

IV - Acompanhamento efetivo pelo professor orientador da IES e por supervisor da parte concedente, técnico arquiteto e urbanista ou engenheiro, possuindo CREA ou CAU comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

V - Celebração do termo de compromisso com o educando (representante/assistente legal) e parte concedente, indicando condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

VI - Elaboração de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes.

Art. 6º. O Estágio Curricular Supervisionado I ou II tem os seguintes objetivos:

I – Instrumentalizar o estagiário para a inserção no mercado de trabalho;

II – Propiciar vivências na aquisição de competências para administração do processo de trabalho na Arquitetura e Urbanismo;

III – assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais.

Art. 7º. O número de alunos por docente supervisor estará vinculado à disponibilidade dos campos de estágio.

Art. 8º. Deverá haver a participação de Arquitetos ou Engenheiro das Empresas ou Instituições no planejamento, no desenvolvimento, na supervisão e na avaliação das atividades do estudante durante o período do estágio.

Art. 9º. As Empresas ou Instituições, públicas ou privadas, que disponibilizam campos de Estágio devem manifestar seu interesse no desenvolvimento das atividades, na supervisão e avaliação do discente.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO

Art. 10. O Estágio Curricular Supervisionado I e II terá como referência os seguintes princípios:

I – Criar a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas profissionais;

II – Incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, visando ao aprofundamento da qualificação técnico-científica e ético-política do aluno, o desenvolvimento da profissão e divulgação dos conhecimentos produzidos;

III – desenvolver postura crítica e reflexiva e espírito científico;

IV – Promover respeito aos valores ético-legais da profissão e ao ser humano;

V – Valorizar o exercício da cidadania;

VI – Estimular à participação e o envolvimento do discente:

a) na construção do conhecimento e no aperfeiçoamento dos Planos de Disciplinas;

b) do Projeto Pedagógico do Curso;

c) na análise da problemática vivenciada e na intervenção na prática profissional e nas instituições-campo de Estágio, como elementos desencadeadores de processos de mudança e de melhoria da assistência prestada à clientela.

VII – envolver o aluno da Arquitetura no processo ensino-aprendizagem;

VIII – valorizar o compromisso, de atitudes éticas e solidárias, e da importância da efetiva participação nos serviços.

CAPÍTULO IV – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E METODOLOGIA

Art. 11. O Estágio Curricular Supervisionado I e II deve propiciar os conteúdos programáticos previstos para essa atividade acadêmica no PPC de Arquitetura e Urbanismo, conforme as atribuições por Lei 12.378.

Art. 12. Do cronograma constarão todas as atividades desenvolvidas para alcance do perfil e dos objetivos propostos, bem como as relacionadas à elaboração do relatório final e à sua divulgação.

Art. 13. O relatório de estágio deverá ser elaborado seguindo as orientações emitidas pelo Colegiado do Curso no início das atividades e baseado nos seguintes itens.

I – Introdução;

II – Desenvolvimento;

III – Conclusão;

IV – Referências bibliográficas;

V – Utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CAPÍTULO V – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 14. O Curso de Arquitetura e Urbanismo terá um professor de Estágio Supervisionado I e II escolhido dentre os professores Arquitetos e Urbanistas desse Curso.

Art. 15. Compete ao professor de Estágio Supervisionado I e II :

I – Coordenar a elaboração da proposta do Regulamento de Estágios do Curso, submetendo-o à apreciação do Colegiado de Curso;

II – Coordenar o planejamento, execução e avaliação das atividades de estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com os planos de ensino e planos de acompanhamento das supervisões;

III – contatar, selecionar e cadastrar as empresas ou instituições potencialmente concedentes de estágio;

IV – Encaminhar para assinatura, os termos de convênio ou acordo de cooperação com instituições que se habilitam como campo de estágio, bem como o termo de compromisso individual do aluno com o campo de estágio;

- V – Manter cadastro de alunos e das organizações concedente de estágio e do desenvolvimento do estágio;
- VI – Favorecer, mediante orientação à articulação ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar do estágio curricular supervisionado;
- VII – Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- VIII – Garantir um processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo alunos, professores supervisores, profissionais da área e representantes dos campos de estágio;
- IX – Apresentar ao Colegiado de Curso, anualmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;
- X – Encaminhar, e manter atualizado junto a Secretaria, relação de alunos estagiários com os respectivos campos de estágio;
- XI – Encaminhar a Secretaria os planos de acompanhamento de estágio;
- XII – assinar termo de compromisso para realização dos estágios;
- XIII – coordenar a discussão com os professores supervisores do estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão;
- XIV – promover reuniões periódicas, com todos os estagiários, Arquitetos ou Engenheiro supervisores e professores supervisores, na IES ou nas instituições-campo de estágio, com a finalidade de relatarem experiências, viabilizando troca de informações e análise das situações vivenciadas;
- XVI – encaminhar os resultados das avaliações e discussões à Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo;
- XVII – zelar para que sejam propiciadas condições que viabilizem o alcance das finalidades do Estágio Curricular Supervisionado;
- XVIII – discutir com os professores supervisores os critérios para avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;
- XIX – acompanhar o desenvolvimento dos estágios, propiciando o alcance dos objetivos planejados;
- XX – Fixar cronogramas para as entregas dos relatórios;
- XXI – Desenvolver outras atividades correlatas, nos termos preconizados pela Política de Estágios vigentes na IES.

Art. 16. A supervisão de estágio deve ser entendida como assessoria, orientação, apoio, acompanhamento e avaliação dada ao aluno no decorrer de suas atividades, sob a responsabilidade dos docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo primeiro: A supervisão de estágio é realizada com base em um programa de atividades e em um plano de acompanhamento de estágio, elaborados pelo docente supervisor para cada acadêmico sob sua orientação.

Parágrafo segundo: O docente supervisor deverá apresentar ao Coordenador de Estágio, o plano de acompanhamento de estágio até 15 (quinze) do início das atividades em campo.

Art. 17. A supervisão de estágio será exercida:

I – Por docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da IES;

II – Por profissionais Arquitetos ou Engenheiro do campo de estágio, como supervisor técnico.

Art. 18. A supervisão de estágio é considerada atividade de ensino.

Art. 19. A supervisão consiste no acompanhamento e orientação do planejamento por meio de visitas sistemáticas ao campo de estágio para verificação do desenvolvimento das atividades e do andamento do campo de estágio, complementando-as com entrevistas e reuniões com os estagiários e supervisor técnico responsável pelo estágio.

Art. 20. Para cada plano de atividade de estágio, existe um plano de acompanhamento, a ser aprovado pelo Coordenador de Estágio para ser anexado ao plano de ensino.

Parágrafo único: Quando as atividades do estágio são definidas pelo docente para um grupo de alunos, o plano de acompanhamento de estágio será um só, tendo anexo à relação dos estagiários e explicitando o cronograma do desenvolvimento das atividades.

Art. 21. Ao docente supervisor compete:

I – sensibilizar o estagiário quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – orientar o discente quanto às características, objetivos, conteúdo programático, metodologia e critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

III – promover reunião preparatória na instituição-campo de Estágio para discutir o processo de operacionalização, considerando objetivos, cronograma, metodologia e outros elementos pertinentes;

IV – estimular a participação dos profissionais dos serviços que acompanham os estagiários em todas as atividades, objetivos e processos desenvolvidos durante o Estágio;

V – manter contatos periódicos com os profissionais do campo de Estágio, para otimizar sua participação e contribuição, bem como conhecer suas expectativas e sua percepção sobre o processo vivenciado;

VI – viabilizar estratégias para apresentação dos discentes às instituições-campo de Estágio, aos Arquitetos ou Engenheiro/profissionais que os acompanharão, aos demais recursos humanos, favorecendo o reconhecimento da estrutura física e material existente, como equipamento, entre outros;

VII – orientar durante o desenvolvimento dos estágios, esclarecendo dúvidas, auxiliando nas dificuldades, propondo estratégias para superação das limitações, supervisionando e avaliando o processo e os resultados, bem como, discutir prazos e atividades a serem realizadas para o alcance dos objetivos do estágio;

VIII – encaminhar ao Coordenador de Estágio o plano de acompanhamento de estágio para aprovação do Colegiado de Curso;

IX – manter-se em contato com demais docentes supervisores para troca de experiências e tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

X – documentar as avaliações para melhoria do Plano de Ensino do Estágio Curricular e encaminhá-las ao Coordenador do Estágio;

XI – orientar a elaboração e aprovar o programa de atividade de estágio apresentado pelo aluno, encaminhando cópia ao Coordenador de Estágio;

XII – avaliar o relatório final do Estágio Curricular Supervisionado;

XIII – receber e analisar os relatórios e outros documentos dos estagiários conforme solicita este regulamento e apresentar ao Coordenador de Estágio o relatório final;

XIV – cumprir com o plano de acompanhamento de Estágio;

XV – cumprir e fazer cumprir a legislação, normas e convênios ou acordos de cooperação referentes ao estágio;

Art. 22. Ao estagiário compete:

I – realizar as atividades propostas para alcance dos objetivos do Estágio Curricular Supervisionado;

II – conhecer e compreender o contexto em que será realizado o Estágio Curricular Supervisionado, identificando e analisando os fatores determinantes das práticas observadas;

III – cumprir com as atividades e prazos previstos no cronograma, avaliando cada momento;

IV – desenvolver consciência crítica na análise situacional e contextual;

V – cumprir com os compromissos assumidos com os Arquitetos ou Engenheiro, colegas, docentes e clientela;

VI – apresentar o relatório do Estágio Curricular Supervisionado desenvolvido ao docente-supervisor e para o profissional do campo;

VII – ter frequência de acordo com o Regimento da IES.

Art. 23. Ao profissional do campo de Estágio compete:

I – sensibilizar a equipe de trabalho da Empresa ou Instituição quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – participar da reunião preparatória no campo de estágio, para discutir o Estágio Curricular Supervisionado, seus objetivos, cronograma, metodologia, e o processo de operacionalização do mesmo;

III – apresentar os estagiários ao pessoal do campo, favorecendo o conhecimento dos recursos físicos, materiais, equipamentos, entre outros, e a identificação da problemática vivenciada;

IV – orientar os estagiários durante o desenvolvimento das ações, analisando os fatores determinantes da prática vivenciada e as possibilidades de intervenção;

VII – acompanhar e avaliar o processo e os resultados;

VIII – manter contato contínuo com os docentes-supervisores para percepção e diálogo sobre as expectativas e dificuldades associadas ao processo vivenciado;

IX – contribuir para a tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

X – documentar a frequência e as avaliações feitas e encaminhá-las aos docentes supervisores;

XI – auxiliar na avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, encaminhando críticas e recomendações.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 24. O Estágio Curricular Supervisionado observa os seguintes critérios de avaliação:

I – a avaliação do Estágio deverá ser realizada sistemática e continuamente, pelo docente supervisor, pelos Arquitetos ou Engenheiro responsáveis pela supervisão técnica e pelo aluno;

II – a avaliação final constará da auto e hetero-avaliação documentada em instrumento próprio.

Parágrafo único. Para que a avaliação se efetive, o docente supervisor, os Arquitetos ou Engenheiro /profissionais dos campos de Estágios e os discentes devem nortear-se pelo instrumento de avaliação constante no plano de ensino.

Art. 25. A avaliação do relatório final será realizada, considerando-se o artigo 13 deste Regulamento.

Art. 26. A nota final do Estágio será a média aritmética da nota do plano de estágio, o desenvolvimento do estágio e relatório final do estágio.

Parágrafo primeiro: O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a cinco de média, é considerado aprovado.

Parágrafo segundo: A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, mediante nova matrícula.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O estágio obrigatório, atendidos todos os requisitos legais, não gera vínculo empregatício entre estagiário e parte concedente.

Parágrafo único: o descumprimento dos requisitos ou de obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte.

Art. 28. Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Curso, com base nas normas e regulamentos internos da IES e, em grau de recurso, pelo Colegiado de Curso da IES.

ANEXOS:

FACULDADE SANTA TERESA
Curso de Arquitetura e Urbanismo

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Instrumento Jurídico previsto no inciso II do Artigo 3º da Lei 11.788 de 25/09/2008, que regulamenta a contratação de Estagiários.

Ao dia do mês de de 20....., na cidade de _____, Estado do _____, neste ato, as partes a seguir nomeadas:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO			
Razão Social:			
Endereço: XXXXXXXXXXXXX			
Fone: XXXXXX	Fax: XXXXXX	Email: XXXX	
Representada por:			
Responsável pela assinatura do TCE: XXXXXXXXXXXXXXXXXX		Cargo: Coordenador de curso	
UNIDADE CONCEDENTE			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	Est:
CNPJ:		Insc. Estadual:	
Representada por:		Cargo:	
Supervisor:		Cargo:	
ESTAGIÁRIO			
Nome:	CPF:	Data de Nascimento:	

Endereço:	
Fone:	Email:
Curso: Arquitetura e Urbanismo	Período:

Celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio convencionando as Cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O presente Termo de Compromisso de Estágio estabelece as condições básicas para a consecução do estágio, previsto nos Artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 11.788 de 25/09/2008, visando o exercício prático de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do Educando/Estagiário para a vida cidadã e para o trabalho, proporcionadas pela aprendizagem social, profissional e cultural no ambiente de trabalho.

Cláusula 2ª – Fica comprometido entre as partes, podendo ser modificadas de acordo com o desenvolvimento do estágio, que:

- As atividades em estágio a serem cumpridas pelo (a) Estagiário (a) serão desenvolvidas de **Segunda-Feira a Sexta-Feira** no horário: das _____ h às _____ h, totalizando _____ horas semanais;
- A jornada de atividade em estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar do (a) Estagiário (a) com o horário da Unidade Concedente;
- Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de ____/____/____ à ____/____/____, podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, sem ônus, multas ou aviso prévio, mediante formalização do respectivo Termo de Rescisão, prorrogado ou modificado por termo aditivo;

Cláusula 3ª – O presente estágio obrigatório não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, entre o (a) Estagiário (a) e a Unidade Concedente observadas as disposições previstas no Artigo 3º da Lei 11.788 de 25/09/2008.

Cláusula 4ª – No desenvolvimento do estágio, ora comprometido, caberá à Unidade Concedente:

- Proporcionar ao (a) Estagiário (a) atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o currículo ao qual seu curso se refere, mediante supervisão e acompanhamento;
- Proporcionar ao (a) Estagiário (a) condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- Proporcionar à Instituição de ensino, sempre que necessários subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio;

Cláusula 5.^a – Caberá ao Supervisor em conjunto com o estagiário a apresentação periódica em prazo não superior a seis meses, do relatório das atividades desenvolvidas pelo Estagiário, na conclusão do estágio ou, se for o caso, na rescisão antecipada do Termo de Compromisso de Estágio.

Cláusula 6.^a – O horário do estágio não deverá, em hipótese alguma, prejudicar a frequência do Aluno às aulas e provas do curso no qual está matriculado.

Cláusula 7.^a – A assiduidade do Estagiário (a) será demonstrada pela marcação de entrada e saída em cartão de ponto ou qualquer outra modalidade de controle adotada pela Unidade Concedente.

Cláusula 8.^a – Em decorrência do presente Termo de Compromisso de Estágio celebra-se neste ato, entre a Unidade Concedente e a Instituição de Ensino, o Convênio de Concessão de Estágio, previsto no Artigo 8º da legislação do Estágio.

Cláusula 9.^a – O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por supervisor da Unidade Concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos na Cláusula 6.^a deste Instrumento.

Cláusula 10.^a – No período de vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio, o Estagiário (a) terá cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais, contratada pela Instituição de Ensino através da inclusão do Estagiário na Apólice Coletiva de Acidentes Pessoais nº. _____, garantido pela _____, nos termos do Inciso IV, do Art. 9º da Lei 11.788 de 25/09/2008.

Cláusula 11.^a – Ficam estabelecidas, entre as partes, as condições acordadas para a consecução do estágio obrigatório, objeto deste Instrumento, ressaltando-se que as atividades descritas no quadro resumo poderão ser alteradas com o progresso do estágio e do currículo escolar, objetivando, sempre, a compatibilização e a complementação do curso;

Cláusula 12.^a – No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao (a) Estagiário (a):

- a) Cumprir com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para o seu estágio;
- b) Observar e obedecer as normas da Unidade Concedente e preservar o sigilo e a confidencialidade das informações a que tiver acesso no decorrer do seu estágio junto à Unidade Concedente; Pela inobservância dessas normas, o estagiário responderá por perdas e danos e a Rescisão do Contrato, ficando a Interviente isenta de qualquer ônus.
- c) A obrigação de informar à Unidade Concedente quaisquer alterações ocorridas no transcurso da sua atividade escolar, tais como interrupção de frequência às aulas, mudança de curso ou transferência de Instituição de Ensino sob pena de incorrer nos crimes previstos em lei.

Cláusula 13.^a – Será motivo de rescisão automática do presente Instrumento Jurídico:

- a) O abandono ou interrupção do curso pelo Aluno, trancamento de matrícula ou conclusão do curso.
- b) O não cumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste Instrumento Jurídico.

Parágrafo 1º: As cláusulas e condições estabelecidas no presente Termo de Compromisso poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo.

Parágrafo 2º: Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, conforme o disposto na Lei nº 11.788/2008 Decreto-lei nº 5.452/43 e Lei nº 9.394/96.

Cláusula 14ª – Aplica-se ao Estagiário a Legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da Unidade Concedente.

E, por estarem assim, justas e concordes com os dizeres do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, as partes os assinam em 3 (três) vias de igual teor. Cabendo uma via à Instituição de Ensino, uma via à Unidade concedente e uma via ao (a) Estagiário (a).

UNIDADE CONCEDENTE

(assinatura e carimbo)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

(assinatura e carimbo)

ESTAGIÁRIO (assinatura)

FACULDADE SANTA TERESA

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Coordenação – Arq. e Urb xxxxxxx

Estágio Supervisionado I ou II – Prof. xxxxxxx

DECLARAÇÃO

Eu, _____, nº de matricula _____, declaro para devidos fins, que me responsabilizo em providenciar um local para realizar minhas atividades referentes a disciplinas de ESTÁGIO SUPERVISIONADO I ou II.

Salientamos que foi disponibilizado, pelo curso/IES, oportunidade de estágio dentro das atribuições profissionais do Arquiteto e Urbanista, conforme Portaria 51.

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Aluno

FACULDADE SANTA TERESA

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Coordenação – Arq e Urb. XXXXXXXXX

Estágio Supervisionado I – Prof Arq e Urb. xxxxxx

Estágio Supervisionado II – Prof. Arq e Urb. xxxxxxxx

DECLARAÇÃO

Eu, _____, nº de matrícula _____, declaro para devidos fins, que estou estagiando na empresa _____, realizando minhas atividades referentes a carga horária da disciplina de ESTÁGIO SUPERVISIONADO I ou II. E desta forma estou declinando quanto as oportunidades de encaminhamento ofertadas pelo curso em questão, referentes ao estágio supervisionado I ou II conforme as atribuições profissionais de arquiteto e urbanista prevista na Portaria 51 de Conselho de Arquitetura e Urbanismo – BR.

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Aluno

FACULDADE SANTA TERESA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

Estagiário: _____

Local de Estágio: _____

Período do estágio: de ___/___/_____ até ___/___/_____

Em relação ao desempenho global do estagiário acima identificado, solicitamos ao supervisor de estágio a elaboração de um parecer de desempenho do (a) estagiário (a) considerando os seguintes valores:

CRITÉRIOS	ÓTIMO	M. BOM	BO M	REGULAR	PRECISA MELHORAR
Pontualidade					
Assiduidade					
Relações Interpessoais					
Responsabilidade					
Produtividade					
Interesse					
Participação					
Postura Ética					

Legenda:

Ótimo = 10.0 a 9.0

M. Bom = 8.0 a 8.9

Bom = 7.0 a 7.9

Regular = 5.0 a 6.9



Precisa Melhorar = 0.0 a 4.9

Outros pontos que gostaria de comentar:

Supervisor de Estágio: _____

Assinatura/Carimbo da empresa:

Data: ____/____/____

Coordenador de Estágio: _____

Data: ____/____/____

OBS: ENVIAR PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO EM ENVELOPE LACRADO.



FACULDADE SANTA TERESA

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Senhor (a),

Apresento a V.S.a o (a) aluno (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** para realizar o Estágio Supervisionado, conforme o TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, firmado em ____/____/____, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado e frequentando o ____º período do curso de Arquitetura e Urbanismo.

A carga semanal do estágio é de ____ horas e estará sob orientação do Professor (a)-orientador (a) _____ e do supervisor de estágio do local. O acadêmico deverá cumprir um total de **120** horas de estágio (no local de estágio)

Acompanhará esta carta um formulário de avaliação que deverá ser preenchido pelo supervisor do local.

O desenvolvimento do estágio em V.Sa. instituição/empresa/escritório contribuirá para o processo de formação dos nossos futuros profissionais.

Informações complementares podem ser obtidas junto à coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

_____, _____ de _____ de 20__.

Atenciosamente,

FACULDADE SANTA TERESA**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO****FICHA PARA REQUERIMENTO DE APROVEITAMENTO DE DISCIPLINA: ESTÁGIO
SUPERVISIONADO**

Acadêmico:
Local de estágio:
Período do estágio:
Supervisor técnico:
Convênio de estágio:

OS CAMPOS ABAIXO DEVERÃO SER PREENCHIDOS PELO SUPERVISOR DE ESTÁGIO.

Quais das seguintes atividades o aluno desempenhou enquanto estagiário desta empresa/ instituição/ escritório:

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Organização administrativa e funcional do escritório/obra;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Cálculos de orçamentos (obras e projetos) e de honorários;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Elaboração de memorial descritivo e outros;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Estratégias de marketing pessoal e empresarial;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Elaboração de projetos;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Leitura e Interpretação de projeto em canteiro de obra;
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Trâmites para a aprovação de projetos.
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Conhecimentos de materiais e acabamentos;



Como o senhor (a) avalia o desempenho do acadêmico? Você considera que o rendimento do aluno foi satisfatório? Cite outros aspectos que gostaria de mencionar sobre o estagiário.

Assinatura do Supervisor: _____

Data: ____/____/____



FORMATAÇÃO E MODELO PARA RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Para elaboração do Relatório de Estágio Supervisionado (I) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado Presencial - do **INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO – IME** supervisionado pelo professor/arquiteto XXXXXXXXXXXXXXXX o aluno/estagiário deverá obedecer aos seguintes critérios:

FORMATAÇÃO GERAL DO TEXTO:

- Margens:
 - Superior e esquerda: 3 cm
 - Inferior e direita: 2 cm.
- Papel A4 cor branca
- Fonte para itens: Arial tamanho 12 com negrito e caixa alta
- Fonte para subitens: Arial tamanho 12 caixa alta
- Fonte para sub-subitens: Arial tamanho 12 itálico
- Fonte para corpo do texto: Arial tamanho 12 normal
- Paginação: inicia-se a contagem a partir da folha de rosto, mas se começa a numerar a partir da introdução. O número deve ser colocado no canto superior direito da página.
- Espaçamento entrelinhas: 1,5
- Espaçamento entre parágrafos: 0 pt
- Recuo de parágrafo: 1,25 na primeira linha

ESTRUTURA DO RELATÓRIO:

1. CAPA (ver modelo anexo)

Elemento de proteção e estética. Não é contada nem numerada. Deve conter os seguintes elementos, conforme o modelo:

- Nome da Faculdade;
- Curso;
- Título do Trabalho;
- Nome do aluno;
- Localidade, mês e ano.

2. FOLHA DE ROSTO (ver modelo anexo)

É indispensável. É contada, mas não apresenta numeração. Deve conter os seguintes elementos, conforme o modelo:

- Nome do aluno;
- Título do trabalho;
- Informações gerais (curso, período atual, faculdade, professor supervisor e data de realização do estágio);
- Localidade e ano.

3. ENCADERNAÇÃO:

Em espiral preto, com capa transparente e contra-capas pretas.

4. ENTREGA DOS RELATÓRIOS:

Ocorrerão no protocolo da IES, em data e condições definidas pela supervisão de estágios e coordenação do curso.



MODELO DE RELATÓRIO ESTÁGIO

INSTITUO METROPOLITANO DE ENSINO – IME

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Relatório de Estágio Supervisionado (I, II)

Aluno: Nome Completo

20

NOME COMPLETO DO ALUNO



Relatório de Estágio Supervisionado (I, II)

Relatório apresentado como conclusão do Estágio Supervisionado I do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Metropolitano de Ensino – IME.

Professor Orientador: xxxxxxxx

Período: mês a mês de XXXX

IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO (em uma folha)

Identificação da Empresa:

Nome:

Bairro:

CEP:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

Área na empresa onde foi realizado o estágio: informar o setor

Data de início

Data de término:

Duração em horas:

Nome do profissional responsável pelo estágio:

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Deve conter tópicos como: histórico da organização e caracterização do segmento de mercado, em redação sintética até o final da presente página.

XX

XX

XX

XX.

XX



2.4.4. Qual a aprendizagem com a atividade

3. CONCLUSÕES:

REFERÊNCIAS:

APÊNDICES:

1. INTRODUÇÃO:

A introdução é importante para orientar aquele que vai ler o relatório. Deve conter informações de quem fez o relatório, o que contém, como e por que foi feito o estágio. Aborda o assunto de maneira generalizada e breve, **entre uma e duas páginas**. É a primeira página que apresenta numeração impressa e seu número deve ser o total de páginas anteriores, com exceção da capa.

Por tratar-se de relatório (relato pessoal), em todo o relatório é usada a 1ª pessoa do singular explicitando, claramente, o que **você** fez o que **você** aprendeu.

Lembre-se que esse relato será a base da avaliação de seu desempenho no estágio curricular obrigatório supervisionado.

A redação nem é científica, nem é coloquial: é redação técnico-profissional, demonstrando sua vivência profissional.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

O desenvolvimento tem por objetivo expor, de maneira clara, objetiva e com detalhes fundamentais, as ideias principais, analisando-as e ressaltando os pormenores mais importantes. Cada atividade desenvolvida no estágio se constituirá de um subtítulo (ver Sumário) no qual o estagiário relatará:

- o que foi feito,
- por que foi feito,
- como foi feito,
- a aprendizagem com essa atividade.

Devem ser indicadas, além das vivências, as referências bibliográficas, *web* gráficas, etc., utilizadas no decorrer de cada uma das atividades desenvolvidas. Não insira nada gratuitamente, porém não deixe de inserir referências que serviram para o desenvolvimento de cada uma das atividades (leis, códigos, manuais, etc.).

3. CONCLUSÕES:

Análise crítica do estágio em termos de contribuição para a formação profissional do estagiário. Devem aparecer, na conclusão, as críticas, positivas ou negativas, devendo ser sempre construtivas.

Finalize com o que foi feito, por que foi feito, como foi feito e a aprendizagem obtida no estágio como um todo. Aqui a reflexão é sobre o estágio no todo, e não em cada uma das atividades, como no desenvolvimento. É a oportunidade que o estagiário tem de dar sua opinião sobre a validade do estágio orientado ou supervisionado, a importância do mesmo para sua vida profissional, se a teoria aprendida no decorrer do curso contribuiu, pesou na realização do estágio.

REFERÊNCIAS:

Relação dos autores e obras consultadas por ocasião no decorrer das atividades desenvolvidas, e na redação do relatório.

APÊNDICES:

Conjunto de material ilustrativo ou complementar ao texto, produzido pelo aluno, tais como gráficos, tabelas, diagramas, fluxogramas, fotografias, tabelas de cálculos, símbolos, descrição de equipamentos, modelos de formulários e questionários, plantas ou qualquer outro material produzido.

O material ilustrativo deve aparecer somente quando necessário à compreensão e esclarecimento do texto, sem qualquer finalidade decorativa ou de propaganda. Se for em número reduzido e indispensável ao entendimento do texto, pode ser usado junto à parte a que se refere. Quando em maior quantidade, para não sobrecarregar o texto, é colocado como apêndice.

Os elementos que formarão o apêndice não podem deixar de ser referenciados no texto do relatório.

FACULDADE SANTA TERESA

Coordenação de Arquitetura e Urbanismo

Disciplina Estágio Supervisionado I – Obra

Disciplina Estágio Supervisionado II – Escritório

Formulário Preliminar para Entrevista – Estagiário com a finalidade de realizar a indicação conforme o perfil acadêmico.

1.0- Dados Acadêmicos do Aluno:

2.0 Contato telefônico:

3.0 Endereço eletrônico:

- a) Nome: _____ Idade: _____
b) Curso: _____
c) Disciplina/Período: _____
d) Ano de ingresso na faculdade/curso (outra IES se for o caso): _____

4.0– Dados Gerais

- a) Disponibilidade de horário?
.....
.

- b) Experiência Profissional, trabalha na área ou outra área, o que faz?, quanto tempo?
.....
.....
.....
.....
.....

- c) Expectativas com o estudo, estágio/ profissão:
.....



.....

.....

.....

5.0– Qualidades que possui

a) Cursos ou habilidades na área de arquitetura e afins:

.....

.....

.....

.....

.....

b) Personalidade, pontos fortes:

.....

.....

.....

.....

c) Relate um problema que você não conseguiu resolver. Como você reagiu?

.....

.....

.....

.....

.....

d) Já fez estágio? O que esta experiência trouxe de positivo para o seu desenvolvimento?

.....

.....

.....

.....

.....

e) Que posição prefere numa equipe que esteja a trabalhar sobre um dado projeto?



f) Como você avalia o seu desenvolvimento profissional até o momento?

g) Qual é a sua meta profissional de longo prazo?

h) Quais são as suas principais limitações profissionais?

i) Você prefere trabalhar sozinho ou em equipe?

j) O que mais lhe incomoda com relação aos colegas?

Assinatura

do

aluno:

Disciplina:

Data:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1o O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7o desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2o O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4o A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5o As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1o Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2o É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3o Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6o O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7o São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1o O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2o Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1o A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2o A penalidade de que trata o § 1o deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5o desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1o Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2o Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3o Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4o Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5o Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3o O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7o Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1o deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Obs: Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A LEI DO ESTÁGIO

LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

1. O que é o estágio?

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes. O estágio integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do projeto pedagógico do curso (art. 1º e seu § 1º da Lei 11.788/2008).

2. Qual o objetivo do estágio?

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (§ 2º do art. 1º da Lei 11.788/2008).

3. Quais são as modalidades de estágio?

Estágio obrigatório e Estágio não obrigatório (art. 2º da Lei 11.788/2008).

4. O que é estágio obrigatório?

É o estágio definido como obrigatório no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma (§ 1º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

5. O que é projeto pedagógico do curso?

É o documento elaborado pela instituição de ensino que estabelece as diretrizes de funcionamento de um curso contendo orientações sobre as disciplinas e seus conteúdos, carga horária, possibilidade de estágios etc.

6. Quem pode ser estagiário?

Estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (art. 1º da Lei nº 11.788/2008).

7. O que é instituição de ensino?

É a entidade dedicada à educação, empreendida por organização oficialmente reconhecida e polarizada para proporcionar cursos, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996).

8. O que é educação superior?

É aquela, que dentre outras, tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no

9. Pode ser concedido estágio a estudantes estrangeiros?

Sim. Segundo a legislação vigente, os estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no Brasil, autorizados ou reconhecidos, podem se candidatar ao estágio, desde que o prazo do visto temporário de estudante seja compatível com o período previsto para o desenvolvimento das atividades (art. 4º da Lei nº 11.788/2008).

10. Quem pode contratar estagiário?

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos, podem oferecer estágio (art. 9º da Lei nº 11.788/2008).

11. O estágio é uma relação de emprego?

Não. O estágio não caracteriza vínculo de emprego de qualquer natureza, desde que observados os requisitos legais, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários (art. 3º e 15 da Lei nº 11.788/2008).

12. Quais requisitos devem ser observados na concessão do estágio?

- I - matrícula e frequência regular do educando público-alvo da lei
- II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e
- III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso (art. 3º, incisos I, II e III da Lei nº 11.788/2008).

13. O estágio deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente?

Sim. O estágio como ato educativo escolar supervisionado deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de atividades (em prazo não superior a seis meses) e por menção de aprovação final (§ 1º do art. 3º da Lei 11.788/2008).

14. Qual o papel do professor orientador da instituição de ensino?

O professor orientador deve ser da área a ser desenvolvida no estágio, e será o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário (inciso III, art. 7º da Lei 11.788/2008).

15. Quem deverá ser o supervisor do estagiário da parte concedente?

O supervisor do estagiário da parte concedente deve ser funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário (inciso III do art. 9º da Lei 11.788/2008).

16. O supervisor da parte concedente pode orientar e supervisionar até quantos estagiários?

O supervisor da parte concedente somente pode orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (inciso III, do art. 9º da Lei 11.788/2008).

17. A atividade a ser exercida pelo estagiário deve estar relacionada com a sua formação educacional?

Sim, o estágio deve estar relacionado com a formação educacional do estagiário, ou seja, deve ser compatível com o projeto pedagógico do seu curso (§ 1º do art. 1º da Lei 11.788/2008).

18. As instituições de ensino e as partes concedentes de estágio podem se utilizar dos serviços dos agentes de integração?

Sim. As instituições de ensino e as partes concedentes de estágio podem, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, recorrerem aos serviços de agentes de integração públicos e privados. Em caso de contratação com recursos públicos, deverá ser observada a legislação de licitação, Lei nº. 8.666/1993 (caput do art. 5º da Lei 11.788/2008).

19. O que são os Agentes de Integração?

São entidades que visam, principalmente, auxiliar no processo de aperfeiçoamento do estágio, contribuindo na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando, instituições de ensino, estudantes e empresas (art. 5º da Lei nº 11.788/2008).

20. Qual o papel dos agentes de integração no estágio?

Cabe ao agente de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do estágio:

- a) identificar as oportunidades de estágio;
- b) ajustar suas condições de realização;
- c) fazer o acompanhamento administrativo;

- d) encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; e
- e) cadastrar os estudantes (incisos de la V do art. 5º da Lei 11.788/2008).

Os agentes de integração podem, ainda, selecionar os locais de estágio e organizar o cadastro dos concedentes das oportunidades de estágio. (art. 6º da Lei 11.788/2008).

21. O agente de integração pode atuar como representante do estagiário, da parte concedente ou da instituição de ensino no Termo de Compromisso de Estágio?

Não. O Termo de Compromisso de Estágio deve ser firmado pelo estagiário ou pelo seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração como representante de qualquer das partes (art. 16 da Lei 11.788/2008).

22. Pode ser cobrado do estudante algum valor pelos serviços prestados pelos agentes de integração previstos na lei?

Não. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços previstos na lei (§ 2º do art. 5º da Lei 11.788/2008).

23. Quais são as obrigações legais das instituições de ensino em relação aos seus educandos em estágio?

I. celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II. avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III. indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV. exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades, do qual deverá constar visto do orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente;

V. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas;

VI. elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII. comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas (§ 1º do art. 3º e art. 7º da Lei nº 11.788/2008).

24. Quais são as principais obrigações da parte concedente na relação de estágio?

I. celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II. ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;

III. indicar funcionário do quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente;

IV. contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V. por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI. manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII. enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário (art. 9º da Lei nº 11.788/2008).

25. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente dispensa a celebração do Termo de Compromisso de Estágio?

Não. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso de Estágio (parágrafo único do art. 8º da Lei 11.788/2008).

26. Como deve ser definida a jornada de atividade do estagiário?

A jornada de atividade do estagiário deve ser definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o estudante ou seu representante ou assistente legal, devendo constar do Termo de Compromisso de Estágio, e ser compatível com as atividades escolares observando a duração máxima prevista na lei (caput do art. 10 da Lei 11.788/2008).

27. Qual a duração máxima da jornada de atividade de estágio?

A jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar:

- a) 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
- b) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;
- c) 40 (quarenta) horas semanais, no caso do estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino (incisos I, II e § 1º do art. 10 da Lei 11.788/2008).

28. Nos dias de prova poderá haver redução da jornada de trabalho?

Sim. Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso de Estágio. Nesse caso, a instituição de ensino deverá comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas (§2º do art. 10 da Lei nº 11.788/2008).

29. Qual o prazo máximo de duração do estágio na mesma concedente?

Até dois anos, para o mesmo concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (art. 11 da Lei nº 11.788, de 2008).

30. Quando o estágio deve ser obrigatoriamente remunerado (concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação)?

No caso do estágio não obrigatório é compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada no Termo de Compromisso do Estágio. Somente no caso de estágio obrigatório é que a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação é facultativa (art. 12 da Lei 11.788/2008).

31. Quais são as outras formas de contraprestação para remunerar o estágio?

As outras formas de contraprestação para remunerar o estágio são aquelas que venham a ser acordadas no Termo de Compromisso de Estágio.

32. O que é o auxílio-transporte?

É uma concessão pela instituição concedente de recursos financeiros para auxiliar nas despesas de deslocamento do estagiário ao local de estágio e seu retorno. Essa antecipação pode ser substituída por transporte próprio da empresa, sendo que ambas as alternativas deverão constar do Termo de Compromisso.

33. Quando é obrigatória a concessão do auxílio-transporte ao estagiário?

No caso do estágio não obrigatório é compulsória a concessão de auxílio transporte.

No caso de estágio obrigatório, a concessão de auxílio transporte é facultativa (art. 12 da Lei nº 11.788/2008).

34. O valor e a forma de concessão da bolsa ou outra forma de contraprestação, o auxílio-transporte ou outros benefícios devem ser definidos onde e de quem é a responsabilidade da concessão?

O valor e forma da concessão da bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio-transporte, devem ser definidos no Termo de Compromisso do Estágio e são de responsabilidade da parte concedente.

35. A critério da parte concedente podem ser concedidos outros benefícios ao estagiário?

Sim. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária (§ 1º do art. 12 da Lei 11.788/2008).

36. As ausências do estagiário podem ser descontadas do valor da bolsa?

Sim. A remuneração da bolsa-estágio pressupõe o cumprimento das atividades previstas no Termo de Compromisso do Estágio. Ausências eventuais, devidamente justificadas, poderão ser objeto de entendimento entre as partes (poderão ou não gerar desconto). Ausências constantes, no entanto, poderão gerar a iniciativa da parte concedente não apenas de descontar percentuais do valor da bolsa, mas até mesmo de rescindir ,o contrato.

37. O estagiário é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social?

Não, mas o estagiário pode inscrever-se e contribuir como segurado facultativo da Previdência Social (§ 2º do art. 12 da Lei 11.788/2008).

38. O que é Termo de Compromisso de Estágio?

O Termo de Compromisso é um acordo celebrado entre o educando ou seu representante ou assistente legal, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar.

39. Quem deve assinar o Termo de Compromisso de Estágio?

Obrigatoriamente, devem assinar o Termo de Compromisso de Estágio o educando (ou seu representante ou assistente legal), a parte concedente do estágio e a instituição de ensino (inciso II, art. 3º da Lei 11.788/2008).

40. O que deve constar do Termo de Compromisso de Estágio?

Recomenda-se constar no Termo de Compromisso todas as cláusulas que nortearão o contrato de estágio, tais como:

- a) dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino;
- b) as responsabilidades de cada uma das partes;
- c) objetivo do estágio;
- d) definição da área do estágio;
- e) plano de atividades com vigência; (parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.788/2008);
- f) jornada de atividades do estagiário;
- g) horário da realização das atividades de estágio;
- h) definição do intervalo na jornada diária se for o caso;
- i) vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- j) motivos de rescisão;
- l) concessão do recesso dentro do período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- m) valor da bolsa, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- n) valor do auxílio-transporte, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- o) concessão de benefícios, nos termos do § 1º do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- p) número da apólice e a companhia de seguros.

41. O plano de atividades do estagiário deve ser incorporado ao termo de compromisso de estágio?

Sim. O plano de atividades do estagiário, elaborado de comum acordo entre o estudante, a parte concedente e a instituição de ensino, deve ser incorporado ao termo de compromisso de estágio. E, na medida em que for avaliado progressivamente o desempenho do estudante deve ser incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos (parágrafo único do art. 7º da Lei 11.788/2008).

42. O Termo de Compromisso do Estágio pode ser rescindido antes do seu término?

Sim. O Termo de Compromisso pode ser rescindido por cada uma das partes e a qualquer momento.

43. O estagiário tem direito ao seguro contra acidentes pessoais? Qual a cobertura do seguro?

Sim. A cobertura deve abranger acidentes pessoais ocorridos com o estudante durante o período de vigência do estágio. Cobre morte ou invalidez permanente, total ou parcial, provocadas por acidente. O valor da indenização deve constar do Certificado Individual de Seguro de Acidentes Pessoais e deve ser compatível com os valores de mercado.

44. A limitação para a contratação de estagiários em relação ao quadro de pessoal de concedentes se aplica aos estágios de nível superior e de nível médio profissional?

Não. Essa limitação não se aplica aos estágios de nível superior e de nível médio profissional (§ 4º do art. 17 da Lei 11.788/2008).

45. Qual o percentual de vagas asseguradas aos portadores de deficiência?

É assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez) por cento das vagas de estágio oferecidas pela parte concedente (§5º. do art. 17 da Lei 11.788/2008).

46. Deve ser aplicada ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho?

Como ato educativo escolar supervisionado (art. 1º da Lei 11.788/2008) e por não caracterizar vínculo de emprego de qualquer natureza (art. 3º e 15 da Lei 11.788/2008), devem ser tomados os cuidados necessários para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando, principalmente, os riscos decorrentes de fatores relacionados aos ambientes, condições e formas de organização do trabalho. Sua implementação é de responsabilidade da parte concedente do estágio (art. 14º Lei 11.788/2008). Observe, entretanto, que não se aplicam as disposições normativas destinadas especificamente à relação de emprego.

47. Quais as providências e documentos necessários à comprovação da regularidade do estágio?

- a) o Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado pela empresa concedente, pela instituição de ensino e pelo estudante ou seu representante ou assistente legal;
- b) o certificado de seguro de acidentes pessoais;
- c) comprovação da regularidade da situação escolar do estudante;
- d) comprovante de pagamento da bolsa ou equivalente e do auxílio-transporte, quando se aplicar; e
- e) verificação da compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

48. O estagiário precisa ter o estágio anotado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS?

Não, pois não há obrigatoriedade para a expedição e anotação do estágio na CTPS, uma vez que estágio não é emprego, sendo definido em legislação própria. Todavia, fazendo a anotação esta não deve ser feita na parte referente ao contrato de trabalho. As anotações devem ser feitas na parte destinada às Anotações Gerais da CTPS, trazendo informações, tais como, curso frequentado, nome da instituição de ensino, da parte concedente e o início e término do estágio.

49. A estudante gestante pode estagiar?

Sim. Não há nenhum empecilho da estudante gestante estagiar. Como todo programa de estágio, a estagiária gestante também se sujeita às regras da Lei 11.788/2008.





FACULDADE

SANTA TERESA